

**A fundação e a organização da Manutenção Militar de Lisboa
(1886-1914)**

Inês Filipa Neves José

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Janeiro de 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a
orientação científica de Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo

Em memória do meu avô.

AGRADECIMENTOS

A primeira investigação de “grande fôlego” que representa uma dissertação de mestrado tende a revelar-se um percurso solitário e emocionalmente inconstante. No fim, sabemos que não fizemos caminho sozinhos e que muitos foram os que contribuíram, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, para o resultado final.

O primeiro agradecimento vai para a minha orientadora, a professora doutora Maria Fernanda Rollo, que desencadeou este percurso no dia em que anotou no seu pequeno caderno o meu interesse pela indústria. À professora agradeço todo o apoio, consideração e toda a confiança que depositou (e deposita) em mim.

Agradeço também ao corpo docente do Mestrado em História Contemporânea desta faculdade, cuja experiência de investigação, partilhada nos seminários do mestrado, me proporcionou estimulantes momentos de reflexão. Um bem-haja aos meus colegas de mestrado e aos meus colegas de licenciatura que também enveredaram por este caminho.

Deixar uma palavra de apreço à Catarina Duarte e à Isabel Santos, que se mostraram incansáveis de todas as vezes que estive a pesquisar na Manutenção Militar. E também ao doutor José Luís Assis, que, num momento de impasse, partilhou comigo importantes coordenadas que me permitiram redirecionar a minha pesquisa.

Aos meus colegas e amigos que me acompanham nestas “lides”: ao João Santos e ao Pedro Rei, que andam sempre por perto. Ao Diogo Ferreira, cujo testemunho se revelou valioso nos momentos de maior inquietação. Ao Luís Henriques, que nunca se esquece de mim, pela amizade e pelo apoio. Ao Rodrigo Martins, pela força e pelo interesse neste trabalho. À Susana Domingues, pelas conversas e partilhas sobre a indústria alimentar, que me têm desafiado a expandir o horizonte desta pesquisa.

Aos meus amigos: à Ana e à Inês, ambas de ciências, que nunca se esquecem da amiga de História. À minha “claque de apoio” de longa data: à Aline, sempre preocupada, pelos infindáveis “tu consegues”. À Celine, pela amizade. Ao Francisco, a quem devo ter dado com a FCSH. Ao Tiago, apesar de tudo. À Sónia, por todo o carinho.

À Maria José, que esteve sempre a par de tudo, e que nos momentos de dúvida me restituiu a confiança com um simples “Deus quer”. Deus quis.

Ao meu agrupamento de escuteiros, e em particular aos meus caminheiros, que nem sempre estiveram conscientes deste processo, mas a quem fico a dever o sentimento de não ter estado encerrada na “torre de marfim”. Ao Palma, por toda a confiança depositada em mim. À Sandra, que sempre soube que seria Contemporânea.

À Ana Teresa, minha companheira desde o primeiro dia da licenciatura, sempre presente, não obstante os séculos que nos separam.

À minha família. Para a Sandra, apenas isto: consegui conciliar o melhor dos dois séculos. Ao meu irmão Guilherme, porque combinámos que eu escreveria algumas destas páginas na sua companhia. Fica assim registado que isto coincidiu com o seu primeiro ano de vida.

À minha tia, também responsável por alimentar este “bichinho”. À minha avó Lucília, que garante sempre que nada nos falte. Ao meu irmão Filipe, por tudo e por nada.

Ao meu pai, porque a genética tem destas coisas, ele que também contribuiu para este trabalho através das nossas conversas sobre a minha pesquisa. Por nunca duvidar de mim, mesmo quando eu duvido.

À minha mãe, que luta todos os dias para que eu possa voar até onde desejar. Todas estas linhas só foram possíveis por a ter na retaguarda. Nunca um agradecimento será suficiente para retribuir todo o seu apoio e amor.

Ao Diogo, que leu todas estas páginas, de todas as vezes que lhe pedi. E porque o primeiro ano da nossa história - onde quer que ela nos conduza -, coincide com este capítulo da minha vida.

Por último, uma palavra ao meu avô, falecido em 2015. Ele que também quis ser engenheiro, meu primeiro companheiro nas viagens pelo Tempo, que, através das suas “lições” de História, me acordou para a importância do conhecimento do Passado e me ensinou quanto pode valer um Povo que sabe de onde vem e para onde vai.

A fundação e a organização da Manutenção Militar de Lisboa

(1886-1914)

Inês Filipa Neves José

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Indústria alimentar, Exército Português, desenvolvimento industrial, inovação, Manutenção Militar

Esta dissertação procura constituir um primeiro passo no sentido de descortinar a história da Manutenção Militar de Lisboa, um complexo fabril do Exército Português, fundado em 1897, destinado à produção de bens alimentares básicos para as tropas portuguesas. Iniciando a nossa análise em 1886 – que corresponde ao início do processo que conduziria à sua fundação -, e terminando-a no início da Iª Guerra Mundial, em 1914, procura-se analisar as duas primeiras fases da história do estabelecimento, correspondentes ao processo de fundação, de organização e de consolidação da sua missão, lendo-as à luz dos diferentes contextos políticos, económicos e sociais nos quais nasce e se desenvolve. Simultaneamente, procuramos apreender este percurso tendo em conta as problemáticas nas quais a criação deste empreendimento do Exército se inscreve: o crescimento do sector industrial, bem como a questão da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico, que tem na engenharia militar a sua principal porta de entrada em Portugal.

Este esforço de análise pretende constituir um contributo para apreender parte do percurso histórico centenário da Manutenção Militar, inegável reduto do património industrial contemporâneo português, cuja história precisa ser aprofundada e problematizada, esforço fundamental para a imprescindível conservação e valorização da sua memória e do seu património imóvel.

**The foundation and the organization of Military Maintenance of Lisbon
(1886-1914)**

ABSTRACT

KEYWORDS: Food industry, Portuguese army, industrial development, innovation, Military Maintenance

This dissertation seeks to be a first step towards unveiling the history of Manutenção Militar [Military Maintenance] of Lisbon, an industrial compound of the Portuguese Army, founded in 1897, for the production of basic food products for the Portuguese troops. Starting our analysis in 1886 – which corresponds to the beginning of the process that would lead to its foundation – and ending it at the beginning of World War I in 1914, it seeks to analyze the first two phases of the compound's history, corresponding to the foundation process, to the organization and consolidation of its mission, reading them in light of the different political, economical and social contexts in which born and develops. At the same time, we seek to grasp this process in view of the issues in which the creation of this Army's project is inscribed: growth of the industrial sector, as well as the issue of innovation, scientific and technological development, matters in which military engineering was paramount on Portugal.

This analysis means to contribute to unraveling of Manutenção Militar's [Military Maintenance's] centenary historical path, undeniable stronghold of the Portuguese contemporary industrial heritage, which story needs to be looked into in depth and questioned as a fundamental effort towards the essential conservation and appreciation of its memory and its immovable heritage.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Da iniciativa à fundação (1886-1898)	10
1.1. “ <i>Um dos mais valiosos serviços prestados ao exército</i> ”: um novo estabelecimento para alimentar os militares	10
1.2. “ <i>As principais nações possuem (...) manutenções militares</i> ”: um projeto com os olhos no exterior	16
1.3. Uma Manutenção Militar para o Exército Português: Da Comissão de 1886 à paralisação do empreendimento	21
1.3.1. A Comissão de 1886: viabilizar o empreendimento	21
1.3.2. O passo definitivo: criar uma manutenção militar	30
1.3.3. Um outro plano: a Comissão de 1888 e a <i>Manutenção do Estado</i>	33
1.3.4. “ <i>Zelo e inteligência</i> ”: os homens de ciência à cabeça do projeto	36
1.4. Desbloquear o empreendimento: o ambicioso projeto de Joaquim Renato Baptista e o decreto fundador	48
1.4.1. Joaquim Renato Baptista: engenheiro militar, lente da escola do Exército	48
1.4.2. 1897: “ <i>o decreto de 11 de Junho de 1897 (...) funda em definitivo a Manutenção Militar</i> ”	51
1.4.3. O plano de Joaquim Renato Baptista: congêneres estrangeiros, referências do capitão	57
1.4.4. O plano definitivo	63
Capítulo II: Pós-fundação (1899-1910)	72
2.1. O exército moageiro: a Manutenção Militar e a lei cerealífera de 1899	72

2.2. Pós-fundação: organizar a Manutenção Militar.....	83
2.3. 11 de Abril de 1907: um regulamento para a Manutenção Militar	87
Capítulo III: Arranque em tempos republicanos (1910-1914).....	93
3.1. A Manutenção Militar nos primeiros anos da República	93
3.2. 1911: ano-chave para Manutenção Militar	98
3.2.1. Um novo regulamento	98
3.2.2. “ <i>Ao serviço da Pátria, da República</i> ”: Vasconcelos Dias, o diretor republicano.....	101
3.2.3. Da teoria à prática: o “ <i>valor da Manutenção</i> ” na greve dos manipuladores de pão de 1911	105
3.3. “ <i>A honra da República</i> ”: a caminho do complexo industrial.....	107
Conclusão.....	114
Fontes e Bibliografia	118
Índice dos quadros e gráficos	131
Anexos	132

LISTA DE ABREVIATURAS

AHM - Arquivo Histórico Militar

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal

MM - Manutenção Militar de Lisboa

Introdução

Quando, no início do ano de 2015, a professora Maria Fernanda Rollo nos convidou a visitar a Manutenção Militar, em Lisboa, o que mais nos impressionou foi o tamanho do silêncio. É certo que se poderia refutar este juízo, alegando que o silêncio não é passível de ser medido. Não obstante, neste antigo complexo fabril do Exército o silêncio pode ser qualificado de imensurável. Se recuássemos ao início do século passado, parecer-nos-ia que não falamos do mesmo espaço: “*A enorme fábrica estava em plena laboração, chegando até ao gabinete onde nos encontrava-mos o ruído forte e constante dos êmbolos, das alavancas e dos tirantes a que mão desconhecida parecia emprestar uma agitação febril*”¹. Esta descrição, que quase nos remete para a delirante *Ode Triunfal* de Álvaro de Campos, coloca em evidência o dinamismo que ali se registava no início do século XX e, perante este confronto entre passado e presente, o silêncio impressiona. Foi esta reflexão, alimentada pelo desafio que nos foi lançado com aquela visita, que nos motivou a empreender este trabalho.

A Manutenção Militar de Lisboa foi um complexo fabril do Exército Português, fundado em 1897, e destinado, inicialmente, à moagem de cereais e produção pão e de massas alimentícias para abastecimento dos militares. O organismo, que viria a ocupar o extinto convento das Carmelitas, junto ao Beato, conheceria, até ao final da década de 1930, alterações na sua estrutura e ação industrial, destacando-se a diversificação da sua produção, passando a acolher - para além da referida fábrica de moagem de cereais e de panificação, de unidades para o fabrico de massas alimentícias e de bolacha - “fábricas de conservas, torrefacção de café, refinação de açúcar, moagem e descasque de arroz, salsicharia, latoaria e várias oficinas auxiliares”, atributos que, nas palavras de Ana Paula Pires, lhe garantiram uma posição “entre as fábricas de moagem mais prósperas e desenvolvidas do País”².

A sua atividade, que se regeu durante quase 120 anos pelo lema “*Por bem trabalhar e melhor servir*”, começou a estancar na década de 90 do século XX, fruto da perda de racionalidade de um estabelecimento desde cariz no período que se seguiu ao

¹ «Um estabelecimento modelar – A Manutenção Militar – Uma rectificação – O que o exercito come – Abundancia, asseio e economia», notícia do jornal *Patria*, de 11 de Maio de 1912, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar: 1911-1920*, IIIª Parte, Lisboa, Tipografia da Manutenção Militar, 1921.

² Ana Paula Pires, *A indústria de moagem de cereais: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I Republica (1899-1929)*, Lisboa, Tese de Mestrado apresentada à FCSH-UNL, 2004, p.164. Contando, para além da sua sede em Lisboa, com diversas sucursais e depósitos em vários pontos do país.

25 de Abril de 1974³, facto que se aliara aos processos de desindustrialização e de terciarização que viriam a decorrer na década de 1980⁴. Já no presente século, as diversas fábricas e sucursais foram encerradas, num processo gradual que culminou na desativação do estabelecimento⁵. Em junho de 2016, a ala sul do complexo foi cedida por um período de 50 anos à Câmara Municipal de Lisboa, que pretende convertê-la numa “das maiores incubadoras de empresas da Europa”⁶, visando assim a reconversão daquela área industrial e a revitalização urbana da mesma⁷, num projeto que procura dialogar com o património existente⁸.

Quando o visitámos, o imenso espaço que pontificara como um dos complexos fabris mais desenvolvidos no nosso país no panorama das indústrias de consumo⁹, encontrava-se reduzido a uma “cidade fantasma”¹⁰. Imperava ainda um outro silêncio em torno do estabelecimento: após uma primeira pesquisa, concluímos que a Manutenção Militar carecia de uma leitura histórica que a apreendesse à luz dos

³ O estabelecimento desempenhara um papel de relevo no contexto da Guerra Colonial. Com o fim do conflito e o processo descolonização, motivos aos quais se somou a adesão de Portugal à CEE – que trouxe novos desafios para o estabelecimento, com o emergir de uma diferente lógica comercial, que lhe retiraria a proteção do Estado português -, dá-se a “retracção do dispositivo”, iniciando-se um último ciclo no percurso do estabelecimento, “do qual se salienta a redução não só de efectivos mas igualmente das tarefas que deixaram de ser prioritárias e rentáveis”. Cf. *I Centenário da Manutenção Militar: 1897-1997*, Lisboa, Oficina Gráfica da Manutenção Militar, 1997, p. 9; João Vicente Lopes, *A importância da Manutenção Militar no Sistema Logístico do Exército Português*, Trabalho de investigação aplicada, Lisboa, Academia Militar, 2010, p.9; Veja-se o episódio de *Visita Guiada* dedicado à Manutenção Militar, apresentado por Paula Moura Pinheiro, tendo como convidadas Catarina Duarte (responsável pelo núcleo museológico da MM) e Maria Fernanda Rollo. *Visita Guiada* (série IV) - *A Manutenção Militar*, episódio 6, de 15 de Junho de 2015, consultado em 3.08.2015, disponível em RTP Play, <http://www.rtp.pt/play/p1867/e198488/visita-guiada>.

⁴ Ana Cardoso de Matos e Maria da Luz Sampaio, «Património Industrial e Museologia em Portugal», in *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. I,II, nº5, maio/junho de 2014, p.97.

⁵ Nos anos de 2014-2015. As fábricas e as sucursais da MM foram gradualmente encerrando, e esta passaria a empresa pública (MM Gestão-Partilhada, E.P.E) em 2015. Cf. João Vicente Lopes, *Op. cit.*, p.9; Cf. <http://www.docomomo2016.com/workshop>, consultado em 12.08.2016.

⁶ Na forma de um “Hub Criativo”, que, como adiantou Fernando Medina ao *Público*, albergará “zonas para incubadoras, residências para artistas, espaços de restauração e serviços de apoio ao desenvolvimento da zona”, sendo que a gestão do pólo caberá à Startup Lisboa. Cf. «Antigo pólo industrial em Lisboa dá lugar a “uma das maiores incubadoras da Europa”», in *Público*, 17.06.2016, disponível em <https://www.publico.pt/local/noticia/antigo-polo-industrial-da-lugar-a-uma-das-maiores-incubadoras-da-europa-1735472>, consultado em 18.06.2016.

⁷ «Cem estudantes a discutir o futuro da Manutenção Militar», in *Público*, 06.09.2016, disponível em <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/cento-estudantes-a-discutir-o-futuro-da-manutencao-militar-1743225>, consultado em 08.09.2016.

⁸ Sobre esta e outras hipóteses de reconversão de estabelecimentos industriais no contexto dos processos de desindustrialização, veja-se o artigo de Ana Cardoso de Matos e de Maria Luz Sampaio, já citado. E ainda Maria da Luz Sampaio, João Rapagão, Alice Semedo, e César Fernandes, «Antiga Fábrica de Moagens Harmonia: de fábrica a Museu da Indústria do Porto», in Maria de Luz Sampaio (coord.), *Reconversão e Musealização de Espaços Industriais: actas do Colóquio de Museologia Industrial*, Porto, Associação para o Museu da Ciência e da Indústria, 2003, pp. 167-185.

⁹ E que chegou a atingir uma extensão de 80 mil m².

¹⁰ Nas palavras de Paula Moura Pinheiro no programa *Visita Guiada*, citado na nota de rodapé 4.

diferentes contextos políticos, económicos e sociais nos quais nascera e se desenvolvera. Bastar-nos-á referir que na *Nova História Militar de Portugal*¹¹ não se aborda, de forma desenvolvida, a problemática da alimentação do Exército Português¹². Por outro lado, no Arquivo Histórico Militar, a Manutenção Militar não se encontra contemplada no fundo intitulado “*Estabelecimentos Fabris*”¹³. Este panorama alimentara o sentimento de urgência que nos ficara daquela visita: descortinar e interpretar o percurso histórico da Manutenção Militar revela-se fundamental para a imprescindível preservação e valorização do seu património imóvel.

Um percurso tão alargado no tempo obrigava, no entanto, à definição um período de análise passível de ser apreendido dentro dos limites que comporta uma dissertação de mestrado. Depressa percebemos que o processo que antecedeu a fundação do estabelecimento, pelas questões que encerra, obrigava a uma análise demorada do mesmo. Optámos, assim, por “dissecar” as duas primeiras fases da sua história: (i) a primeira, que corresponde ao período de conceção, fundação oficial e de organização do estabelecimento, em tempos da Monarquia Constitucional, ao longo do qual a MM ganha as condições que lhe permitirão encetar a sua missão; (ii) o período que medeia entre a implantação da República e o eclodir do primeiro conflito mundial, que corresponde a uma fase de “arranque”, de materialização dessa missão que lhe fora confiada, e onde podemos situar o início de um processo de expansão e de diversificação que se prolongaria pelas duas décadas seguintes¹⁴.

¹¹ Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vols. III, IV e V, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003-2004.

¹² Só encontramos, no volume V, alguns dados relativos à alimentação durante o comando do Conde de Lippe e sobre a alimentação dos expedicionários portugueses na Iª Guerra Mundial. Cf. *Ibidem*, vol. V, pp.85-86 e 115-116. Relativamente à Manutenção Militar, a única referência existente, no contexto das unidades fabris do Ministério da Guerra que forneciam o Exército Português, é a seguinte: “A rede fabril de base foi ainda aumentada na passagem do século com unidades destinadas a alimentar, vestir e calçar o crescente número de recrutas e reservistas: a Manutenção Militar, em 1897, e a Oficina do Depósito de Fardamentos, em 1903, ambas com sede em Lisboa e dependências nas províncias”. Cf. António José Telo, «Os começos do Século», in *Ibidem*, vol. IV, p.358.

¹³ Contamos apenas com uma publicação do Exército Português, datada de 1947, que compreende a Manutenção Militar entre os estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra, e que lhe dedica um capítulo: *Notícia histórica sobre os estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra*, Ministério da Guerra, Lisboa, Bertrand, 1947.

¹⁴ Seguimos, nesta matéria, a divisão do brigadeiro Armando Pinto, autor da *História da Manutenção Militar*: a segunda etapa da história do estabelecimento, que situa entre 1911 e 1920, corresponde a um “período de arranque do estabelecimento, caracterizado por [uma] profunda reorganização”. Cf. Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, I volume, Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966, p. VIII.

Deste modo, propusemo-nos a analisar o processo de fundação e de organização da Manutenção Militar de Lisboa¹⁵, no período que balizámos entre 1886 e 1914: partimos do ano em que foi nomeada uma comissão para a estudar a viabilidade de dar corpo a este empreendimento, sendo que fizemos coincidir o término do nosso estudo com o início do primeiro conflito mundial¹⁶.

Estas duas primeiras etapas da história do estabelecimento inscrevem-se num conjunto de problemáticas, relacionadas com o desenvolvimento económico português, que, a nosso ver, justificam a pertinência desta análise:

(a) O crescimento do sector industrial que se regista em Portugal na viragem para o século XX, não sendo o nosso país “excepção às tendências de crescimento industrial e às transformações estruturais registadas «nas economias mais atrasadas da periferia europeia» durante as décadas que precederam a Grande Guerra”¹⁷;

(b) A problemática da inovação, do desenvolvimento científico e tecnológico - enquadrando-se a criação da Manutenção Militar no paradigma que caracterizara a *Belle Époque*, respirando dessa confiança no progresso científico e técnico, beneficiando desse mundo interligado também nos saberes, nessa aproximação entre ciência, indústria, universidade e laboratório –, intimamente ligada à figura do engenheiro, e

¹⁵ Entenda-se, da sua sede, em Lisboa, sendo que a nossa análise não compreende as suas sucursais, embora lhes façamos algumas referências ao longo deste trabalho.

¹⁶ No Plano de Dissertação que apresentámos em setembro de 2015, pretendíamos fazer coincidir o término da nossa análise com o final do conflito mundial. No entanto, o avançar da investigação levou-nos a encurtar a nossa baliza cronológica, deixando “de fora” a Grande Guerra, uma vez que a conjuntura bélica operou alterações no estabelecimento – salientando o papel que a Manutenção Militar terá tido num contexto de Economia de Guerra –, o que obriga a uma análise cuidada deste assunto, que merece, aliás, ser feita. Veja-se no trabalho de Ana Paula Pires a composição da Comissão Central de Subsistências, constituída pela Manutenção Militar e pela Comissão Distrital de Subsistências. Cf. Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Lisboa, Centenário da República; Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2011, p.168.

¹⁷ Destacando-se, a seguir à indústria têxtil, “o desenvolvimento das indústrias alimentares, em particular a moagem”, que é o caso da Manutenção Militar. Cf. Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX: Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p.93; Maria Fernanda Rollo e A.H. de Oliveira Marques, «O Surto Industrial», in A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI de Joel Serrão A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp.134-135; Maria Fernanda Rollo, «Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema», in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010, pp.31-32. No entanto, no período em análise, o país manter-se-ia, nas palavras de Maria Fernanda Rollo, “longe de encetar um processo de industrialização e modernização económica e social semelhante ao que caracterizava os países europeus mais desenvolvidos, mantendo taxas de crescimento muitíssimo modestas, ao nível das mais baixas registadas pelos países europeus ao longo de todo o período entre 1870 e 1913”. Maria Fernanda Rollo, «Da insustentabilidade do modelo à crise...», p.33.

neste caso em particular, à do engenheiro militar, enquanto “agente portador de inovação científica e tecnológica”¹⁸, dinâmica que se reflete neste empreendimento.;

(c) No seguimento do enunciado anterior, a questão dos pontos de contacto com o que neste domínio se verificava na Europa, não só nos processos de fabrico adotados, mas também no que diz respeito ao próprio projeto da Manutenção Militar, que tem por referência as conversões das padarias militares em organismos estatais deste cariz encetadas pelos vizinhos europeus, como a França, a Alemanha, a Áustria ou a Espanha;

(e) O princípio orientador da MM: a autossuficiência do Exército em géneros.

No plano historiográfico, as problemáticas enunciadas podem ser divididas em três eixos temáticos: (i) o panorama industrial português entre as últimas duas décadas do século XIX e o eclodir do primeiro conflito mundial, com destaque para o sector moageiro; (ii) a inovação científica e tecnológica e a internacionalização das trocas e dos saberes; (iii) a alimentação dos Exércitos.

Traçando o Estado da Arte, no que diz respeito ao primeiro eixo, a historiografia encontra-se relativamente bem desenvolvida, salientando-se os contributos de Jaime Reis¹⁹, José David Justino²⁰, Maria Fernanda Rollo e António Henrique de Oliveira Marques²¹, João Confraria²², e o mais recente trabalho de Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Miranda²³, não descurando o contributo de Manuel Villaverde Cabral²⁴. Relativamente à indústria de moagem, cerne da criação da MM, embora nos falem monografias relacionadas com as grandes empresas moageiras que caracterizaram o

¹⁸ Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, *Ordem dos Engenheiros: 75 anos de História: Inovação e Desenvolvimento em Portugal: O Lugar dos Engenheiros*, Lisboa, Ingenium: Ordem dos Engenheiros, 2012, p.20

¹⁹ Jaime Reis, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», in *Análise Social*, vol. XXIII (96), 1987 - 2º, pp. 207-227.

²⁰ David Justino, *A formação do espaço económico nacional*, vol. II, Lisboa, Vega D.L., 1989.

²¹ Maria Fernanda Rollo e A.H. de Oliveira Marques, «O Surto Industrial», in A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI de Joel Serrão A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 115-145; Maria Fernanda Rollo, «Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema», in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010, pp. 27-42.

²² João Confraria, «Portugal: Industrialization and Backwardness», in James Foreman-Peck e Giovanni Federico, *European Industrial Policy*, New York, Oxford University Press, 1999, pp. 268-294.

²³ Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal 1143-2010*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012; Pedro Lains, *Os Progressos do Atraso: uma nova história económica de Portugal*, Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, 2003.

²⁴ Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX: Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

sector²⁵, contamos com o importante contributo de Jaime Couto Ferreira, que traça o retrato da evolução do sector moageiro, dos moinhos às fábricas de moagem propriamente ditas, nos séculos XIX e XX²⁶. De referir também o trabalho de Ana Paula Pires, que reflete sobre o sector moageiro enquanto grupo de pressão durante a Iª República, e que caracteriza, igualmente, a evolução da Moagem²⁷.

Quanto ao segundo eixo temático, contamos com os importantes contributos de Ana Cardoso de Matos²⁸, Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires²⁹, não esquecendo os vários artigos que encontramos no trabalho, por nós já referido, dirigido por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira³⁰. De salientar ainda, no âmbito trocas internacionais do saber científico e técnico protagonizadas pela engenharia militar portuguesa, as investigações de José Luís Assis³¹, fundamentais para o nosso trabalho.

²⁵ Fora do âmbito historiográfico, mas pela proximidade com o nosso objeto e período de análise, contamos com o trabalho de Cláudia Duarte, que incide sobre a empresa moageira de Mendes Godinho, *A Portuguesa*, numa perspetiva da sua musealização. Cf. Cláudia Duarte, *Musealização da Levada de Tomar: subsídios para a conservação do património industrial da moagem A Portuguesa*, Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

No mesmo âmbito, contamos ainda com a dissertação de Maria da Conceição Toscano, dedicada ao património industrial da fábrica de moagem do Caramujo: *A fábrica de moagem do Caramujo – património industrial da Cova da Piedade: Percursos de salvaguarda e reutilização*, Mestrado, Universidade Aberta, 2012; e o trabalho já citado de Maria da Luz Sampaio, Alice Semedo, João Rapagão e César Fernandes, dedicado à musealização da fábrica da Companhia de Moagens Harmonia, no Porto, que albergara o Museu da Ciência e Indústria do Porto. Cf. <http://museudaindustria.org/conteudo.aspx?args=2,10>, consultado em 20.09.2016.

²⁶ Jaime Couto Ferreira, *Farinhas, Moinhos e Moagens*, Lisboa, Âncora Editora, 1999.

²⁷ Já citado nesta introdução. Veja-se a página 1, nota de rodapé 2.

²⁸ Vejam-se, a título de exemplo: Ana Cardoso de Matos, «The influence of the École des ponts et chaussées of Paris on the Lisbon Polytechnic School (1836–1860)», in *Journal of History of Science and Technology*, vol.7, Spring 2013, pp.13-35; *Idem*, «Asserting the Portuguese Civil Engineering Identity: the Role Played by the École des ponts et chaussées», in Ana Cardoso de Matos, M. Paula Diogo, Irina Gouzevitch e André Grelon (ed.), *Jogos de Identidade Profissional: Os Engenheiros entre a Formação e a Acção*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS/CIUHCT, 2009, pp. 177-209.

²⁹ Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, *Ordem dos Engenheiros: 75 anos de História: Inovação e Desenvolvimento em Portugal: O Lugar dos Engenheiros*, Lisboa, Ingenium: Ordem dos Engenheiros, 2012; sobre este clima de confiança no progresso técnico e científico que também se fez sentir em Portugal - mas que começa revelar-se “inquietante” na viragem para o século XX -, veja-se Maria Fernanda Rollo, «Da insustentabilidade do modelo...», pp. 27-42; e Eric Hobsbawm, *A Era do Império: 1875-1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp.40-49; Chantal Beauchamp, *Revolução Industrial e Crescimento Económico no Século XIX*, Lisboa, Edições 70, 1998, pp. 99-100; Paula Gomes Magalhães, *Belle Époque: A Lisboa de finais do século XIX e início do século XX*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, p. 11.

³⁰ Vejam-se os artigos de António José Telo, «Os Militares e a Inovação no Século XIX» e «A Segunda Vaga de Inovação em Portugal»; bem como o artigo de Manuel Themudo Barata, «Ensino militar: passos definitivos em Portugal e no Brasil», in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. III, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003-2004, pp. 336-341, pp.358-376 e pp. 422-429, respetivamente.

³¹ José Luís Assis, *Ciência & Técnica na Revista Militar (1849-1910)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2005; *Idem*, *Militares, Ciência & Técnica: Circulação e Trocas Internacionais 1850-1918*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2016.

A ausência de trabalhos relacionados com o último eixo temático resultou numa abordagem superficial desta matéria: encontra-se por fazer uma história da alimentação do Exército, sobretudo para os séculos XIX e XX – quando se torna necessário conceber sistemas para abastecer os Exércitos em permanência -, seja ela a nível nacional ou numa perspetiva comparada. Este esforço não nos parece despiciendo, sobretudo para se apreender a sua posição no cômputo da indústria alimentar e as alterações que se verificam nesses sistemas em contextos bélicos³².

No tocante à Manutenção Militar, e tendo em conta o que já deixámos exposto: no âmbito do património, contamos com o contributo de Deolinda Folgado e Jorge Custódio, em *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, que sintetiza as várias fases da sua história, entre a sua fundação e o final da Guerra Colonial³³. Os restantes trabalhos e publicações dedicados – ou que versam – sobre a história do estabelecimento circunscrevem-se à esfera do Exército Português³⁴. Fora do plano militar, contamos com as abordagens à MM feitas em estudos dedicados à moagem de cereais, por nós já referidos³⁵. A par desta base bibliográfica, recorreremos à obra do brigadeiro Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, publicada em 1966-1967, na qual se procurou compilar, com base em legislação e nos relatórios de gerência existentes, o percurso do estabelecimento entre 1886 e 1961³⁶.

³² Já existem alguns trabalhos feitos, mas sobretudo para o período da Iª Guerra Mundial. Vejam-se, a título de exemplo, os trabalhos de Rachel Duffett: *The Stomach for Fighting: Food and the Soldiers of the Great War*, Manchester, Manchester University Press, 2012; Ina Zweiniger-Bargielowska, Rachel Duffett e Alain Drouard (ed.), *Food and War in the Twentieth Century Europe*, Surrey, Ashgate, 2011.

³³ Deolinda Folgado e Jorge Custódio, *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

³⁴ Em 1997, por altura da comemoração do centenário da sua fundação, a Manutenção Militar lançou uma publicação - *I Centenário da Manutenção Militar - 1897-1997*-, que sintetiza as várias fases da história do estabelecimento. Na esfera militar, contamos com dois trabalhos de investigação aplicada da Academia Militar: Carlos Miguel Isidoro de Oliveira, *A Importância da Manutenção Militar no Fornecimento de Alimentação ao Exército*, Trabalho de investigação aplicada, Lisboa, Academia Militar, 2008; João Francisco Mesquita Folgado Vicente Lopes, *A importância da Manutenção Militar no Sistema Logístico do Exército Português*, Trabalho de investigação aplicada, Lisboa, Academia Militar, 2010. Embora dedicados à apreensão do sistema de alimentação do Exército Português já no século XXI, abordam brevemente o percurso histórico do estabelecimento entre a sua fundação e a data em que os seus trabalhos foram realizados, já com a MM numa fase de reestruturação, iniciada na década de 90 do século XX. Cf. Carlos Isidoro de Oliveira, *Op. cit.*, pp.6-7.

Os trabalhos de João Vicente Lopes e de Deolinda Folgado e Jorge Custódio, já referidos, citam na sua bibliografia um outro trabalho, de Maria de Lurdes Filipe Nunes: *Um percurso de 111 anos de História da Manutenção Militar*, Lisboa, Núcleo Museológico da Manutenção Militar. No entanto, este já não se encontra no Núcleo Museológico da Manutenção, colocando-se a hipótese de ter sido levado pela autora, que fora responsável pelo referido núcleo, quando cessara a sua atividade no mesmo.

³⁵ Vejam-se as páginas 5-6 desta introdução e as notas de rodapé 2, 25 e 26.

³⁶ Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, volumes I-III, Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966-1967.

O descortinar do passado da MM fez-se, sobretudo, com recurso às diversas fontes primárias e secundárias disponíveis. A dispersão das mesmas e as condicionantes com que nos deparámos em alguns dos arquivos³⁷ constituíram os principais obstáculos à nossa investigação. Deixámos de fora deste trabalho a possível documentação que se poderá encontrar dispersa pelos arquivos dos países vizinhos - posto que a Manutenção Militar tem por referência os congéneres europeus -, por não termos uma pista sólida a este respeito, num processo que se revelaria, certamente, moroso para o tempo que tínhamos disponível para a elaboração deste trabalho. Também nos deparámos com um vazio de trabalhos relacionados com os estabelecimentos congéneres, o que não nos permitiu, como teríamos desejado, empreender uma análise comparada. Esta possibilidade fica, assim, em aberto, podendo investigações futuras vir a corroborar estes pontos de contacto, que defendemos que existiram, tendo em conta o que nos indicam as fontes que encontrámos em território nacional.

Relativamente aos arquivos consultados, esta investigação centrou-se sobretudo no Arquivo Histórico Militar e na Biblioteca Nacional, onde encontrámos grande parte das fontes, diretas e indiretas, que nos permitiram apreender esta história. A Manutenção Militar não possui arquivo organizado e catalogado, mas o acesso aos relatórios de gerência às ordens de serviço do estabelecimento³⁸, bem como a outra documentação, foi-nos facilitado pelas responsáveis pelo núcleo museológico, Catarina Duarte e Isabel Santos, que se mostraram incansáveis dentro das limitações do espólio documental que encontravam à sua disposição.

Este trabalho procurou cruzar a história da indústria, da instituição militar, a história económica e social, bem como a da ciência, da tecnologia e da inovação. A estrutura desta dissertação é inevitavelmente cronológica, e encontra-se dividida em três partes. A primeira parte, a mais extensa, incide sobre o percurso que medeia entre a conceção do projeto e o ato fundacional da MM, estando por isso balizada entre 1886 e

³⁷ O caso da documentação pertencente ao Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que se encontra agora na Biblioteca e Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, e onde não nos foi permitido aceder à possível informação existente para a década de 1890, por não se encontrar tratada arquivisticamente.

³⁸ Na Manutenção Militar encontram-se compiladas as ordens de serviço do estabelecimento, a partir de 1907. Pelo considerável manancial de informação que encerram, o que as tornam de demorada leitura, quer pela quantidade da informação registada, quer pela dispersão das temáticas que nelas se inscrevem - as ordens de serviço registam o movimento diário do estabelecimento, sobretudo no que diz respeito aos trabalhadores, anotando-se desde faltas ao ponto a penalizações por danificação de material -, optámos pela consulta dos relatórios de gerência, anuais, que resumem os acontecimentos mais relevantes que se registaram no estabelecimento. No entanto, é de salientar a importância desta fonte, sobretudo para um estudo aprofundado do trabalho no complexo fabril, do ponto de vista social.

1898. A análise demorada desta “etapa” prende-se com o facto de nela convergirem todas as problemáticas por nós já enunciadas.

Na segunda parte, que balizámos entre 1899 e 1910, procurámos analisar o período que se seguiu à fundação do estabelecimento, durante o qual se procedeu à sua organização e à materialização do plano de obras definitivo. Com a conclusão do primeiro plano de trabalhos da Manutenção Militar, em 1910, ficariam instalados os principais serviços que permitiriam que a MM pudesse colocar em prática a sua missão. A terceira parte, que estanca em 1914, incide sobre a adaptação do estabelecimento a um novo contexto político, económico e social, colocando-se em evidência o impulso que conhece nesses anos.

Inegável reduto do património industrial contemporâneo português, a história da Manutenção Militar merece ser aprofundada e problematizada. Por um lado, porque esse esforço constitui um contributo necessário para a sensibilização em torno da valorização e da preservação do seu património imóvel³⁹. Por outro, e porque a MM extravasa a sua existência enquanto estabelecimento do Exército Português - apresentando-se, simultaneamente, como estabelecimento estatal -, porque esse esforço também contribui para a escrita da história da indústria portuguesa e para a reflexão em torno do seu desenvolvimento, em particular no que diz respeito à indústria alimentar. Procurámos que este trabalho pudesse concorrer, ainda que de forma certamente modesta, para estas reflexões. Esta investigação, longe de se encontrar concluída ou “cristalizada”⁴⁰, pretendeu contribuir para o debate - que se encontra a decorrer - em torno do futuro da Manutenção Militar. Ou não fosse esse o dever cívico do historiador: fazer com que os seus esforços de interpretação do passado contribuam para levantar a questão do que este “pode ou não, aqui e agora, fazer”⁴¹.

³⁹ Património este que, vale a pena salientar, se encontra notavelmente preservado.

⁴⁰ Enzo Traverso, *O Passado, Modos de Usar: História, Memória e Política*, Lisboa, Edições Unipop, 2012, p.104.

⁴¹ Frank Ankersmith, «Historiografia e pós-modernismo», in *Topoi*, Rio de Janeiro, 2001, p.124.

Capítulo I

Da iniciativa à fundação (1886-1898)

1.1. “*Um dos mais valiosos serviços prestados ao exército*”: um novo estabelecimento para alimentar os militares

O processo de instalação da Manutenção Militar, em Lisboa, não foi, como em todos os projetos desta envergadura, simples nem imediato. Difícil é mesmo, em termos empíricos, “agarrar” a ponta do novelo desta iniciativa. Se é certo que a bibliografia que se refere à Manutenção Militar marca a sua fundação em 1897, importa analisar o percurso que a antecedeu, e que reflete um moroso processo de instalação.

A criação da Manutenção encontra os seus precedentes na Padaria Militar, criada, a título experimental, por iniciativa do general marquês Sá da Bandeira, à data ministro da Guerra. O estabelecimento, inaugurado em Fevereiro de 1862, foi instalado num “terreno pertencente ao quartel do Regimento de Infantaria nº2, na Rocha do Conde de Óbidos”⁴², sendo servido por praças desse corpo, e abastecendo, além deste regimento, o Regimento de Infantaria nº7⁴³. Os resultados obtidos foram de tal forma relevantes que, passados apenas quatro meses sobre a sua inauguração, o governo foi autorizado a ampliar o seu serviço, com vista a estender o fornecimento de pão a todas as unidades de guarnição de Lisboa, bem como “às forças aquarteladas em Santarem”⁴⁴. No ano de 1863, a Padaria Militar recebeu o seu primeiro regulamento, e em 1870 passou a estar subordinada à Direcção de Administração Militar⁴⁵.

Visando o fornecimento direto de pão ao Exército, as instalações e processos de fabrico do estabelecimento, entendidos desde a sua criação como provisórios, acusariam sinais de esgotamento passadas cerca de duas décadas. Na década de 1880, parece que se equaciona já avançar para uma reconversão da Padaria, embora esse passo só fique

⁴² Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, I vol., Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966, p.321

⁴³ *Relatório da Gerencia do ano de 1911-1912*, Lisboa, Typografia da Manutenção Militar, 1912, p.1

⁴⁴ Foram ainda organizadas sucursais em Bragança, Porto, Chaves, Elvas, Évora, Guarda, Lagos, Leiria, Viana do Castelo, Viseu e no Funchal. Cf. *Notícia histórica sobre os estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra*, Ministério da Guerra, Lisboa, Bertrand, 1947, p.51; *Relatório da Gerencia do ano de 1911-1912...*, p.1

⁴⁵ João Francisco Vicente Lopes, *A importância da Manutenção Militar no Sistema Logístico do Exército Português*, Trabalho de investigação aplicada, Lisboa, Academia Militar, 2010, p.7; Armando Pinto, *Op. cit.*, I vol., pp.321-322 e p.341. Sobre a Padaria Militar, veja-se Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, I volume..., pp.313-352

claro, no que diz respeito a informação empírica disponível, com a nomeação de uma comissão, em 1886, incumbida de estudar a viabilidade de se proceder a essa transformação, como de seguida veremos.

Os primeiros movimentos partem do Ministério da Guerra, na altura em que era Fontes Pereira de Melo o detentor desta pasta, como nos informa a «Crónica Interna» da *Revista Militar* em 1884: a “autoridade superior militar” encontrava-se resolvida em construir uma “*manutenção militar, no local das antigas cavallariças reaes, em Belém*”. Pretendia-se que este estabelecimento tivesse as condições necessárias para “*poder abastecer não menos de 60:000 homens, em circunstâncias extraordinárias*”, o que se revelava não ser possível “*com os edifícios da actual padaria militar, mui acanhados e dispersos, e nos quaes se torna difficilima uma boa fiscalisação*”. Avançava-se que “*da constucção de uma manutenção militar deverão advir importantíssimas economias para o ministerio da guerra, que poderão depois ser applicadas ao desenvolvimento e criação de outros serviços indispensaveis*”. Por fim, congratulava-se “*o pensamento do nobre ministro da guerra*”, por aquele que seria “*seguramente um dos mais valiosos serviços prestados ao exercito*”, informando-se, ainda, que estava “*encarregado de projectar o novo estabelecimento (...) o sr. capitão de engenharia Jacinto Parreira*”⁴⁶.

Encontramos outras pistas que nos indicam que a ideia já fazia caminho. Desde logo, no primeiro relatório oficial elaborado pela comissão nomeada em 1886, os seus membros esclarecem que aproveitaram “*os estudos que sobre o assumpto foram feitos por um illustrado official de artilharia do nosso exercito que, no estrangeiro, visitou e analysou pessoalmente aqueles estabelecimentos e o seu modo de funcionar*”⁴⁷.

Bem mais tarde, em 1899, numa sessão da Câmara dos Pares, o Par do Reino Fernando Larcher⁴⁸ dirá na sua intervenção, a propósito do preço a que é vendido o pão fabricado na Manutenção Militar: “*em 1887 (...) quando o meu falecido pai, então*

⁴⁶ Para todas estas citações, «Crónica Interna: Manutenção Militar», in *Revista Militar*, nº3, 15 de fevereiro de 1884, pp. 93-94.

⁴⁷ «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 ácerca das padarias militares», *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 4 de maio de 1888, p.1416. No entanto, a omissão do nome desse official, bem como o facto de não tornar a ser referido em qualquer outra fonte, dificulta a tarefa de deslindar quem foi este militar.

⁴⁸ Fernando Larcher (1857-1922). Foi militar – tendo chegado a general em 1910 –, membro do Partido Progressista e par do Reino a partir de 1896, sucedendo ao seu pai, Jaime Larcher. Cf. Ana Cristina Silva e Jorge Sousa Rodrigues, «LARCHER, Fernando», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006, pp. 496-497.

*director das construções civis do ministério da marinha, propoz ao sr. ministro da marinha (...) o estabelecimento de uma manutenção onde se fabricassem as massas, pão e bolacha com destino ao consumo do corpo de marinheiras da armada”, a instalar em Vale do Zebro*⁴⁹. Fernando Larcher terá dito ainda que se pretendia alargar o fornecimento da manutenção da marinha “*aos corpos do Exército aquartelados em Lisboa, á guarda municipal, e todos os corpos do Alentejo servidos pela linha férrea do sul e sueste*”, uma vez que este estabelecimento “*somente daria o máximo de economia no fabrico quando o numero de rações diárias a fornecer não fosse inferior ao numero de vinte e sete mil aproximadamente*”, não tendo a Marinha, por si só, “*fôrma alguma de consumir tão avultada quantidade de rações diárias*”⁵⁰. Nesta intervenção, ainda que com algumas incongruências⁵¹, sugeria que o projeto não teria tido viabilidade aos olhos do Ministério da Guerra, uma vez que “*consultadas pessoas idóneas (como se então as houvesse em Portugal!), estas lhe haviam respondido não convir ao exercito senão um estabelecimento podendo fornecer, pelo menos, cem mil rações diárias!*”, e que, “*em vista de tão extraordinária quanto fantasiosa resposta, resolveu-se nada fazer*”, entendendo o Par que se encontrava aqui “*a razão por que nunca se conseguiu estabelecer uma manutenção militar, continuando a tal experiencia provisoria de padaria militar alojada em imundas barracas provisorias e provisoriamente se manteve, por quasi trinta annos.*”⁵²

A existência de estabelecimentos desta natureza não era, assim, desconhecida. E, ainda que a comissão nomeada em 1886 venha a afirmar, no seu relatório, que a questão da alimentação dos exércitos se encontrava mal estudada em Portugal⁵³, são vários os artigos que encontramos nos periódicos militares - como na *Revista Militar*, na *Revista*

⁴⁹ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, nº8, sessão de 8 de fevereiro de 1899, p.74.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ O Par começa por situar este acontecimento em 1887, sendo que a comissão para estudar a viabilidade de reconverter a padaria militar num outro estabelecimento havia sido nomeada a 30 de junho de 1886. Diz ainda que a ideia do seu pai, Jaime Larcher, engenheiro militar, foi apresentada “ao sr. Fontes Pereira da Mello, então ministro a guerra”, quando, à data, já era Januário Correia de Almeida, Visconde de São Januário, o detentor desta pasta. *Idem*. A biografia de Jaime Larcher pode ser lida em Ana Cardoso de Matos, «LARCHER, Jaime», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. II...pp. 497-500.

⁵² Para todas estas citações, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, nº8, sessão de 8 de fevereiro de 1899, p.74.

⁵³ «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 ácerca das padarias militares...», p.1413.

de *Engenharia Militar* e na *Revista de Ciências Militares* -, que versam sobre estas matérias⁵⁴.

Parece, portanto, existir uma tomada de consciência, ainda que acantonada neste núcleo de saber, do que significa a instalação de um estabelecimento deste cariz. E verificamos, nas intervenções feitas sobre este assunto nas Câmaras dos Deputados e dos Pares, nos anos que se seguem ao arranque do projeto, a existência de um consenso entre a classe política portuguesa em torno da criação de uma Manutenção Militar, sobretudo no que diz respeito às razões que nortearam o projeto: por um lado, uma manutenção militar seria, certamente, “*um dos mais valiosos serviços prestados ao exercito*”⁵⁵, posto que garantiria a quantidade e a qualidade da alimentação do soldado. Por outro, significava emancipar este fornecimento das malhas da indústria privada, em particular da de moagem, e, por associação, libertar o Estado desta mesma malha, permitindo-lhe abastecer a capital em caso de greves dos manipuladores de pão, ou das dos próprios padeiros ou moageiros. Uma manutenção militar não só auxiliaria o Estado, enquanto instrumento para lidar com questões de ordem pública, como o “alforriava” da esfera dos interesses da indústria de moagem, numa matéria desde sempre problemática: a questão cerealífera. De facto, como Jaime Ferreira defendeu, cabe não esquecer que o estabelecimento nasce em “tempos de cerrado ataque à *Moagem*, acusando-a de lesiva dos interesses da *Lavoura*, dos próprios consumidores e do interesse nacional, pois era apontada como um instrumento de homens de negócios sem amor ao terrunho e que lucravam com um bem essencial à alimentação popular”⁵⁶.

Estes princípios orientadores confirmam-se nas intervenções feitas na Câmara dos Pares, algumas delas proferidas por alguns dos protagonistas desta história. Na sessão de 8 de julho de 1891, o Par do Reino Francisco Simões Margiochi⁵⁷, dirigindo-se ao Ministro da Fazenda para o alertar para a necessidade de se concluírem as obras da *Manutenção do Estado*, diria: “*Desde o momento em que esse estabelecimento esteja prompto a funcionar, o governo está armado para atender às crises da moagem e às*

⁵⁴ Sobretudo para as décadas de 80 e 90 do século XIX.

⁵⁵ Para todas estas citações, «Crónica Interna: Manutenção Militar», *Revista Militar*, nº3... p. 94.

⁵⁶ Jaime Ferreira, *Farinhas, Moinhos e Moagens*, Lisboa, Âncora Editora, 1999, p. 212.

⁵⁷ Francisco Simões Margiochi (1848-1904). Formou-se em agronomia no Instituto Geral de Agricultura, foi membro da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, vereador na Câmara Municipal de Lisboa, membro do Partido Regenerador e Par do Reino a partir de 1879. Foi “relator do projecto que limitou a importação de trigo”, de 1889 (sobre este assunto, veja-se a página 73, neste trabalho). Cf. Ana Cardoso de Matos, «Margiochi, Francisco Simões (1848-1904)», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. II..., pp. 750-752.

crises do pão”. Contava que, no ano anterior, enquanto presidente da comissão municipal de Lisboa, se havia deparado com “*duas crises que apareceram; uma motivada pelos patrões-padeiros e outra pelos operarios padeiros*”, tendo recorrido, a conselho do então detentor da pasta da Guerra, António de Serpa Pimentel⁵⁸, à direção da Padaria Militar para poder abastecer em pão a cidade de Lisboa. Contudo, o diretor não o conseguiu ajudar, não podendo dispensar um único forno, que estavam “*todos ocupados para o serviço da guarnição de Lisboa*”, nem “*soldados padeiros*” para além “*três ou quatro*”. Margiochi comparava este episódio com um outro, pretendendo reforçar a urgência de se concluir o estabelecimento: “*Agora viram por exemplo todos os que se deu em França quando foram pedidos à administração militar franceza 400:000 kilogrammas de pão, para a cidade de Paris, logo no dia seguinte a administração os apresentou.*”. E concluía: “*Portanto, desde que o estado possa dispôr de um estabelecimento, que, em determinadas circumstancias, forneça pão a toda a cidade, o governo está bem armado contra uma crise que é grave, e que prende muito com a questão da ordem publica. Em relação á moagem tambem o governo fica completamente armado, desde que aquele estabelecimento esteja funcionando*”⁵⁹.

Aproveitamos para subir um pouco do véu a respeito da iniciativa de se fundar a Manutenção, com a resposta que Mariano de Carvalho⁶⁰, na altura ministro da Fazenda, ofereceu à intervenção anterior, que, como referimos, lhe fora dirigida: “*(...) fui eu, como ministro da fazenda, que tomei a iniciativa de fundar em Lisboa um estabelecimento denominado «manutenção do estado», compreendendo, não só a moagem, mas a padaria, para em circunstâncias de crise acudir ao abastecimento da cidade de Lisboa e das povoações próximas (...) não só porque é um benefício para o exercito, mas tambem porque assim acaba-se com a dependência em que os governos têm estado dos moageiros, dos padeiros, e até mesmo dos moços de padeiro.*”⁶¹ Os princípios parecem ter ficado claros, como se corrobora uns anos mais tarde, quando

⁵⁸ António de Serpa Pimentel (1825-1900). Doutorado em Matemática, seguiu a carreira militar. Foi ministro das Obras Públicas, da Guerra (interino), da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros. Liderou o Partido Regenerador após a morte de Fontes Pereira de Melo. Cf. Fernando Moreira, «PIMENTEL, António e Serpa», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. III..., pp. 271-273.

⁵⁹ Para todas estas citações, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, nº29, sessão de 8 de julho de 1891, p.13.

⁶⁰ Mariano Cirilo de Carvalho (1836-1905), foi deputado e Ministro da Fazenda e do Reino (interino). A sua extensa atividade política pode ser lida em Pedro Tavares de Almeida e Paulo Jorge Fernandes, «CARVALHO, Mariano Cirilo de», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I..., pp. 665-669.

⁶¹ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, nº29, sessão de 8 de julho de 1891, pp.13 e 14.

Fernando Larcher torna a intervir sobre a Manutenção: “*Se a memoria não me falha, em 1888 sendo ministro da fazenda o sr. Marianno de Carvalho, houve idéa de fazer construir um edifício proprio para a manutenção do estado e destinado a prevenir e evitar no futuro qualquer facto grave para a ordem publica, resultando da mancomunação ou greve dos manipuladores de pão.*”⁶²

No que diz respeito à questão cerealífera, dizia Jerónimo Cunha Pimentel, cabeça do conselho de administração da *Manutenção do Estado*, em 1893: “*No relatorio da proposta de lei ministerial, para justificação da montagem d’estas fabricas, dizia-se que a padaria militar não estava em condições de satisfazer às necessidades do exército, nem prover ás da marinha e estabelecimentos dependentes dos ministérios do reino e da justiça, como por exemplo: a penitenciaria, os hospitaes, asilos, etc. Mas não foram só estas razões que levaram o governo e o parlamento a estabelecer a manutenção do estado; houve um outro pensamento, qual o de melhorar as condições de moagem dos nossos trigos*”⁶³

O passo oficial é dado em 1886, pelo então ministro da Guerra, o Visconde de São Januário⁶⁴. Por portaria de 30 de junho, foi nomeada uma comissão especial, incumbida de “*examinar os diferentes projectos*” que lhe fossem apresentados e escolher aquele que lhe parecesse o “*mais adequado (...) ao fim indicado*” pela portaria: o de se “*proceder á organização de uma padaria militar, que satisfaça ao fornecimento geral do pão ás tropas, de modo a conciliar a boa qualidade do produto com a impreterível economia da administração dos rendimentos publicos.*”⁶⁵

Com uma Padaria Militar esgotada, sem capacidade para responder “às necessidades do exército”, entendia-se que apenas “*a organização racional de um*

⁶² *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, nº16, sessão de 17 de agosto de 1897, p. 186.

⁶³ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão de 28 de junho de 1893, nº32, p.322.

⁶⁴ Januário Correia de Almeida (1827-1901). Formado em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra, foi militar, deputado e par do Reino. Após esta última nomeação, “entrou em dois ministérios progressistas, ascendeu ao Conselho de Estado (...) e por duas vezes foi convidado a presidir ao Governo”. Foi ministro da Marinha e do Ultramar e da Guerra. Cf. Fernando Moreira, «ALMEIDA, Januário Correia de», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I..., pp. 127-130.

⁶⁵ A comissão poderia ainda propor modificações aos projetos que lhe fossem apresentados, “*tendo em vista os melhoramentos técnico e economico deste importante serviço publico.*”. Para todas estas citações, *Ordem do Exército*, nº14, 9 de julho de 1886, p. 369.

*estabelecimento desta natureza” produziria “uma importante economia para o thesouro, permitindo ao mesmo tempo melhorar a qualidade do pão fabricado”*⁶⁶.

1.2. “As principais nações possuem (...) manutenções militares”: um projeto com os olhos no exterior

É certo que a instalação de uma manutenção militar em Portugal surge tarde, se compararmos com o que neste domínio se verificava noutros países europeus. Não obstante, se é certo que não segue na vanguarda, não é despiciendo o facto de se ter procurado construir uma manutenção militar “modelada” pelas manutenções estrangeiras.⁶⁷

Na verdade, tendo em conta o que lhe havia sido solicitado, a comissão nomeada em 1886 fora mais longe, chamando a atenção para a necessidade, que considerava urgente, de organizar o serviço de alimentação do Exército no nosso país. O seu relatório é riquíssimo do ponto de vista empírico no que diz respeito aos motivos que atestam a pertinência de se instalar um estabelecimento desta natureza. Dizia a comissão no seu relatório, entregue em dezembro de 1887:

*“Como bases justíssimas que fundamentavam a idéa da mencionada portaria, indicava-se que era indispensável proceder á organização de uma padaria militar (...) Se quisermos, porém, como o entende a commissão, que entre nós se lancem os fundamentos de uma nova instituição, tão necessária quanto proveitosa, que não só forneça pão mas tambem bolacha, o grande alimento auxiliar, mas ainda conservas para homens e para gado, e que essa vantagem reúna ainda as de não só fornecer as tropas do exercito activo, mas as da marinha, as guardas municipaes, os hospitaes militares e talvez alguns grandes estabelecimentos civis, o que é perfeitamente exequível, se quisermos, como podemos e devemos fazê-lo, fundar uma manutenção militar, modelada pela estructura e normas das suas similiares no estrangeiro.”*⁶⁸

⁶⁶ *Ordem do Exército*, nº14, 9 de julho de 1886, p. 369.

⁶⁷ «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 ácerca das padarias militares..., p.1413.

⁶⁸ *Idem*.

O plano elevava-se, como a própria comissão admitia, mas não se tornava, por isso, inviável⁶⁹. Neste relatório, a argumentação é norteadada pelo “*pensamento de se fundar uma manutenção militar*”, se assim fosse vontade do Estado, podendo, no entanto, preparar-se “*a simples substituição do actual estabelecimento, se não se quizer levar mais longe a reforma, ou a fundação a executar*”⁷⁰. Extravasando a intenção de melhorar a Padaria Militar, a proposta da comissão passava por lhe anexar uma moagem, uma vez que a transformação do cereal para o fabrico de pão para o Exército Português era feita com recurso à indústria particular, ou através da compra de farinha no mercado. Para a comissão, urgia adotar um sistema de administração direta para abastecimento dos militares, “*desde a recepção da matéria-prima até ao fornecimento do produto*”⁷¹.

Se estava bem arrumado na cabeça destes homens que a solução passava pela instalação de uma manutenção militar, mais claro estava que deveria ter como “modelo” os estabelecimentos congéneres, localizados em países como a França, a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália. Mais tarde, também Joaquim Renato Baptista tomaria como referência estes exemplos.

A primeira questão que se colocava prendia-se, desde logo, com o sistema adoptado pelas “principais nações” no que dizia respeito à alimentação dos respectivos exércitos. Assim, a comissão argumentava: “*As principais nações (...) possuem para o fornecimento de víveres duas ordens distintas de serviços – o da paz e o da guerra. O primeiro executa-se, de modos diversos, mas resume-se, geralmente, no estabelecimento de manutenções militares para as praças de guerra e grandes guarnições. O segundo, que acompanha os exércitos em marcha, dispõe dos depósitos moveis, que se vão deslocando sucessivamente sobre as linhas de comunicação e operações, e do serviço anexo ou auxiliar, que segue munido do material proprio, as tropas em movimento, e em estação as fornece do alimento indispensável.*”⁷²

Não esquecendo as razões que, mais tarde, seriam apontadas pela classe política portuguesa para a fundação do estabelecimento - e às quais já tivemos oportunidade de fazer referência -, a comissão tinha os olhos postos no que era feito nos países vizinhos,

⁶⁹ *Idem.*

⁷⁰ Para estas citações, «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 acerca das padarias militares...», p.1413.

⁷¹ *Idem*, p.1417.

⁷² *Idem*, p.1416.

e, tendo-os como referência, defendia que importava acertar com estes o passo, organizando o serviço de subsistências do Exército para a paz e para a guerra: “*entendemos todavia útil fazer aquellas e outras referencias no intento de sobrelevar as vantagens, e a necessidade, a nosso ver, instante de iniciarmos, com o estabelecimento de uma manutenção militar o verdadeiro fornecimento de viveres no exercito, e d’ahi partirmos para a organização, quando possivel das manutenções moveis (manutentions roulantes), que mais tarde ou mais cedo devemos adquirir, desde que queiramos dar ao exercito a mobilidade que lhe é própria.*”⁷³.

Importa salientar que a adopção das manutenções móveis⁷⁴ por parte dos exércitos estrangeiros não era ignorada por estes militares, e são vários os artigos e notícias que nos periódicos militares lhes fazem referência.⁷⁵ O mesmo se pode dizer a respeito da conceção do projeto, e são algumas as pistas que apontam no sentido de ter existido contacto entre estes protagonistas e o que se fazia no exterior.

Joaquim Renato Baptista diria, nas primeiras páginas do seu plano de obras, que, tendo em conta o carácter provisório da Padaria Militar, se iam procedendo aos estudos necessários para a sua substituição por um novo estabelecimento, “*para o que foram necessárias demoradas observações e experiências, tendentes a conhecer o que sobre a especialidade havia de melhor no país e no estrangeiro*”⁷⁶. Joaquim Renato fora um desses observadores, e a *Revista de Obras Publicas e Minas*, da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, chegaria a mencioná-lo: “*foi também encarregado de estudar e adquirir no estrangeiro os necessários machinismos*”⁷⁷.

Outro dado que importa ter em conta é o que nos dá este engenheiro a propósito das notas tomadas pelo tenente do Estado-Maior de engenharia Fernando Serpa Pimentel, aquando a sua visita a alguns estabelecimentos e fortificações militares na França, na Bélgica e na Alemanha⁷⁸. Os apontamentos tomados por este último foram publicados numa pequena monografia intitulada *Apontamentos sobre alguns*

⁷³ *Idem.*

⁷⁴ Ou padarias de campanha.

⁷⁵ Como ficou dito nas páginas 12-13 deste trabalho.

⁷⁶ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa*, Lisboa, 1898, p. 318.

⁷⁷ «Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes – Gerência de 1897 – Relatório e Contas», in *Revista de Obras Públicas e Minas*, 1898, tomo XXIX, n.º 337 a 339, p. 34.

⁷⁸ Joaquim Renato Baptista, *Op. Cit.*, p.428; Fernando de Serpa Pimentel, *Apontamentos sobre alguns estabelecimentos militares e fortificações da França, Belgica e Allemanha*, Lisboa, Typographia Universal, 1883. Fernando Eduardo de Serpa Pimentel (1853-1929), formado em engenharia militar pela Escola do Exército. O seu processo individual encontra-se no Arquivo Histórico Militar. Cf. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1690-B, Fernando Eduardo de Serpa Pimentel.

*estabelecimentos militares e fortificações da França, Belgica e Alemanha*⁷⁹, onde nos apresentava com breves descrições de três manutenções militares que visitara nestes três países em 1880: «*fábrica de conservas de Mayence*», «*Manutenção do caes de Billy*» e «*Manutenção de Anvers*»⁸⁰. A primeira dedicava-se à produção de bolacha, conservas de carne e de sopa, bem como rações de café. A segunda, “*situada no caes deste nome, na margem direita do Sena*”, fabricava pão e bolacha. Nesta fábrica, Fernando Serpa Pimentel tivera a oportunidade de ver alguns fornos de campanha, sendo que um deles, “*montado sobre uma viatura de 4 rodas*”, se tornava “*de grande vantagem para acompanhar forças em marcha ou em operações*”⁸¹. Por fim, a manutenção de Antuérpia dedicava-se à “*armazenagem de trigos, á sua moagem, e a armazenagem de farinhas*”, bem como “*à fabricação do pão e da bolacha*”. Neste caso, as suas farinhas eram “*fornecidas por esta manutenção a todo ou quasi todo o exercito belga*”, sendo o pão “*apenas fornecido à guarnição de Anvers*”⁸².

A França, a Alemanha e a Bélgica parecem, assim, ser os grandes paradigmas deste tipo de estabelecimento, por comparação com o que podemos ler no plano de Joaquim Renato Baptista. O engenheiro diria mesmo, a propósito do estabelecimento parisiense: “*É bem conhecido o importante estabelecimento de Paris, a Manutention militaire du quai Debilly. Este estabelecimento, hoje um tanto antiquado no seu material e nos processos que emprega, porque não é facil substituir uma installação tão vasta como aquella, podia ser considereado como um modelo na epocha em que foi organizado, e ainda presta um excellente serviço*”. Aliás, muitas das referências incidem sobre a administração militar francesa, por se encontrarem nesta “*muito bem organizados*” o fornecimento de géneros ao exército⁸³. Não querendo avançar com a tese de que a manutenção de Paris servira de modelo, algo que só poderá ser confirmado

⁷⁹ Visitas que não foram institucionais, mas que se deram por sua iniciativa, “*tendo pedido ao ministério da guerra licença para viajar*” para esses países. Fernando de Serpa Pimentel, *Apontamentos sobre alguns estabelecimentos militares e fortificações da França, Belgica e Alemanha...*, pp.3-4.

⁸⁰ Estas breves descrições encontram-se nas páginas 34 a 38 destes *Apontamentos*. Cf. *Ibidem*.

⁸¹ Para todas estas citações, *Ibidem*, pp.35-37.

⁸² Para todas estas citações, *Ibidem*, p. 37.

⁸³ Para estas citações, Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar...*, p.326. Sobre a Manutenção Militar referida, veja-se César Daly, «La manutention des vivres de la guerre (Quai Debilly, Paris)», in *Revue Generale de L'Architecture et des travaux publics*, III^a vol., 1842, pp. 355-363 e pp.554-561, disponível em https://books.google.pt/books?id=G5whAQAAMAAJ&pg=PA350&lpg=PA350&dq=quay+debilly+manutention+militaire&source=bl&ots=BOC-usCQDX&sig=2P4g3a2J0c61oiNyhVeUY928PTI&hl=pt-PT&sa=X&ved=0CDYQ6AEwA2oVChMIxvH_o-wyAIVR5UNCh2aUQiN#v=onepage&q=quay%20debilly%20manutention%20militaire&f=false, consultado em 7.10.2015.

com uma profunda investigação comparada, é certo que este foi, se não o modelo, um dos modelos destes homens.

Na verdade, considerado o relatório da comissão de 1886, consideramos que podemos falar de “modelos”, pelo menos no que diz respeito à estrutura e aos fins do estabelecimento. As “*principais nações*” que servem de exemplo para sustentar a argumentação da comissão são a França, a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália⁸⁴. Não obstante as diferenças dos sistemas adotados – a organização destes serviços, o recurso a mão-de-obra apenas militar, ou a mão-de-obra mista, isto é, militar e civil –, a premissa que justificava a existência deste tipo de estabelecimento era transversal a todos os exemplos elencados: concentrar num único “espaço” todas as fases da produção do alimento do soldado.

Salientamos, mais uma vez, o que fica dito em relação ao caso francês: “*Em França, o serviço por administração directa destina-se ás praças de guerra e ás grandes guarnições, e executa-se por meio de manutenções, ou armazens de víveres, confiados aos officiaes da administração que têm a seu cargo a recepção, conservação, transformação e distribuição dos viveres e das forragens (...) As manutenções são em geral grandes edifícios, na propriedade do estado, considerados como quartéis, e a cargo da engenharia militar, tendo-se como essencial que taes estabelecimentos estejam ligados ás linhas de caminhos de ferro para completa facilidade na expedição dos viveres. O serviço das manutenções compreende: 1.º, a aquisição de trigos e de farinhas; 2.º, a sua conservação; 3.º, a transformação dos grãos em farinha; 4.º, o fabrico de pão e bolacha; 5.º, o fornecimento de ás tropas.*”⁸⁵.

Estes exemplos e as considerações sobre eles tecidas sustentariam as conclusões da comissão, que, indo além do que lhe fora solicitado, propôs e defendeu, no relatório que entregou a 22 de Setembro de 1887, a “*fundação e installação de um novo estabelecimento, sob a fôrma das manutenções militares empregadas no estrangeiro, estabelecimento que com utilidade immediata para o exercito em tempo de paz, e mais tarde com vantagem dos fornecimentos em campanha, produzisse pão e bolacha em*

⁸⁴ A comissão refere que extraiu as informações relacionadas com cada um destes estabelecimentos de um “*excellente estudo*”, não referindo, no entanto, ao longo do relatório, de que estudo se trata nem por quem foi elaborado. Ver «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 ácerca das padarias militares...», p.1417.

⁸⁵ Para todas estas citações, «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 ácerca das padarias militares...», p.1416.

boas condições económicas e de fabrico”⁸⁶, orientado por um princípio “*simultaneamente económico, industrial e militar.*”⁸⁷

1.3. Uma Manutenção Militar para o Exército Português: Da Comissão de 1886 à paralisação do empreendimento

1.3.1. A Comissão de 1886: viabilizar o empreendimento

Tendo a Padaria Militar atingido o seu limite, já sem recursos para garantir a autossuficiência dos militares em pão, tinha chegado a hora de a substituir por um complexo fabril moderno, à semelhança do que se vinha a operar noutros Estados europeus. Como vimos, a 30 de junho de 1886 era nomeada uma comissão especial, pelo então ministro da Guerra, o Visconde de São Januário, com o propósito de “examinar os trabalhos já feitos e apresentar um projeto de padaria militar”⁸⁸. Esta seria constituída pelos seguintes indivíduos: Ladislau Miceno Machado Álvares da Silva, coronel de engenharia; João Carlos Rodrigues da Costa, major do regimento de artilharia nº4; António Caetano Pereira, diretor da padaria militar, à data major do estado maior de infantaria; Jacinto Parreira, capitão de engenharia⁸⁹; e António Cordes de Avelar, segundo oficial da direção da administração militar. O primeiro assumiria as funções de presidente, enquanto o último serviria de secretário. Os restantes seriam vogais⁹⁰.

Várias foram as propostas apresentadas à comissão, conforme ditava a portaria que a nomeara⁹¹. Todas foram, no entanto, rejeitadas, por não se mostrarem em “*condições de satisfazer ao fornecimento regular dos víveres às tropas*”⁹². Salientamos uma delas, que chegou a ser alvo de análise por parte da comissão, por assentar “*sobre os trabalhos feitos por dois engenheiros militares portugueses que haviam no*

⁸⁶ *Idem*, p.1422.

⁸⁷ *Idem*, p.1418.

⁸⁸ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.318.

⁸⁹ Veja-se o que ficou dito na página 11 e, mais à frente neste trabalho, nas páginas 38-40.

⁹⁰ *Ordem do Exército*, nº14, 9 julho 1886, 1886, p.369.

⁹¹ Veja-se documento 1, nos anexos.

⁹² «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 acerca das padarias militares..., p. 1422.

estrangeiro estudado especialmente o assunto”⁹³: esta sugeria o aproveitamento e transformação dos edifícios do Ministério da Guerra existentes em Belém, que eram conhecidos como “cavalariças reais”. Porém, a comissão considerara que estes edifícios se encontravam “*absolutamente inaproveitáveis para o fim a que eram propostos*”, sobretudo por se situarem numa área muito populosa, o que impedia a conquista do espaço necessário para as instalações – que nem com as expropriações que poderiam ser feitas, de custo muito elevado, seria conseguido -, e porque a área proposta não se encontrava protegida “*contra algum acidente, improvável, mas não imprevisto, de guerra*”.

Esta questão da defesa é muito importante, na medida em que estamos a falar de um estabelecimento do Exército. Naturalmente, este era um requisito obrigatório, ao qual o espaço escolhido teria de obedecer. Ainda sobre as cavalariças reais, colocavam-se dificuldades de comunicação – as obras que se pretendiam fazer no porto de Lisboa isolariam a área do rio, - impossíveis de contornar, e que eram vitais para colocar em funcionamento um estabelecimento como uma manutenção militar, entre outros problemas inconvenientes levantados pela comissão⁹⁴.

Foram também apresentadas propostas “de carácter particular”, perentoriamente recusadas. Algumas delas pretendiam ficar com o exclusivo do fabrico do pão e da bolacha a fornecer às tropas, o que constituía um grave contrassenso aos olhos da comissão, que considerava dever pertencer ao Estado e, em particular, à força armada, “o dever e a missão de alimentar” o seu Exército, um axioma que era defendido com base, mais uma vez, no que era feito pelos exércitos estrangeiros: “*nem chegamos a imaginar como se julgue inadmissível o confiar à indústria particular ainda quando seja a nacional, a grave responsabilidade de manter a vida do soldado. Nenhum país o faz exclusivamente, e muito menos nas grandes guarnições e praças de guerra; e se há excepções para as terras pequenas, onde não chega o fornecimento oficial, nenhuma nação deixa de educar o pessoal que tem de trabalhar em campanha e de acompanhar as grandes unidades em marcha ou estacionamento*”⁹⁵.

⁹³ No entanto, não são referidos os nomes dos engenheiros. *Ibidem*, p. 1414.

⁹⁴ Para todas estas ideias e citações, *Ibidem*, p.1414. Seria também levantada a hipótese de instalar a manutenção no Vale do Zebro, onde “*outrora funcionara estabelecimento análogo à padaria militar*”, mas o afastamento de linhas de comunicação, questões relacionadas com as condições de salubridade da área e do dispêndio que seria necessário fazer para edificar todas as instalações necessárias tornavam a proposta inviável. *Idem*.

⁹⁵ *Idem*.

Perante este cenário, e indo mais longe face ao que lhe fora solicitado, a comissão apresentou a sua proposta, tendo já em vista um voo diferente. Os seus membros tomaram então a iniciativa de procurar o edifício adequado para a instalação de todas as fases da produção do alimento do soldado num único estabelecimento. A 22 de Dezembro de 1887, a comissão apresentava o seu relatório, que dava luz verde para se iniciar a marcha. A Padaria Militar atingira o seu limite, já sem recursos para garantir a autossuficiência dos militares em pão, tendo chegado o momento de a substituir por um complexo fabril moderno. Uma *Manutenção Militar*, surgia, assim, como a resposta⁹⁶:

*“conclui-se, sem esforço que entre nós há para organizar o serviço geral de fornecimento de víveres ao Exército. Não parece que possa vacilar-se nos princípios fundamentais a adoptar (...) já em presença dos estudos e modificações operadas, depois das últimas guerras, nos serviços similares dos primeiros exércitos europeus (...) A montagem (...) entre nós de uma Manutenção Militar em certo grau de desenvolvimento não é apenas a satisfação de uma necessidade imperiosa; não é ainda só o dever de fornecer bem, em quantidade e qualidade, a indispensável alimentação das tropas; é, cumulativamente, a indispensabilidade de se montar, militarmente, o serviço de subsistências para o Exército e educa-lo e construí-lo para a paz e para a guerra”*⁹⁷.

A escolha do local para a instalação do novo estabelecimento recairia sobre o antigo Convento das Carmelitas - conhecido como convento das Grilas -, no Beato⁹⁸. O local, amplo, convivendo com o Tejo, “reunia condições excelentes para a implantação de unidades industriais”, sobretudo no que diz respeito às acessibilidades, “devido à proximidade do rio e do caminho-de-ferro do Norte”⁹⁹. Confirmava a comissão de 1886 que o convento e os seus terrenos contíguos surgiam como ideais para o que se pretendia, por se poderem “*em favoráveis condições de instalação, de segurança e de*

⁹⁶ *Idem*, pp.1416 e 1418.

⁹⁷ *Idem*, p.1417.

⁹⁸ Disponível em função da extinção das ordens religiosas. O convento das religiosas Descalças de Santo Agostinho, conhecido como convento das freiras Grilas, foi fundado por iniciativa da rainha D. Luísa de Gusmão, na segunda metade do século XVII. Sobre este convento, veja-se José Sarmento de Matos e Jorge Ferreira Paulo, *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 73-75. Também na Rua do Grilo, onde estava situado este convento, encontrávamos o chamado Convento dos Grilos, “cabeça da Ordem dos Ermitas de Descalços de Santo Agostinho”, também fundado por iniciativa de D. Luísa. Cf. *Ibidem*, p.65.

⁹⁹ Deolinda Folgado e Jorge Custódio, *Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p.108.

comunicações, adequar à fundação de uma manutenção militar, completa em todos os seus pormenores”¹⁰⁰.

A solução para superar o esgotamento da Padaria Militar passava pela concentração racional, num só estabelecimento, de todas as fases do processo de fabrico do alimento do soldado. O caminho a tomar era apresentado, assim, nas conclusões do relatório: *“estudou-se a fundação e instalação de um novo estabelecimento, sob a forma das manutenções militares empregadas no estrangeiro, estabelecimento que com utilidade imediata para o exercito em tempo de paz, e mais tarde com vantagem dos fornecimentos em campanha, produzissem pão e bolacha em boas condições económicas e de fabrico, com possibilidade de fornecer a armada real, regimento de infantaria do ultramar, hospitais militares e, porventura, quaesquer outras instituições publicas que o desejarem*”¹⁰¹.

Salientamos outras ideias a reter das conclusões apresentadas pela comissão:

- a) A centralização de todas as fases do processo do fabrico do alimento do soldado num só estabelecimento, revelava-se *“da maior vantagem economica e militar*”¹⁰², e a comissão acreditava, e sustentava, que o encargo anual, para o Estado, da instalação de semelhante estabelecimento se revelava *“relativamente diminuto”*, demonstrando-se no relatório que a moagem, por si só, daria *“avultados lucros para a amortização rapida do capital empregado na construção e preparo do novo estabelecimento”*. Além disso, defendia-se que uma administração *“inteligente e zelosa”*, que explorasse devidamente a fábrica e otimizasse a produção, através do *“aperfeiçoamento das moagens, da lotação de farinhas, do aproveitamento dos resíduos, etc.”*, conseguiria fazer reverter aos cofres do Estado *“sommas importantes”*, que atenuassem o investimento feito na criação do estabelecimento¹⁰³;

¹⁰⁰ «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 acerca das padarias militares..., p.1423. No plano das referências europeias, também as Manutenções Militares de Quai Debily e de Lyon foram instaladas em antigos conventos. Cf. «Les Substances de Lyon», <http://www.museemilitairelyon.com/spip.php?article144>, consultado em 7.10.2015; César Daly, «La manutention des vivres de la guerre (Quai Debilly, Paris), in *Revue Generale de L'Architecture et des travaux publics...*, p.355.

¹⁰¹ Para todas estas citações, *Idem*, pp. 1422-1423.

¹⁰² *Idem*, p.1423.

¹⁰³ Para todas estas citações, *Idem*, p.1423.

- b) A comissão defendia que, criando um estabelecimento deste género, se lançavam os alicerces para munir o exército português de algo que ainda não possuía: “*um serviço racional e indispensável de subsistências militares*”, sendo que a Manutenção assumiria, também, um papel de formador, preparando em tempo de paz uma ferramenta vital em tempo de guerra: a competência para abastecer as tropas em campanha¹⁰⁴;
- c) O estabelecimento, na forma como estava pensado, não só daria resposta às necessidades do Exército e dos corpos dependentes do Ministério da Guerra, como poderia vir a fornecer estabelecimentos que estivessem na dependência de outros ministérios¹⁰⁵;

O relatório da comissão oferecia ainda um plano de obras, que previa a expropriação de uma fábrica de sabões que se encontrava nas imediações do convento, bem como os terrenos pertencentes ao Duque de Lafões¹⁰⁶ e outros que se encontravam em redor, o que permitiria instalar os “*edifícios e estabelecimentos projectados*”, que compreenderiam uma fábrica de moagem, uma padaria – que ficariam no antigo convento das Grilas -, depósitos para os trigos e farinhas, bem como as necessárias dependências: oficinas, quartéis, cavalaria, “*depósitos para carros de transporte e oficinas (...) parque para forragens e hangar de recepção*”¹⁰⁷. Previa-se, ainda, a conquista de terreno ao Tejo, onde seria construído um cais para a receção e expedição de géneros¹⁰⁸.

No que diz respeito à moagem e à padaria, importa fazer algumas observações que confirmam a importância deste estabelecimento quando inscrito na problemática da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico que caracteriza o século XIX e a viragem para o século XX. Na senda dos processos de fabrico adotados e dos desenvolvimentos científicos e industriais conhecidos à época para a indústria de moagem de cereais, para comissão nomeada em 1886 a Manutenção Militar teria, indiscutivelmente, uma unidade fabril de moagem austro-húngara, que “à época”

¹⁰⁴ *Idem*, pp.1422-1423.

¹⁰⁵ *Idem*, p.1423.

¹⁰⁶ *Idem*, p.1418.

¹⁰⁷ «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 acerca das padarias militares...», p. 1418.

¹⁰⁸ *Idem*, p.1419. Veja-se a planta 1, nos anexos deste trabalho.

representava “não só uma novidade tecnológica de produção de farinha, como uma novidade ao nível da engenharia industrial”¹⁰⁹.

O sistema de moagem austro-húngaro, também conhecido como sistema de “*redução gradual*”, surge como resposta a um desejo crescente de aperfeiçoar o processo de moagem do trigo, procurando-se “obter o mínimo desperdício do cereal e a alvura da farinha”¹¹⁰. Esse desejo havia levado o engenheiro americano Oliver Evans, logo em 1785, a desenvolver um moinho a vapor, que seria aplicado à moagem no ano seguinte¹¹¹. É, aliás, a partir dos contributos deste engenheiro que, segundo Cláudia Duarte, “se inicia todo um revolucionar da indústria de moagens e se abre caminho para a massificação da farinha.”¹¹². A confiança na ciência alimentava a vontade de aperfeiçoar o sistema a ponto de dar resposta ao problema enunciado, que chegaria com o sistema de moagem austro-húngaro, cuja grande inovação está no recurso a moinhos de cilindros de materiais como o aço, o ferro fundido, ou mesmo a porcelana¹¹³.

O sistema é explorado na Hungria entre as décadas de 1830 e 1870, país que, pela abundância da matéria-prima, o trigo, apresentava as condições ideais para se apreciar as vantagens da aplicação do sistema¹¹⁴. O emprego dos cilindros em substituição das mós seria experimentado e desenvolvido por mãos suíças: em 1834, pelo engenheiro Jacob Sulzberguer; em 1850, por Abraham Ganz e em 1873 por Friedrich Wegmann, sendo que os dois últimos introduziriam, respetivamente, os cilindros de ferro refrigerados e os cilindros de porcelana¹¹⁵.

Em 1836 há já registo de uma moagem a utilizar o sistema, aplicado numa fábrica na Hungria, e este seria desenhado no ano seguinte, em Budapeste¹¹⁶. No entanto, apenas seria divulgado na década de 1870. Até lá, a Hungria trataria, como já

¹⁰⁹ Cláudia Duarte, *Musealização da Levada de Tomar: subsídios para a conservação do património industrial da moagem A Portuguesa*, Lisboa, Trabalho de projeto de Mestrado em Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, tirado de «Resumo do Trabalho de Projeto».

¹¹⁰ *Ibidem*, p.8.

¹¹¹ Como nos elucida Cláudia Duarte, é a Oliver Evans (1755-1819) que se atribui a invenção da moagem americana, bem como a “reintrodução dos princípios da mecânica helenística, como o parafuso de Arquimedes, a roda, a cunha, a alavanca e os planos inclinados, com funcionamento uníssono, de modo a reduzir substancialmente a força de trabalho”, tendo este contributo sido determinante “para a introdução da cadeia de produção em contínuo, essência da mecanização”. Cf. *Ibidem*, p.7.

¹¹² *Ibidem*, p.11.

¹¹³ Cláudia Duarte, *Musealização da Levada de Tomar...*, p.11

¹¹⁴ *Ibidem*, p.8.

¹¹⁵ Siegfried Giedion, *Mechanization Takes Command: a contribution to anonymous history*, New York, Oxford University Press, p.188, nota de rodapé 57.

¹¹⁶ Cláudia Duarte, *Op. Cit.*, p.12.

referimos, de explorar a invenção, tendo sido seguida pela Áustria, o que explica a denominação que lhe é atribuída. O sistema austro-húngaro seria, então, divulgado nas exposições universais de Viena, em 1873, e de Paris, em 1874, espaços privilegiados para a partilha e divulgação das mais recentes conquistas tecnológicas e científicas¹¹⁷.

Era assim que a comissão de 1886 resumia o funcionamento do sistema: *“consiste, de uma maneira geral, em triturar o trigo, passando-o repetidas vezes por cilindros estriados, de modo a que a redução seja gradual (...) o produto triturado vai passando por outros cilindros de estrias cada vez mais apertados, segundo a qualidade do cereal (...) apresenta ainda a vantagem de não aquecer a farinha pela pouca duração do contacto”*¹¹⁸.

Importa ainda sublinhar um pormenor fundamental, que justificará a escolha do Convento das Grilas como local para a instalação da Manutenção Militar: o sistema de moagem austro-húngaro havia sido concebido em altura, pelo que a condição essencial para a sua instalação era um edifício que se revelasse, como explica Cláudia Duarte, “plenamente adaptado às necessidades de instalação de vários mecanismos pesados, dispostos em andares”, obrigando à escolha de “edifícios construídos em altura, geralmente de cinco andares, e amplos salões travejados a ferro”, que se tornavam em verdadeiros “edifícios-máquina, capazes de suportar pesos e vibrações diversas decorrentes do funcionamento em contínuo das várias máquinas”¹¹⁹.

Resultante do cruzamento do estudo contínuo da física, aplicada à indústria de moagem, dos progressos conseguidos no campo da indústria metalúrgica e dos “avanços da indústria de alimentação, ligada à farinação e ao fabrico de bolachas e massas”¹²⁰, o sistema austro-húngaro não deixaria de ser alvo de constante aperfeiçoamento, surgindo vários subsistemas do mesmo¹²¹. O sistema e os subsistemas seriam largamente

¹¹⁷ *Ibidem*, p.14. Sobre as exposições universais, veja-se o artigo de Ana Cardoso de Matos, Christiane Demeulenaere-Douyère e Maria Helena Souto, «The World Exhibitions and the display of science, technology and culture: moving boundaries», in *Quaderns d'Història de L'Enginyeria*, vol. XIII, 2012, pp. 3-10.

¹¹⁸ «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 acerca das padarias militares...», p.1418.

¹¹⁹ Para todas estas situações, Cláudia Duarte, *Op. Cit.*, p.14. Veja-se a figura 1, nos anexos.

¹²⁰ *Ibidem*, p.6 e p.17.

¹²¹ Até porque se colocava a questão do patenteamento da maquinaria destinada ao sistema de moagem, e respetiva comercialização. Um dos exemplos a ter em conta é o da parceria Simon-Daverio: colegas de engenharia, Henrich Simon comercializaria o subsistema concebido por Gustav Daverio, que recorria a cilindros metálicos. Detentor, o último, de uma empresa de metalurgia, e o primeiro de empresa própria, a partir da década de 1860, para comercializar este tipo de maquinaria, a parceria reunia as condições para, nas décadas seguintes, difundir significativamente o subsistema, dada a sua qualidade, tendo sido muitas

adotados e desenvolvidos na Europa e nos EUA¹²², e Portugal não ficou imune à inovação.

No entanto, continuamos a ser confrontados com a dificuldade em situar a introdução deste sistema de moagem no nosso país. Jaime do Couto Ferreira aponta algumas coordenadas: com base no *Inquérito Industrial de 1881*, avança a conclusão de a sua introdução se ter dado na “abertura da década de 80, tendo-se divulgado até 1886”¹²³. Contudo, refere que, a crer nas fontes disponíveis, até 1889 só tínhamos duas fábricas em Portugal a funcionar pelo sistema de moagem com recurso a cilindros, número que passaria a dez, logo no ano seguinte, “quando Calvet de Magalhães inquiriu as fábricas de moagem”, e, dez anos depois, a vinte e quatro, segundo o mesmo autor.¹²⁴ A fábrica de moagem da Manutenção Militar não se encontra, no entanto, contabilizada entre estas, o que não deixa de ser curioso, na medida em que, e retomando a nossa análise do relatório da comissão de 1886, a adoção de uma unidade fabril do sistema de moagem austro-húngaro para a Manutenção Militar é, aos olhos da comissão, praticamente indiscutível, e, em 1898, se contava já montada no estabelecimento uma moagem de cilindros¹²⁵.

Tendo o conhecimento de que “*o método conhecido pelo da redução gradual*” era, à data, “*quase geralmente adoptado*”, para a comissão a “*moagem moderna*” constituía “*um sistema completo e racional sob o ponto de vista industrial e económico*”, que convinha, sem sombra de dúvida, adotar¹²⁶.

Naturalmente, e tendo em conta os dados que avançámos, a proposta de plano de obras do relatório projetava uma fábrica de moagem de modelo austro-húngaro, disposta em cinco andares, por ser a altura, como já vimos, condição fundamental para a sua instalação. Para este fim ficava destinado parte do edifício do antigo convento, que seria necessário ampliar, “*com a elevação de outros pavimentos*”, nos quais seriam dispostos

“as fábricas a adoptar as máquinas Daverio, e a mantê-las em funcionamento dia e noite, sem que essas mostrassem quaisquer sinais de desgaste ao fim de três anos de uso consecutivo”. Cf. Cláudia Duarte, *Op. Cit.*, p.20. Ainda hoje, podemos encontrar algum equipamento Daverio, embora mais recente, na fábrica da moagem da Manutenção Militar, na sua sede em Lisboa.

¹²² *Ibidem*, p.17.

¹²³ Jaime Alberto do Couto Ferreira, *Farinhas, Moinhos e Moagens*, Lisboa, Âncora Editora, 1999, pp.210-211.

¹²⁴ *Ibidem*, p.211.

¹²⁵ «Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes – Gerência de 1897 – Relatório e Contas», in *Revista de Obras Públicas e Minas*, Tomo XXIX, 1898, Janeiro a Março, nº 337 a 339, pp.32-33.

¹²⁶ «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 acerca das padarias militares...», pp.1418-1419.

os moinhos de cilindros estriados, os peneiros, os geradores de vapor, etc¹²⁷. Alguns dos pavimentos serviriam, nas áreas que não se vissem ocupadas pela maquinaria da moagem e da limpeza do cereal, para depósito para os trigos e farinhas, que seriam, estas últimas, “*conduzidas para a sala das misturas e entregues à panificação*”. Outra parte do edifício destinar-se-ia à padaria – numa parte do convento, virada para a atual rua do Grilo, ficaria situado o depósito que acolheria o pão saído dos fornos, bem como a “*casa de distribuição*” -, sendo que no pátio interno do edifício se construiriam três grupos de fornos, com quatro fornos cada um, com capacidade para 300 rações de pão¹²⁸.

O estabelecimento a criar, que a comissão denominara de *Manutenção Militar de Lisboa*¹²⁹, era projetado para fornecer pão, bolacha e forragens, estando pensado para prover, diariamente, e se assim se revelasse necessário, 30 000 rações de pão. Estava também habilitado a fornecer bolacha aos navios de guerra e ao exército “*de terra, quando assim se tenha por conveniente*”, e poderia ainda fornecer 2 000 rações de forragens, também diariamente, uma vez que a Manutenção possuiria depósitos para a sua conservação, bem como “*os aparelhos próprios para produzir as forragens condensadas, de conhecida utilidade militar*”¹³⁰.

A comissão avançava, no orçamento apresentado, uma estimativa do custo das obras da Manutenção Militar, que rondaria o valor de 630 000\$000 réis, e mostrava que o encargo anual que o Estado teria com o estabelecimento se situaria entre os 43 668\$000 e os 50 000\$000 réis¹³¹. Como conclusão, salientava sempre as vantagens económicas que, da instalação de uma manutenção militar, advinham para o Estado: a Administração Militar não tinha moinho nem recursos para fabricar mais de 20 000 rações diárias, tendo de adquirir no mercado ou a farinha, ou os trigos - que mandava moer à indústria particular -, o que, por todos os motivos já enumerados e referidos pela comissão, se revelava de elevada desvantagem para o alcance dos objetivos pretendidos. Além disso, a Administração Militar também não detinha os depósitos necessários para armazenar a matéria-prima adquirida no mercado, tendo de se sujeitar “*à especulação dos negociantes e intermediários, com preços mais ou menos exagerados, segundo o*

¹²⁷ *Idem*.

¹²⁸ Para todas estas citações, «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 acerca das padarias militares...», pp.1418-1419.

¹²⁹ *Idem*, p.1423.

¹³⁰ *Idem*.

¹³¹ *Idem*, pp.1420-1421.

conluio feito nas arrematações”. Com uma manutenção militar, a Administração ver-se-ia na possibilidade de poder comprar “*nas ocasiões próprias os géneros de que carecesse para a sua laboração, e nos centros produtores, por preço inferior (...) acrescendo ainda ser a compra feita a pronto pagamento*”¹³². A comissão apresentava ainda uma solução para o caso de não se poder investir, no imediato, na instalação completa do estabelecimento proposto, sugerindo que se construíssem as edificações necessárias “*às necessidades actuais de 20 000 rações diárias*”, deixando-se, no entanto “*tudo disposto para o aumento até final conclusão do projecto apresentado*”¹³³.

A comissão foi dissolvida por portaria de 17 de Fevereiro de 1888, e os indivíduos que a constituíram mandados louvar pelo “*zelo e inteligência*” com que haviam desempenhado esta comissão de serviço¹³⁴.

1.3.2. O passo definitivo: criar uma manutenção militar

Na sessão de 4 de maio de 1888, o parecer da comissão seria lido na Câmara dos Deputados, a pedido do ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho. A proposta para a criação de uma manutenção militar era “*enviada para a mesa*”, enquadrada numa proposta de lei tendente a regular o comércio do trigo, através da elevação dos direitos sobre ao trigo importado. Aliás, como mais à frente tornaremos a referir - a propósito da lei protecionista de Elvino de Brito, de 1899 -, o contexto em que é lançada a proposta de criação da Manutenção Militar por parte do poder político merece a nossa atenção.

É na intervenção de Mariano de Carvalho, que precede a apresentação da sua proposta de lei, que se transmitem as conclusões do I Congresso Agrícola, realizado nesse ano de 1888, durante o qual a Real Associação Central da Agricultura Portuguesa “*havia assinalado a necessidade de ver aumentados os direitos de importação sobre os*

¹³² *Idem*, p.1421.

¹³³ *Idem*, p.1422. A proposta era a seguinte: instalação do moinho, 8 fornos, armazéns para depósito geral, quartel para 300 homens, uma cavalaria para 150 cavalos, um depósito para 20 carros, oficina sobre o terreno conquistado ao Tejo, estradas de serviço e muro da vedação. A despesa ficaria em 360 000\$000 réis, e o encargo anual para o Estado seria de 33 000\$000 réis. Cf. *Idem*.

¹³⁴ *Ordem do Exército*, nº7, 3 Março 1888, p.197

trigos”¹³⁵. As conclusões do Congresso, aliadas à crescente pressão que a Lavoura vinha impondo ao Governo, alegando ver-se lesada pela Moagem, que preteria os trigos nacionais em prol do exótico, levariam a que, como elucida Ana Paula Pires, o Governo de Luciano de Castro promulgasse o protecionismo cerealífero em julho de 1889, “proibindo a importação de trigo enquanto não estivesse vendida, na totalidade, a produção nacional”¹³⁶.

É, portanto, quando o ministro da Fazenda apresenta à Câmara as conclusões do I Congresso Agrícola que se justifica a pertinência da criação de uma manutenção militar em Portugal, embora não estejamos esquecidos das outras que viemos a elencar ao longo deste trabalho. Expunha Mariano de Carvalho: “*A padaria militar não satisfaz hoje ás necessidades do exército, não pode prover as da armada, nem as dos numerosos estabelecimentos dependentes dos ministérios do reino e da justiça*”, e informava a Câmara que “*uma comissão de oficiais do exército competentíssimos formulou projectos completos para se estabelecer a manutenção militar no edificio das Grilas, em Lisboa*”¹³⁷. Propunha-se, assim, no artigo 4º da proposta de lei a criação, “no extinto convento das Carmelitas”, de “*uma manutenção militar, compreendendo fábricas de moagens, de panificação, de bolacha, de depósitos, armazéns, cocheiras e cavalaria*”. Prevía-se, também, a criação de um “estabelecimento filial” no Porto¹³⁸. O governo solicitava então as necessárias autorizações à Câmara, apresentando o relatório da comissão e anexando-lhe um outro relacionado com moagens e padarias para o exército, e que apresentava os resultados que se retirariam da aplicação da moagem de cilindros para este fim.¹³⁹

¹³⁵ Ana Paula Pires, *A indústria de moagem de cereais: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I Republica (1899-1929)*, Lisboa, Tese de Mestrado apresentada à FCSH-UNL, 2004, p.40.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, nº58, 4 maio 1888, p.1411.

¹³⁸ *Idem*, p. 1412.

¹³⁹ T. Vandertelen, autor do relatório, afirmava, tal como a comissão de 1886 o fizera, que as farinhas fabricadas segundo este sistema confeririam ao pão uma qualidade superior, e o rendimento de panificação seria, também, maior. Salieta que seria de grande vantagem para o governo português adotar e explorar na Manutenção Militar um moinho de cilindros, bem como uma padaria mecânica. T. Vandertelen, «Rapport présenté a son excellence monsieur Marianno Cyrillo de Carvalho, ministre des finances du royaume du Portugal: Compte de revient du pain de munition destine à l’armée portugaise et fabrique de farines produites par le système de mouture à cylindres de mr. J.M. Simon, de Strasbourg.», Novembro de 1886, documento nº5 da proposta de lei n.º 45-B, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, nº58, 4 de Maio de 1888, pp.1424-1425. Seria com Jean Martin Simon, e um outro fornecedor, Ferdinand Vandertaelen - que não conseguimos deslindar se seria o autor do relatório, ou se tinha relação com este - que o Ministério da Fazenda estabeleceria contratos para a aquisição de maquinaria para a instalação de uma moagem de sistema austro-húngaro. Cf. «Documentos

A proposta encontraria a sua materialização na Carta de Lei de 19 Julho de 1888, que sancionaria a criação do estabelecimento, enquadrada num conjunto de medidas “*tendentes a regular a importação de cereaes e farinhas, bem como os direitos de consumo de vários géneros alimentícios*”.¹⁴⁰ O governo ficava então autorizado a instalar uma manutenção militar, quer fosse no convento indicado, quer “*em qualquer outro ponto apropriado na margem direita do Tejo*”, em conformidade com as bases do plano que havia sido apresentado pela comissão nomeada em Junho de 1886. Confirmava-se a autorização para instalar no Porto um estabelecimento filial, embora se ressalvasse que esta instalação se efetivaria quando o governo o achasse conveniente¹⁴¹. Para a instalação do estabelecimento, e da sua sucursal, o governo ficava “*autorizado a despendar até a quantia de 60 000\$000 réis por ano, durante onze anos, efetuando as obras e aquisições de material por arrematação (...) e podendo levantar, pelos meios que julgar mais convenientes, sem exceder a verba fixada (...) as quantias necessárias para a pronta instalação dos estabelecimentos*”¹⁴².

A missão do projeto seria ampliada através dessa mesma Carta de Lei, já não se circunscrevendo ao fornecimento dos militares: ficava definido que o organismo estaria destinado a fornecer “*o exército, a armada e os corpos e estabelecimentos dependentes dos ministérios do reino, justiça, guerra e marinha, empregando, quanto possível na alimentação das tropas do norte o milho e o centeio; bem assim poderá vender farinhas para as padarias municipais e para o público*”¹⁴³. E deixava-se determinado que os estabelecimentos empregariam cereais nacionais, “*salvo caso de força maior*”¹⁴⁴.

relativos à construção, fornecimento, montagem e laboração da Moagem e Padaria do Estado», *Diário do Governo*, nº 153, 10 julho 1890, p.1594.

¹⁴⁰ Decreto, 11 junho 1897, *Legislação Portuguesa*, 1897, p.181; Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa*, Lisboa, 1898, p.319. Veja-se o documento 2, nos anexos.

¹⁴¹ Sendo que o estabelecimento filial prepararia “pão de milho, de centeio ou misto”. Carta de Lei, 19 julho 1888, *Legislação Portuguesa*, 1888, p.259.

¹⁴² Para todas estas as citações, *Idem*. Na proposta de lei apresentada a 4 de maio, era antes avançada a quantia de 80 000\$000 réis por ano, a despendar no prazo de oito anos. Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, nº58, 4 Maio 1888, p.1412.

¹⁴³ Carta de Lei, 19 julho 1888, *Legislação Portuguesa*, 1888, p.259.

¹⁴⁴ *Idem*.

1.3.3. Um outro plano: a Comissão de 1888 e a *Manutenção do Estado*

Tratava-se, agora, de começar a instalação do estabelecimento. O ampliar da sua missão obrigava a uma “reformulação” das projeções feitas pela comissão de 1886¹⁴⁵.

A 13 de Agosto de 1888, o Ministério da Fazenda fazia nomear uma outra comissão para “*apressar a instalação da Manutenção, por conta do Estado*”¹⁴⁶, que seria constituída da seguinte forma: Jerónimo da Cunha Pimentel, à data diretor da Cadeia Geral Penitenciária do distrito de Lisboa, e que assumiria o cargo de presidente; Francisco de Almeida e Brito, agrónomo de formação e deputado; Fernando Matoso dos Santos, também deputado e inspetor do serviço técnico aduaneiro; José Quintela Emaús Gonçalves, à data vogal e subsecretário do conselho superior das Alfândegas; António Caetano Pereira, que integrara a comissão anterior, agora tenente-coronel de infantaria, e que continuava a ocupar o cargo de diretor da Padaria Militar; José Maria Teixeira Guimarães, capitão-tenente; Augusto Fuschini, engenheiro civil e deputado; Jacinto Parreira, capitão de engenharia, que integrara, também, a primeira comissão, e que serviria como secretário desta¹⁴⁷.

Mandava a portaria que a comissão nomeada procedesse “*à escolha do local e edifícios, ao exame de projectos e orçamentos*” que lhe fossem apresentados “*para moagem e fabrico do pão, bolacha e massas alimentícias, à coordenação dos projectos e orçamentos de edifícios para as fábricas, depósitos de géneros, parque de forragens e indispensáveis aquartelamentos, cocheiras e cavalariças e de todos os mais acessórios, bem como a redacção dos regulamentos necessários para a gerência técnica e administrativa do mesmo estabelecimento*”¹⁴⁸.

As conclusões da comissão seriam apresentadas ao Ministério da Fazenda a 5 de Dezembro de 1888: projetara-se uma nova disposição dos edifícios do estabelecimento, denominado *Manutenção do Estado*, cuja instalação seria feita, reconhecendo-se, assim, o valor da proposta da comissão anterior, “*na cerca, Convento e Igreja das Grilas, conquistando ao Tejo os terrenos de que carecia*”¹⁴⁹. A comissão daria também conta

¹⁴⁵ Decreto, 11 junho 1897, *Legislação Portuguesa*, 1897, p.181.

¹⁴⁶ Portaria, 13 agosto 1888, in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume, Lisboa, Gráf. da SPEME, 1966, p.373. Veja-se o documento 3, nos anexos.

¹⁴⁷ A comissão integraria ainda “*um engenheiro de 1ª classe nomeado pelo Ministério das Obras Públicas*”, que não conseguimos identificar. Cf. *Ibidem*. A 25 de Janeiro de 1889, esta comissão seria convertida em Conselho de Administração da Manutenção do Estado. Cf. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, pp. 323-324.

¹⁴⁸ Portaria, 13 de agosto de 1888, in Armando Pinto, *Op. Cit.*, II volume, p.373.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p.374.

de que seria necessário aumentar o orçamento destinado ao empreendimento, passando este para 900 000\$000 réis¹⁵⁰, excedendo, assim, o que ficara determinado pela Carta de Lei de 19 de julho. Também a produção se via aumentada: a produção diária da moagem passava de 30 000 para 100 000 quilogramas, a de pão de 30 000 para 50 000 quilogramas, e a de bolacha de 4 300 para 12 000 quilogramas¹⁵¹.

As obras começariam em janeiro de 1889¹⁵². No entanto, no ano seguinte, o capitão de engenharia Teófilo José da Trindade, nomeado diretor das *Obras da Manutenção do Estado*, modificaria as bases do plano apresentado pela comissão de 1888¹⁵³. O plano de trabalhos encontra-se numa *memória descritiva* que o capitão apresentara em ata de 19 de dezembro de 1890¹⁵⁴. Desde logo, a estimativa da produção do estabelecimento via-se novamente alterada, aumentando a moagem, mas diminuindo a estimativa do fabrico diário de pão, bolacha e massas alimentícias¹⁵⁵.

Este plano de obras não só se mostrava muito mais dispendioso do que o que fora projetado pela comissão de 1886, como alterava significativamente o plano inicialmente proposto. Segundo o novo plano, estava prevista a construção de dois edifícios: o primeiro, destinado à limpeza e armazenagem dos trigos, ficaria próximo da margem¹⁵⁶; o segundo, no qual se instalaria a moagem propriamente dita, separado do

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ Em comparação com os cálculos da comissão de 1886. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p. 320.

¹⁵² Em Junho de 1889, o Conselho de Administração das Obras da Manutenção do Estado enviava, como seu delegado aos “congressos das padarias e farinhas” que se realizariam em Paris, o engenheiro civil, “e vogal do mesmo conselho”, João Veríssimo Mendes Guerreiro, dado relevante na medida em que nos indica que estes homens pretendiam marcar presença em congressos internacionais que se relacionavam diretamente com o empreendimento que tinham em mãos, e que pretendiam que empregasse o que de mais avançado se praticava, na Europa, na indústria de moagem e de panificação. Cf. «Documentos relativos à construção, fornecimento, montagem e laboração da Moagem e Padaria do Estado», *Diário do Governo*, nº 154, 11 julho 1890, p.1612.

¹⁵³ Nenhuma das nossas fontes nos explica o porquê de se ter dado esta alteração. O facto de não termos o plano da comissão de 1888 não nos permite avaliar, no que diz respeito às obras a realizar, as principais alterações que se deram. No entanto, consideramos que, ao falarem de modificações “nas bases”, Armando Pinto e Joaquim Renato Baptista se referem a alterações em relação aos valores de produção. Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p.376; Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.322-323. Veja-se a planta 2, nos anexos deste trabalho.

¹⁵⁴ Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., pp. 374-376; Pode também ser lida em Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, no documento nº2 dos anexos.

¹⁵⁵ 150 000, 30 000 e 6 000 quilogramas, no que dizia respeito à moagem, ao fabrico de pão e de bolacha, respetivamente. Relativamente ao fabrico de massas, passaria de 3 600 para 3 000 quilogramas, em comparação com o que fora proposto pela comissão de 1888. Cf. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa*, Lisboa, 1898, pp. 322-323. Estimava-se ainda que o parque de forragens tivesse capacidade para 600 mil rações de palha e 600 mil rações de grão. Cf. Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p.376.

¹⁵⁶ Este teria quatro pavimentos, e seria dividido, na vertical, em três partes: a primeira estava preparada para a limpeza dos trigos, com os aparelhos destinados a este fim dispostos nos quatro andares; a segunda conteria vinte silos de ferro, “com capacidade para 180 toneladas de trigo, ou seja, um total de 3600

primeiro por uma rua¹⁵⁷. Paralelamente ao edifício da moagem ficaria um outro, destinado à padaria, à fábrica de massas, e ao depósito de pão e de farelos. E o edifício do convento, onde a comissão de 1886 pensara instalar as unidades fabris vitais deste estabelecimento, seria adaptado para nele se acomodarem os serviços administrativos¹⁵⁸. O plano de obras compreendia ainda a instalação de “*casernas, cavalaria, edifícios para serviço de comando e habitações de oficiais, cozinha, refeitório, latrinas, etc.*”, para os quais seriam aproveitados dois edifícios situados do outro lado da Rua do Grilo¹⁵⁹.

No entanto, no final da sua *memória*, Teófilo José da Trindade alertava, curiosamente, para um obstáculo com o qual se deparara, relacionado com o espaço disponível para a instalação das fábricas e dos edifícios desejados, contrariamente ao que havia sido assegurado pela comissão de 1886: “*Os edifícios estão, é certo, um pouco acumulados, mas nem de outro modo podia ser, atendendo ao pequeno espaço que para eles se destinou e à carestia dos terrenos em volta, que não permite, sem grande despesa, aumentar este espaço*”¹⁶⁰.

Os trabalhos tardariam a ficar concluídos. A crise económica e financeira de 1890 e 1891 constituiria o principal obstáculo à prossecução do empreendimento, como atestaria o decreto que fundaria a Manutenção Militar, em 1897. A este bloqueio se somariam outros, relacionados com problemas no fornecimento de maquinaria para a montagem de uma moagem austro-húngara, e com outros decorrentes dos atrasos sucessivos do empreiteiro responsável pelas obras de terraplanagens no terreno destinado a fixar o estabelecimento¹⁶¹. Ainda assim, sabemos por Joaquim Renato

toneladas”, e a terceira ficaria destinada ao armazenamento de trigo ensacado. Cf. Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p.375

¹⁵⁷ Composto por seis pavimentos e dividido em duas partes: na primeira parte ficaria o moinho, bem como “todos os aparelhos necessários para a granulação do trigo por meio de cilindros e os acessórios de limpeza e movimento”, que se encontrariam dispostos pelos seis pavimentos do edifício. O mesmo aconteceria com a segunda parte, reservada para o depósito de farinhas. A casa das máquinas ficaria perto deste edifício, a uma distância de cinco metros. Cf. *Ibidem*

¹⁵⁸ *Ibidem*

¹⁵⁹ *Ibidem*, pp. 375-376

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 376.

¹⁶¹ Vejam-se os «Documentos relativos à construção, fornecimento, montagem e laboração da Moagem e Padaria do Estado», publicados no *Diário de Governo*: nestes documentos podemos apreender estes obstáculos à instalação, na altura, da Manutenção do Estado. «Documentos relativos à construção, fornecimento, montagem e laboração da Moagem e Padaria do Estado», *Diário do Governo*, nºs 153-161, 1890. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo podemos encontrar, ainda que não tratada arquivisticamente, documentação deste ano, relacionada com os trabalhos de terraplanagem e com a situação descrita. Veja-se *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, «Conselho de administração das obras da manutenção do Estado: terraplanagens, 1892», Ministério da Fazenda/Finanças, Arquivo das

Baptista que alguns dos trabalhos ficariam quase concluídos em 1892, nomeadamente a construção do edifício destinado à padaria, os trabalhos de terraplanagem na cerca do convento e a demolição das alas do edifício do convento¹⁶². Nesse ano, porém, as obras foram suspensas, dada a situação financeira do país e a consequente falta de verbas para lhes dar continuidade.

Em 1893, a opção pela paralisação do empreendimento seria confirmada, quando “*reconhecida a impossibilidade de prosseguir na execução*” do plano de obras, conforme o relatório apresentado pelo Conselho de Administração da Manutenção do Estado, datado de 30 de Setembro deste ano: a “*despesa provável*” a fazer com as obras do estabelecimento foi calculada em 1 004,084\$665 réis, valor que “*excedia em muito a actorização legal*”, e que confirmava, assim, a impossibilidade de se prosseguir o empreendimento¹⁶³. Os terrenos, edifícios em construção e os materiais foram então entregues à Direção dos Edifícios Públicos do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria¹⁶⁴. O projeto da criação de uma manutenção militar em Portugal, que começara em 1886, teria ainda que esperar uma década pela sua concretização.

1.3.4. “Zelo e inteligência”: os homens de ciência à cabeça do projeto

A criação da Manutenção Militar tem de ser lida na problemática da inovação, do desenvolvimento científico e tecnológico que caracteriza a viragem para o século XX, enquadrando-se no paradigma que caracterizara a *Belle Époque*. Na sua criação atestam-se os pontos de contacto com o que neste domínio se ia operando na Europa, não só nos processos de fabrico adotados, mas também no que diz respeito ao próprio projeto da Manutenção Militar, que emerge como um “produto” da engenharia militar do final do século XIX. O saber científico e técnico acumulado nos homens convocados para tomarem parte nos trabalhos reflete-se notavelmente neste empreendimento. Esta questão torna-se mais relevante se a ela associarmos a presença dos engenheiros nestas

Secretarias de Estado, cx. 231, proc. 8059 e «Entrega das obras do edifício da Manutenção do Estado», Ministério das Obras Públicas, maço 506, processo 919.

¹⁶² Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.322.

¹⁶³ *Ibidem*, pp.322-323.

¹⁶⁴ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.322. O auto da entrega, que data de 7 de agosto de 1894, encontra-se no ANTT. No entanto, a ordem para a “passagem de testemunho” já tinha sido dada em novembro de 1893. Veja-se *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, «Entrega das obras do edifício da Manutenção do Estado», Ministério das Obras Públicas, maço 506, processo 919.

comissões, facto que obriga à leitura do projeto da Manutenção Militar enquanto resultado dessa ambiência vivida na segunda metade do século XIX, em que se reconhecia o papel e a importância dos engenheiros, a par e passo do que se observava noutros países europeus, “como agentes portadores de inovação científica e tecnológica”, e que no nosso país esteve fortemente associado à engenharia militar, por um lado, e, por outro, aos contactos estabelecidos na área da engenharia com os países vizinhos¹⁶⁵.

No caso dos engenheiros militares, como ficou demonstrado num trabalho recentemente publicado por José Luís Assis¹⁶⁶, o seu contributo ficava a dever-se não só à sua formação e à experiência adquirida no desempenho da sua profissão, mas também a outro tipo de contactos, como a participação em exposições e congressos da sua área, as permutas com outros pólos de engenharia - estabelecidas através, e principalmente, da imprensa militar dedicada a estas matérias -, e às viagens científicas e missões que empreendiam “às diversas capitais e cidades da Europa e dos Estados Unidos”¹⁶⁷. Como explica Assis, estes homens deslocavam-se aos “grandes centros das Ciência e da Indústria”, o que “significava contactar e conhecer a realidade científica e técnica de cada uma das nações visitadas e dos seus povos”¹⁶⁸. Nestas ocasiões, visitavam “hospitais, caminhos-de-ferro, construção de portos, laboratórios, estabelecimentos industriais e científicos e arsenais”, e esperavam que as suas observações contribuíssem, no regresso, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento material do país¹⁶⁹.

A comissão nomeada em 1886 era constituída apenas por oficiais do Exército português, que Mariano de Carvalho qualificara de “*competentíssimos*” para levarem a bom porto a tarefa que lhes fora atribuída¹⁷⁰. Desde logo, evidencia-se a presença de dois engenheiros militares: o presidente da comissão, Ladislau Miceno Álvares da Silva,

¹⁶⁵ Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, *Ordem dos Engenheiros: 75 anos de História: Inovação e Desenvolvimento em Portugal: O Lugar dos Engenheiros*, Lisboa, Ingenium: Ordem dos Engenheiros, 2012, p.20. Veja-se a tabela 1, nos anexos.

¹⁶⁶ José Luís Assis, *Militares, Ciência & Técnica: Circulação e Trocas Internacionais 1850-1918*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2016.

¹⁶⁷ José Luís Assis, *Militares, Ciência & Técnica: Circulação e Trocas Internacionais 1850-1918*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2016, p.315; Ana Cardoso de Matos e Maria Paula Diogo, «Jogos de identidade. Dois séculos na formação e na prática dos engenheiros portugueses (séculos XVIII-XIX)», in Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo, *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX*, vol. I, Lisboa, Dom Quixote, Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico, 2004, p. 191.

¹⁶⁸ José Luís Assis, *Militares, Ciência & Técnica: Circulação e Trocas Internacionais 1850-1918*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2016, p. 315.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, nº58, 4 de maio de 1888, p.1411.

coronel de engenharia, e Jacinto Parreira, vogal, à data capitão de engenharia, que já sabíamos envolvido neste projeto pela notícia da *Revista Militar*¹⁷¹.

Ladislau Miceno Álvares da Silva (? – 1896), natural de Aveiro, fora aluno do Colégio Militar e formara-se na Escola Politécnica, tendo passado ao Corpo de Engenharia em 1852. Entre 1861 e 1863 vamos encontrá-lo em comissão de serviço no Ministério das Obras Públicas, empregado na Intendência de Obras Públicas do Distrito de Lisboa. Tornaria depois ao serviço do Ministério da Guerra. Esteve envolvido em várias obras de canalização e em diferentes comissões, entre elas a comissão encarregada dos *estudos de defesa de Lisboa e seu porto*, no ano de 1873. Pelos dados que encontramos no seu processo individual, salientamos o facto de ter feito parte de uma comissão destinada a estudar se seria conveniente para o Estado a instalação de um estabelecimento de moagem no Seixal¹⁷². Embora este dado não seja claro, mostra que o assunto não lhe era desconhecido quando é convocado para a comissão de 1886. Em 1885 teria sido agraciado pelo Ministério de Instrução Pública da República Francesa com uma distinção científica, o grau de oficial de instrução pública¹⁷³. Em 1886, ano em que é nomeado para presidir à comissão que nos importa, vamos encontrá-lo como coronel do Estado-Maior de Engenharia¹⁷⁴.

Jacinto da Cunha Parreira e Brito (1843-1913), nascido em Faro, seria um dos homens fortes deste elenco. Fizera parte da comissão de 1886 e da de 1888, e seria diretor da Manutenção Militar entre 1902 e 1905. Frequentara o curso preparatório de Engenharia na Universidade de Coimbra, que concluíra em 1871, sendo bacharel em Matemática. Cursaria engenharia militar na Escola do Exército, concluindo os estudos em 1874. Logo em 1878 viria a integrar uma comissão destinada assistir às experiências de tiro que se iriam realizar em Bredelore e Meppen. Ficaria também responsável por artilhar, com peças Krupp, a Fortaleza de Santa Maria de Belém, tendo ido ao estrangeiro adquirir este material¹⁷⁵. Em 1880 serviu no estrangeiro, por ordem do Ministério da Guerra. Nesse mesmo ano, acompanharia o adido militar da legação de

¹⁷¹ «Crónica Interna: Manutenção Militar», in *Revista Militar*, nº3, 15 fevereiro 1884, pp. 93-94.

¹⁷² Encontramos esta informação numa ficha de informação anual, datada de 31 dezembro 1878. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 3348, Ladislau Miceno Machado Álvares da Silva

¹⁷³ Em 1886, comendador da Ordem Militar de S. Bento de Avis e, em 1887, medalha de prata de comportamento exemplar. *Idem*.

¹⁷⁴ Todas estas informações estão no seu processo individual. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 3348, Ladislau Miceno Machado Álvares da Silva.

¹⁷⁵ Informação retirada de um recorte de jornal que se encontra no seu processo individual. Cf. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1294, Jacinto Parreira.

França, na visita que este realizou a Torres Vedras e Alhandra. Participou em muitas comissões de serviço, no país e no estrangeiro, onde foi enviado, pela primeira vez, por Fontes Pereira de Melo, “*que o tinha em muita consideração*”¹⁷⁶. Esteve envolvido em vários trabalhos e comissões, salientando-se os relacionados com sistemas de desinfecção pelo calor (estufas, fornos, etc.), tendo estudado no estrangeiro, por ordem do Ministério do Reino, sobre a sua aplicação a mercadorias e bagagens nos lazaretos, bem como às roupas dos hospitais, por ordem do Ministério do Reino¹⁷⁷. Exemplo do seu domínio sobre esta temática são os trabalhos que lhe foram cometidos: em 1882 tomou parte numa comissão nomeada para “estudar e propor os meios práticos de eliminar as causas atribuídas às emanações deletérias da margem direita do Tejo e do caneiro de Alcântara”; no ano seguinte, seria nomeado para apresentar uma proposta de “readaptação no Lazareto de Alcântara, por beneficiação pelo calor”¹⁷⁸, e, no mesmo ano, faria parte de uma comissão encarregada de estudar a desinfecção das malas de correspondência procedentes de portos inficionados. Esteve ainda na direção das obras do hospital de São José¹⁷⁹.

Cumpriria as suas funções na comissão de 1886, sendo convocado para tomar parte nos trabalhos da comissão nomeada por portaria de 13 de agosto de 1888, como secretário, para instalar a Manutenção, onde se cruzaria com um velho colega dos tempos de Coimbra: Augusto Fuschini¹⁸⁰. A sua experiência relativamente à matéria da higiene sanitária seria indispensável num estabelecimento fabril deste género¹⁸¹.

¹⁷⁶ No mesmo recorte de jornal. *Idem*.

¹⁷⁷ Apresentou um relatório da sua viagem em 1881, intitulado *Apparelhos de desinfecção pelo calor*, no qual aborda o caso do Lazareto de Marselha, e ainda um “*plano geral do hospital-barraca de Berlim, único deste sistema*”, que havia visitado e que considerava “*de utilidade ser conhecido no nosso país*”. Jacinto Parreira e António Carlos de Vasconcelos Porto, *Aparelhos de desinfecção pelo calor: relatório apresentado ao Ministério do Reino em 19 de agosto de 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp.1-2. No processo individual de Jacinto Parreira só encontramos as duas primeiras páginas deste relatório. Cf. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1294, Jacinto Parreira

¹⁷⁸ Para estas informações, cf. General Jacinto Parreira, em [http://www.cm-cascais.pt/xarqweb/\(S\(rhxd1e55e4xfhzebt5pxv55\)\)/SearchResultOnline.aspx?search=COTA+DO+FUND+DO%3A+I4&type=PCD&mode=1&page=0&submode=0&useaut=0&useesp=0&res=0](http://www.cm-cascais.pt/xarqweb/(S(rhxd1e55e4xfhzebt5pxv55))/SearchResultOnline.aspx?search=COTA+DO+FUND+DO%3A+I4&type=PCD&mode=1&page=0&submode=0&useaut=0&useesp=0&res=0), consultado em 20.08.2016.

¹⁷⁹ *Idem*.

¹⁸⁰ Sobre Augusto Fuschini, vejam-se as páginas 44-45, neste trabalho.

¹⁸¹ O presidente da comissão, Jerónimo Cunha Pimentel, chegara a pedir ao ministro da Guerra que dispensasse Jacinto Parreira - que acumulava o cargo de secretário da comissão com o seu serviço no regimento de engenharia -, alegando que a sua ausência prejudicava o trabalho da comissão, não só pelo cargo que desempenhava nesta, mas sobretudo porque “a sua competência técnica e o ter estudado, desde há muito, este assunto” o tornava “necessário para o bom serviço” daquela comissão. Nota da secretaria do conselho de administração das obras da Manutenção do Estado, de dezembro de 1889, de Jerónimo da Cunha Pimentel, no processo individual de Jacinto Parreira. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1294, Jacinto Parreira.

Neste ano de 1889 vamos encontrá-lo como administrador das obras de *defesa de Lisboa e do seu porto*¹⁸². Em maio de 1897 foi nomeado para inspecionar as máquinas e aparelhos da Padaria Militar, talvez para se avaliar o estado das mesmas uma vez que, um mês depois, se fundava a Manutenção Militar de Lisboa.¹⁸³ Em 1902 foi designado diretor da Manutenção Militar – por decreto de 3 de Junho de 1902 –, cargo do qual se veria exonerado em 1905. Durante a sua carreira militar, Jacinto participara em vários levantamentos topográficos¹⁸⁴, e fora condecorado diversas vezes pelo seu trabalho¹⁸⁵.

Nenhuma das duas comissões poderia deixar de contar, naturalmente, com o então diretor da Padaria Militar: António Caetano Pereira (1831-1897). Sabemos que era natural de Leiria, mas não encontramos dados no seu processo individual a respeito da sua formação. Estivera em Macau, às ordens do governador desta província, em 1859, e em 1860 encontrava-se em missão diplomática no Japão, seguindo-se o serviço a Índia, em 1865. Regressado do ultramar, chegou a passar pela Administração Militar, em 1879, para depois ser transferido para o Regimento de Infantaria nº11, em 1881. Neste mesmo ano seria nomeado diretor da Padaria Militar, cargo do qual pediria a exoneração em 1893, sendo então “*elogiado pelo inexcedível zelo e muito acerto com que desempenhou o cargo*”¹⁸⁶. Em 1894 vamos encontrá-lo como major para o Estado-Maior de Infantaria. Tendo sido nomeado para vogal da comissão de 1886 – à data era major -, em 1888, já como tenente-coronel de Infantaria, seria nomeado para a comissão de 1888, passando a estar ao serviço do Ministério da Fazenda.

¹⁸² General Jacinto Parreira, em [http://www.cm-cascais.pt/xarqweb/\(S\(rhxd1e55e4xefhzebt5pxv55\)\)/SearchResultOnline.aspx?search=COTA+DO+FUNDO%3A+I4&type=PCD&mode=1&page=0&submode=0&useaut=0&useesp=0&res=0](http://www.cm-cascais.pt/xarqweb/(S(rhxd1e55e4xefhzebt5pxv55))/SearchResultOnline.aspx?search=COTA+DO+FUNDO%3A+I4&type=PCD&mode=1&page=0&submode=0&useaut=0&useesp=0&res=0), consultado em 20.08.2016.

¹⁸³ Nota de 10 de Maio de 1897, que encontramos no seu processo individual. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1294, Jacinto Parreira.

¹⁸⁴ Cf. General Jacinto Parreira, em [http://www.cm-cascais.pt/xarqweb/\(S\(rhxd1e55e4xefhzebt5pxv55\)\)/SearchResultOnline.aspx?search=COTA+DO+FUNDO%3A+I4&type=PCD&mode=1&page=0&submode=0&useaut=0&useesp=0&res=0](http://www.cm-cascais.pt/xarqweb/(S(rhxd1e55e4xefhzebt5pxv55))/SearchResultOnline.aspx?search=COTA+DO+FUNDO%3A+I4&type=PCD&mode=1&page=0&submode=0&useaut=0&useesp=0&res=0), consultado em 20.08.2016.

¹⁸⁵ Em 1882, nomeado oficial da antiga, nobilíssima e esclarecida ordem de S. Tiago do mérito científico, literário e artístico. Em 1887, recebera a medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar. Em 1891, comendador da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, e em 1892, era Cavaleiro da Ordem Militar de São Bento da Vista. Em 1895 seria oficial desta ordem, e em 1901, comendador da mesma. *Idem*.

¹⁸⁶ Em *Ordem do Exército*, nº 12, 8 maio 1893. Informação retirada do respetivo processo individual. Até aí, já tinha recebido várias condecorações: em 1861 já era cavaleiro da Ordem de Cristo; em 1868 recebera a medalha de prata de valor militar e bons serviços; em 1876, era cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Avis, e comendador da mesma ordem em 1887; Em 1878, cavaleiro Ordem de Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1025, António Caetano Pereira.

A comissão de 1886 era ainda composta por João Carlos Rodrigues da Costa, major de Artilharia, e por António Cordes de Avelar, o elemento da Administração Militar, a quem caberia o cargo de secretário na comissão.

João Carlos Rodrigues da Costa (1843-1917), natural de Lisboa, frequentara o curso para Infantaria e o curso preparatório para Artilharia na Escola Politécnica. Em 1873 passara ao Estado-Maior de Artilharia. Neste mesmo ano dava aulas de ciências naturais, química e física no Colégio Militar¹⁸⁷. Deputado entre 1882 e 1884, tomara parte em várias comissões, salientando-se as seguintes áreas: Guerra, Instrução Primária, Secundária e Pública Superior, Negócios Estrangeiros e Internacionais¹⁸⁸. Fora da esfera militar e política, fora também jornalista, tendo colaborado com vários periódicos militares e pertencido “a algumas sociedades literárias portuguesas e estrangeiras”¹⁸⁹. É, portanto, um intelectual, e estranha não nos deve ser a sua presença na comissão, sobretudo se tivermos em conta que foi adjunto da fábrica de Fundição de Canhões do Arsenal do Exército, em 1869, e que, em 1878, fora nomeado para assistir, “em nome do Governo”, às grandes manobras militares de Outono do exército francês, onde se tomava contacto com o que os exércitos de outros países faziam, tendo sido, inclusivamente, “agraciado com o grau de cavaleiro da Legião de Honra pelo presidente da República Francesa”¹⁹⁰.

Por fim, António Cordes de Avelar (1851-1926), segundo-oficial da Administração Militar. Sabemos que nasceu em Faro, mas não conseguimos obter informações relativamente à sua formação. Em 1884 vamos encontrá-lo como capitão, no Serviço de Administração Militar. Não temos dados que sustentem o motivo pelo qual fora nomeado para esta comissão, a não ser a seguinte informação, que nos indica que já tinha tido a seu cargo uma fábrica de moagem: uma nota que consta do seu processo individual, dirigida ao Ministério da Guerra, e datada de 28 de Novembro de 1896, diz-nos que o governo, “*por considerações de ordem publica*”, teria arrendado a fábrica de pão e massas da Companhia de Moagem e de Panificação, situada na Rua da Palma, nomeando Cordes de Avelar para a gerir “*no dia 30 de Novembro de 1896*”.

¹⁸⁷ Zélia Pereira, «COSTA, João Carlos Rodrigues da», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006, p.877.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p.878.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p.877; Nota da secretaria da Guerra, de 29 de junho de 1888 e nota de 13 de março de 1879, que encontramos no seu processo individual. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1314, João Carlos Rodrigues da Costa.

Argumentava que este oficial já a havia gerido temporariamente, embora a nota não nos situe cronologicamente no que diz respeito a esta afirmação¹⁹¹. No entanto, parece-nos um dado, ainda que frágil, a ter em conta¹⁹².

A comissão de 1888, por seu turno, seria constituída, sobretudo, por civis. Entre os oito indivíduos que foram nomeados para participar nos trabalhos encontramos apenas três militares: António Caetano Pereira e Jacinto Parreira, como já vimos, e José Maria Teixeira Guimarães, capitão-tenente. Teríamos, desta vez, um engenheiro militar, Jacinto, e um engenheiro civil, Augusto Fuschini. Esta comissão contaria também com um agrónomo, Francisco de Almeida e Brito, e dois elementos ligados ao serviço técnico aduaneiro e ao Conselho Superior de Alfândegas: Fernando Matoso dos Santos e José Luís Quintela Emaús Gonçalves. A propósito deste último indivíduo, não conseguimos detetar uma pista que nos permitisse traçar o seu percurso académico e profissional. No entanto, consideramos que o facto de ser descrito, na portaria que nomeia a comissão, como “vogal e subsecretário do Conselho Superior de Alfândegas” atesta a pertinência da sua presença neste elenco. Por fim, encabeçando os trabalhos, como presidente, Jerónimo Cunha Pimentel, Diretor da Cadeia Geral Penitenciária do distrito de Lisboa. Cabe também referir que, dos oito membros, cinco deles eram deputados.

Jerónimo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcelos Carneiro (1842-1898), nascido em Vila Real, formara-se em Direito na Universidade de Coimbra. Membro do Partido Regenerador, em 1868 é eleito deputado pela primeira vez. De 1881 a 1884 fora governador civil de Braga, e em 1885 seria eleito par do Reino, sendo que se tornaria par vitalício em 1895. Fizera parte de várias comissões, das quais salientamos a sua integração na comissão da Fazenda, como deputado, logo em 1869¹⁹³. À data em que é nomeado presidente da comissão de 1888, vamos encontrá-lo como diretor da Cadeia Geral Penitenciária do distrito de Lisboa, dado que não é de ignorar, sobretudo se tivermos em conta que a experiência de gestão de um estabelecimento prisional

¹⁹¹ Nota que encontramos no seu processo individual, de 28 de novembro de 1896, dirigida ao Ministério dos Negócios da Guerra. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1577, António Cordes de Avelar.

¹⁹² Até ao ano de 1896, havia recebido a medalha militar de prata, correspondente ao comportamento exemplar, em 1887; 1888, cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Avis; em 1894, oficial da mesma ordem, por serviços distintos. *Idem*.

¹⁹³ Paulo Jorge Fernandes, «CARNEIRO, Jerónimo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcelos», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006, p.590.

permitiria ter uma ideia de “escala” no que dizia respeito ao fornecimento de géneros como o pão. Por isso, e talvez pelo seu contributo, não seja de admirar que se tenha concluído que se revelava mais vantajoso abastecer estes estabelecimentos, dependentes do Ministério do Reino, também através da Manutenção. Em 1889, Cunha Pimentel assume o cargo de presidente do Conselho de Administração das Obras da Manutenção do Estado, função que acumulava com a direção do referido estabelecimento penal¹⁹⁴.

Francisco de Almeida e Brito (1857-1918) era o agrónomo do grupo de trabalho. Natural de Felgueiras, frequentara o Instituto de Agronomia e Veterinária, concluindo o curso em 1879. No ano seguinte, ingressava no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Em 1882 seria nomeado inspetor-geral dos Serviços Filoxéricos do Sul, desempenhando, ainda, funções de secretário da Comissão Anti Filoxérica do Norte, sendo que “o impulso que deu aos serviços anti-filoxéricos e os estudos que desenvolveu nesse âmbito fizeram dele um dos mais conceituados especialistas na matéria”¹⁹⁵. Progressista, entraria para a vida política em 1887, como deputado. Fora, também, secretário de Luciano de Castro, e integraria “as comissões de Agricultura (1887-1889; 1897-1899) e das Obras Públicas (1892)”¹⁹⁶. Diretor da revista *A Vinha Portuguesa* “durante mais de três décadas”¹⁹⁷, era também sócio da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, tendo sido diretor desta em 1888, ano em que foi nomeado para fazer parte da comissão em análise, dado importante a reter, sobretudo se tivermos em consideração o que ficou já dito a respeito da questão cerealífera e das conclusões do I Congresso Agrícola.

Fernando Matoso dos Santos (1849-1921), natural de Campo Maior, frequentara os cursos de Filosofia e de Medicina na Universidade de Coimbra. Iniciara a sua carreira profissional como clínico, mas concorreria à Escola Politécnica, onde passaria a dar as cadeiras Anatomia e Fisiologia comparadas e Zoologia. Daria também aulas no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Em 1887, tornava-se lente catedrático nesta escola e iniciava a sua vida de deputado¹⁹⁸. Foi vereador da Câmara Municipal de

¹⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁵ Conceição Andrade Martins, «BRITO, Francisco de Almeida e», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006, p.474.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ A partir de 1900, passaria para o campo Regenerador, e, nesse mesmo ano, seria Ministro da Fazenda. Viria também a ser Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1901. Cf. Fátima Moura Ferreira, «SANTOS, Fernando Matoso dos», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. III, Lisboa, Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006, p.570.

Lisboa. Em 1888 seria nomeado para a comissão destinada a instalar a Manutenção, e, a partir do ano seguinte, passaria a fazer parte dos quadros do Ministério da Fazenda¹⁹⁹.

A presença de José Maria Teixeira Guimarães nesta comissão justificar-se-á por ter ocupado o cargo de diretor de um estabelecimento fabril da Marinha portuguesa²⁰⁰. José Maria Teixeira Guimarães (1845-1915), natural de Braga, recebera a sua formação na Escola Politécnica e na Escola Naval. Após a conclusão dos estudos, em 1866, tornar-se-ia oficial da Armada, partindo para o Ultramar (Índia, Macau, Timor), tendo no “Oriente, a par das funções exercidas no âmbito estritamente militar”, desempenhado “cargos no campo diplomático e na administração colonial”²⁰¹. Em julho de 1887, como capitão-tenente, seria nomeado diretor da Cordoaria Nacional, sendo exonerado do mesmo cargo em dezembro deste ano. Em 1888 seria, então, nomeado para a comissão de 1888²⁰².

Por último, Augusto Maria Fuschini (1843-1911). Natural de Lisboa, formado em Matemática na Universidade de Coimbra, tendo-se graduado, posteriormente, em engenharia, pela Escola do Exército²⁰³. Uma das grandes referências dos homens de ciência no período da Regeneração, “engenheiro civil, marcado pelo positivismo de Auguste Comte e pelo Socialismo de Proudhon”²⁰⁴, que seguia atentamente o que se fazia “lá fora”²⁰⁵, a extensão dos seus trabalhos, da sua carreira profissional e, principalmente, da sua atividade como deputado, é tal que nos focaremos apenas no seu percurso até à comissão de 1888²⁰⁶. Entre 1874 e 1884 foi engenheiro na repartição

¹⁹⁹ Para todas estas ideias, *Ibidem*, pp.569-570.

²⁰⁰ Recorde-se que foi na Marinha que se notou a necessidade de criar uma manutenção militar. Vejam-se as páginas 11-12, neste trabalho.

²⁰¹ João Tavares, «GUIMARÃES, José Maria Teixeira», in Maria Fernanda Rollo (coord.) e Ana Paula Pires (coord. cient.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, 2013-2014, p.252.

²⁰² Avançamos ainda que, à data em que a Manutenção Militar era fundada, em 1897, seria indigitado para assumir a direção da Escola Naval. *Ibidem*, pp.252-253. Em 1915 chegaria a ser Ministro das Colónias e Ministro das Finanças, no governo de Pimenta e Castro. *Ibidem*, p.253.

²⁰³ Lúcia Rosas, «A Sé de Lisboa: Augusto Fuschini e a Representação da Arquitectura Medieval», in *Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*, ano II, nº3 (Outubro – 2005), pp.57-71, documento disponível em

http://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Romanico_Mais%20Informacao/Artigos/A%20S%C3%A9de%20Lisboa.%20Augusto%20Fuschini%20e%20a%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20da%20Arquitectura%20Medieval.pdf, consultado em 20.08.2016.

²⁰⁴ Álvaro Ferreira da Silva, «FUSCHINI, Augusto», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006, p.262.

²⁰⁵ *Ibidem*, pp.262 e 267.

²⁰⁶ A sua extensa biografia por de ser lida em Álvaro Ferreira da Silva, «FUSCHINI, Augusto», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006, pp.262-268.

distrital de Lisboa no Ministério das Obras Públicas. Foi ainda chefe do serviço da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, e iniciaria a sua vida de deputado em 1878. Entre 1886 e 1890, seria vereador da Câmara Municipal de Lisboa, e assim se encontrava quando fora nomeado para ingressar nas fileiras da comissão de 1888. O assunto a tratar pelo grupo de trabalho reunido não lhe era desconhecido, tendo chegado a fazer, na Câmara dos Deputados, intervenções importantes nos debates dedicados “aos direitos aduaneiros na importação de cereais e à questão cerealífera”²⁰⁷, e publicado, em 1889, a obra *Padarias Municipais e Cooperativas*²⁰⁸.

A disparidade na composição das comissões espelha a complexidade que envolvia a instalação de um empreendimento como a manutenção militar no nosso país. Não estranha, pois, que a primeira destas comissões seja constituída unicamente por militares, sendo o estabelecimento destinado à alimentação das tropas. Por comparação, a diversidade na composição da comissão de 1888 explica, por um lado, porque é que o organismo passaria a fornecer outros estabelecimentos, exteriores ao Ministério da Guerra. Por outro lado, é reflexo da complexidade inerente a um empreendimento deste cariz, que obrigava a que fossem convocadas diferentes áreas de saber, bem como o parecer dos que desempenhavam a sua profissão em serviços que se encontravam intimamente ligados à entrada da matéria-prima base a ser utilizada por este estabelecimento.

Entre os diversos técnicos envolvidos importa destacar o papel dos engenheiros, em particular dos engenheiros militares, representados por Ladislau Miceno Álvares da Silva e Jacinto Parreira, nas comissões de 1886 e de 1888; por Teófilo José da Trindade, diretor das obras da Manutenção do Estado; e por Joaquim Renato Baptista, a quem se ficou a dever a instalação definitiva da MM. A ele tornaremos no capítulo seguinte. Quanto a Teófilo José da Trindade, fazemos uma breve referência ao seu percurso.

Natural de Faro, Teófilo José da Trindade (1856-1936) formara-se em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra e em Engenharia Militar pela Escola do Exército. Fora membro, tal como Ladislau Álvares da Silva, da comissão encarregada dos *estudos de defesa de Lisboa e seu porto*, tendo-se mantido nesta até 1890. Colaborara, também, nas obras de fortificação do Campo Entrincheirado. Em 1888 era promovido a capitão. Um recorte de jornal que encontrámos no seu processo

²⁰⁷ *Ibidem*, p.267.

²⁰⁸ Augusto Fuschini, *Padarias Municipais e Cooperativas*, Lisboa, Impr. Democratica, 1889.

individual indica-nos que, um ano depois, em 1889, “*iniciou as obras das instalações da Manutenção Militar, tendo planeado e dirigido os importantes trabalhos de terraplanagem para a conquista do Tejo*”²⁰⁹. Uma nota de Mariano de Carvalho, ainda ministro da Fazenda, datada de 14 de Fevereiro de 1889, solicitava ao Ministério da Guerra a participação do engenheiro no projeto da manutenção: “*Tornando-se da maior urgência designar o competente pessoal tecnico, que tem de dar principio às obras necessarias no edificio do extincto convento das Grillas para o estabelecimento da Manutenção do Estado; rogo a V.Ex.ª por indicação do respectivo Conselho de Administração, encarregado de dirigir administrativamente e economicamente as necessarias obras, se sirva determinar que para aquelle fim se apresentem ao dicto Conselho o capitão e tenente de engenharia Theofilo José da Trindade, e Antonio Caetano Pereira Junior*”.²¹⁰

Em 1893²¹¹, estando as obras da Manutenção suspensas, seria colocado no regimento de engenharia, como comandante da Companhia de Caminhos de Ferro. Entre 1894 e 1896, altura em que o empreendimento da Manutenção Militar principiava a ser reativado, vamos encontrá-lo a dirigir as “*Escolas Práticas de Engenharia de diversas regiões e cursos de subalternos de engenharia*”²¹².

É de salientar, como não poderia deixar de ser, o papel do Exército na formação da engenharia em Portugal²¹³, e como essa formação se reflete neste projeto, essencialmente militar. Ligados, como observámos pelos seus percursos profissionais, a outros projetos do âmbito das obras públicas, estes engenheiros seguiam atentamente o que era feito, no campo militar, e não só, pelos vizinhos europeus na vanguarda da

²⁰⁹ Recorte do jornal Correio do Sul (Faro), de 13 de dezembro de 1936, que encontramos no seu processo individual. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 2335, Teófilo José da Trindade.

²¹⁰ Nota de 14 de fevereiro de 1889, do Ministério dos Negócios da Fazenda, para o Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, que se encontra no seu processo individual. *Idem*

²¹¹ Neste mesmo ano fora reconhecido como oficial da antiga nobilíssima e esclarecida ordem de S. Tiago do mérito científico, literário e artístico, por decreto de 28 de setembro. Em 1896 receberia a medalha militar de prata da classe de bons serviços. *Idem*.

²¹² Retirado do recorte do jornal Correio do Sul (Faro), de 13 de dezembro de 1936, que encontramos no seu processo. Seria ainda, no novo século: em 1900, diretor das Obras Públicas da Companhia de Moçambique; em 1908, nomeado comandante da Escola Prática de Engenharia; já coronel, em 1911, seria nomeado inspetor das fortificações das obras militares do Campo Entrincheirado de Lisboa, e em 1913, inspetor dos serviços militares dos Caminhos-de-ferro; em 1915, faria parte do governo de Pimenta e Castro (pastas das Colónias e dos Negócios Estrangeiros). *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 2335, Teófilo José da Trindade.

²¹³ José Luís Assis, *Militares, Ciência & Técnica...*, p.196; Ana Cardoso de Matos, Maria Luísa Santos e Maria Paula Diogo, «Obra, engenho e arte nas raízes da engenharia em Portugal», in Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo, *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX*, vol. II, Lisboa, Dom Quixote, Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico, 2004, pp. 13 e 20. Veja-se a tabela 2, nos anexos.

Ciência. A temática da alimentação das tropas não lhes era desconhecida, havendo imprensa militar que noticiava e refletia sobre o que neste domínio era feito pelos exércitos europeus: na *Revista Militar*, na *Revista de Engenharia Militar*, na *Revista de Ciencias Militares* e, mais tarde, entre 1902 e 1904, na *Revista de Administração Militar*, encontramos inúmeros artigos sobre alimentação das tropas, sobre cozinhas, fogões e fornos rolantes, moinhos de campanha, padarias militares, marmitas e talheres de campanha, sobre o emprego de muares no abastecimento dos exércitos, o transporte de água potável em campanha, e outros que noticiavam o emprego destas inovações, na segunda metade do século XIX, em países como a Alemanha, a Áustria-Hungria, a Rússia, a França, a Inglaterra e a Itália²¹⁴.

Além da sua formação, e do que “absorveram” nas suas viagens e missões ao estrangeiro, onde tinham oportunidade de visitar os estabelecimentos pertencentes a outros exércitos - incluindo os fabris²¹⁵ -, importa reter que os *homens de ciência* envolvidos no projeto da Manutenção Militar se cruzavam na Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, da qual todos eles eram sócios efetivos²¹⁶. Chamados a participar num projeto desta complexidade, encontraram nele terreno para convocarem e colocarem em prática os conhecimentos adquiridos na sua formação, nas suas observações e experiências profissionais, confirmando-se, assim, o reconhecimento do seu papel “e dos seus saberes específicos como promotores de modernidade”²¹⁷ e da sua importância enquanto “agentes da inovação tecnológica necessária ao desenvolvimento” do país.²¹⁸

²¹⁴ Consideramos importante que se proceda ao levantamento deste tipo de matéria nos periódicos militares portugueses, esforço que se encontra por fazer, mas que se torna necessário para se apreender como era feita e encarada a alimentação das tropas em todos os seus domínios, e, sobretudo, em campanha, condição essencial para manter os soldados em palco de guerra.

²¹⁵ José Luís Assis, *Militares, Ciência & Técnica...*, p.376; Ana Cardoso de Matos, Maria Luísa Santos e Maria Paula Diogo, «Obra, engenho e arte nas raízes da engenharia em Portugal...», p.25.

²¹⁶ «Relação dos socios existentes em 31 de Dezembro de 1882», *Revista de Obras Públicas e Minas*, volume de 1883, pp. 43-56; «Socios admittidos nas sessões ordinárias de Janeiro, Fevereiro, Março de 1883», *Revista de Obras Públicas e Minas*, volume de 1883, p.56. Na Associação se cruzariam, também, com José Emílio de Sant’Ana da Cunha Castelo Branco, que viria a ser diretor da Manutenção Militar entre 1900 e 1902, ao qual tornaremos adiante. Cf. «Relação dos socios existentes em 31 de Dezembro de 1882», *Revista de Obras Públicas e Minas*, volume de 1883, p.52. A Manutenção conheceu, entre 1897 e 1911, dois diretores engenheiros. A partir de 1911, este cargo passou a ser obrigatoriamente desempenhado por um coronel do Serviço de Administração Militar. Cf. *Regulamento da Manutenção Militar*, 19 agosto 1911, artigo 10º, in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p. 470.

²¹⁷ Ana Cardos de Maros e Maria Paula Diogo, «Jogos de identidade. Dois séculos na formação e na prática dos engenheiros portugueses (séculos XVIII-XIX)», pp. 198-199.

²¹⁸ Maria Fernanda Rollo, «Do governo dos engenheiros aos engenheiros no governo (I)», in *Ingenium*, IIª série, nº127, Janeiro/Fevereiro 2012, p. 90; José Luís Assis, *Militares, Ciência & Técnica...*, p.375.

1.4. Desbloquear o empreendimento: o ambicioso projeto de Joaquim Renato Baptista e o decreto fundador

1.4.1. Joaquim Renato Baptista: engenheiro militar, lente da escola do Exército

O interregno durara pouco. O esforço para a reativação do projeto, cujas obras tinham sido suspensas em 1892, começara em 1895. Nesse ano, Joaquim Renato Baptista, engenheiro militar, é chamado e encarregue de apresentar um relatório “*sobre a possibilidade de adoptar os edificios existentes ao indicado fim*”²¹⁹.

Joaquim Renato Baptista é a referência que somos obrigados a reter quando falamos da Manutenção Militar. Não podendo descurar o trabalho meritório da comissão de 1886, chave na ignição deste processo, é a Joaquim Renato que se fica a dever a instalação definitiva do estabelecimento. Ao seu nome ficaria associada ideia de “*cabouqueiro da M.M*”, como encontramos na revista *Manutenção Militar*, publicada já nos anos de governação de Marcelo Caetano: “*Foi ele o autor do projecto de adaptação do extinto Convento de Agostinhas, ao Beato, e dos terrenos adjacentes para, aí, serem instalados os serviços da Manutenção Militar – projecto grandioso que só foi, então, parcialmente realizado*”²²⁰.

Joaquim Narciso Renato Descartes Baptista (1855-1900), natural de Lisboa, frequentou o curso geral da Escola Politécnica, diplomando-se, de seguida, em engenharia militar na Escola do Exército, concluindo o curso em 1878. Logo em 1880 faria uma “viagem de estudo” a França, com o fim de “*estudar os últimos aperfeiçoamentos realizados no que diz respeito aos serviços da engenharia militar*”, devendo apresentar “*no seu regresso um relatório dos factos que observar e que tem aplicação no nosso país*”²²¹. Em 1881 é promovido a tenente para a arma de Engenharia, e em 1883 nomeado ajudante na Escola Prática de Engenharia durante a época de exercícios desse ano. Em 1884, pela mesma *Ordem do Exército* que o promovia a capitão, foi designado comandante da 1ª companhia do 1º batalhão do Regimento de Engenharia. No ano seguinte, passaria ao Estado-Maior da mesma arma,

²¹⁹ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.323.

²²⁰ P^e. José Maria de Freitas, «72 anos de serviço», in *Manutenção Militar: órgão de informação, cultura e recreio do pessoal da MM*, Ano I, nº1, 11 junho 1969, p.7.

²²¹ Nota de 4 de junho de 1880, do comando geral de engenharia, para a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, que encontramos no seu processo individual. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista

e seria indigitado para apropriar um espaço: o antigo palácio do Conde de Resende, a Santa Clara, adaptando-o para quartel de um regimento de infantaria e secretaria do corpo do Estado-Maior. No mesmo mês, seria incumbido de dirigir as obras no arquivo do Ministério da Guerra, também em Santa Clara. E, no final deste ano, seria ainda escolhido para tomar parte numa comissão encarregada de elaborar um anteprojeto para a reconstrução do quartel de engenharia.

No ano-chave de 1886, um ofício do Ministério da Guerra concedia licença ao capitão para ir novamente a França, com a mesma missão com que fora em 1880²²². Em 1887, seria encarregado de dirigir a construção de duas carruagens celulares para o serviço de Justiça Militar e para dirigir as obras de instalação da escola prática de infantaria e cavalaria em Mafra. O contacto com França seria retomado nesse mesmo ano: em outubro de 1887 foi nomeado para acompanhar o capitão do quarto Corpo de Artilharia do Exército Francês, L. Franefort, na sua visita autorizada aos estabelecimentos militares e quartéis em Lisboa e nas suas proximidades.

O seu caminho cruza-se com a Manutenção Militar logo em 1889. A decisão de a instalar no antigo convento das Grilas obrigara a que os serviços que ali se encontravam acomodados, na dependência do Ministério da Guerra, fossem transferidos para outro local: o convento das Grilas servia de morada a viúvas de oficiais do Exército, que viviam em condições de vida precárias, e na cerca do convento tinham sido construídos barracões para abrigar algum material do comando geral de artilharia²²³. Seria, pois, Joaquim Renato Baptista, o homem encarregue de informar o Ministério da Guerra sobre a possibilidade de o ex-convento de Chelas ser suscetível de aplicação militar²²⁴, informação que seria entregue em janeiro de 1889.

No ano de 1891 seria destacado para a província de Moçambique, tornando ao Estado-Maior no ano seguinte. Em 1894 seria nomeado lente da Escola do Exército, e encarregado de escrever uma *“história da engenharia militar em Portugal”*²²⁵.

²²² Ofício do Ministério da Guerra de 5 de junho de 1886, no seu processo individual. *Idem*.

²²³ Esta informação é-nos facultada por uma intervenção, na Câmara dos Pares, do par Fernando Larcher, a propósito do convento de Chelas. Cf. *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, nº16, 17 agosto 1897, pp.186-189.

²²⁴ E, especialmente, se nele seria possível acomodar o material de artilharia depositado no antigo convento das Grilas.

²²⁵ Em *Ordem do Exército*, nº15, de 1894, 2ª série, informação que encontramos no seu processo individual. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista.

Chegamos então ao ano de 1895, quando é encarregue de apresentar um relatório sobre a possibilidade de se adaptar o espaço e os edifícios existentes no local escolhido para a instalação da Manutenção Militar. O capitão de engenharia apresentaria as suas conclusões a 12 de setembro desse ano²²⁶, trabalho pelo qual seria louvado²²⁷. Em janeiro de 1896 torna-se diretor das obras da Manutenção Militar²²⁸, cargo que ocuparia até agosto de 1898²²⁹.

A 11 de Junho de 1897, a par do decreto fundador da Manutenção Militar de Lisboa, seria nomeado chefe interino da secção técnica da Manutenção Militar²³⁰, mas seria exonerado do cargo a 30 de dezembro do mesmo ano, continuando à frente da direção das obras do estabelecimento, como já referimos, até agosto do ano seguinte. Viria a falecer a 2 de novembro de 1900, sem ver o seu ambicioso projeto totalmente concretizado.

Salientamos ainda que foi diretor da *Revista de Sciencias Militares*, publicada entre 1885 e 1893, na qual também publicou artigos²³¹, e sócio efetivo da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, em cujas sessões chegou a fazer algumas intervenções²³². Foi ainda durante a sua carreira militar, largamente condecorado e louvado²³³. Destacamos o louvor que recebera, em 1896, pelo trabalho desempenhado

²²⁶ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.323.

²²⁷ Por portaria de 7 de abril de 1896, informação que encontramos no processo individual do capitão de engenharia. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista.

²²⁸ Em 1896 seguiria novamente para o estrangeiro, em comissão de serviço. *Idem*.

²²⁹ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.325

²³⁰ Tendo como adjunto João Soares Branco. «Documentos Officiaes», *Revista de Engenharia Militar*, nº8, agosto de 1897, p.311; João Soares Branco (1863-1927). Formado em engenharia militar pela Escola do Exército, foi militar, governador civil do Funchal, deputado pelo Partido Progressista e ministro da Fazenda. Cf. Fernando Moreira, «BRANCO, João Soares», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I..., pp. 441-443.

²³¹ Veja-se, a título de exemplo, o artigo «Fornos de Campanha», in *Revista de Sciencias Militares*, vol. 4, 1887, pp. 182-192.

²³² Em 1888, a título de exemplo, a *Revista de Obras Publicas e Minas* publicava a ata da sessão de 3 de março de 1888 da associação dos engenheiros civis portugueses, que continha uma comunicação de Joaquim Renato Baptista dedicada à “*construcção dos quartéis militares, encarada principalmente sob o ponto de vista da hygiene*”. Cf. «Secção Noticiosa», *Revista de Obras Publicas e Minas*, tomo XIX, maio e junho, nº221 a 222, pp.163-192; Aliás, seria Joaquim Renato Baptista a apresentar, em 1893, a proposta de fazer ver ao governo “a conveniência de que a engenharia portuguesa” se encontrasse “devidamente representada” na exposição de Chicago, bem como nos congressos que durante esta decorressem. Cf. «Secção Noticiosa», *Revista de Obras Publicas e Minas*, Tomo XXIV, janeiro e fevereiro, nº277 e 278, pp.60-61.

²³³ Em 1886, era ordenado cavaleiro da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, e, no mesmo ano, louvado pelo comando geral de engenharia pela forma como havia desempenhado as diversas comissões de serviço que lhe foram cometidas. Em 1888, recebe a medalha de prata de comportamento exemplar, e no ano seguinte é distinguido como cavaleiro da *antiga nobilíssima e esclarecida Ordem de S. Tiago de mérito científico, literário e artístico*. No ano de 1893, cavaleiro da ordem militar de S. Bento de Avis e oficial honorário às ordens de Sua Majestade El Rei. Logo no ano seguinte era distinguido como oficial da última ordem enunciada. Em 1897, receberia a medalha militar da classe de bons serviços, reconhecida

na Manutenção Militar: “(...) porque tendo sido encarregado de dirigir as obras de ampliação dos edifícios onde se acha estabelecida a escola do exercito, e bem assim de proceder aos estudos e trabalhos necessarios para a installação da padaria militar no edificio da manutenção do estado e para a escolha dos melhores aparelhos para a laboração da mesma fabrica, se houve nos desempenhos d’estes serviços com inexcédível zelo e sollitude, manifestando muita intelligencia, aturado estudo e profundos conhecimentos sobre os assumptos a que tão dedicadamente se entregou”²³⁴.

A sua competência e experiência em reconverter e adaptar edifícios para fins militares explica a sua indicação para desbloquear o empreendimento da Manutenção Militar. Pelo seu falecimento, a *Revista de Engenharia Militar* cuidaria lembrar este feito: “Pela erudição e amor ao trabalho, foi encarregado de muitas commissões, tendo sido louvado pelo zelo, intelligencia, aturado estudo e profundos conhecimentos que manifestou sobre assumptos a que dedicadamente se entregou (...) e bem assim de proceder aos estudos e trabalhos necessarios para a installação da padaria militar no edificio da manutenção do estado e para escolher os melhor aparelhos para laboração da mesma fábrica.”²³⁵

1.4.2. 1897: “o decreto de 11 de junho de 1897 (...) funda em definitivo a Manutenção Militar”

“Achavam-se os trabalhos num certo grau de adiantamento, tendo-se executado importantes terraplanagens e quasi completado a construção de um dos principais edificios, quando as circunstancias financeiras do país obrigaram a suspendê-los por completo”²³⁶.

Era esta a leitura feita das razões que teriam levado à interrupção do empreendimento. A crise económica e financeira de 1890/91 obrigaria à suspensão das obras por falta de verbas para lhes dar continuidade. O projeto esbarraria nesta

pelo Supremo Conselho de Justiça Militar. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista.

²³⁴ Portaria de 7 de abril de 1896, informação retirada do seu processo individual. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista.

²³⁵ «Obituário», *Revista de Engenharia Militar*, volume de 1900, nº9, setembro, p.570. Joaquim morre em novembro, mas, por engano, quando o volume da revista foi encadernado, a referência à sua morte vem no número citado. Veja-se a figura 2, nos anexos deste trabalho.

²³⁶ Decreto, 11 junho 1897, *Legislação Portuguesa*, 1897, p.181.

conjuntura de colapso, indissociável da “séria crise económica e financeira, de âmbito internacional”, que se propagaria “à maior parte da Europa e dos Estados Unidos” e cujo impacto em Portugal seria agravado “pelo ambiente de pessimismo e de profunda descrença nos governantes, nos modos de governar e no próprio País”²³⁷.

À data da interrupção, alguns dos trabalhos encontravam-se já quase concluídos, nomeadamente as terraplanagens e um dos edifícios, destinado à padaria, conforme nos informa a *Revista de Obras Públicas e Minas*²³⁸. Muito havia, no entanto, por fazer. A antiga Padaria Militar, que continuava a funcionar, principiava a aproximar-se de um “estado de ruína”, circunstância que “agravava bastante as dificuldades do fabrico e dos fornecimentos”. No que diz respeito à Manutenção, reconheceu-se, por um lado, que a paralisação das suas obras de instalação significava “uma immobilização do capital n’ellas empregado”, e que, por outro, “compromettia seriamente a conservação dos novos e dos velhos edifícios ali abandonados aos estragos do tempo”²³⁹.

Em 1895 seria então solicitada ao capitão de engenharia Joaquim Renato Baptista a elaboração de um relatório que apreciasse a hipótese de se adaptar as obras de instalação do estabelecimento fabril do Exército ao espaço que a ele estava destinado. Reconhecida a impossibilidade de se prosseguir os trabalhos com base nos planos de obras apresentados pelas duas comissões e pela direção de obras da *Manutenção do Estado*, a avaliação de Joaquim Renato Baptista deveria confirmar a possibilidade de acomodar as instalações aos edifícios já existentes, “ou pelo menos a não os ampliar senão dentro de estreitos limites”. Esta parecia a solução para o problema, dada a “absoluta necessidade de não exagerar a despesa”²⁴⁰.

O relatório do capitão viria a confirmar a viabilidade do que lhe fora solicitado, tendo sido entregue a 12 de setembro desse ano. Não só a Manutenção poderia ser instalada, como podia garantir “largamente as necessidades do exército, podendo ainda permitir outros fornecimentos e em especial aos estabelecimentos do estado”. Vantajosa se revelaria, também, montar instalações destinadas ao fabrico de massas alimentícias, e reconhecia-se, ainda, “a grande utilidade de fabricar um producto

²³⁷ A.H. de Oliveira Marques e Maria Fernanda Rollo, «O Surto Industrial», in A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal: Da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p.512.

²³⁸ «Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes – Gerência de 1897 – Relatório e Contas», *Revista de Obras Públicas e Minas*, 1898, tomo XXIX, nº 337 a 339, p.32.

²³⁹ Para todas estas citações, Decreto, 11 de junho de 1897, *Legislação Portuguesa*, 1897, p.181.

²⁴⁰ Para estas citações, *Idem*.

panificavel semelhante á bolacha, a exemplo das principaes nações que abastecem os seus exércitos em operações, em manobras e em expedições coloniaes, com um pão especial fabricado em condições de conservar-se em bom estado por largo tempo e transportar-se facilmente.”²⁴¹

Com base neste relatório, a 13 de janeiro de 1896 os edifícios e terrenos destinados à *Manutenção do Estado* passariam para as mãos do Ministério da Guerra²⁴². Neste mesmo mês colocava-se fim ao interregno, com o início da instalação, que se queria definitiva, da *Manutenção Militar de Lisboa*, com Joaquim Renato Baptista à cabeça da direção das obras²⁴³. Em março, o então detentor da pasta da Guerra, Luís Augusto Pimentel Pinto, mandaria abrir o concurso para o fornecimento de maquinaria para o estabelecimento, e, em agosto de 1896, a moagem e a padaria começariam, finalmente, a sua laboração²⁴⁴.

O ano de 1897 seria o culminar deste caminho, que começara, oficialmente, em 1886. A 6 de Março, o projeto ganharia um novo fôlego: seria ordenado, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, que Joaquim Renato Baptista concebesse um plano de obras, devidamente orçamentado, “*para a ampliação da padaria militar e respectiva fábrica de moagem, tomando como base as installações feitas e em via de execução e de modo que a producção de farinha, pão e massas alimentares fosse elevada ao*

²⁴¹ Para estas citações, *Idem*.

²⁴² Segundo Joaquim Renato Baptista, esta entrega fez-se nesta data: “*Com base neste relatório, e como o estado de ruina da padaria militar se tivesse agravado a ponto de prejudicar muito o serviço, resolveu o governo que o ministerio da guerra tomasse posse do estabelecimento em construcção e para ali transferisse aquella padaria (...) A entrega ao ministerio da guerra realizou-se em 13 de janeiro de 1896*”. Cf. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.323. No entanto, no ANTT encontramos uma nota da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, de abril de 1896, com a seguinte informação: “*auto de cedência provisória dos edificios da manutenção do estado ao Ministerio da Guerra, lavrado em 13 de Janeiro último*”, o que coincide, portanto, com a informação do engenheiro, embora nessa nota se fale de uma “cedência provisória”. O auto garantia que o Ministério da Guerra pudesse usufruir da moagem e da padaria para fabricar pão para o exército, na condição de que esta utilização não prejudicasse a continuação das obras. Por outro lado, encontramos no mesmo processo um auto de entrega ao Ministério da Guerra, este datado de 11 de Fevereiro de 1895 – antes, portanto, de o engenheiro ter apresentado o seu relatório – que nos diz que a passagem se fez entre o “*coronel de cavalaria e director geral da Cooperativa Militar Augusto Eugénio Alves, e o engenheiro auxiliar das Obras Públicas António Ferreira da Silva Barros, o primeiro encarregado de tomar posse, em nome do Ministério da Guerra e o segundo de fazer entrega por fazer parte da Direcção Especial dos Edifícios Públicos e Pharoas, do extincto convento das Grillas que estava desde 7 de agosto de 1894, a cargo desta direcção*”. Por falta de outra informação complementar, fica por explicar a existência do último auto de entrega referido. Cf. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, «Entrega das obras do edificio da Manutenção do Estado», Ministério das Obras Públicas, maço 506, processo 919. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.323.

²⁴³ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.325.

²⁴⁴ *Ibidem*, pp.323-324.

máximo compatível com as dimensões dos edifícios existentes, contando-se igualmente com o fabrico de pão de campanha”²⁴⁵. A ele voltaremos no capítulo seguinte.

Tendo a fábrica de moagem e a padaria começado a laborar no ano anterior, chegara então o momento de “*attender à sua organização*”. O 11 de Junho de 1897, um decreto estabelecia em definitivo a *Manutenção Militar de Lisboa*²⁴⁶, e aprovava, simultaneamente, o *Plano de Organização da Manutenção Militar de Lisboa*, indispensável perante as transformações operadas ao nível dos processos de fabrico e dada “*a necessidade de satisfazer a mais largos e variados fornecimentos*”²⁴⁷. Neste mesmo dia, era nomeado como diretor interino da Manutenção Militar o coronel do Estado-Maior de cavalaria, Augusto Eugénio Alves²⁴⁸, bem como os indivíduos que assegurariam a secção técnica e a secção administrativa do mesmo estabelecimento²⁴⁹.

²⁴⁵ *Ibidem*, pp. 324-325. A mesma nota solicitava que o capitão elaborasse um projeto de regulamento técnico para o estabelecimento, bem como um projeto com orçamento destinado para a aquisição de material destinado a padarias de campanha. Este projeto seria apresentado, segundo Joaquim Renato Baptista, a 5 de novembro. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, pp.324-325. Este projeto pode ser consultado nesta sua obra, no documento nº6, em anexo à mesma.

²⁴⁶ Sancionado pelos Ministérios da Guerra – Francisco Maria da Cunha – e das Obras Públicas, Comércio e Indústria – Augusto José da Cunha. Veja-se o documento 4, nos anexos deste trabalho.

²⁴⁷ Decreto, 11 junho 1897, *Legislação Portuguesa*, 1897, p.181; Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p. 325.

²⁴⁸ Augusto Eugénio Alves (1843-1915), natural de Estremoz, Évora. Frequentara o Real Colégio Militar e o curso da arma de cavalaria. Progrediu na carreira militar na arma de cavalaria. Em 1881, seria nomeado para uma comissão encarregada de formular um regulamento tático para a arma de cavalaria. Em 1883 vamos encontrá-lo como diretor da Escola Regimental (1883-1886). 1893, coronel para o Estado-maior da arma. Nomeado, nesse ano, para fazer parte de uma comissão encarregada de proceder à escolha de tipos para os novos quartéis, hospitais e outros edifícios militares. Foi chefe do Estado-maior da inspeção geral de cavalaria, e presidente da comissão encarregada de adotar as providências necessárias para se constituir a cooperativa militar, criada em 1893. Seria nomeado diretor geral da mesma cooperativa (1894-1898). Em 1897 é nomeado diretor interino da Manutenção Militar, por decreto de 11 de junho de 1897, sendo exonerado do cargo a 15 de novembro de 1900, por o ter pedido. Em 1899 seria nomeado vogal do conselho do mercado central de produtos agrícolas, e seria louvado “*pelo desvelo superior e intelligencia com que se houve nos ensaios e estudos que fundamentaram o importante relatório acerca da tabella reguladora do preço dos trigos nacionais*”, tendo, neste âmbito, feito parte da comissão de exame às fábricas de moagem, nomeada em 1899. Até 1897, já tinha recebido a medalha de prata por distinção e prémio concedido ao Mérito e Filantropia (1886), era comendador da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis (1895), e comendador da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo (1897), distinção que renunciara. Cf. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 987, Augusto Eugénio Alves. O diretor do estabelecimento, pelo decreto de 11 de junho, teria de ser “*um official superior de qualquer arma na actividade do serviço, nomeado pelo ministro da guerra*”. Cf. «Plano de organização da manutenção militar», Decreto, 11 de junho, *Legislação Portuguesa*, 1897, artigo 4º, pp.182-183. O diretor deveria representar a Manutenção “*nas suas variadas relações exteriores, e superintendendo em todos os serviços*”. *Idem*, p.182.

²⁴⁹ Joaquim Renato Baptista seria nomeado chefe interino da secção técnica, e teria como adjunto o tenente de engenharia João Soares Branco. Como chefe da secção administrativa, seria nomeado o capitão José Gomes Goes Junior, segundo oficial da direcção da administração militar. Este teria como adjuntos o segundo oficial da direcção da administração militar Pedro Eusebio de Oliveira, e os aspirantes, com graduação a tenente, Aires dos Santos e Silva e Anibal da Natividade Martim Pinto. Nota de 11 de junho de 1897, da Secretaria da Guerra, no processo individual de Joaquim Renato Baptista. Cf. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista. Por portaria de 3 de

A criação de uma secção administrativa e de uma secção técnica resultam do entendimento de que a direcção da Manutenção Militar deveria ser dividida em “dois ramos”, à semelhança do que era *“corrente em todos os estabelecimentos do mesmo genero, quer publicos quer particulares, e tanto no nosso como nos outros paizes”*. Seguindo este raciocínio, o decreto de 1897 determinava que o primeiro serviço ficaria a cargo de oficiais da Administração Militar, considerados *“os mais aptos (...) para tratarem da gerência de fundos, dos fornecimentos, das compras e vendas, e da complicada escripturação e contabilidade do estabelecimento e suas succursaes”*. A secção técnica, por sua vez, ficaria a cargo da engenharia militar, justificando-se esta opção pela índole do serviço, que obrigava a *“habilitações especiais e constantes estudos, por isso que consiste na applicação de conhecimentos científicos e industreaes hoje e sempre muito desenvolvidos”*²⁵⁰.

Importa referir que na secção técnica se colocava uma responsabilidade muito importante no âmbito das missões da Manutenção Militar. Afirmava-se que, *“alem de satisfazer a immediata necessidade de fornecimento de productos alimentares, e de constituir para as tropas da administração militar uma verdadeira escola pratica do serviço de fabricação de pão em campanha”*, o estabelecimento tinha as condições para poder *“exercer uma grande influencia no desenvolvimento da agricultura nacional”*²⁵¹. Relativamente a esta última questão, a referida secção - constituída por engenheiros²⁵², um médico e um agrónomo -, reunia as condições para estudar os alimentos, aferir a qualidade e a composição dos produtos, bem como analisar os *“fenómenos (...) da fermentação panar”*. Esperava-se, assim, que a Manutenção Militar, *“sendo o único estabelecimento do estado”* onde se conduziriam *“as operações de moagem de cereais e sua applicação à panificação”*, servisse também de laboratório, podendo vir a oferecer importantes coordenadas *“ácerca das qualidades dos cereaes e do modo por*

agosto de 1897, seria dissolvido o Conselho de Administração da Manutenção do Estado. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.323.

²⁵⁰ Para todas estas citações, Decreto, 11 junho 1897, *Legislação Portuguesa*, 1897, p.181.

²⁵¹ *Idem*, p.182.

²⁵² Que assumiriam a direcção do trabalho fabril, bem como *“a conservação e o aperfeiçoamento dos machinismos”*. Relativamente às competências da secção técnica: *“fiscalizar o serviço do pessoal fabril, cuidar da conservação dos edificios, machinas eapparelhos, dirigir as officinas de reparação do material e o laboratório, e propor ao director os melhoramentos que julgar convenientes nas installações, no material fixo e no de campanha, assim como no serviço de exploração, para o successivo aperfeiçoamento dos productos que houver de fornecer”*. «Plano de organização da manutenção militar», Decreto, 11 de junho, *Legislação Portuguesa*, 1897, artigo 10.º, p.183.

que se comportam na alimentação, favorecendo assim a solução de questões altamente importantes para a economia e hygiene publicas”²⁵³.

O *Plano de Organização da Manutenção Militar* definia, no seu artigo 1.º, que esta teria a sua sede em Lisboa, no local desde sempre proposto para a sua instalação, e como fim “*satisfazer ao fabrico de farinhas, pão e outros productos alimentares, e seu fornecimento ao exercito, á armada e aos corpos e estabelecimentos dependentes dos ministerio do reino, justiça, guerra e marinha (...) e bem assim ao fornecimento de forragens aos solípedes do exercito*”, nos termos do que ficara definido na Carta de Lei de 19 de Julho de 1888²⁵⁴.

O estabelecimento estava sob a tutela do Ministério da Guerra e subordinado, diretamente, à direção da Administração Militar²⁵⁵. Compreendia uma fábrica de moagem, uma padaria, uma instalação destinada ao fabrico de massas alimentares e outra para o “*fabrico de bolacha e productos similares*”, e incluía ainda depósitos para trigos e farinhas, bem como para o armazenamento de outros produtos e géneros que se destinassem a alimentar as tropas. Teria ainda um depósito destinado a guardar o material das padarias de campanha, bem como as necessárias oficinas para reparação e material, cocheiras e cavalariças, instalações para secretaria, enfermaria, alojamentos para o pessoal e, claro, “*um laboratório chimico e tecnologico para estudos de cereaes, farinhas e fermentos, assim como do pão ou outros productos*”²⁵⁶.

Fariam ainda parte da Manutenção Militar, como suas dependências: o depósito de forragens que se encontrava em Belém, “*com succursaes em diversos pontos do paiz*”, e padarias sucursais “*nas principais localidades de guarrição do continente e ilhas adjacentes, destinadas a abastecer de pão os corpos e estabelecimentos militares e, quanto possivel, as forças destacadas e em transito*”²⁵⁷.

A MM tinha um conselho administrativo, cujo presidente era o diretor. O conselho contava com o chefe e dois adjuntos da secção administrativa, como vogais,

²⁵³ Para todas estas citações, Decreto, 11 junho 1897..., p.182. A secção técnica da Manutenção Militar teria como chefe um oficial de engenharia, não inferior a capitão. Este, por sua vez, teria como adjuntos, um tenente de engenharia, um cirurgião ou ajudante do exército e um agrónomo. O primeiro seria nomeado pelo ministro da Guerra, e o segundo pelo ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Cf. «Plano de organização da manutenção militar», Decreto, 11 junho 1897..., artigo 5º, p.183.

²⁵⁴ *Idem*, artigo 1º, p. 182.

²⁵⁵ *Idem*, artigo 1º, § único, p. 182.

²⁵⁶ Para todas estas ideias e citações, *Idem*, artigo 2º, p.182. O laboratório poderia vir a ser usado por estabelecimentos particulares para ensaios relacionados com cereais e farinhas, “*mediante uma tabella de preços devidamente auctorizada.*”. Cf. *Idem*, artigo 11º, p.183.

²⁵⁷ Para todas estas citações, *Idem*, artigo 3º, p.182.

sendo que um dos adjuntos serviria de secretário, sem voto²⁵⁸. Abaixo do diretor estavam os dois serviços já referidos, a secção administrativa e a secção técnica. O “serviço clinico do estabelecimento e das succursaes mais próximas, alem da inspecção sanitária do pão e outros produtos alimentares”, estava a cargo do chamado “facultativo”²⁵⁹.

Quanto ao pessoal fabril, este compreendia um mestre para cada uma das fabricas²⁶⁰, um fiscal – que teria a seu cargo a maquinaria e as oficinas de reparação -, dois maquinistas e dois fogueiros²⁶¹. Para auxiliar no serviço, o estabelecimento contaria com as praças das 2ª e 3ª companhias da Administração Militar, ministrando-lhes a necessária instrução prática²⁶².

1.4.3. O plano de Joaquim Renato Baptista: congéneres estrangeiros, referências do capitão

Além do plano de obras entregue, Joaquim Renato Baptista fez publicar as suas apreciações sobre o projeto, num trabalho de natureza não oficial. Este livro, intitulado *A Manutenção Militar de Lisboa*²⁶³, oferece-nos, de forma aprofundada, o pensamento

²⁵⁸ *Idem*, artigo 12º, p.183.

²⁵⁹ *Idem*, artigo 9º, p. 183.

²⁶⁰ Mestre de moagem, mestre de panificação e mestre da oficina de massas alimentares. *Idem*, artigo 13º, p.183. Quanto aos mestres, seria necessário recorrer a civis, por uma questão destes serviços fabris terem de ser realizados com alguma permanência, que ministrassem a instrução às praças relativamente ao trabalho de cada uma das fábricas. Cf. Decreto, 11 junho 1897..., p.182

²⁶¹ Relativamente a desempenho dos cargos de ajudante de maquinista, de fogueiro ou de artífices, necessários para as oficinas e outros serviços, seriam preferidas praças do regimento de engenharia. Cf. «Plano de organização da manutenção militar», Decreto, 11 junho 1897..., artigo 14º, p.183.

²⁶² Dessas companhias saíam, igualmente, os destacamentos necessários para o serviço a desempenhar nas sucursais da Manutenção Militar. *Idem*, artigo 15º, p. 183. As praças da 2ª companhia seriam empregadas na secretaria e no conselho administrativo – escrituração -, bem como no serviço fabril, nos armazéns e depósitos, guarda e policiamento do estabelecimento. As praças da 3ª companhia seriam canalizadas para o serviço de transporte. *Idem*, artigo 15º, §2º, p.183.

²⁶³ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa*, Lisboa, 1898. O livro encontra-se dividido da seguinte forma, por capítulos: *Preliminares, Bases Adoptadas, Construcções, Trigo, Recepção e armazenagem do Trigo, Limpeza do Trigo, Moagem do Trigo, Padaria, Milho, Centeio, Tipos de Pão, Fabrico de Bolacha, Massas Alimentares, Padarias de Campanha, Serviço de Subsistências, Forragens, Instalações Diversas, As sucursais, Orçamento*. Inclui ainda um anexo, composto por seis documentos, entre os quais encontramos o seu plano de obras para a Manutenção Militar. Tem os seguintes documentos anexos: Nº1, *Relatório da comissão nomeada pelo Ministerio da Guerra em Portaria de 30 de Junho de 1886 para elaborar o plano da manutenção militar*; Nº2, *Memória descriptiva das obras da Manutenção do Estado*; 3º, *Direcção das obras da Manutenção Militar*; Nº4, *Analyse chymica e bacteriologica de uma agua profunda do terciário marino e lacuste de lisboa destinada a laboração da nova padaria militar*; Nº5, *Projecto de organização dos serviços tecnológicos da manutenção militar de Lisboa (laboratório)*; Nº6, *Direcção das obras da Manutenção Militar – Padarias de Campanha*. Neste

do capitão de engenharia a propósito das opções que fizera na instalação definitiva da Manutenção Militar, devendo, por isso, ser lido a par do plano de obras que concebera a título oficial.

O trabalho do capitão de engenharia é uma fonte preciosa a ter em conta, e que nos oferece coordenadas importantes para apreendermos o significado do seu papel no processo de instalação da MM. Em primeiro lugar, porque Joaquim Renato Baptista conhecia e dominava, sem sombra de dúvida, a matéria da alimentação dos exércitos. Neste trabalho oferece-nos profundas descrições e apreciações relacionadas com as matérias-primas necessárias ao fabrico do pão, o trigo, o centeio e o milho, dissertando com conhecimento sobre as suas origens, constituição e valores nutritivos, sustentando as suas observações com base em estudos sobre a matéria²⁶⁴. Procedera da mesma forma relativamente aos processos de fabrico – do pão, das massas e da bolacha, ou do *pão de campanha* – e ao que de mais moderno se aplicava nestes em termos tecnológicos. Mas este conhecimento do capitão de engenharia não provinha apenas dos autores que lera a propósito de cada um destes assuntos, somando-se ao seu estudo o que realmente tivera oportunidade de ver em algumas das manutenções militares, fábricas de moagem e padarias dos exércitos vizinhos.

Todo este trabalho deixa transparecer que teve como referência os estabelecimentos congéneres europeus. O capitão elucida-nos a propósito do que se praticava nos exércitos vizinhos no que dizia respeito à alimentação das tropas, e baseia-se nas visitas que fez a alguns desses estabelecimentos, nos processos de fabrico e na maquinaria que neles viu funcionar para justificar as suas opções no plano que traçou para a manutenção militar portuguesa.

Os “modelos” de Joaquim Renato Baptista foram os mesmos que os da comissão de 1886. O capitão de engenharia refere-se à França, à Itália, à Espanha e à Alemanha, bem como à Áustria, à Rússia e à Bélgica. Seria à França que recorreria mais durante o trabalho, país que desde há muito possuía padarias militares, sendo ainda “*bem conhecido o importante estabelecimento de Paris, a Manutention militaire du quai Debilly*”, que o engenheiro visitara, uma “*installação vasta*”, que podia “*ser*

livro também encontramos um conjunto de estampas, referentes à maquinaria adquirida para o estabelecimento – em particular, para a fábrica de moagem e para a padaria -, bem como várias plantas do estabelecimento.

²⁶⁴ Uma das suas referências é Aimé Girard, cuja “*autoridade em moagem e panificação era aliás incontestada*”, nas palavras de Joaquim Renato Baptista. Cf. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p. 353, nota de rodapé 1.

considerado como um modelo na epocha em que foi organizado”²⁶⁵. Relativamente aos outros exemplos, referia-se ao facto de a Itália ter estabelecido, “*desde 1856, no Piemonte, o fornecimento de pão ás tropas por meio das padarias militares, realizando com isso grande economia*”, e da administração militar espanhola ter a seu cargo três fábricas de moagem – em Saragoça, Valladolid e Córdova -, que forneciam farinha às padarias, “*que são em grande número, avultando entre ellas a de Madrid, que com outras officinas e dependencias constitue o estabelecimento denominado Factorias militares*”. A Alemanha detinha muitas padarias militares, a ainda “alguns grandes estabelecimentos de subsistências”, denominados Proviant-Amt – em Berlim, Mogúncia, Spandau e Münster -, que fabricavam e armazenavam bolacha, mas também conservas, destinadas aos fornecimentos em campanha, realidade que também se verificava na Áustria, “*havendo em Vienna e n’algumas outras cidades mais importantes os Militär-Verpflegungs-Magazine.*”.

Joaquim Renato Baptista acreditava que este género de serviço também se observava na Rússia, juntamente com a existência de padarias militares, instaladas, algumas, nos quartéis, e referia-se, ainda, à Bélgica, que, “*alem da manutenção militar de Bruxelas, destruída há três annos por um incendio e seguidamente reconstruída*”, tinha a manutenção militar em Antuérpia, que compreendia a moagem, a padaria e uma fábrica de bolacha, bem como os armazéns necessários ao serviço²⁶⁶. O capitão de engenharia informava, ainda, que todas as instalações – sendo que consideramos que se refere às manutenções militares – ocupavam “*casas abobadadas n’uma das frentes do recinto da praça, sendo por isso à prova de bomba*”²⁶⁷, evidenciando, aqui, a preocupação com a questão da defesa, requisito que se impunha a qualquer estabelecimento desta natureza, destinado a fornecer o exército.

Para a escolha de todo o equipamento necessário para a manutenção militar portuguesa, o capitão de engenharia recorre aos exemplos estrangeiros. Exemplo disso são os amassadores mecânicos destinados ao fabrico de massa para o pão, adotados na Alemanha, na Holanda e na Bélgica. Aliás, o modelo de amassador Delivery – que se generalizara na França e noutros países a partir da exposição universal de Paris em 1867 -, era conhecido em Portugal, porque o sistema havia sido adotado pela *Companhia de*

²⁶⁵ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, pp.325-326.

²⁶⁶ *Ibidem*, pp.325-327.

²⁶⁷ *Ibidem*, p.327.

moagem e panificação a vapor, situada na rua da Palma, em Lisboa²⁶⁸. Joaquim Renato tinha visto estes aparelhos em Paris, no ano de 1886. Dizia: “*vimos funcionar estes aparelhos com excellent resultado na manutenção militar do Quai Debilly em París, assim como nas padarias da Assistance publique*”. E acrescentava: “*Ainda hoje cremos que ali se empregam, tendo recebido sucessivos aperfeiçoamentos, e havendo modelos especiais para bolachas, que tambem vimos em acção em estabelecimentos publicos e particulares nos ultimos annos*”²⁶⁹. A Manutenção Militar de Lisboa adotaria o modelo Borbeck e o de Werner & Pfleiderer, cuja casa, como justificava Renato Baptista, tinha à data “*uma nomeada universal*”, sendo os amassadores oficialmente adotados em França, “*e em especial no fabrico de bolacha*”, como tivera “*ocasião de ver na manutenção militar de París*”, e em “*mais de sessenta padarias militares allemãs (...) e muitas na Austria, em Hespanha e outros países, sem falar em grande numero de estabelecimentos civis*”²⁷⁰.

Outro exemplo é o dos fornos a vapor, também fornecidos pela mesma casa, cujo modelo Wieghorst Joaquim Renato Baptista sabia funcionar, na década de 1880, nas manutenções militares de Antuérpia e da Mogúncia, informação que retivera através do relatório do engenheiro Fernando de Serpa Pimentel²⁷¹. O capitão de engenharia também teve “*mais de uma ocasião de verificar*” estes fornos²⁷², bem como de ver a funcionar, em Madrid, laminadores para a fábrica de pão iguais aos que seria adotados na Manutenção Militar²⁷³.

Nos capítulos que dedica à questão do fabrico do pão e da bolacha podemos apreender a aturada pesquisa que desenvolveu e a informação que reuniu a respeito do que era praticado pelos exércitos na França, Alemanha, Inglaterra, Áustria-Hungria, Itália, Rússia e Espanha. Chegou mesmo a ter a oportunidade de observar o modelo de pão “*adoptado na Prussia e no grão ducado de Brunswick*”, que era “*aproximadamente rectangular e pesando 3 kilogrammas*”²⁷⁴. As informações sobre o

²⁶⁸ Joaquim Renato Baptista, *Op. Cit.*, pp.423-424. O governo chegara a alugar a Companhia para nela moer o trigo para fabricar o alimento das tropas. Nota de 28 de novembro de 1896, dirigida ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, no processo de individual de António Cordes de Avelar. Cf. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1577, António Cordes de Avelar.

²⁶⁹ Para estas citações Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.424.

²⁷⁰ *Ibidem*, pp.424-425.

²⁷¹ Sobre este assunto, veja-se o que ficou dito nas páginas 18-19, neste trabalho. Cf. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.428.

²⁷² *Ibidem*, pp.431-432.

²⁷³ *Ibidem*, p.446.

²⁷⁴ *Ibidem*, p.444.

pão consumido pelos principais exércitos europeus abundam neste trabalho, e tocam todos os aspetos que importavam ter em conta para se fabricar pão de qualidade para o soldado, desde as percentagens – ou “partes” - de cereais empregues à cor, do formato ao peso de cada ração. Importa, no entanto, deter a nossa atenção na questão do fabrico de bolacha, uma vez que, nesta matéria, existia claramente a intenção de seguir o exemplo francês²⁷⁵.

Joaquim Renato Baptista lembra-nos que tanto a comissão de 1886 como a de 1888 contavam já com este fabrico. Isto porque era já da competência da Padaria Militar o fornecimento deste alimento à Marinha Portuguesa, fornecimento esse que a dado momento tinha sido feito através da indústria particular²⁷⁶. O capitão incluíra-o também no seu projeto, “*por indicação especial do sr. ministro da guerra conselheiro Moraes Sarmiento, que sobretudo nos encarregou de estudar esta questão sob o ponto de vista do fornecimento ao exército, a exemplo do que se pratica na maior parte das nações*”²⁷⁷. Para o engenheiro, o modelo de bolacha a adotar seria o do Exército Francês, e em particular um biscoito “especial” desenvolvido para o uso das tropas, que tinha vindo a substituir a bolacha: o chamado *pain de guerre*, que Joaquim Renato Baptista denominaria de *pão de campanha*²⁷⁸. Este género de biscoito teria sido adoptado também na Bélgica, na Áustria e na Alemanha, e o capitão também teve a oportunidade de avaliar as suas vantagens: “*As boas qualidades do pão de campanha adoptado em França têm sido comprovadas pela experiencia (...) As observações que tivemos ocasião de fazer e as informações que nos foram prestadas levaram-nos à convicção de que aquelle typo de biscoito é o que mais convem adoptar entre nós*”²⁷⁹. Admitia, no entanto, que o assunto do uso da bolacha para alimento das tropas portuguesas, “*quer em tempo de paz, quer em campanha*”, carecia de estudo e de experiências no nosso país, e que a Manutenção poderia vir a contribuir para colmatar esta lacuna, “*depois de montado o fabrico d’aquelle producto*”²⁸⁰.

Uma última observação vai para a aquisição de padarias de campanha, assunto indiretamente relacionado com a Manutenção Militar, mas que importa ter em conta no âmbito das referências europeias. À data, todos os exércitos possuíam fornos de

²⁷⁵ *Ibidem*, p.465.

²⁷⁶ *Ibidem*, p.455.

²⁷⁷ *Ibidem*, p.455.

²⁷⁸ *Ibidem*, p.455.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 460. Joaquim Renato Baptista explica como é que este produto é fabricado nas pp.462-465 da mesma obra.

²⁸⁰ *Ibidem*, p.465.

campanha, e, como já foi referido, esta matéria não era ignorada pelo Exército Português. Renato Baptista chegara a publicar um artigo dedicado a este assunto na *Revista de Sciencias Militares*, da qual era diretor²⁸¹. Em 1897, num projeto que apresentou sobre este assunto²⁸², defendia que “*o emprego de material apropriado para o fabrico de pão em campanha*” era “*reconhecido como indispensável em todos os exércitos*”. Isto porque, por muito que as tropas pudessem recorrer aos fornos das povoações - realidade que nem sempre se verificava, porque nem sempre existiam -, estes não seriam “*suficientes para abastecer grandes efectivos*”. Encontramos aqui subjacente o princípio de garantir a autonomia e autossuficiência – dentro dos limites que, por exemplo, um cenário bélico impunha – dos exércitos em campanha. As tropas deviam, “*tanto sob o ponto de vista da sua defeza como da preparação dos seus alimentos (...) dispor de recursos proprios e estar de antemão preparadas para saber servir-se d’elles em ocasião precisa*”²⁸³.

Dotar o Exército português desta autonomia requeria duas medidas: em primeiro lugar, a aquisição das padarias de campanha, e Joaquim Renato Baptista propunha a adoção dos três tipos de fornos de campanha que se empregavam neste serviço: o *forno locomóvel*, o *forno desmontável* e o *forno de guerra*²⁸⁴. Em segundo, instruir as praças da Administração Militar no uso deste material. À Manutenção Militar que, como já vimos, deteria o depósito para abrigo deste material, competiria zelar por esta formação: à semelhança do que era praticado “*em Espanha e noutros países*”, todos os anos se reservaria uma época destinada à montagem destas padarias, para que as praças da 2ª companhia de Administração Militar recebessem a necessária instrução, “*aproveitando-se essa ocasião para beneficiar os fornos fixos e os outros aparelhos da padaria*”²⁸⁵. Através desta “rotina” seria possível garantir “*a conservação deste material*”, bem como deixar reunidas as condições para, havendo necessidade, se poder improvisar sem embaraços “*o fabrico do pão em qualquer parte, e mesmo augmentar a producção em*

²⁸¹ Vejam-se as páginas 47 e 50, neste trabalho.

²⁸² Nota de 6 de março de 1897. Veja-se, neste trabalho, a nota de rodapé 245.

²⁸³ Para todas estas citações, «Documento 6», in Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p. LXXXI.

²⁸⁴ “O *forno locomóvel* ou rolante, que se compõe de dois fornos sobrepostos e constituindo a caixa de uma viatura de quatro rodas, tendo a vantagem de poder funcionar mesmo em marcha; o *forno desmontavel*, composto de peças que se podem transportar sobre viaturas ou a dorso de muares, e que se arma rapidamente, cobrindo-o depois com uma camada de terra; e finalmente o *forno de guerra*, constituído por peças muito leves e por isso proprias para o serviço colonial, onde os carregadores as podem transportar à cabeça.” Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, pp.473-474.

²⁸⁵ Para todas estas ideias e citações, «Documento 6», in *Ibidem*, p. LXXXII

casos anormaes, como, por exemplo, havendo grèves de padeiros”²⁸⁶. Nesta questão, o Exército Português seguiria o exemplo do Exército Francês, sobretudo porque Joaquim Renato pôde observar na *Société Industrielle de Creil* o aperfeiçoamento deste material, experiência que o levava a defender a adoção deste serviço²⁸⁷.

O capitão de engenharia teria nas padarias e manutenções militares europeias os “modelos” necessários para projetar a Manutenção Militar de Lisboa. Nas suas viagens tivera a oportunidade de visitar alguns desses estabelecimentos, de observar os processos de fabrico, as máquinas, a aplicação dos avanços tecnológicos à moagem e à panificação. Foi o conhecimento acumulado sobre este assunto que lhe permitiu conceber o plano para instalar, definitivamente, uma manutenção militar em Portugal, na esperança de que, nesta matéria, o país pudesse acertar o passo com os congêneres europeus e colocar-se lado a lado com os “povos civilizados”²⁸⁸.

1.4.4. O plano definitivo

Determinava o *Plano de Organização da Manutenção Militar* que o estabelecimento compreenderia: uma fábrica de moagem de cereais, uma padaria, uma oficina para o fabrico de massas alimentares, uma oficina para fabrico de bolacha “*e produtos similares*”, armazéns destinados ao armazenamento de trigos, farinhas, massas “*e outros productos ou generos destinados á alimentação das tropas*”, um depósito destinado a material para padarias de campanha, oficinas destinadas à reparação do material, secretaria e respetivas dependências, bem como de “*alojamentos do pessoal, enfermaria, cocheiras e cavallariças*”. Previa ainda a instalação de um laboratório “*chimico e tecnologico para estudos de cereaes, farinhas e fermentos, assim como do pão e outros productos*”²⁸⁹.

²⁸⁶ *Ibidem*

²⁸⁷ A *Société Industrielle de Creil* era dirigida pelo engenheiro Somasco, tinha vindo a aperfeiçoar este material, fornecendo-o ao exército francês. *Ibidem*. Sobre esta temática, veja-se a página do *Centre de Recherche et d'Étude de la Boulangerie Et de Ses Compagnonnages* (CREBESC), que tem uma rubrica sobre padarias militares móveis usadas na Grande Guerra: Laurent Bourcier, *Boulangeries militaires mobiles de 1914-1918*, disponível em <http://www.compagnons-boulangers-pâtisseries.com/crebesc/les-boulangeries-militaires-mobiles-de-1914-1918/>, consultado em 7.10.2015

²⁸⁸ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.419

²⁸⁹ Para todas estas disposições e citações, Decreto, 11 junho 1897, *Legislação Portuguesa*, 1897, p.182.

Aprovados, pelo Ministério da Guerra, os projetos apresentados por Joaquim Renato Baptista, seria ordenado ao engenheiro, numa nota de 6 de março de 1897, “*o estudo e apresentação de um plano geral de obras a realizar para a conclusão daquele estabelecimento e outros serviços acessórios*”²⁹⁰. Era colocada à sua disposição, para as obras projetadas, a realizar no ano económico de 1898-1899, uma verba de 20 000\$000 réis, “*consignada no Orçamento Geral do Estado*”²⁹¹. Armando Pinto revela-nos, na sua obra, *História da Manutenção Militar*, que o plano de obras se tornaria “*exequível, porque para tanto o Ministério da Guerra teve à sua disposição uma importante verba, acumulada zelosa e providentemente com o fim de alargar as suas instalações, pelo então director da Padaria Militar*”²⁹².

Impossibilitado de materializar tanto o “plano primitivo” de 1887 como o projeto formulado em 1888 - que havia partido das bases do primeiro -, pela sua desatualização, o engenheiro acabaria por conceber um novo plano²⁹³, mas sem negligenciar os contributos dos anteriores: “*O que havia a fazer e se fez, portanto, foi um misto dos dois planos, alguma coisa que conciliasse o que havia de aproveitável em ambos, sobretudo do mais antigo, que na realidade visava ao mesmo fim, por um estabelecimento essencialmente militar sem contudo deixar de satisfazer em parte aos*

²⁹⁰ Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume, Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966, p.382. Este plano pode ser consultado neste volume da obra de Armando Pinto: «Obras projectadas para 1898-1899, Direcção de Obras da Manutenção Militar, Memória descritiva e justificativa da proposta para as obras a efectuar no ano económico de 1898-1899», datada de 30 de junho de 1898, pp.382-404; ou no livro de Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa*, já por nós citado, em anexo, na parte intitulada “Documentos”, correspondendo ao documento nº3- pp. XXXIII-LVII. Este plano sofrera algumas alterações, tendo-se modificado a “*distribuição de alguns serviços acessórios*” (cavalariças, cozinha e refeitório, ...). A planta incluída no livro já reflete estas alterações. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, nota do documento nº3, p. LVI.

²⁹¹ Joaquim Renato Baptista, «Obras projectadas para 1898-1899, Direcção de Obras da Manutenção Militar, Memória descritiva...», in Armando Pinto, *Op. cit.*, II volume, p.382. No entanto, o engenheiro limitar-se-ia a conceber um plano de obras para a sede da Manutenção Militar, em Lisboa. Embora a Carta de Lei de 19 de julho de 1888 entendesse a criação de um estabelecimento filial no Porto, Renato Baptista explicava que “*o estado em que se achava a despesa quando as obras passaram para o ministério da guerra*” era impossível contar com a aplicação de parte da verba disponível para esse projeto. Além disso, o capitão não tinha “*ordem nem elementos para esse projecto da filial do Porto*”, e defendia que este devia ser “*mandado elaborar e não só elle, mas tambem o da conveniente transformação de diversas padarias succursaes da manutenção militar*”, com base “*nos dados fornecidos pela experiência a respeito das receitas e despesas de cada um d’esses estabelecimentos, ou do seu conjuncto*”. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, pp.332-333.

²⁹² O major Carlos Honório de Faria. Cf. Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p. 364

²⁹³ Veja-se a nota de rodapé 290, neste trabalho.

fins da Carta de Lei de 19 de Junho de 1888, visto que devia fornecer outros estabelecimentos, além do Exército e da Armada”²⁹⁴.

A prioridade norteara-se, nesse ano económico de 1898-1899, no sentido de concretizar o que ficava exposto no decreto fundador. Importava ampliar a moagem e a padaria para que as produções de farinha, pão e massas fossem elevadas “*ao máximo compatível com as dimensões dos edifícios existentes*”²⁹⁵. Mas o capitão avançava os seus planos relativamente a outros trabalhos, como veremos de seguida. Seria segundo esta proposta, que só encontraria a sua quase total concretização em 1910, que se orientaria o primeiro *Plano de Trabalhos da Manutenção Militar*, como adiante veremos.

Antes, porém, o ambicioso projeto teria de superar os entraves a que vinha sendo sujeito. Ultrapassados os constrangimentos potenciados pela crise financeira do início da década de 90 do século XIX, havia que lidar com outras questões que se tinham vindo a revelar bloqueios ao empreendimento: em primeiro lugar, só em abril de 1898 é que ficaria resolvida uma questão que se “arrastava” desde a *Manutenção do Estado*, e que se prendia com o fornecimento de maquinaria para o estabelecimento, “*e em que eram interessadas diversas firmas alemãs*”²⁹⁶. Dizia Joaquim Renato Baptista, na sua *memória descritiva*, que “*laboriosas e demoradas foram as diligências e negociações precisas para se pôr um termo a essa questão, que só ficaria encerrada com a encomenda (...) de diferentes aparelhos compreendidos no primitivo contrato com uma das ditas fábricas*”. A resolução deste antigo problema revelava-se fundamental para que o capitão conseguisse conceber o seu plano²⁹⁷. Outro dos constrangimentos a resolver estava relacionado com uns armazéns considerados ideais para a Manutenção, denominados armazéns «do Bravo», que se encontravam na posse da Companhia dos

²⁹⁴ Joaquim Renato Baptista, «Obras projectadas para 1898-1899, Direcção de Obras da Manutenção Militar, Memória descritiva...», in Armando Pinto, *Op. cit.*, II volume, p.384.

²⁹⁵ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, pp. 324-325.

²⁹⁶ Joaquim Renato Baptista, «Obras projectadas para 1898-1899, Direcção de Obras da Manutenção Militar, Memória descritiva...», in Armando Pinto, *Op. cit.*, II volume, p.383. Veja-se o que ficou dito nas páginas 35-36, neste trabalho. Aliás, só em 1898 é que se veria resolvida uma questão também problemática, essa relacionada com o fornecimento de maquinaria para a instalação das fábricas de panificação, de massas e de bolacha, e que se arrastava desde 1889, em que estavam envolvidas várias firmas alemãs interessadas no fornecimento da maquinaria para, na altura, a *Manutenção do Estado*. Joaquim Renato Baptista, «Direcção das obras da Manutenção Militar: Memória Descritiva e Justificativa da Proposta para as obras a efectuar no ano económico de 1898-1899», in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p.383.

²⁹⁷ Joaquim Renato Baptista, «Direcção das obras da Manutenção Militar: Memória Descritiva e Justificativa da Proposta para as obras a efectuar no ano económico de 1898-1899», in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II Volume..., p. 383.

Tabacos. Para além destes armazéns se revelarem de grande utilidade, quer para serem aplicados para depósito de forragens, quer para armazenamento de trigo – enquanto os silos não pudessem ser construídos -, estavam no terreno destinado à Manutenção Militar, impedindo a sua vedação. A expropriação destes e a sua declaração como “bens de utilidade pública”, para passarem a fazer parte do estabelecimento, surgia como uma mais-valia, sobretudo por motivos de defesa e segurança, *“permitindo isolar completamente a Manutenção e vedar o terreno, dando-lhe uma forma regular e uma completa aplicação”*²⁹⁸.

O capitão teria ainda de solucionar outro desafio, relacionado com a génese do projeto. Teria de encontrar uma forma de superar a “discordância” existente *“entre as bases do primitivo plano da Manutenção Militar e as da Manutenção do Estado”*, uma vez que nenhuma delas podia *“ser adoptada, porque as circunstâncias em que foram fixadas umas e outras deixaram de subsistir”*²⁹⁹.

O primeiro plano – de 22 de dezembro de 1887 – orientava-se por uma premissa *“exclusivamente militar”*, entendendo o antigo convento e os terrenos que lhes estavam associados no seu *“estado primitivo”*³⁰⁰. Como já vimos, a produção que se pretendia agora alcançar tornava este plano inviável, desatualizado. Por outro lado, o plano elaborado após a Carta de Lei de 19 de julho de 1888 *“já não se limitava aos fornecimentos militares, ia muito mais longe na sua concepção, que apresentava um carácter completamente diverso, obrigava a trabalhos mais radicais, que em parte ficaram feitos, e a sua despesa bastante avultada com que actualmente não se poderia de forma alguma contar”*³⁰¹. Joaquim Renato Baptista procuraria, então, conciliar o que dos dois planos se revelasse *“aproveitável”*³⁰². Não obstante, debruçando-se sobre os pilares de ambos, não deixaria de colocar à vista alguns aspetos que se revelavam agora completamente inadequados, passada uma década sobre eles, salientando-se a questão do armazenamento dos cereais, exemplo claro das transformações científicas e industriais que se verificam na viragem do século: se até aí fora concebido um edifício para o armazenamento dos cereais, *“o sistema de celeiros”* era agora *“reconhecido como inadmissível nas grandes fábricas”*, urgindo que fosse substituído pela

²⁹⁸ *Ibidem*, pp.390-393; nas propostas de expropriação do plano de obras de Joaquim Renato Baptista também se contava com a já prevista – no plano primitivo da manutenção - expropriação da fábrica de sabão. *Ibidem*, pp. 402-403.

²⁹⁹ *Ibidem*, p.383

³⁰⁰ *Ibidem*.

³⁰¹ *Ibidem*.

³⁰² *Ibidem*, pp.383-384.

“armazenagem em silos de carregamento automático”³⁰³. Joaquim Baptista propunha, assim, a adoção de “uma das primeiras estruturas de ensilagem moderna do país”³⁰⁴, embora esta não viesse a ser instalada com o primeiro *Plano de Trabalhos*.

O engenheiro deparava-se também com a condicionante de ter de adaptar o projeto ao espaço e edifícios existentes, numa lógica de economia, racionalidade e otimização dos espaços, tarefa no qual seria bem-sucedido, concorrendo para este sucesso a experiência adquirida em trabalhos de adaptação de espaços para fins militares que até aí conduziria³⁰⁵. Isto fica desde logo demonstrado na despesa calculada para completar a instalação da Manutenção Militar: a verba autorizada a despender, segundo a Carta de Lei de 1888, fixava-se nos 660 000\$000 réis. Joaquim Renato informa-nos que, até 1893, a despesa feita nas obras da Manutenção do Estado se situava nos 199 449\$935 réis, o que fazia com que, à data em que o Ministério da Guerra tomara posse das obras e dos terrenos do estabelecimento fabril, a quantia disponível fosse de 460 550\$065 réis. Seria, pois, dentro desta verba que o engenheiro delinearía o seu plano de obras³⁰⁶.

Conseguiria este feito mantendo-se fiel a duas traves mestras: por um lado, conceberia o plano através do óculo da comissão de 1886, uma vez que se tratava “*de organizar um estabelecimento militar*”, não se afastando, no entanto, dos fins da Carta de Lei de 1888, considerando também “*a hipótese de serem fornecidos estabelecimentos e corpos dependentes de outros ministérios*”³⁰⁷. Por outro, respeitaria os limites já referidos, procurando adaptar as instalações às construções já feitas: “*(...) devíamos manter-nos dentro dos limites impostos pela capacidade do edifício já construído, o que equivale a dizer que n’elle devia accommodar-se a fabrica de moagem e não pensar sequer em construir outro edifício especial para este fim, como*

³⁰³ *Ibidem*, pp. 386-387.

³⁰⁴ Deolinda Folgado e Jorge Custódio, *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p.109.

³⁰⁵ Exemplo curioso disso é a projecção feita para o espaço que serviria para corar as massas: aproveitar-se-ia a cobertura de uma casa destinada a receber uma máquina a vapor e respetiva caldeira para criar um terraço destinado a este fim. Cf. Joaquim Renato Baptista, «Obras projectadas para 1898-1899, Direcção de Obras da Manutenção Militar, Memória descritiva...», in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p.394.

³⁰⁶ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, pp.329-330. O plano de obras contava com trinta e oito edifícios, independentemente das suas dimensões, quer fossem destinados aos serviços principais ou acessórios do estabelecimento, bem como com os terrenos que se encontravam anexos a estes. *Ibidem*, p.342.

³⁰⁷ Como, inclusivamente, tinha sido avançado pela própria comissão de 1886. Veja-se «Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 acerca das padarias militares», *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, nº58, 4 de Maio de 1888, p. 1423, alínea g; Joaquim R. Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.328.

se projectara no plano de 1888. Mas, sobretudo, era a questão da despesa que mais atenção exigia”³⁰⁸.

No seu plano, Joaquim Renato Baptista aproveitaria os edifícios já construídos no terreno: o que restava do antigo convento, a antiga casa do capelão e o edifício, incompleto, construído para a padaria³⁰⁹. Instalaria a fábrica de moagem no edifício que lhe era destinado pelo plano da direcção de obras da Manutenção do Estado – o edifício criado para a padaria -, respeitando a ordem que lhe fora dada para ampliar a moagem até ao máximo da sua produção. O espaço disponível seria ocupado não só com a moagem em si, mas também com silos interiores para trigo, com uma capacidade para 400 000 kg³¹⁰. Previam-se que a produção se situasse entre os 50 000 e os 60 000 kg, por cada 24 horas, e avançava ainda que se revelava “*indispensável contar com os aparelhos necessários para moer uma pequena quantidade de milho e de centeio*”, reservando-se também espaço para este efeito³¹¹.

Em relação à padaria, ficava-lhe destinado o mesmo edifício, mas o número de fornos fora reduzido, passando de dezoito a dez, uma vez que se tornava necessário aproveitar o local para também aí estabelecer o depósito de pão, o que não alteraria, no entanto, a produção que fora estipulada no plano anterior.³¹² Por sua vez, a unidade destinada ao fabrico de massas não sofreria alterações significativas, prevendo-se apenas a instalação de aparelhos entretanto adquiridos, alguns dos quais já se encontravam na Manutenção. De resto, o capitão referia-se apenas a anexar ao edifício da fábrica de massas uma casa destinada a instalar uma máquina a vapor e respetiva caldeira, e a aproveitar a cobertura desta última para fazer um terraço para enxugar e corar as massas, bem como acrescentar à instalação uma estufa para secagem das mesmas³¹³.

³⁰⁸ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.329.

³⁰⁹ *Ibidem*, p.343.

³¹⁰ *Ibidem*, p.331.

³¹¹ Joaquim Renato Baptista, «Obras projectadas para 1898-1899, Direcção de Obras da Manutenção Militar, Memória descritiva...», in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., pp.385-386; Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.331. Joaquim Renato Baptista considerava que isto seria realmente vantajoso, sobretudo porque se tinha em vista fornecer estabelecimentos exteriores à esfera militar. *Ibidem*.

³¹² *Ibidem*, pp.331-332.

³¹³ Joaquim Renato Baptista, «Obras projectadas para 1898-1899, Direcção de Obras da Manutenção Militar, Memória descritiva...», in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p.394. Veja-se a planta 3, nos anexos deste trabalho.

A produção apenas seria contida no que diz respeito à moagem, que Joaquim Renato Baptista considerava a suficiente para assegurar “*a produção de farinha correspondente á da maxima laboração da padaria, ao fabrico de massas e bolacha, as sucursais e ainda a fornecimentos extraordinarios*”³¹⁴. Mantinha-se a produção prevista para a padaria e para as massas, serviços que não sofreram também, fisicamente, alterações significativas. Quanto ao fabrico de bolacha, o capitão preferia também manter a previsão, uma vez que não podia prever os trabalhos necessários para este último serviço, que só poderiam ser apreendidos através das primeiras experiências efetuadas no estabelecimento, por este fabrico obrigar a “*uma instalação completamente nova*”³¹⁵.

Quadro I - Evolução do projeto (1887-1898): produções diárias, em quilogramas

	Comissão 1886 (22.12.1887)	Comissão de 1888 (5.12.1888)	Direção de Obras da Manutenção do Estado (19.12.1890)	Manutenção Militar de Lisboa (30.06.1898)
Moagem (trigo)	30 000	100 000	150 000	50 000
Pão	30 000	50 000	30 000	30 000
Bolacha	4 300	12 000	6 000	6 000
Massas alimentícias		3 600	3 000	3 000

Fonte: Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa*, Lisboa, 1898, pp.330-332

Relativamente ao depósito de trigos, como já ficou referido, propunha a armazenagem deste em silos de carregamento automático, cuja capacidade fixava nos 6 000 000 kg, não só por se considerar o armazenamento em depósitos ultrapassado, mas também por não existir no espaço disponível “*lugar suficiente nem apropriado*”

³¹⁴ Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, p.330-331.

³¹⁵ *Ibidem*, pp.331-332; Joaquim Renato Baptista, «Obras projectadas para 1898-1899, Direcção de Obras da Manutenção Militar, Memória descritiva...», in Armando Pinto, *Op. cit.*, II volume, p.393.

para armazenagem de cereais”³¹⁶. Aquando as obras da Manutenção do Estado, previa-se a construção de um edifício junto ao rio, destinado a silos e a limpeza do trigo, edificação que nem se chegara a começar. Deste modo, até aí o trigo era depositado nos celeiros que se destinaram às fábricas e na área que, na moagem, estava reservada à montagem de futuros moinhos, espaços que também se revelavam insuficientes, não havendo, à data, margem para o estabelecimento receber mais de 600 000 kg de trigo³¹⁷. O mesmo acontecia com os depósitos para forragens. Sendo indispensável organizar o Depósito Geral de Forragens do Exército, uma vez que o edifício onde estas se encontravam, em Belém, seria, em parte, expropriado – com o fim de se retificar a Praça de D. Fernando – tornava-se necessário encontrar um espaço para estabelecer este serviço na Manutenção Militar, o que levaria o engenheiro militar a considerar a expropriação dos armazéns do «Bravo»³¹⁸.

O plano considerava ainda a realização de outros trabalhos, a concretizar à medida que se instalassem os principais serviços, devendo ser inseridos na despesa do ano seguinte³¹⁹. As obras e alterações propostas, inclusive nas instalações fabris, não podiam ser todas realizadas no ano económico de 1898-1899, sobretudo por razões que se prendiam com a verba disponível para completar o estabelecimento da Manutenção Militar. Joaquim Renato Baptista sabia-o, tendo o cuidado de fazer esta salvaguarda na sua *Memória descritiva*, e boa parte do seu plano teria de esperar até 1910 para se ver concluído.

Não obstante, sabemos pela *Revista de Obras Públicas e Minas* que, no ano de 1898, “no novo edifício das Grillas, devidamente modificado e ampliado, montou-se uma fabrica de moagem por meio de cylindros, provenientes da casa G. Luther de Brunswick, e podendo moer diariamente 20:000 kilogrammas de trigo, reservando-se

³¹⁶ Joaquim Renato Baptista, «Obras projectadas para 1898-1899, Direcção de Obras da Manutenção Militar, Memória descritiva...», in Armando Pinto, *Op. cit.*, II volume, p.386

³¹⁷ Para todas estas ideias, *Ibidem*, pp.386-388 e p.393

³¹⁸ Joaquim Renato Baptista, «Obras projectadas para 1898-1899, Direcção de Obras da Manutenção Militar, Memória descritiva...», in Armando Pinto, *Op. cit.*, II volume, pp.390-392; No entanto, na sua memória não oficial, Renato Baptista defenderia que o serviço de fornecimento de rações de forragens não teria de estar associado ao da padaria militar, e que, além disso, a Manutenção Militar não tinha condições apropriadas para receber este serviço, por falta de espaço. Joaquim R. Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa...*, pp. 491-492.

³¹⁹ Como obras de canalização, passeios de calçada em redor dos edifícios, pavimentos em macadame nas faixas de rodagem, arborização das ruas interiores do estabelecimento, arranjos nas paredes e coberturas dos edifícios mais antigos, etc. Cf. *Ibidem*, p. 404.

espaço para acrescentar novos machinismos que permitam triplicar esta produção”³²⁰, tal como previsto no plano de obras do engenheiro.

Também ficava dito, pelo mesmo periódico, que a parte do convento que não fora demolida com as obras da Manutenção do Estado, tinha sido aproveitada para instalar os serviços administrativos e o quartel do pessoal militar, e que nos terrenos da cerca se tinham construído “*varias dependências, taes como officinas, laboratório, cocheiras e cavalariaes*”, estando previstas outras obras “*como a construcção de silos para depósitos de trigos, um caes acostável que permita a carga e descarga na margem do Tejo, e ainda uma ligação directa do estabelecimento com o caminho-de-ferro de este*”, que passava junto à Manutenção. Informava-se ainda que o estabelecimento era iluminado a luz elétrica, e que as obras e instalações continuavam em curso, o que não se revelava obstáculo ao serviço da Manutenção Militar, que, à data, se fazia “*com certo desenvolvimento e com toda a regularidade, manifestando-se sensíveis vantagens económicas e representando um notável progresso da industria de moagem e da panificação no nosso paiz, onde muitos dosapparelhos e processos adoptados na manutenção militar não eram conhecidos*”³²¹. Em 1898, a Manutenção Militar produzia 14 000 a 15 000 pães por dia, 60 a 66% dos quais destinados a estabelecimentos civis: hospital de S. José “e anexos”, Misericórdia, Casa Pia, sopa de caridade, Asilo Maria Pia e casa de correção³²².

³²⁰ «Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes – Gerência de 1897 – Relatório e Contas», in *Revista de Obras Públicas e Minas*, Tomo XXIX, 1898, janeiro a março, nº 337 a 339, pp.32-33.

³²¹ Para todas estas citações, *Idem*, pp.33-34.

³²² *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, nº44, 15 de abril de 1898, p. 827. O pão era vendido ao exército a 74 réis/kg e aos estabelecimentos civis a 75 réis/kg. *Idem*.

Capítulo II

Pós-fundação (1899-1910)

2.1. O exército moageiro: a Manutenção Militar e a lei cerealífera de 1899

Já muito se escreveu sobre as leis cerealíferas do final do século XIX, que “estabeleceram um regime de proteção segura à cultura do trigo”³²³ e, em particular, sobre as razões que conduziram à lei cerealífera de Elvino José de Brito³²⁴, de 14 de julho de 1899³²⁵. Não obstante estes importantes contributos, é certo que não podemos negligenciar, na nossa análise, a questão da difícil relação entre Lavoura e Moagem nestas últimas décadas do século XIX – sendo que as pressões da primeira tinham levado o Governo a promulgar um diploma, em 15 de Julho de 1889, que determinava que só poderia ser importado trigo quando “estivesse vendida, na totalidade, a produção nacional”³²⁶ - e do complexo equilíbrio destes interesses, intenção que transparece no diploma de 1899³²⁷.

A criação da Manutenção Militar tem de ser, obrigatoriamente, lida nesta problemática. Em primeiro lugar, porque, sendo moagem, nasce no “olho do furacão” desta “ambiência”, como definiu Jaime Couto Ferreira, nestes “tempos de cerrado ataque à Moagem, acusando-a de lesiva dos interesses da Lavoura, dos próprios

³²³ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Agricultura, Pecuária e Pescas», in Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal - Da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p.93. Relativamente à cultura do trigo no período republicano, e às continuidades com o que neste plano se verificara durante a Monarquia Constitucional, veja-se o artigo de Maria Fernanda Rollo, «Ideias sobre política agrária na I República», in Maria Inácia Rezola e Pedro Aires Oliveira, *O Eterno Retorno: estudos em homenagem a António Reis*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2013, pp.321-342.

³²⁴ Elvino José de Sousa Brito (1851-1902), fez o curso de Pontes e Calçadas e o da Minas na Academia Politécnica do Porto. Esteve no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, do qual foi secretário-geral. Membro do Partido Progressista, foi deputado, ministro das Obras Públicas e par do Reino a partir de 1898. Cf. Ana Cardoso de Matos, «BRITO, Elvino José de Sousa», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I..., pp. 469-473.

³²⁵ Veja-se os trabalhos de referência de Jaime Reis, «A “Lei da Fome”: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)», in *Análise Social*, vol. XV (60), 1979 – 4.º, pp.745-793; e de Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX.. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, em particular o capítulo VII, «Da emigração camponesa à Lei da Fome», pp.95-102.

³²⁶ Ana Paula Pires, *A indústria de moagem de cereais: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I Republica (1899-1929)*, Lisboa, Tese de Mestrado apresentada à FCSH-UNL, 2004, p.40.

³²⁷ *Ibidem*, p. 45.

consumidores e do interesse nacional”³²⁸. Em segundo, porque é a moagem do Exército e, em última análise, do Estado, sendo alvo, também, desta iniciativa legislativa. Por último, como procurámos demonstrar, a classe política portuguesa, a começar por Mariano de Carvalho – obreiro do diploma criador do estabelecimento, em 1888 -, entendia que ter uma manutenção militar significava - extravasando, logo em 1888, a sua orientação exclusivamente militar -, emancipar o fornecimento de pão ao Exército das malhas da indústria particular, em especial da de moagem, e, por associação, libertar o Estado desta mesma malha, podendo abastecer a capital em caso de greves dos manipuladores de pão, ou das dos próprios padeiros ou moageiros. Logo em 1898, Henrique de Barros Gomes, à data ministro dos Negócios Estrangeiros, diria na Câmara dos Pares: *“Nós já atravessámos um período difícil, quando não tínhamos ainda em laboração a manutenção militar. Então, e por diferentes vezes, tivemos necessidade de nos valer do estabelecimento da Rua Nova da Palma. Desde, porém, que a manutenção militar está em condições de entrar em laboração activa, é esse um recurso com que o governo póde contar, não só para a farinhação, mas mesmo para a panificação”*³²⁹.

Sobre este último ponto, cabe não esquecer, tendo em consideração o que Ana Paula Pires e Jaime Couto Ferreira apontaram nos seus trabalhos dedicados à Moagem³³⁰, que a lei de 15 de julho de 1889 suscitou uma resposta de descontentamento por parte desta indústria, que chegou ao limite de recorrer à ameaça de paralisação, por se considerar lesada³³¹. Isto contribuiria para criar esse consenso, atestado na Câmara dos Deputados e na dos Pares do Reino, em torno do empreendimento da Manutenção Militar, “estabelecimento estatal de moagem”, que libertaria o Estado, por um lado, da concretização destes ultimatos e, por outro, lhe permitiria exercer “pressão sobre a iniciativa privada”, demovendo-a destas ações de paralisação³³², o que corrobora a afirmação de Ana Paula Pires quando defende, em relação à indústria de moagem, que “a seriedade com que são tomadas as suas ameaças,

³²⁸ Jaime Alberto do Couto Ferreira, *Farinhas, Moinhos e Moagens*, Lisboa, Âncora Editora, 1999, p.212.

³²⁹ *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, nº18, 4 de abril de 1898, p.163. Referia-se à Companhia de Moagem e Panificação a Vapor, que a administração militar chegou a arrendar para “explorar por sua conta”, dado o facto de a Padaria Militar não conseguir dar resposta às necessidades alimentares das tropas. Cf. Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa*, Lisboa, 1898, p.318.

³³⁰ Jaime Ferreira e, sobretudo, Ana Paula Pires, na sua dissertação de Mestrado, analisam esta questão com enfoque na Moagem. Jaime Alberto do Couto Ferreira, *Farinhas, Moinhos e Moagens*, Lisboa, Âncora Editora, 1999; Ana Paula Pires, *A indústria de moagem de cereais: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)*, Lisboa, Tese de Mestrado apresentada à FCSH-UNL, 2004.

³³¹ Jaime Ferreira, *op. cit.*, pp.212 e 216; Ana Paula Pires, *op. cit.*, p. 40.

³³² Jaime Ferreira, *op. cit.*, p.213.

privando os centros urbanos de pão, é um bom indicador da influência que começa a alcançar”³³³. A criação de uma manutenção militar parecia constituir, de certa forma, uma manobra de dissuasão, procurando-se evitar este cenário.

Não seria, no entanto, suficiente. Em 14 de Julho de 1899 é publicada a Carta de Lei que tende a regular “*a compra do trigo nacional, a importação do trigo ou do milho exótico, o fabrico do pão e da farinha, a importação e a exportação d’esta*”, lançando as bases através das quais se regulariam estas disposições³³⁴. Reforçando a lei de 1889, a importação de trigo estava proibida “antes do escoamento da produção nacional”, e regulavam-se os preços dos trigos, bem como os das farinhas e dos diversos tipos de pão³³⁵, disposições exercidas através de mecanismos de tabelamento e de rateio³³⁶.

Pela base 9ª desta Carta de Lei, a Manutenção Militar, fundada dois anos antes, seria reorganizada, “*por accordo entre os ministerios da guerra e das obras publicas, commercio e industria, a fim de poder satisfazer ao disposto n’esta lei e acudir às necessidades da alimentação publica em casos anormaes e imprevistos, augmentando-se, dentro das forças dos respectivos orçamentos, a sua capacidade productiva e as suas installações.*”³³⁷. Cabe também salientar a participação da Manutenção na elaboração do relatório que precedera, e sustentara, a iniciativa legislativa, por duas vias: por um lado, as instalações do estabelecimento foram colocadas à disposição da comissão nomeada para este fim³³⁸, para que efetuasse as necessárias experiências técnicas³³⁹; por outro, esteve representada através do coronel Augusto Eugénio Alves, então diretor da MM, e do capitão de engenharia José Jerónimo Rodrigues Monteiro³⁴⁰, à data chefe interino da secção técnica da Manutenção Militar, presentes numa outra comissão, destinada, por sua vez, a “*examinar as fábricas de moagem*”, e incumbida de

³³³ Ana Paula Pires, *op. cit.*, pp.40-41.

³³⁴ Carta de Lei, 14 julho 1899, *Legislação Portuguesa*, 1899, p.159.

³³⁵ Ana Paula Pires, *A indústria de moagem de cereais...*, p.44.

³³⁶ A.H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Agricultura, Pecuária e Pescas...», p.93.

³³⁷ Carta de Lei, 14 julho 1899, *Legislação Portuguesa*, 1899, p.161.

³³⁸ A 9 de Abril de 1898 era nomeada uma comissão, cujo presidente era, na altura, o Diretor-geral da Agricultura, Elvino José de Brito, com o fim de “*proceder às investigações necessárias tanto sobre as qualidades como sobre as despesas de fabrico das farinhas e informar o Governo, com possível urgência, sobre os preços pelos quais as farinhas podiam ser oferecidas ao consumo sem perda para os estabelecimentos de moagem*”. Cf. Ana Paula Pires, *op. cit.*, p. 45.

³³⁹ *Ibidem*. Essas experiências decorreram entre 23 de agosto de 1898 e 6 de fevereiro de 1899. Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, nº34, 4 abril 1899, p.24.

³⁴⁰ José Jerónimo Rodrigues Monteiro (1885-1931). Formado em engenharia militar pela Escola do Exército, fez carreira militar, tendo chegado a general. Foi professor, membro do Partido Regenerador e deputado e, já em tempos republicanos, ministro dos Negócios Estrangeiros e das Finanças durante a ditadura de Pimenta e Castro. Cf. Fernando Luís Gameiro, «MONTEIRO, José Jerónimo Rodrigues», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. II...pp. 967-969.

“proceder à revisão da tabella reguladora do preço dos trigos nacionaes”³⁴¹. Destas experiências resultaria a *tabela reguladora do preço de trigos nacionais*, apresentada na Carta de Lei de 14 de julho³⁴².

Para dar execução a esta Carta de Lei, a 26 de julho de 1899 era publicado o *Regulamento para commercio dos trigos e dos productos da sua farinação e panificação*. Segundo este, a Manutenção Militar desempenharia, através da sua secção técnica³⁴³, um papel sobretudo fiscalizador, constituindo uma das peças necessárias para assegurar a observância deste regulamento.

A secção era convocada, desde logo, a rever as tabelas de rateio do trigo nacional e exótico. Pelo artigo 36º, definia-se que para “o rateio do trigo, quer nacional quer exótico, servirão de base as tabelas annexas ao decreto de 7 de abril de 1899”³⁴⁴, cuja revisão seria “*commetida à secção technica da manutenção militar*”, que deveria, para cumprir com este objectivo, ter em conta dois critérios:

- a) Relativamente às fábricas que se encontrassem matriculadas, condição obrigatória para participarem na aquisição de trigo, aferir as suas laborações efetivas e as respetivas forças produtivas;
- b) No que diz respeito às fábricas que se viessem a matricular no futuro “e para o primeiro anno de laboração”, verificar a respetiva força produtiva, multiplicando-a pela “*relação entre a laboração e a força productiva das já existentes*”³⁴⁵.

³⁴¹ O seu relatório, apresentado a 20 de março de 1899, pode ser consultado no *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, de 4 de abril de 1899. Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, nº34, 4 abril 1899, pp.24-27. Fez também parte desta comissão João Soares Branco, engenheiro militar e deputado progressista, que havia sido nomeado adjunto da secção técnica da Manutenção Militar em 1897, e que viria a ser engenheiro-adjunto à Manutenção Militar, em 1907. Estivera, em 1893, na comissão encarregada “da escolha da tipologia para os novos quartéis, hospitais e outros edificios militares”, ocupando o cargo de secretário, e onde se cruzaria com um dos futuros diretores da MM, Augusto Eugénio Alves. Chegaria a ser Ministro da Fazenda. Cf. Fernando Moreira, «BRANCO, João Soares», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006, pp.441-443

³⁴² Ana Paula Pires, *A indústria de moagem de cereais...*, p.45.

³⁴³ A propósito destas alterações, a secção técnica da Manutenção passa a denominar-se *Inspecção técnica das farinhas e do pão*, por decreto de 17 de outubro de 1899. Decreto, 17 outubro 1899, *Legislação Portuguesa*, 1899, p.534.

³⁴⁴ Decreto que autoriza importação de trigo e que determina, através de tabelas de rateio, a sua distribuição pelos fabricantes de pão e de massas. Decreto, 7 abril 1899, *Legislação Portuguesa*, 1899, pp. 62-63.

³⁴⁵ *Regulamento do commercio dos trigos e dos productos da sua farinação e panificação, nos termos da carta de lei de 14 de julho de 1899*, Decreto, 26 julho 1899, *Legislação Portuguesa*, artigo 36º.

Os fabricantes que desejassem matricular-se teriam de o requisitar à Direção Geral da Agricultura, entre 15 de janeiro e 31 de maio de cada ano. Este requerimento teria de se fazer acompanhar de uma *“indicação da força productiva da fabrica e da summaria descrição”* da mesma, que seria precedida de uma *“inspecção directa”*, empreendida pelo *“pessoal da secção técnica da manutenção militar”*, sendo que nenhuma fábrica se poderia matricular sem esta inspecção prévia, nem sem o despacho do Ministro.³⁴⁶

Os fabricantes que se encontravam matriculados, e que importassem trigos exóticos, seriam obrigados a proceder à sua farinação. Para verificar o cumprimento desta disposição, os ditos fabricantes deveriam participar à mesma secção técnica em que altura do ano pretendiam começar a moagem do trigo adquirido *“a fim de se verificar a existência d’esse trigo na fábrica”* e se esta determinação fora cumprida³⁴⁷. No caso de os fabricantes de farinha não cumprirem a anterior disposição, bem como na situação de *“negociarem, cederem, ou não farinarem parte ou toda a quota”* de trigo de exótico que lhes fora destinada no rateio, competia à secção técnica da MM *“levantar auto para verificar a contravenção”*, que seria enviada à Direção Geral da Agricultura, para que o Ministro tomasse conhecimento e procedesse à resolução do problema³⁴⁸.

As ações de fiscalização não se ficariam por aqui. Ao pessoal da secção técnica da Manutenção Militar competia ainda, no âmbito deste regulamento:

- a) A fiscalização das fábricas de moagem, dos produtos por estas fabricados e dos respetivos depósitos, sendo que esta não podia interferir *“nos processos de fabrico ou nas operações industriaes e commerciaes dos fabricantes”*³⁴⁹;
- b) A fiscalização das padarias e, como no caso anterior, dos produtos que nelas fossem fabricados;
- c) Pelo artigo 76º, os serviços que se destinavam à fiscalização sanitária das farinhas e do pão passavam a estar centralizados na secção técnica³⁵⁰;

³⁴⁶ *Idem*, artigo 48º, §1 e §2.

³⁴⁷ *Idem*, artigo 38º, § único.

³⁴⁸ *Idem*, artigo 39º e §1º.

³⁴⁹ *Idem*, artigo 51º, §único.

³⁵⁰ De acordo com as disposições do decreto de 9 de dezembro de 1898, que fixara os *“preceitos regulamentares para a fiscalização sanitária das farinhas e do pão”*. Decreto, 9 dezembro 1898,

- d) A verificação das amostras de farinhas: os fabricantes viam-se obrigados a enviar à secção técnica amostras dos tipos de farinha que produzissem e, sempre que “*pelo emprego de variedades diversas de trigo*” fabricassem farinhas distintas das amostras que tivessem enviado, seriam obrigados a enviar novas amostras à mesma secção³⁵¹.

Por fim, para dar execução aos serviços que lhe eram cometidos, determinava-se que associariam à secção técnica “*dois agrónomos do quadro da direcção geral da agricultura*”, e impunha-se que a secção fosse, sempre que os serviços a desempenhar estivessem relacionados com o rateio do trigo, nacional ou exótico, “*auxiliada pelos agrónomos districtaes e regentes agrícolas e presidida pelo inspector dos serviços agronómicos*”³⁵².

Falemos agora do enquadramento da Manutenção Militar, enquanto indústria de moagem, nesta lei cerealífera. À primeira vista, o diploma aparenta conferir, no apertado espartilho desenhado por Elvino de Brito, espaço para se conseguir movimentar. Seria, no entanto, o regulamento de 26 de julho a assegurar as vantagens para o estabelecimento do Exército: no capítulo II, que diz respeito à “importação de trigos exóticos”, no parágrafo único do artigo 31º, fica determinado que

“*Os estabelecimentos do estado, a que incumbir o fabrico de farinhas, quer sejam dependentes da administração militar, quer de outro serviço publico, poderão importar a quantidade de trigo exótico que o governo julgar conveniente.*”³⁵³

Legislação Portuguesa, 1898, pp.927-929. Anteriormente, por este decreto, estes serviços competiam aos técnicos “*dependentes da direcção geral de agricultura, sob a inspecção do director do mercado central de productos agrícolas, e pelos delegados e sub-delegados de saúde*”. Cf., neste decreto, artigo 10º, p.928. Os serviços passavam para a secção técnica que, por decreto de 17 de outubro de 1899, se passava a denominar *Inspecção Técnica das farinhas e do pão*. Cf. Decreto, 17 outubro 1899, *Legislação Portuguesa*, 1899, p.534.

³⁵¹ *Regulamento do commercio dos trigos e dos productos da sua farinação...* artigo 53º, §1. Também esta tarefa ficava, anteriormente, a cargo da direcção do mercado central de productos agrícolas (pelo Decreto referido na nota de rodapé anterior, de 9 de dezembro de 1898, no seu artigo 6º). A secção técnica poderia deparar-se com o caso de estas amostras não corresponderem ao que ficara determinado pelo artigo 52º - referente aos tipos de farinhas que podiam ser produzidos pelas fábricas – e isto seria comunicado. Querendo, os interessados poderiam recorrer, sendo que o recurso não poderia ser resolvido “*sem previo exame feito na fabrica por tres peritos, dois nomeados pelo governo, pertencendo um ao pessoal da secção technica, e o terceiro pelo interessado*”. *Regulamento para commercio dos trigos e productos da sua farinação...*, artigos 54º e 56º.

³⁵² *Regulamento para o commercio dos trigos e dos productos da sua farinação...*, artigo 72º.

³⁵³ *Idem*, artigo 31º, § único

A Manutenção Militar, estabelecimento “do Estado”, ao qual competia o “fabrigo de farinhas”, “dependente da administração militar”, via-se, assim, autorizada a importar trigo exótico quando o governo assim o determinasse, por se revelar necessário. No entanto, o despacho do trigo encontrava-se “*sujeito ao mesmo direito que for fixado para o trigo exótico destinado ao consumo*”³⁵⁴. Ao governo bastava fixar por decreto – até ao dia 31 de dezembro de cada ano - “*a quantidade de trigo que deve ser importado, o direito a cobrar, e o rateio deste trigo pelos fabricantes*”, sendo que a Manutenção Militar estava isenta desse rateio³⁵⁵. Naturalmente, este preceito foi colocado em prática diversas vezes entre 1899 e 1914, limite da nossa baliza cronológica.

Como podemos corroborar nos vários decretos aprovados entre 1899 e 1914, alegava-se ser “*absolutamente necessario habilitar a manutenção militar a adquirir os trigos indispensaveis á sua laboração*”, conforme as “*disposições do artigo 31.º e seu § único do regulamento aprovado por decreto de 26 de julho*”. A partir de 1900, estes decretos reforçam esta justificação para a importação, afirmando que os trigos necessários não podiam “*ser obtidos no paiz por preços não superiores aos fixados na tabella estabelecida pelo decreto de 26 de Julho de 1899*”³⁵⁶.

³⁵⁴ *Idem*

³⁵⁵ Uma vez que não aparece contemplada nas tabelas de rateio. *Idem*, artigo 31º. Podemos conferir a esta ausência nas tabelas de rateio publicadas em 1899 e em 1901. Cf. Decreto, 7 abril 1899, *Legislação Portuguesa*, 1899, pp.62-63 e Decreto, 27 Dezembro 1901, *Legislação Portuguesa*, 1901, pp.1445-1448.

³⁵⁶ Vejam-se as introduções destes decretos nos números da *Ordem do Exército* indicados na nota de rodapé seguinte.

Quadro II - Trigo exótico autorizado a importar pela MM (1899-1914)

	Quantidades, em quilogramas
1899	2 000 000
1900	5 000 000
1901	3 000 000
1902	3 000 000
1903	2 500 000
1904	6 000 000
1905	7 000 000
1908	9 000 000
1910	3 000 000
1912	10 000 000
1913	6 000 000

Fonte: Quadro feito com base na *Ordem do Exército*, de 1899-1914³⁵⁷

Cabe salvaguardar que estes valores correspondem aos “limites” das quantidades que a Manutenção Militar estava autorizada a importar. Isto não queria dizer, portanto, que o estabelecimento tivesse importado, efetivamente, toda a quantidade de trigo autorizada. No entanto, a falta de dados não nos permite aferir a quantidade de trigo que, de facto, a MM importou nestes anos, dentro dos limites que lhe foram autorizados. Os únicos dados que temos disponíveis encontram-se na tabela seguinte, que confrontámos com as autorizações para importação:

³⁵⁷ *Ordens do Exército*: nº16, 1ª série, 13 Novembro 1899, pp.680-681; nº5, 1ª série, 21 Abril 1900, p.217; nº19, 1ª série, 10 Novembro 1900, p.497; nº4, 1ª série, 9 Março 1901, p.14; nº7, 1ª série, 20 Maio 1902, p.66; nº3, 1ª série, 31 Março 1903, p.16; nº5, 1ª série, 11 Abril 1904, p.113; nº17, 1ª série, 3 Dezembro 1904, p.436; nº2, 1ª série, 28 Fevereiro 1905, p.23; nº10, 1ª série, 17 Novembro 1905, p.151; nº1, 1ª série, 18 Janeiro 1908, p.36-37; nº19, 1ª série, 11 Dezembro 1908, p.755; nº3, 1ª série, 21 Fevereiro 1910, p.78; nº5, 1ª série, 4 Junho 1912, p.191; nº5, 1ª série, 14 Março 1913, p.283; nº19, 1ª série, 15 Dezembro 1913, p.902.

Quadro III – Trigo importado pela Manutenção Militar, em quilogramas

Anos económicos	Autorização (data)	Quantidade autorizada a importar	Quantidade importada/comprada
1909-1910	27 janeiro 1910	3 000 000	
1910-1911			1 033
1911-1912	25 maio 1912	2 500 000	2 496 515
	30 maio 1912	3 500 000	
1912-1913	14 dezembro 1912	4 000 000	3 532 589
1913-1914	15 novembro 1913	6 000 000	5 752 824
1914-1915			3 500 000

Fonte: Quadro feito com base nas *Ordens do Exército* (1908-1915) e nos *Relatórios de Gerência* da MM³⁵⁸

Podemos assim conferir que a Manutenção cumpriu com as autorizações que lhe foram concedidas. No ano económico de 1911-1912 tinha uma quota de 6 000 toneladas disponível, só tendo, no entanto, importado a quantidade correspondente, praticamente, ao primeiro decreto lançado, a 25 de maio de 1912, e para cuja compra se avançara, inclusive, um crédito especial, como veremos adiante. Sobressai também o facto de as quantidades autorizadas terem tido tendência a aumentar. Contudo, importa referir que a partir do ano de 1912 se iniciou “*um ciclo de maus ou medíocres anos agrícolas, qua se prolongou até finda a guerra*”³⁵⁹, sendo os de 1912 e 1913 particularmente maus - como se atesta pelos relatórios de gerência - tornando necessário importar trigo “*para cobrir o deficit da produção nacional*”³⁶⁰, com destaque para o trigo mole, destinado ao fabrico de pão³⁶¹.

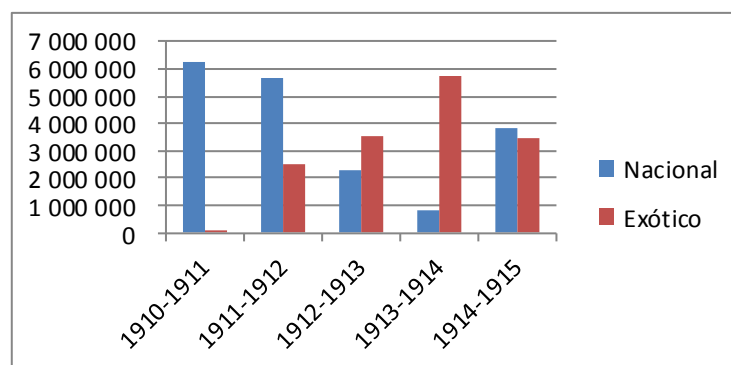
³⁵⁸ Relativamente às *Ordens do Exército*, ver a nota de rodapé anterior. Nos anos de 1914 e de 1915 não saíram autorizações para importação de trigo. Quanto aos dados presentes nos relatórios de gerência disponíveis: *Relatório da Gerência do ano de 1911-1912*, Lisboa, Typ. Da Manutenção Militar, 1913, pp. 35-36; *Relatório da Gerência do ano economico de 1912-1913*, Beato, Tipografia da Manutenção Militar, 1914, pp. 2-3; *Relatório da Gerência do ano economico de 1913-1914*, Lisboa, Tip. da Manutenção Militar, 1915, pp.1-2; Todos estes dados estão também compilados no *Relatório da Gerência do ano economico de 1914-1915*, Lisboa, Tip. da Manutenção Militar, 1916, quadro A, p.68.

³⁵⁹ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Agricultura, Pecuária e Pescas», in Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal - Da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991 p.67.

³⁶⁰ *Relatório da Gerência do ano economico de 1912-1913...*, p.1.

³⁶¹ O trigo rijo/duro era (e é) o principal elemento para o fabrico de massas alimentícias, daí se registarem menores valores de trigo adquirido. Cf. Helena Real, Mariana Barbosa e Teresa Carvalho, *Massas Alimentícias: Uma abordagem técnica e científica*, Associação Portuguesa de Nutricionistas, 2014, p.4. Disponível em http://www.apn.org.pt/documentos/ebooks/Ebook_Massas_Alimenticias.pdf, consultado em 28.09.2016.

Gráfico I - Trigo comprado pela Manutenção Militar, em quilogramas



Fonte: *Relatórios de Gerência da MM*³⁶²

De facto, até ao ano económico de 1912-1913, o recurso ao trigo nacional supera consideravelmente a aquisição de trigo exótico por parte do estabelecimento do Exército: no ano de 1910-1911 a quantidade de exótico comprado resumiu-se a 1 033 kg de trigo mole, contra 6 228 070 kg de trigo de produção nacional. A referida difícil conjuntura agrícola dos anos seguinte trataria de inverter este panorama, com destaque para o ano económico de 1913-1914, tendo-se recorrido à importação de 5 752 824 kg de trigo, mole e rijo, contrastando com 823 597 de trigo nacional. Neste ano económico, para fazer face a esta situação, autorizou-se a Manutenção a importar até 6 000 toneladas de exótico.

Numa primeira análise, a Manutenção Militar aparenta beneficiar do novo diploma cerealífero, na medida em que o governo autorizaria, sempre que julgasse “conveniente”, a importação de trigo exótico necessário à laboração dos estabelecimentos do Estado. Acresce o facto de estar autorizado a fazê-lo em qualquer altura do ano, o que também se aplicava à indústria particular, com a vantagem, para a Manutenção Militar, de não ser necessário justificá-lo com base na primeira situação que apresentámos, apesar dos decretos que autorizam a importação e despacho de trigo exótico por parte da MM justificarem a necessidade de recorrer ao exótico com base no facto de o preço do trigo nacional ultrapassar os valores tabelados. No entanto, a falta de

³⁶² *Relatório da Gerência do ano de 1911-1912*, Lisboa, Typ. Da Manutenção Militar, 1913, pp. 35-36; *Relatório da Gerência do ano económico de 1912-1913*, Beato, Tipografia da Manutenção Militar, 1914, pp. 2-3; *Relatório da Gerência do ano económico de 1913-1914*, Lisboa, Tip. da Manutenção Militar, 1915, pp.1-2; *Relatório da Gerência do ano económico de 1914-1915*, Lisboa, Tip. da Manutenção Militar, 1916, quadro A, p.68.

dados não nos permite avaliar se a Manutenção Militar beneficiara de facto do diploma protecionista, ainda que não estivesse sujeita ao rateio. Por um lado, não conseguimos apreender, por omissão no diploma, que parte da produção nacional, colocada no Mercado Central de Produtos Agrícolas, cabia ao estabelecimento³⁶³. Por outro, deparamo-nos com um vazio de dados para o período que medeia entre 1899 e 1908, inclusive no que diz respeito ao trigo comprado pela Manutenção, quer nacional, quer exótico. Esta lacuna de fontes impede-nos de perceber o alcance do diploma para o estabelecimento do Estado.

Não obstante, os valores disponíveis – 1910-1915 -, e apresentados, permitem-nos concluir que o Estado daria o exemplo, mantendo-se, de certa forma, o que se definira quando se autorizara a instalação de uma manutenção militar no nosso país: esta empregaria cereais nacionais, “*salvo caso de força maior*”³⁶⁴. É certo que, do ponto de vista teórico, a lei cerealífera de 1899 confirmava essa intenção, por um lado, e, por outro, aliviava o estabelecimento do Exército de qualquer rigidez que pudesse existir em relação a esta matéria. Na prática, e durante os anos referidos, o estabelecimento privilegiou o uso do cereal nacional, sendo que a inversão dessa lógica, pelo recurso ao exótico, se ficou a dever a uma conjuntura agrícola particularmente difícil. Contudo, e importa salientar, o diploma assegurava que a Manutenção Militar tivesse as condições necessárias para não interromper a sua laboração, e para o conseguir com a economia desejada.

³⁶³ Ao estar isenta do rateio do trigo, a Manutenção Militar não é contemplada nas tabelas fixadas para este fim, o que nos impede de apreender que parte do cereal nacional lhe estaria destinada. Esta omissão faz com que não nos seja possível apreender o significado do diploma protecionista para o estabelecimento, uma vez que qualquer análise terá sempre de compreender a relação entre a parte da produção nacional que lhe competiria e o trigo importado. E, relativamente à importação de trigo para a MM, note-se que os valores apresentados dizem respeito a anos económicos, dados que foram obtidos através dos relatórios de gerência do estabelecimento, o que nos impede de poder estabelecer uma comparação objetiva entre o trigo exótico adquirido pela MM e os totais nacionais de trigo importado para o intervalo de tempo em questão. Assim, não nos é possível compreender em que medida a MM beneficiara, na prática, deste diploma.

³⁶⁴ Carta de Lei, 19 Julho 1888, *Legislação Portuguesa*, 1888, p.259, artigo 4º, §3º.

2.2. Pós-fundação: organizar a Manutenção Militar

No período que se seguiu à fundação deste estabelecimento fabril do Exército português, e que balizamos entre 1899 e a implantação da República, a 5 de outubro de 1910, concretiza-se o primeiro *Plano de Trabalhos da Manutenção Militar*³⁶⁵. Findo este tempo, ficaram estabelecidas as instalações previstas no *Plano de Organização da Manutenção Militar*, a Manutenção Militar conheceu cinco diretores e recebeu o seu primeiro regulamento, aprovado pelo decreto de 11 de abril de 1907.

Entre 1899 e 1910, foram várias as medidas legislativas que procuraram desenhar a organização da Manutenção Militar de Lisboa ou que, relacionadas com assuntos colaterais, contribuíram, de alguma forma, para esse traçado. Ainda sem um regulamento que fixasse a organização do estabelecimento, a sua orgânica foi-se definindo, e as várias direções deste período procuraram materializar o *Plano de Organização da Manutenção Militar*³⁶⁶. Logo em 1899, a Carta de Lei de 14 de julho, destinada a regular “*a compra do trigo nacional, a importação do trigo ou milho exótico, o fabrico do pão e da farinha, a importação e a exportação desta*”³⁶⁷, implicaria, na sua 9ª base, que a Manutenção Militar fosse reorganizada, como tivemos oportunidade de ver.

Ainda no mesmo ano de 1899, a Carta de Lei de 7 de Setembro, destinada à organização do Exército³⁶⁸, enquadrava nos serviços gerais a Manutenção Militar: ocupando lugar entre os “*estabelecimentos e secções especiaes para o serviço de administração militar*”, à Manutenção competia “*adquirir e moer os cereaes necessarios ao fabrico de pão; comprar farinhas com o mesmo destino quando seja indispensavel ou for julgado mais vantajoso; fabricar pão; adquirir as forragens para os solípedes; fornecer o pão fabricado e as forragens necessarias ao consumo do exercito*”³⁶⁹. Ficava igualmente definido que regulamentos próprios preceituariam as

³⁶⁵ Ficavam também instaladas, entre 1899 e 1908, as sucursais de Coimbra, Porto, Guarda, Elvas, Bragança e Chaves, e a instalação de outras seguiria até 1937. Cf. Site do Exército Português, «Manutenção Militar», disponível em <http://www.exercito.pt/sites/MM/Historial/Paginas/default.aspx> consultado em 30.03.2015.

³⁶⁶ Decreto, 11 junho 1897, *Legislação Portuguesa*, 1897, pp.181-183.

³⁶⁷ Carta de Lei, 14 junho 1899, *Legislação Portuguesa*, 1899, p.159.

³⁶⁸ Sobre este assunto, ver António José Telo, «Os começos do século», in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003, pp.350-385

³⁶⁹ Carta de Lei, 7 setembro 1899, *Legislação Portuguesa*, 1899, p.436, artigo 96º, 1º. Destinada ao serviço da Manutenção Militar ficava a companhia de subsistências, cf. *Idem*, artigo 102º.

atribuições destes organismos sob a tutela do serviço de Administração Militar³⁷⁰, sendo que a Manutenção Militar teria de aguardar pelo seu até 1907. No ano seguinte, em junho, a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra publicava as disposições relativas aos serviços cometidos à Manutenção – respeitantes aos fornecimentos, arrematações e contratos, pagamentos de importâncias da rações, abonos, etc. -, de forma a dar execução à Carta de Lei de Setembro³⁷¹.

Antes de avançarmos, importa ainda reter que no ano de 1899, em novembro, é concedida “aos transportes de pão da Manutenção Militar (...) a redução de 75% sobre o preço da tarifa geral”³⁷².

Até 1902, a Manutenção conheceu três diretores: no final do ano de 1900, em novembro, foi nomeado o coronel de engenharia José Emílio de Sant’Ana e Cunha Castelo Branco³⁷³, que ocupou o lugar deixado vago pelo coronel de cavalaria Augusto Eugénio Alves, diretor desde 1897. Em junho de 1902, foi designado para o cargo um ator conhecido: Jacinto Parreira, à data coronel de engenharia, um dos obreiros do projeto do estabelecimento³⁷⁴. E, no fim deste mês, era alterado o Conselho de Administração da Manutenção Militar, que se mantinha intacto desde a fundação da Manutenção: se em 1897, pelo artigo 12.º do *Plano de Organização da Manutenção Militar*, o conselho administrativo teria como presidente o diretor do estabelecimento³⁷⁵,

³⁷⁰ *Idem*, artigo 96º, § único.

³⁷¹ *Ordem do Exército* nº8, 1ª série, 23 junho 1900, 1900, pp.267-268. Em dezembro de 1900, eram publicadas “alterações dos serviços da MM”, pela *Ordem do Exército* nº22, que determinavam algumas alterações ao que fora anteriormente fixado: embora as disposições continuassem a ser as mesmas no que diz respeito aos fornecimentos, esta alteração destinava-se, sobretudo, a “regular o fornecimento e abono de rações de forragens para os cavalos praças de oficiais não arregimentados”. Cf. *Ordem do Exército* nº22, 1ª série, 31 dezembro 1900, 1900, pp. 628-630

³⁷² *Regulamento dos Transportes*, aprovado por Decreto de 23 de dezembro de 1899. Cf. *Ordem do Exército* nº1, 1ª série, nº1, 13 de janeiro 1900, 1900, p.80

³⁷³ José Emílio Sant’Ana e Cunha Castelo Branco (1849-1920). Natural de Lisboa, frequentara o curso geral da Escola Politécnica e a Escola do Exército, tendo nesta concluído o curso de engenharia militar em 1872. No ano seguinte, seria mandado apresentar na direção geral de engenharia para servir na respetiva arma. Progrediu na carreira militar até ao generalato. Foi lente da Escola do Exército e, em 1893, chefe da 2ª repartição do comando geral de engenharia. Integrou a comissão encarregada da escolha de “tipos definitivos” para os novos quarteis, hospitais e outros edifícios militares (1895). Em 1896, seria nomeado comandante da Escola Prática de Engenharia. Em 1899, exonerado deste cargo para ser nomeado chefe do Estado-maior do Comando Geral de Engenharia. No mesmo ano, seria nomeado chefe do Estado-maior da Direção Geral do Serviço de Engenharia. Por portaria de 15 de novembro de 1900 seria nomeado diretor da Manutenção Militar, cargo do qual seria exonerado a 3 de Junho de 1902, por ter sido nomeado, novamente, chefe do Estado-maior da Direção Geral do Serviço de Engenharia. Até à data em que seria nomeado diretor da MM, já era comendador da Ordem Militar de S. Bento de Avis (1886), comendador da antiga, nobilíssima e esclarecida Ordem de S. Tiago de mérito científico, literário e artístico (1893), e grande oficial da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis (1900). *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1427, José Emílio de Sant’Ana da Cunha Castelo Branco

³⁷⁴ Sobre Jacinto da Cunha Parreira e Brito (1843-1913), vejam-se páginas 38-40, neste trabalho.

³⁷⁵ Decreto, 11 junho 1897, *Legislação Portuguesa*, 1897, p.183

a alteração a este artigo ditava que o lugar passava a ser ocupado pelo chefe da secção técnica. O diretor passaria a ter um papel meramente executivo: só o seu “cumpra-se” tornaria possível a execução de qualquer deliberação tomada por este conselho³⁷⁶.

Com pontas ainda por acertar, o estabelecimento registava já algum movimento. No orçamento geral de Estado para o exercício de 1901-1902, a despesa destinada à Manutenção Militar viu-se aumentada em 25 contos de reis, medida que se considerava “*necessária ao seu desenvolvimento*”³⁷⁷. Em 1904 destinavam-se mais 30 contos para “*melhorar e ampliar a laboração da Manutenção Militar*”, medida que tinha “*em vista dotar este estabelecimento com os recursos necessários para resistir a qualquer greve por virtude da qual a cidade se visse privada do alimento de principal consumo*”³⁷⁸. Em abril desse ano, a sua laboração rondava os 30 000 quilogramas, e previa-se que esta devia passar, no espaço de um mês, a 90 000 quilogramas³⁷⁹.

Neste ano de 1904, a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra fazia publicar disposições relativas à requisição e distribuição, registo e pagamento dos fornecimentos a cargo da Manutenção Militar³⁸⁰. Este pormenor não é despidendo, se tivermos em conta que, pouco depois da sua fundação, o estabelecimento do Exército passara a fornecer pão a vários estabelecimentos civis, entre os quais hospitais, asilos e prisões. Neste mesmo ano, o governo seria questionado, pela primeira vez, a propósito do enquadramento industrial conferido à Manutenção Militar, igual ao “*das fábricas de moagem particulares*”, o que o poder político defendia ser indispensável para se saber se a produção do estabelecimento era “*vantajosa ou prejudicial para o Estado*”, e se, por esse motivo, “*convinha ao Estado conserva-la ou não*”, sobretudo tendo em conta que o estabelecimento servia “*um grande número de estabelecimentos estranhos ao Ministério da Guerra*”³⁸¹.

³⁷⁶ *Ordem do Exército*, nº11, 1ª série, 9 de julho 1902, 1902, p.246.

³⁷⁷ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, nº76, 9 maio 1901, p.10. Em 1903 o então Ministro da Guerra, Luís Augusto Pimentel Pinto, avançava na Câmara dos Pares as suas previsões em relação ao desenvolvimento do estabelecimento para os tempos próximos: pretendia-se que a Manutenção pudesse produzir, para além do pão e das massas, “*pão de campanha e conservas alimentares*”. *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, nº44, 22 abril 1903, p. 435.

³⁷⁸ *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, nº43, 15 abril 1904, p.532.

³⁷⁹ *Idem*.

³⁸⁰ *Ordem do Exército*, nº4, 1ª série, 5 março 1904, 1904, pp. 91-95-

³⁸¹ À intervenção foi feita por Pimentel Pinto, que foi ministro da Guerra (março de 1906 - maio de 1906) e o responsável pela atribuição desta escrituração. À data desta sua intervenção na Câmara dos Pares, em novembro de 1904, o Ministro da Guerra é Sebastião Custódio de Sousa Teles. Cf. *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, nº11, 5 novembro 1904, p.96. No entanto, tendo sido Pimentel Pinto a determinar que a MM teria “*escrituração comercial*”, à semelhança do que se verificava com a indústria particular, é o

Em 1905, Jacinto Parreira requereu a sua substituição na direção do estabelecimento, cargo para o qual seria nomeado o coronel de infantaria Bernardo António de Brito e Abreu³⁸².

Em dezembro de 1906, uma Carta de Lei autorizava o Governo a “*a organizar o Supremo Conselho de Defesa Nacional e a remodelar a Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra e suas dependencias, e a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e suas dependências*”³⁸³. Segundo a base VII do documento, determinava-se que seria organizada uma “*Administração da manutenção militar e officina e depositos de fardamentos*”, com regulamento próprio, e que estaria dependente do Ministério da Guerra. A Manutenção Militar estava agora sob a alçada de um conselho de administração que coordenava a sua atividade – e perante o qual respondia - bem como a do depósito central de fardamentos. Este funcionava como uma “*ponte de comunicação*” entre estes organismos e o Ministério da Guerra³⁸⁴. O regulamento do *conselho de administração da manutenção militar e depósito central de fardamentos* seria publicado pelo decreto de 11 de abril de 1907, e, na sua sequência, seria aprovado

mesmo que defenderá esta posição face à MM quando este enquadramento é questionado pelo par do Reino Sebastião Baracho, que entende que “*nunca se deve colocar um estabelecimento do Estado na contingência de perdas e ganhos*”. Cf. *Diário da Câmara dos Pares de Reino*, nº11, 5 novembro 1904, p.96 e nº13, 8 novembro 1904, pp.120 e 124.

³⁸² Bernardo António de Brito e Abreu (1850-1928). Natural de Lisboa, frequentou o Real Colégio Militar e o curso da arma de infantaria. Progrediu na carreira militar até ao generalato. Em 1885, vamos encontrá-lo como diretor da Escola Regimental (1885-1886). Em 1886, serve na Guarda Fiscal. Em 1896, nomeado subdiretor do Real Colégio Militar. Neste ano seria colocado no Estado-maior de infantaria. Foi nomeado diretor da Manutenção Militar por decreto de 11 de fevereiro de 1905, sendo exonerado do cargo em novembro de 1907. Antes da sua exoneração deste cargo, seria ainda, por portaria de 29 de julho de 1907, nomeado para fazer parte da comissão encarregada de unificar os processos e termos gerais de administração a seguir na manutenção militar e antiga oficina e depósito de fardamentos. Exonerado da direção da MM por ter sido nomeado comandante da 1ª brigada de infantaria (1907-1910). À data em que assume a direção da Manutenção Militar, tinha recebido a medalha de prata de comportamento exemplar (1883), duas medalhas de prata da classe de bons serviços (em 1888 e em 1904, sendo substituídas por uma medalha de ouro desta classe), era cavaleiro e oficial da Ordem Militar de S. Bento de Avis (1888 e 1895, respetivamente). Em 1897, seria agraciado com a Cruz de 2ª classe de Ordem do Mérito Militar de Espanha, e em 1901 distinguido como comendador da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 10, Bernardo António de Brito e Abreu

³⁸³ Carta de Lei, 24 dezembro 1906, *Legislação Portuguesa*, 1906, p.776. O Supremo Conselho da Defesa Nacional, definido, no seu artigo 1º, como “*alta corporação militar destinada a tomar a iniciativa dos estudos da preparação da guerra e correlativas deliberações, estabelecendo: a) Os princípios fundamentaes a que se deve subordinar a organização geral e a mobilização das forças de terra e mar e das tropas colonias; b) Os planos de operações terrestres e marítimas; c) O plano de organização defensiva da metropole e das colonias*”, veria publicada a sua organização a 29 de Janeiro de 1907. Cf. Decreto, 29 janeiro 1907, *Legislação Portuguesa*, 1907, p.34.

³⁸⁴ *Regulamento da Manutenção Militar*, Decreto, 11 abril 1907, *Legislação Portuguesa*, 1907, p.209, artigo 4º.

o primeiro regulamento da Manutenção Militar³⁸⁵. É neste que nos deteremos de seguida.

2.3. 11 de abril de 1907: um regulamento para a Manutenção Militar

A Manutenção Militar regia-se, a partir de 11 de abril, pelo seu regulamento³⁸⁶. Este fixava, finalmente, a organização e orgânica do estabelecimento, bem como as disposições relativas às instalações, ao pessoal, aos fornecimentos, ao funcionamento dos serviços – na sede e nas sucursais –, à gerência dos fundos e à aplicação das receitas.

Começava por fixar os objetivos da Manutenção, “*com sede em Lisboa e sucursais e depositos noutros pontos do país*”: cabia ao estabelecimento a “*preparação e distribuição de víveres ao exercito e a outras instituições oficiais, conforme as ordens do Ministério da Guerra e as disposições d’este regulamento*”³⁸⁷. Para atingir o seu objetivo cimeiro, competia-lhe os fornecimentos de pão, massas alimentícias, bolachas (e congéneres destas); pão e forragens a dinheiro; géneros para rancho das praças; conservas e artigos que tocassem a alimentação das tropas; forragens e pensos manufaturados para solípedes³⁸⁸. Para isso, no estabelecimento proceder-se-ia à farinação de cereais e ao fabrico do pão, das massas e da bolacha, bem como, curiosamente, de “outros artigos que tenha a fornecer”, abrindo-se, já aqui, margem para ampliar das suas instalações fabris. A MM ficava, ainda, responsável por organizar as reservas – de géneros e de produtos por si fabricados – de acordo com “*as necessidades do consumo e as previsões indicadas pelo Ministério da Guerra*”³⁸⁹.

O pessoal da MM encontrava-se dividido em duas categorias: o pessoal superior e o subalterno. No que diz respeito ao pessoal superior, este começava no diretor, oficial superior de qualquer arma ou serviço, a quem competia a superintendência de todos os serviços da Manutenção Militar. Ocuparia, ainda, o lugar de presidente do conselho

³⁸⁵ Decreto, 11 abril 1907, *Legislação Portuguesa*, 1907, pp. 207-224. Veja-se a composição do conselho e do pessoal superior da Manutenção Militar no documento 5, nos anexos deste trabalho.

³⁸⁶ *Regulamento da Manutenção Militar*, Decreto, 11 abril 1907, *Legislação Portuguesa*, 1907, p.209. Era Ministro da Guerra, à data, António Carlos de Vasconcelos Porto.

³⁸⁷ *Idem*, p.209, artigo 1º; e ficava dito, no artigo 6º, que “*em localidades fixadas pelo Ministério da guerra terá a manutenção militar succursaes para o fabrico e fornecimento de pão nessas mesmas localidades, ou noutras, depositos para o fornecimento de generos para rancho às tropas e depositos para guarda e distribuição de forragens para solípedes*”. *Idem*.

³⁸⁸ *Idem*, artigo 1.º, § único.

³⁸⁹ *Idem*, artigo 3º, § 7º.

administrativo da manutenção – que tinha, como estamos recordados, sofrido alterações em 1902 -, juntamente com o secretário e o chefe de contabilidade do estabelecimento. A este conselho administrativo cabia a administração económica, a gestão dos fundos e a aplicação das receitas do estabelecimento. Era ao conselho administrativo que incumbia propor ao conselho de administração da manutenção militar e do depósito central de fardamentos “*a aquisição de materias primas e generos necessarios para as fabricas e fornecimentos bem como a execução de quasquer obras, serviços ou fornecimentos a realizar*”, e era também a este que cabia fixar os preços a que a MM forneceria os géneros que fabricava, bem como organizar, para cada ano económico, a apresentar ao mesmo conselho de administração, o orçamento da receita e da despesa da MM³⁹⁰.

Ao diretor cabia executar todas as deliberações deste conselho, bem como a fiscalização de todos os serviços do estabelecimento, tendo de responder perante o conselho de administração da manutenção militar e depósito central de fardamentos, e correspondendo-se com o Ministro da Guerra, diretamente, “*em todos os assuntos que não sejam das attribuições especiaes do conselho de administração*”³⁹¹. Competia-lhe também - e importa salientar este ponto, uma vez que é a partir deste relatório que passamos a ter estes dados -, elaborar “*anualmente um relatorio, referido a 30 de junho, sobre o movimento geral do estabelecimento, contendo desenvolvidas estatísticas sobre todos os serviços e a sua apreciação sob o ponto de vista economico e da instrução do pessoal*”³⁹². Abaixo do diretor, teríamos o engenheiro chefe de exploração, obrigatoriamente um oficial superior da arma de engenharia. A este competia o serviço de exploração das fábricas e a execução dos fornecimentos do estabelecimento³⁹³.

O pessoal subalterno encontrava-se subdividido em pessoal da secretaria, pessoal fabril e serventes. Cada fábrica teria como responsável um mestre, e, como adjunto deste, para o caso de ser necessário substituí-lo, um contramestre³⁹⁴. O número de operários para cada um destes serviços era determinado em conformidade com os recursos necessários para as fábricas e para as oficinas, podendo este número ser

³⁹⁰ *Idem*, artigo 37º, §6º, §8º e §14º.

³⁹¹ *Idem*, artigo 36º, §8º.

³⁹² *Idem*, artigo 36º, §15º.

³⁹³ *Idem*, artigo 11º.

³⁹⁴ Mestre e contramestre de moagem; mestre e contramestre de panificação; mestre e contramestre de massas e de bolacha. *Idem*, artigo 17º.

aumentado quando fosse necessário³⁹⁵, sendo que nestes serviços, ditos fabris, podiam ser “*admitidos individuas da classe civil, na falta de pessoal militar idóneo*”. No entanto, esta admissão começava por ser provisória, por um período de um mês, e só se fossem reconhecidos, durante esse tempo, a “*aptidão e conhecimentos profissionais do pretendente*” é que esta passava a definitiva³⁹⁶. Já o pessoal da secretaria seria constituído por praças graduadas da companhia de subsistências, e isto também se verificava no caso dos serventes efetivos, embora aqui também se pudesse empregar pessoal civil, caso se revelasse necessário³⁹⁷.

A garantia da qualidade do alimento do soldado e, bem assim, dos géneros fabricados e fornecidos pelo estabelecimento, constituía uma premissa basilar para a Manutenção Militar. Ao longo do regulamento, são vários os artigos que revelam esta preocupação, sendo os responsáveis pelas fábricas, sucursais, depósitos e oficinas chamados a vigiar e a assegurar a disciplina e o asseio nos respetivos serviços. Para garantir a observância máxima destes preceitos, a Manutenção Militar detinha ainda o *serviço de análises e fiscalização fabril*, intimamente ligado ao laboratório.

Para a execução deste serviço existia uma secção, composta pelo engenheiro adjunto do estabelecimento, por um médico, um agrónomo e um analista³⁹⁸. Era ao primeiro que competia dirigir os trabalhos desta secção. O médico, por seu turno, deveria visitar e inspecionar diariamente o estabelecimento, “*inquirindo das condições hygienicas em que se realiza o seu funcionamento*”³⁹⁹. O agrónomo apreciaria os géneros agrícolas que a MM adquirisse, “*sob o ponto de vista químico e tecnológico*”, e levaria a cabo a fiscalização do estado de conservação dos géneros armazenados⁴⁰⁰. Por último, o analista procederia à análise das amostras, géneros, matérias-primas e produtos fabricados⁴⁰¹, sendo que todas as matérias-primas e géneros que dessem entrada no estabelecimento seriam, primeiramente, submetidos a exames e análises. Só depois a MM tomaria, em definitivo, posse deles⁴⁰².

Esse princípio da Manutenção Militar era, assim, vigiado por este serviço, através das suas análises, do seu trabalho diário de fiscalização e controlo de qualidade,

³⁹⁵ *Idem*, artigos 17º e 24º.

³⁹⁶ *Idem*, artigos 9º e 20º.

³⁹⁷ *Idem*, artigos 19º, 21º.

³⁹⁸ O médico seria capitão ou tenente, e o analista, de preferência, um oficial. *Idem*, artigo 11º, § único.

³⁹⁹ *Idem*, artigo 87º, § 1º.

⁴⁰⁰ *Idem*, artigo 85º, § 1º e § 2º.

⁴⁰¹ *Idem*, artigo 89º.

⁴⁰² *Idem*, artigo 110º.

quer das matérias-primas e dos géneros adquiridos pelo estabelecimento, quer dos produtos por este fabricados e por este armazenados, quer das condições de higiene dos espaços e do pessoal fabril. A saúde dos trabalhadores, nestes termos, também não podia ser descurada, e o papel do médico⁴⁰³ surgia aqui como fundamental: a este competia a inspeção prévia dos candidatos a cargos na Manutenção Militar⁴⁰⁴, bem como, no estabelecimento, assistir aos trabalhadores, concedendo consultas médicas aos que a estas desejassem recorrer⁴⁰⁵. Competia-lhe também assegurar o asseio dos operários nos banhos, superintendendo neste serviço, evitando que fossem “*empregados nas fabricas de massas e de bolacha e na padaria operarios que não tenham satisfeito áquelle preceito hygienico.*”⁴⁰⁶.

Importa ainda salientar, finalizando, que a Manutenção abraçava, como se atesta nos seus objetivos, o compromisso de instruir os “*officiaes e praças da companhia de subsistencias no serviço de campanha*”⁴⁰⁷, uma questão que vinha associada a este estabelecimento desde a sua génese. De sublinhar também o papel de “formador” que o estabelecimento assume no que diz respeito à matéria do abastecimento em campanha. O regulamento determinava que seria organizado na Manutenção “*um curso para o estudo theorico e pratico do material de campanha empregado no serviço de abastecimentos militares*”, ao qual concorreriam os sargentos da companhia de subsistências, e cujo programa compreenderia “*a descrição e emprego do material de transportes e fabrico de pão, e ainda o aproveitamento dos recursos locais*”⁴⁰⁸.

A Manutenção Militar tinha, finalmente, o seu regulamento próprio. Todavia, seria necessário esclarecer alguns pontos do mesmo, essencialmente tendentes a fixar disposições relacionadas com pagamentos, requisições e fornecimentos de rações e de forragens por parte do estabelecimento. Em agosto, uma portaria trataria de o fazer⁴⁰⁹.

⁴⁰³ Que seria acompanhado por um enfermeiro. *Idem*, artigo 56º, § único.

⁴⁰⁴ *Idem*, artigo 8, § único; artigo 10º.

⁴⁰⁵ Em dias marcados pelo diretor, bem como tratar nos seus domicílios os trabalhadores que o solicitassem. *Idem*, artigo 56º, §2º e §3º.

⁴⁰⁶ Para todas estas disposições e citações, *Idem*, artigo 56º.

⁴⁰⁷ *Idem*, artigo 2º.

⁴⁰⁸ À data, a MM possuía já algum do material reservado a este fim, que integraria uma secção de padaria de campanha, destinada ao serviço de instrução: um carro amassador mecânico, um carro de fermentos, dois fornos rolantes, dois carros com fornos desmontáveis, dois carros para o transporte de material diverso. Para todas estas disposições e citações, *Regulamento da Manutenção Militar...*, artigos 168º e 171º.

⁴⁰⁹ Portaria, 28 agosto 1907, *Legislação Portuguesa*, 1907, pp.768-770.

Mas as iniciativas legislativas e as modificações não se ficariam por aqui. As alterações operadas pelos decretos de 11 de abril de 1907 obrigavam a fixar os “*termos geraes de administração*” a seguir na Manutenção Militar e no Depósito Central de Fardamentos, bem como as disposições relacionadas com “*os meios de aquisição dos artigos de qualquer natureza que sejam de consumo*”. Para esse fim, em julho, uma portaria nomeou uma comissão e encarregou-a de estudar estes preceitos⁴¹⁰. No final deste ano de 1907, o coronel de infantaria António José da Silva passava a ser o diretor do estabelecimento, cargo que ocupou até fevereiro de 1910⁴¹¹. Pela sua mão seria elaborado o primeiro relatório de gerência do estabelecimento, publicado em 1908⁴¹². Também só em 1908 seria fixada, por decreto, a tabela de vencimentos do pessoal da Manutenção Militar⁴¹³.

Através do primeiro relatório de gerência podemos corroborar que grande parte do plano de obras de Joaquim Renato Baptista encontrar-se-ia concretizado, pelo menos no que diz respeito às instalações fabris e serviços, antes de chegarmos a 1910. O estabelecimento contava então com uma fábrica de moagem, cujos moinhos podiam moer, em “serviço permanente”, 90 toneladas de trigo num período de vinte e quatro horas; uma fábrica de panificação, cuja produção, também em serviço permanente,

⁴¹⁰ A sua composição era a seguinte: José Estevão de Moraes Sarmiento, general de brigada, enquanto presidente; Bernardo António de Brito e Abreu, coronel de infantaria, nesta altura diretor da Manutenção Militar; José Jerónimo Rodrigues Monteiro, tenente coronel de engenharia, que havia sido chefe interino da secção técnica da Manutenção Militar (veja-se a nota de rodapé 340, neste trabalho); António Xavier Correia Barreto, tenente coronel de artilharia; José Gomes Goes Junior e Luís António de Vasconcelos Dias, majores do corpo de administração militar, sendo que o último, que serviria de secretário, viria a ser um dos atores maiores desta história; e Artur Amandio Seabra, agrónomo da MM. A composição justificava-se por serem “*individuos para esse fim habilitados com a necessaria experiencia*”. Portaria de 29 de julho de 1907, publicada em *Ordem do Exército* nº16, 30 julho 1907, 1907, pp.292-293

⁴¹¹ António José da Silva (1846-1914). Nascido em Lagos, progredira na carreira militar até ao generalato. Serviu também na arma de artilharia. Em 1886 seria colocado na Guarda Fiscal. Em 1903, já coronel para o Estado-maior de infantaria, seria nomeado vogal da comissão consultiva junto da Inspeção de Fortificações e Obras Militares. Em abril de 1907 vamos encontra-lo como vogal do Conselho de Administração da Manutenção Militar e do Depósito Central de Fardamentos. Foi exonerado destas funções para ser nomeado, em novembro de 1907, diretor da Manutenção Militar, cargo do qual seria exonerado em junho de 1910, ano em que passaria à situação de reserva. À data em que é nomeado diretor da MM, era cavaleiro e oficial da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis (1895 e 1896, respetivamente). Em 1905, seria comendador da mesma ordem. Recebera a medalha de prata da classe de comportamento exemplar (1898) e a medalha de prata concedida ao Mérito, Filantropia e Generosidade. Enquanto esteve na Guarda Fiscal elaborou uma carta “*indicando os principais centros de contrabando, caminhos seguidos pelos contrabandistas e outras minucias de grande utilidade para o serviço fiscal*”, tendo sido louvado por este trabalho em 1888. *Arquivo Histórico Militar*, Projeto Germil, Processo PT/AHM/G/LM/A-02/0050, António José da Silva; «SILVA, António José da», in António José Pereira da Costa (coord.), *Os Generais do Exército Português*, vol. II, Lisboa, Biblioteca do Exército, entrada nº20-0301, pp. 593-594.

⁴¹² Correspondente ao ano económico de 1907-1908. Cf. *Relatório da direcção no anno económico de 1907-1908*, Lisboa, Typografia da Manutenção Militar, 1908, p.1. Veja-se a página 88, neste trabalho.

⁴¹³ Decreto, 30 setembro 1908, *Legislação Portuguesa*, 1908, pp.763-764.

poderia atingir, diariamente, 30 000 rações de pão alvo e de munição, podendo a produção ser elevada para 50 000 caso se revelasse necessário; uma fábrica de massas, mecânica, que podia produzir, em vinte e quatro horas, 4 a 5 toneladas de massas de 1ª e de 2ª qualidades⁴¹⁴.

Não obstante o mau ano agrícola que se registou no ano económico de 1907-1908, entraram na moagem 5902 toneladas de trigo, que deram origem, na sede, a um total de 4020,6 toneladas de pão e a 385 067 kg de massas⁴¹⁵. Antes de raiar o ano de 1910, o diretor António José da Silva parecia confiante em assegurar que a Manutenção Militar havia “*progredido muito na sua séde e com a realização d’alguns melhoramentos já projectados deve julgar-se apta a bem cumprir a sua missão*”⁴¹⁶.

Em 1910 terminava o primeiro plano de trabalhos da MM, e em junho, a direção do estabelecimento passou para as mãos do coronel de infantaria António Teixeira Júdice da Costa⁴¹⁷, que só viria a ser sucedido no cargo um ano depois, já em tempos republicanos.

⁴¹⁴ *Relatório da direcção no anno económico de 1907-1908*, Lisboa, Typografia da Manutenção Militar, 1908, p.2

⁴¹⁵ Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., pp. 456-460; *Relatório da direcção no anno económico de 1907-1908...*, pp. 6-12.

⁴¹⁶ *Relatório da direcção no anno económico de 1907-1908...*, p. 4.

⁴¹⁷ António Teixeira Júdice da Costa (1853-1916). Nascido em Lagoa, Faro, frequentou o curso da arma de infantaria. Em 1888, encontramo-lo como diretor interino da Escola Regimental. Também seria diretor desta na década de 1890 (1890-1893; 1893-1897; 1897-1898). Ascendeu na carreira militar até ao posto de General. No ano de 1906, era nomeado para “*representar o seu regimento na festa de casamento de Sua Magestade o Rei Affonso XIII de Hespanha*”. Em 1909, já coronel, seria nomeado vogal do Conselho de Administração da Manutenção Militar e do Depósito Central de Fardamentos. No ano seguinte, em junho de 1910, era nomeado diretor da Manutenção Militar (1910-1911). Ainda neste ano, mas já em tempos republicanos, seria nomeado vogal da comissão de reorganização do Exército, nomeada por decreto de 15 de outubro de 1910, e dissolvida em maio de 1911. Exonerado da direção da MM, seria chefe da 4ª repartição da 1ª Direcção Geral da Secretaria da Guerra, e nomeado, a 30 de junho de 1911, vogal do Conselho Administrativo da Secretaria da Guerra (1911-1912). À data em que assumira a direção da MM, tinha já recebido as seguintes condecorações: 1888, medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar; 1893, cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Avis. Oficial da mesma ordem em 1896, e comendador em 1906; também em 1906, agraciado com a cruz de 2ª classe da Ordem de Mérito Militar de Espanha. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 686-1724-1286, António Teixeira Júdice da Costa.

Capítulo III

Arranque em tempos republicanos (1910-1914)

3.1. A Manutenção Militar nos primeiros anos da República

Com a conclusão do primeiro plano de trabalhos ficariam instalados os principais edifícios fabris projetados. Superando os obstáculos que lhe foram sendo impostos, a Manutenção Militar instalar-se-ia completamente duas décadas passadas sobre a sua conceção, ganhando as condições necessárias para iniciar em pleno a sua atividade e dar resposta aos fins para os quais fora criada⁴¹⁸.

A implantação da Iª República abriria um novo capítulo no percurso do estabelecimento fabril do Exército Português. Entre 1911 e o final do ano de 1914, a Manutenção Militar conheceu importantes novidades e movimentos, que lograram, por um lado, consolidar a estrutura fabril já instalada, e, por outro, ampliá-la, com a instalação de outras fábricas e serviços. Na verdade, este grande impulso ficaria associado, para os seus contemporâneos, à República, e os passos dados nestes quatro anos marcariam o início de uma nova fase para a MM, que conheceria, até à década de 1930, alterações na sua estrutura e acção industrial, com a diversificação da sua produção, que a colocariam como um dos complexos industriais mais importantes do sector alimentar português.

Instalado no poder o Partido Republicano, as duas primeiras novidades que se registam em relação à Manutenção Militar, logo em 1911, são obra do Governo Provisório. Uma delas, o novo regulamento da MM, é indissociável da nova organização do Exército, sancionada pelo decreto de 25 de Maio de 1911, que operou alterações na organização militar do país e nas diferentes armas, uma das várias reformas que visavam imprimir ao Exército português “um papel reformador e regenerador da própria sociedade civil”⁴¹⁹. Através do novo regulamento, seria conferida autonomia administrativa à MM, mudança a reter. Na Câmara dos Deputados, esta autonomia viria a ser tida como benéfica para o Exército, e chegaria a servir como

⁴¹⁸ *Relatório da direcção do anno económico de 1907-1908*, Lisboa, Typografia da Manutenção Militar, 1908, p.4.

⁴¹⁹ «As Forças Armadas e a Guerra», in Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal: Da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p.448. Sobre as Reformas no Exército de 1911, veja-se *Ibidem*, pp.444-448.

referência, desejando-se que o Arsenal do Exército pudesse também ser dotado desta⁴²⁰. A outra alteração prendera-se com a direção do estabelecimento: a 9 de junho, foi nomeado diretor da MM o tenente-coronel do Serviço de Administração Militar Luís António Vasconcelos Dias.

Também neste ano de 1911, destacamos o facto de a Manutenção Militar ter sido chamada, como já o fora no passado, a tomar parte num estudo relacionado com o pão: na sessão de 21 de agosto da Assembleia Nacional Constituinte, um projeto de lei, enviado à comissão da Agricultura, propunha a nomeação de uma comissão para “*proceder ao estudo do pão económico, obtido pela mistura de farinhas dos tres cereaes panificáveis: trigo, centeio e milho*”. Aconselhava-se que fizessem parte desta comissão os engenheiros chefe e adjunto da Manutenção Militar, bem como o seu agrónomo. A comissão nomeada, que deveria estudar “*as dosagens mais convenientes da mistura das farinhas dos cereaes (...) tendo em vista o aspecto do pão, o seu gosto, poder nutritivo e o preço por que pode ser posto á venda*”, poderia recorrer, para desenvolver o seu trabalho, ao “*material e pessoal da Manutenção Militar*”.⁴²¹

O ano de 1911 ficou também marcado pela intenção de dar início ao fornecimento “de todos os géneros de alimentação às tropas”, fixado no Regulamento de 1907, mas que só então arrancaria, “ao entrar-se na nova fase administrativa”, sob a gerência da Vasconcelos Dias⁴²², ainda que de uma forma muito incipiente, como adiante veremos⁴²³.

Tendo em conta o que ficou exposto, a 20 de julho de 1912, um diploma vinha determinar que a Manutenção Militar compraria “*de preferência, directamente aos lavradores, produtores e fabricantes, ou às associações agrícolas e cooperativas de produção, os géneros e artigos que sejam de produção e fabrico nacional*”⁴²⁴. Pretendia-se, assim, dar os primeiros passos no sentido de substituir a compra por

⁴²⁰ *Diários da Câmara dos Deputados*, nº22, 28.12.1911, p.16; nº93, 18.04.1912, p.14; nº119, 25.05.1912, p.3.

⁴²¹ Bem como aos “*laboratórios de tecnologia agricola do Instituto Superior de Agronomia, geral de analyses chimico-fiscaes e do Instituto Central de Hygiene, com a autorização dos respectivos directores*”. Para todas estas ideias e citações, *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, nº56, 21.08.1911, p.5.

⁴²² Para estas citações, Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p.365.

⁴²³ Um relatório de outubro de 1911 dizia que a Manutenção ainda não estava habilitada a efetuar todos os fornecimentos necessários ao Exército – entenda-se, géneros para rancho -, embora se esperasse que estivesse em condições de concretizar, em breve, este serviço. À data da elaboração do referido relatório, cingia-se ao fornecimento do pão, das massas alimentícias e das forragens. Bruno Teixeira de Lencastre, *Manutenção Militar – Relatório sobre o seu funcionamento e produção*, 30 outubro 1911, 2ª folha.

⁴²⁴ *Ordem do Exército* nº8, 1ª série, 27 de julho de 1912, 1912, p. 269.

arrematação, por parte das várias unidades militares, num processo nem sempre fácil, como adiante veremos.

Neste ano de 1912 regista-se uma outra novidade importante no estabelecimento. Dado o redimensionamento da estrutura e da ação industrial do complexo fabril, a necessidade de mão-de-obra levaria o coronel Luís António de Vasconcelos Dias a admitir mulheres como operárias, preferencialmente a empregados civis do sexo masculino. As primeiras seriam admitidas a 30 e 31 de agosto de 1912⁴²⁵ e, a 25 de Setembro, seriam publicadas, em ordem de serviço do estabelecimento, as instruções provisórias para a admissão de operárias, que regulamentavam os salários, os horários e os uniformes, tanto das operárias como das mulheres empregadas no estabelecimento como telefonistas ou nos serviços da secretaria⁴²⁶. A admissão das operárias teria, à semelhança do que acontecia com os trabalhadores civis, carácter provisório, sendo colocadas, primeiramente, a título de experiência⁴²⁷. Nessas instruções afirmava-se que *“as empregadas que não forem muito asseidadas, as que mostrarem negligencia pelo serviço e as que não tiverem em consideração os interesses do Estado, bem como as que forem encontradas ausentes dos respectivos lugares, ou que por qualquer fôrma perturbem ou prejudiquem a execução dos serviços ou os interesses do Estado, e o bom nome do estabelecimento serão imediatamente despedidas.”*⁴²⁸

Admitidas preferencialmente aos trabalhadores civis, por Vasconcelos Dias considerar que a excessiva presença destes perturbaria o modo de vida militar⁴²⁹, a Manutenção Militar acolheria muitas das mulheres residentes na zona do Beato, enquadrando-as num quotidiano fabril pautado pela disciplina militar, a par dos militares e civis que trabalhavam no estabelecimento. No entanto, só em 1914 é que um decreto, de 8 de Agosto, acrescentava prescrições ao Regulamento da Manutenção Militar de 1911, relacionadas com as licenças de casamento e de maternidade das operárias: à semelhança do que estava determinado para as mulheres empregadas no Arsenal do Exército, as operárias casadas da Manutenção seriam *“dispensadas do*

⁴²⁵ No total de 38 operárias. *Ordens de Serviço da Manutenção Militar*, vol. 1912, Ordem nº208, 2 setembro 1912, 8º.

⁴²⁶ *Ordens de Serviço da Manutenção Militar*, volume de 1912, Ordem nº228, 25 setembro 1912, 14º.

⁴²⁷ *Idem.*

⁴²⁸ *Idem.*

⁴²⁹ Cf. Maria O'Neill, «O trabalho feminino – As mulheres na Manutenção Militar – Entrevista com o subdiretor do estabelecimento», *Intransigente*, nº1:135, 22 de Abril de 1914, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar: 1911-1920*, Lisboa, Tipografia da Manutenção Militar, 1921, terceira parte, p.22.

serviço durante o período de maternidade”, período esse que seria proposto pelo médico do estabelecimento, sendo que teriam direito “*ao abono por inteiro do seu jornal*” durante o tempo em que se encontrariam dispensadas⁴³⁰.

A 20 de Agosto 1913, uma circular publicava instruções relativas aos concursos para a arrematação de géneros para rancho, determinando que era exclusivo da Manutenção Militar o fornecimento, tanto dos géneros que fabricava, como dos legumes secos, café e arroz, pimenta e pimentão “*a todos os corpos e estabelecimentos militares*”. Os restantes géneros constituintes dos ranchos deveriam ser adquiridos através de arrematação, por parte dos conselhos administrativos das várias unidades e estabelecimentos militares⁴³¹.

Nestes anos voltava a ser abordado, desta vez no Senado, um assunto que havia surgido, pela primeira vez, ainda em tempos da Monarquia Constitucional: a questão da escrituração industrial/comercial da Manutenção Militar. Com a República, o estabelecimento terá deixado de ter esta escrituração, uma vez que, em Maio de 1913, estando na ordem do dia a discussão do orçamento das receitas para o ano económico de 1913-1914, o parecer da comissão do Orçamento defendia que a Manutenção, tal como outros estabelecimentos fabris do Estado destinados a servir o exército, deveriam ter “*uma escrita industrial que indicasse o custo por que saem os diversos artigos que produzem*”, podendo a sua receita “*figurar em quadros anexos ao Orçamento*”, ainda que a comissão reconhecesse que, se isto não acontecia, isto é, se as receitas destes estabelecimentos não surgiam no orçamento se devia ao facto de a receita destes estabelecimentos, como era o caso da Cordoaria Nacional, da Manutenção Militar ou do Arsenal da Marinha, não resultar em “moeda”, mas antes “*em objectos fabricados que representam o seu custo de produção e que o Estado teria de adquirir no mercado se não os mandasse fabricar*”⁴³².

Na sessão seguinte, o senador Tomás Cabreira⁴³³ reforçaria esta apreciação, sustentando que os estabelecimentos do Estado teriam de ter escrita industrial, à data

⁴³⁰ *Ordem do Exército*, nº19, 1ª série, 21 agosto 1914, 1914, pp.1205-1206

⁴³¹ Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p.509. Em novembro, uma outra circular vinha solicitar o “*rigoroso cumprimento*” do que era determinado pelo artigo 156º do Regulamento da Manutenção Militar (1911), que se prendia com a prestação regular de notas de consumo de géneros para rancho e forragens, por parte das várias unidades e estabelecimentos militares, à Manutenção Militar. *Ordem do Exército*, nº19, 1ª série, 15 de dezembro de 1913, 1913, p.937

⁴³² *Diário do Senado da República*, nº98, 12.05.1913, p.17

⁴³³ Tomás Cabreira (1865-1918). Formado em engenharia civil pela Escola do Exército, foi militar, professor na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, deputado e senador. Membro do Partido

“*adoptada em todos os países*”, com as suas contas de “*ganhos e perdas*” e de exploração, uma vez que só assim se poderia avaliar se estes estabelecimentos eram vantajosos para o Estado, rematando: “*Com que direito se vem pedir crédito para estes estabelecimentos, como por exemplo o da Cordoaria Nacional que se deseja melhorar, se não se sabe se este estabelecimento é útil ou não, se convirá mais recorrer ao mercado.*”⁴³⁴.

Relativamente ao enquadramento da Manutenção Militar enquanto moagem, não se deram alterações nestes anos de 1911 a 1914. O protecionismo cerealífero manteve-se, e o abastecimento da cidade de Lisboa em pão “dentro das malhas apertadas da legislação protecionista converteu-se no quebra-cabeças de praticamente todos os ministros da Agricultura durante o período republicano”⁴³⁵. A velha contenda entre os moageiros e a Lavoura continuou e não se deixou de recorrer, como até aí, à importação de trigo exótico, o que também se aplicou à MM⁴³⁶. Em 1914, seria debatida a questão cerealífera na Câmara dos Deputados, e a discussão tocava, a dado momento, assunto de sempre: a importação de trigo exótico por parte dos moageiros era prejudicial à Lavoura, e sairia reforçado o entendimento que o poder político, agora republicano, tinha de um organismo como a Manutenção Militar, não rompendo, nesse plano, com o que vinha da Monarquia. António Maria da Silva⁴³⁷ diria que a moagem e a panificação se encontravam unidas, constituindo isto “*um perigo, porque mais tarde esse trust há-*

Republicano Português (posteriormente Partido Democrático), foi também ministro das Finanças no ano de 1914 (9 de fevereiro a 23 de junho). A sua biografia pode ser lida em Ana Bela Nunes, «CABREIRA, Tomás António da Guarda (1865-1918)», in Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República 2013, pp. 481-483

⁴³⁴ *Diário do Senado da República*, nº99, 13.05.1913, p.16.

⁴³⁵ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Agricultura, Pecuária e Pescas», in Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal - Da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p.97.

⁴³⁶ *Ibidem*, p.97. Para além da proteção ao trigo nacional, em janeiro de 1913 debateu-se no Senado a necessidade de o Estado garantir, igualmente, a proteção do milho, limitando a importação de milho exótico e substituindo-o pelo milho açoreano. Neste contexto, propôs-se que a Manutenção Militar viesse a adquirir “*uma porção do milho açoreano para sustento do gado cavalar*”. António Maria da Silva – à data Ministro do Fomento – acedeu a esta proposta. Não obstante, no final do ano a Manutenção Militar foi autorizada a importar, para além de 6 000 000 quilogramas de trigo, 600 000 quilogramas de milho exótico. Cf. *Diário do Senado da República*, nº27, 17.01.1913, p.15; *Ordem do Exército*, nº19, 1ª série, 15 de dezembro 1913, 1913, p.902; *Ordem do Exército*, nº17, 1ª série, 12 Setembro 1913, 1913, p.800

⁴³⁷ António Maria da Silva (1872-1950). Formou-se em engenharia de minas pela Escola do Exército. Deputado, membro do Partido Republicano Português, tendo chegado a liderar o Partido Democrático. Foi várias vezes ministro durante a Iª República – Fomento, Trabalho e Previdência Social, Finanças, Interior - e assumiu interinamente as pastas da Guerra, Instrução Pública e Agricultura. Foi também chamado a formar governo, tendo-se tornado, nas palavras de Maria Inês Queiroz, no “governante que mais tempo ocupou a chefia do governo” durante o regime republicano. A sua biografia pode ser lida em Maria Inês Queiroz, «SILVA, António Maria da», in Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol.I, Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp. 823-825.

de pretender impor-se aos governos”, acrescentando que, quando ocupara o cargo de ministro do Fomento⁴³⁸, chamara “a atenção do Governo para a necessidade de dotar a Manutenção Militar com os elementos necessários para fornecer pão aos consumidores, quando fôsse preciso”, defendendo que não se poderia considerar que esse dinheiro fosse “perdido”, uma vez que “pensando-se no problema da defesa militar, será necessário dotar a Manutenção Militar com os meios de fornecer pão a todo o exército.”⁴³⁹

3.2. 1911: ano-chave para a Manutenção Militar

3.2.1. Um novo regulamento

Uma atualização do regulamento de 1907 tornou-se necessária devido às alterações operadas pelo decreto de 25 de maio de 1911. Além disso, foram incumbidos à MM novos serviços, “entre eles o de fornecimento de géneros às unidades”, importante alteração que reclamava, naturalmente, a formulação de disposições que regulamentassem estes encargos⁴⁴⁰.

O novo regulamento, datado de 19 de agosto de 1911, não veio alterar, no essencial, os pressupostos do estabelecimento no que dizia respeito aos seus fins, cargos e respetivas atribuições, tal como ficaram definidos no primeiro documento regulamentar da MM. No entanto, as modificações que se deram, ainda que poucas, são dignas de nota pela importância de que se revestem.

Começamos por evidenciar a já referida autonomia administrativa que lhe é concedida. A administração do estabelecimento, recorde-se, encontrava-se sob a tutela do Conselho de Administração da Manutenção Militar e Depósito Central de Fardamentos. A partir de 1911, este patamar intermédio é eliminado, e o antigo conselho administrativo passa a conselho gerente, competindo-lhe adquirir, comprar, verificar as matérias-primas e os géneros necessários a compor o alimento do soldado,

⁴³⁸ 9 de janeiro de 1913 a 9 de fevereiro de 1914.

⁴³⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, nº112, 03.06.1914, p.22. Sobre a questão cerealífera e a indústria de moagem na Iª República, veja-se Ana Paula Pires, *A Indústria de moagem de cereais...*, pp.67-79.

⁴⁴⁰ *Regulamento da Manutenção Militar de 1911*, in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p.467.

quando até aí tudo tinha de passar, em forma de proposta, pelo Conselho de Administração⁴⁴¹. O diretor, por seu turno, tratava agora diretamente com o ministro da Guerra, de quem receberia todas as ordens⁴⁴².

A reorganização do Exército de Maio de 1911 criou as condições para “*fazer convergir para a Manutenção Militar todo o fornecimento dos géneros alimentícios para o exército*”⁴⁴³. Para além de outros produtos que a MM passaria agora transformar – conservas alimentares, café, e outros que, não estando contemplados no regulamento, se somariam a estes nos anos seguintes⁴⁴⁴ – competia-lhe, finalmente, o fornecimento dos géneros para o rancho dos soldados. Passavam então a ser contempladas as seguintes instalações fabris: fábrica de moagem⁴⁴⁵, fábrica de pão, fábrica de massas e de bolacha, fábrica de conservas alimentares, fábrica de bolo alimentar para solípedes, fábrica de moagem e torrefação de café⁴⁴⁶.

Era concedida uma outra autonomia, desta vez para os chefes de divisão: antes obrigados a responder perante o engenheiro chefe de exploração, cada chefe tem agora

⁴⁴¹ O conselho gerente manteria as antigas funções, associando à referida autonomia, e seria composto pelo diretor, como presidente, pelo subdiretor – que substituí o antigo cargo de chefe de exploração – e pelo tesoureiro, que serviriam de vogais, e por um oficial adjunto, nomeado por proposta do subdiretor, para servir de secretário. *Regulamento da Manutenção Militar de 1911*, in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., artigos 36º e 93º, pp.476 e 493.

⁴⁴² *Idem*, in *Ibidem*, artigo 33º, § 13º, p. 474.

⁴⁴³ Oldemiro Cesar, «A iniciativa do Estado – Uma visita á Manutenção Militar», *O Mundo*, 24 e 25 de novembro de 1912, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar...*, terceira parte, p.8.

⁴⁴⁴ Como adiante veremos. No entanto, o regulamento deixava já em aberto a ideia de que a MM passaria a compreender unidades destinadas ao fabrico de sopa condensada, bem como para a compressão de café e açúcar, componentes da ração de reserva. *Regulamento da Manutenção Militar de 1911*, in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., artigo 127º, p.499. Além disso, parece que continuava por instalar o fabrico de bolacha: se, no regulamento de 1907, se dizia que “*a manutenção militar completará as instalações necessarias para o fabrico de bolacha de embarque e procederá a estudos sobre a fabricação do pão de guerra*” (artigo 130º, p. 222), o Regulamento de 1911 declarava, no seu artigo 124º, que “*A Manutenção Militar completará as instalações necessárias para o fabrico de bolacha e do pão de guerra*”, dando a entender que este serviço ainda não estava instalado e em funcionamento. Cf. *Idem*, in *Ibidem*, artigo 124º, p.498.

⁴⁴⁵ Em alguns dos relatórios de gerência encontramos a referência a uma “moagem velha” e a uma “moagem nova”. Encontramos o esclarecimento num relatório de 1911: A MM possuía duas séries de moinhos, a primeira com uma capacidade para uma produção máxima de 20 000 kg de trigo mole e de 18 000 kg de trigo rijo. Mas, por norma, funcionava a chamada “nova”, a segunda série, que, à data do relatório, moía uma média diária de 30 000 kg de trigo, produzindo 23 400 kg de farinha. Tinha, no entanto, capacidade para uma produção máxima de 90 000 kg de trigo mole e 78 000 kg de trigo rijo, podendo, assim, produzir um total de 131 040 kg de farinha. Cf. Bruno Teixeira de Lencastre, *Manutenção Militar – Relatório sobre o seu funcionamento e produção*, 30 outubro 1911, 7ª-8ª folhas. Curiosamente, numa outra fonte, esta de 1914, resultado de uma visita dos aprendizes da Imprensa Nacional à Manutenção Militar, vamos encontrar uma referência ao facto de existir na fábrica de moagem um sistema “*de antigos moinhos de cilindros em pedra, que já não existem e que foram retirados naturalmente para dar lugar aos modernos*”. Cf. Joaquim Gomes Pinto, *Relatório da visita à Manutenção Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914, p.8. O relatório é datado de 21 de fevereiro de 1914.

⁴⁴⁶ *Regulamento da Manutenção Militar de 1911*, in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., artigos 64º a 69º, pp.483-487.

a responsabilidade de superintender as respectivas divisões, passando a tratar, diretamente, com o conselho gerente do estabelecimento. Quando o assunto fosse o pessoal necessário para o serviço, os chefes de divisão recorreriam ao subdiretor⁴⁴⁷. Se é certo que a superintendência do conjunto – serviço de exploração das fábricas e fornecimentos – continuava a ser uma das competências do diretor, a chefia da exploração dos diferentes serviços do estabelecimento via-se, assim, descentralizada⁴⁴⁸.

Os restantes serviços da Manutenção Militar passavam agora a estar compreendidos numa nova secção, denominada “serviços fabris auxiliares”⁴⁴⁹. Por fim, mantinha-se o serviço do laboratório, que compreendia os mesmos serviços que, pelo Regulamento de 1907, eram desempenhados pela *secção de análises e fiscalização fabril*⁴⁵⁰. A MM passava a ter, também, um serviço de incêndios, encargo de um bombeiro municipal instrutor⁴⁵¹, e um serviço veterinário, a par do serviço médico⁴⁵². Tudo o resto se mantinha.

No que diz respeito ao pessoal da Manutenção Militar, registou-se uma importante alteração ao nível do pessoal superior: este passava a ser constituído por oficiais do Serviço de Administração Militar. O pessoal subalterno, por seu turno, aumenta, acompanhando o crescimento dos serviços a desempenhar no estabelecimento⁴⁵³. Mantinham-se as premissas relacionadas com a contratação e emprego de pessoal subalterno⁴⁵⁴. Para a sua instrução, a MM teria uma escola destinada a ministrar “*um curso de instrução elementar e um curso de habilitação para*

⁴⁴⁷ *Idem*, artigos 65º, 67º e 69º, pp.484-487.

⁴⁴⁸ *Idem*, artigo 53º, pp. 479-480.

⁴⁴⁹ As oficinas de serralheiro e de ferreiro, de carpinteiro, bem como as instalações fornecedoras de energia, que envolviam os motores, os geradores e os aparelhos elétricos. Esta secção estaria sob a direcção de um engenheiro-maquinista. *Idem*, artigo 54º, p.480

⁴⁵⁰ *Idem*, artigos 84º, 85º e 106º, pp.491 e 495. Veja-se o que ficou dito nas páginas 89-90, neste trabalho.

⁴⁵¹ *Idem*, artigo 182º, p.506.

⁴⁵² Estes serviços seriam desempenhados, respetivamente, pelo veterinário e pelo médico do 1º grupo de tropas da Administração Militar. *Idem*, artigo 180º, p.506.

⁴⁵³ Importa não esquecer que até a esta data tínhamos tido um diretor da arma de cavalaria, dois da arma de engenharia e três da arma de infantaria. Isto mudaria com este regulamento, e Vasconcelos Dias seria o primeiro oficial do Serviço de Administração Militar.

⁴⁵⁴ Os operários e os serventes seriam “*empregados em número estritamente indispensável para satisfazer as necessidades do serviço*”, podendo este número ser, provisoriamente, aumentado ou diminuído. *Regulamento da Manutenção Militar de 1911*, in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., artigos 18º e 19º, p.472. O mesmo se aplicava ao número de padeiros, condutores de moagem e forneiros. Cf. *Idem*, artigo 15º, p.472. Quanto ao pessoal civil, desaparecia do regulamento a baliza de um mês para aferir o desempenho do indivíduo, dizendo-se, apenas, que a contratação “*era provisória*”. Cf. *Idem*, artigo 8º, p.470.

primeiros-cabos”, que seria “*regida por um dos oficiais adjuntos*”, sendo os cursos de matrícula obrigatória⁴⁵⁵.

3.2.2. “Ao serviço da Pátria, da República”: Vasconcelos Dias, o diretor republicano

Dizia o diretor da Manutenção Militar, ao jornal *O Século*, em 1913: “*julgo que a boa alimentação do soldado, sobre ser uma condição indispensável de um bom regimen democrático, é ainda uma garantia da nossa defesa nacional. O que faz os bons exércitos são os bons soldados, e soldados mal alimentados nunca foram bons.*”⁴⁵⁶. Era esta a visão de Vasconcelos Dias a propósito da importância da alimentação do soldado, apreciação que tivera várias oportunidades de deixar clara nos diversos artigos que escrevera para a *Revista de Administração Militar* e para a *Revista Militar*: nesta imprensa dedicara-se às temáticas das padarias, dos fornos e cozinhas de campanha, do serviço de subsistências, demonstrando sempre preocupação com os serviços administrativos do exército⁴⁵⁷, cuja boa organização considerava fundamental para garantir a existência de “*um exército regularmente constituído*”⁴⁵⁸.

⁴⁵⁵ *Idem*, artigo 190º, p.507. Desapareciam, no entanto, as disposições relativas à instrução relacionada com as padarias de campanha, para as quais sabemos que foi adquirido algum material pelo relatório de gerência de 1907-1908. *Relatório da direcção no anno económico de 1907-1908*, Lisboa, Typografia da Manutenção Militar, 1908, p.2. Veja-se o que ficou dito na página 90 deste trabalho.

⁴⁵⁶ «A Alimentação no exercito – O novo sistema de fornecimento tem despertado duas correntes opostas», *O Seculo*, nº 11:163, 9 de janeiro de 1913, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar: 1911-1910*, Lisboa, Tipografia da Manutenção Militar, 1921, p.13.

⁴⁵⁷ Veja-se, a título de exemplo, na *Revista de Administração Militar*, os seguintes artigos, entre outros, da sua autoria: «Material de subsistências em campanha», vol. I, nº5, Maio de 1902, pp. 149-152 e nº6, Maio de 1902 pp.190-195 e a continuação destes artigos em vol. II, nº13, Janeiro de 1903, pp.437-441 (em conjunto com Henrique Lima); «Insistindo», vol. I, nº6, Maio 1902, pp.182-184; «Importancia dos serviços administrativos dos exércitos modernos», vol. II, nº14, Fevereiro de 1903, pp. 458-465; «A batata», vol. III, nº8, Agosto de 1904, pp. 203-208, continuando em: nº9, Setembro 1904, pp. 227-232; nº34, Outubro, pp. 267-269; nº35, Novembro de 1904, pp.290-296 e nº36, Dezembro de 1904, pp. 327-329. E, na *Revista Militar*: «Apontamentos para a elaboração de um projecto de organização dos serviços administrativos do Exército», nº59, 1907, p. 47; «Serviço de subsistências: as cozinhas rodadas», 1908, nº4, pp. 227, nº5, p.322, nº6, p.389, nº7, p.439 e nº9, p.631; «O forno rodado Manfred Weiss», 1909, nº11, p.969; «As cozinhas de montanha Manfred Weiss m/909», 1910, nº2, p.121. Estes dois últimos artigos redundaram nas seguintes publicações, separatas da *Revista Militar* (Ano LXI, nº10, outubro de 1909 e nº11, novembro de 1919, respetivamente): Tenente-coronel Vasconcelos Dias, *Cozinhas de Campanha Manfred Weins*, Lisboa, Typographia Universal, 1911; *Idem*, *O forno rodado Manfred Weiss*, Lisboa, Typographia Universal, 1911.

⁴⁵⁸ Vasconcelos Dias, «Importancia dos serviços administrativos dos exércitos modernos», in *Revista de Administração Militar*, vol.II, nº14, Fevereiro de 1903, p. 465.

O conhecimento que detinha a respeito desta problemática, e a energia com que o demonstrava nesses artigos – e noutros trabalhos que publicara “*em volume separado, quer em revista e jornaes da especialidade, alguns dos quaes traduzidos*”⁴⁵⁹ - tornam, aos nossos olhos, a sua nomeação para diretor de um estabelecimento como a Manutenção Militar, para não dizer óbvia, natural. O seu nome, a par do de Joaquim Renato Baptista, são de referência obrigatória quando se fala da Manutenção Militar de Lisboa.

Nascido a 19 de maio de 1866, em Coimbra, Luís António de Vasconcelos Dias alistar-se-ia como voluntário no regimento de Cavalaria nº2, mas em 1885 encontramo-lo como alferes para a Administração Militar. Em 1895, seria promovido a capitão no corpo de oficiais da Administração Militar. A sua ligação à MM começa logo em 1907, como secretário do Conselho de Administração da Manutenção Militar e Depósito Central de Fardamentos. Ocuparia também o lugar de vogal na comissão de aperfeiçoamento do serviço de Administração Militar. Ainda neste ano, seria promovido a major, e em 1909 a tenente-coronel.

Membro do Partido Republicano⁴⁶⁰, o novo regime trataria de contar com os seus conhecimentos: a 17 de outubro de 1910 seria nomeado para fazer parte da comissão de reorganização do Exército, que se efetivaria, como tivemos oportunidade de ver, a 25 de maio de 1911. No fim do ano seria designado vogal de uma outra comissão, esta destinada a propor modelos de padarias e cozinhas de campanha.

Enfim, em junho de 1911 sucedia a António Teixeira Júdice da Costa na direção da Manutenção Militar de Lisboa. Tornava-se, então, no primeiro dos diretores a assumir o cargo enquanto tenente-coronel, só vindo a ser promovido a coronel em 1917. Também nesse mês de junho de 1911, seria nomeado diretor da escola preparatória dos oficiais da Administração Militar, e ainda diretor do parque de Administração Militar.

Em outubro de 1914, começada já a Grande Guerra, integraria uma comissão encarregada de estudar o transporte individual de rações de víveres de reserva⁴⁶¹. Com este currículo, não é de estranhar que tenha sido, um ano mais tarde, nomeado para fazer

⁴⁵⁹ Minuta de 21 de março de 1913, ao inspetor geral dos serviços administrativos do Exército, no processo individual de Vasconcelos Dias. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 2108, Luís António de Vasconcelos Dias.

⁴⁶⁰ Parecer nº39, 9 de abril de 1919, no processo individual de Vasconcelos Dias. *Idem*. Veja-se a figura 3, nos anexos deste trabalho.

⁴⁶¹ Nota de 10 de outubro de 1914, do subchefe do Estado Maior do Exército, no processo individual. *Idem*.

parte a Comissão de Subsistências, em 1915⁴⁶². Neste ano, em novembro, assumiria, ainda, o cargo de diretor interino do Depósito Central de Fardamentos, em acumulação com a direção da Manutenção Militar⁴⁶³.

Luís António de Vasconcelos Dias poderia ter sido diretor da Manutenção Militar por uma década completa, não fosse ter sido afastado do cargo pelo Sidonismo, em janeiro de 1918⁴⁶⁴. Em março de 1919 tornaria a ser nomeado diretor do estabelecimento⁴⁶⁵. Quando regressado ao comando da Manutenção Militar, seria feita uma sessão solene para festejar a sua reintegração “*no seu posto de honra*”, noticiada por vários jornais da capital. Num discurso professado na referida sessão abordar-se-iam “*as perseguições de que o sr. Vasconcelos Dias foi vítima, por parte do dezembrismo*”⁴⁶⁶, alegações que teriam sido confirmadas⁴⁶⁷.

O seu percurso na Manutenção Militar terminou em 1920. Nesse ano faria ainda parte de uma comissão “*encarregada de inquirir da situação económica das indústrias de moagem e panificação*”⁴⁶⁸. Só viria, no entanto, a deixar a direção da MM em

⁴⁶² Nota do Ministério do Fomento, de 16 de janeiro de 1915, no processo individual. Foi também presidente da secção de subsistências públicas em 1915, 1916 e 1917. Cf. Nota de 26 de abril de 1920, de Luís António de Vasconcelos Dias ao Diretor Geral do Comércio Agrícola, também no seu processo. *Idem*.

⁴⁶³ Nota de 16 de novembro de 1915, da inspeção geral dos serviços administrativos do Exército, no processo individual. *Idem*.

⁴⁶⁴ Seria exonerado pela Ordem do Exército nº18, de 20 de dezembro de 1917. Cf. Parecer nº39, 9 abril 1919, e Nota de 19 de dezembro de 1917, da Secretaria da Guerra, no processo individual. *Idem*.

⁴⁶⁵ Nota da secretaria da Guerra, de 23 de julho de 1919, no processo individual. *Idem*.

⁴⁶⁶ «Na Manutenção Militar – A sessão solemne pela reintegração do tenente-coronel Sr. Vasconcelos Dias», *A Manhã*, nº 745, 21 abril 1919, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar...*, terceira parte, p.82. O cabeçalho dizia “tenente-coronel”, mas pelo processo individual verificamos que fora promovido por decreto de 10 de setembro de 1917, publicado na *Ordem do Exército* nº13, 2ª série, 17 Setembro 1917. Vejam-se os vários recortes de jornal que se encontram reunidos na sua monografia, já citada nesta nota, sobre a sua reintegração, pp.80-87.

⁴⁶⁷ Vasconcelos Dias requereria, alegando ter sido exonerado “*pelo simples facto de ser membro do Partido Republicano Portuguez*”, que lhe fosse “*abonada a gratificação de exercício e a renda de casa a que pelo seu posto*” tinha direito durante o tempo em que se encontrou exonerado, confirmando-se estas alegações, de que foram “*motivos políticos*” a causa do seu afastamento da direção da Manutenção Militar. Parecer nº39, 9 abril 1919, no processo individual. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 2108, Luís António de Vasconcelos Dias

⁴⁶⁸ Situação que não seria pacífica para Vasconcelos Dias, que chegaria a solicitar o seu afastamento da direção do estabelecimento, alegando a possibilidade de existir um conflito de interesses, por considerar que a sua presença nessa comissão poderia interferir no processo de inquérito às fábricas de moagens, do qual a Manutenção Militar também seria alvo. Vejam-se as várias notas soltas do Ministério da Agricultura, da Manutenção Militar e da Direcção Geral da Secretaria da Guerra, que se encontram numa pasta no interior do seu processo individual. *Idem*.

virtude de ter sido nomeado secretário dos Negócios do Comércio, Indústria e Agricultura da província de Angola, em novembro de 1920⁴⁶⁹.

Ao longo do seu percurso militar e profissional, Vasconcelos Dias foi significativamente condecorado⁴⁷⁰ e louvado pelo trabalho, empenho, competência e conhecimento colocados nos vários projetos em que esteve envolvido⁴⁷¹. Destacamos o louvor que lhe foi concedido, por portaria de 24 de janeiro do 1914, a propósito da Manutenção Militar:

*“Tendo em muita consideração e aprêço os enormes progressos realizados nas instalações e serviços da Manutenção Militar nos últimos dois anos durante a gerência do actual director, o tenente-coronel do Serviço de Administração Militar Luís António de Vasconcelos Dias, e bem assim a excelente orientação que o mesmo oficial tem imprimido a tudo quanto respeita à educação das praças e restante pessoal que ali serve sob as suas ordens, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, louvar o referido oficial pela inteligente actividade e zelosa competência de que tem dado sobejas provas na direcção da Manutenção Militar, estabelecimento que hoje faz honra ao exército e ao país”*⁴⁷².

Aos anos de direção de Luís António de Vasconcelos Dias ficaria associado o significativo impulso que a Manutenção Militar conheceu nestes anos, como se atesta na bibliografia existente a respeito deste estabelecimento do Exército português. O facto tornara-se perceptível também aos olhos dos seus contemporâneos: nos vários artigos da imprensa da época, que noticiam eventos, visitas e entrevistas relativos à Manutenção Militar, é sempre feita referência à energia, dinamismo, dedicação e amabilidade de

⁴⁶⁹ Nota do Ministério da Guerra, de 8 de novembro de 1920, no processo individual. Faleceu em junho de 1924, estando já na reserva por ter sido julgado incapaz do serviço ativo pela Junta Hospitalar de Inspeção. *Idem*.

⁴⁷⁰ Em 1900, cavaleiro da Real Ordem de S. Bento de Avis, e medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar. Em 1905, oficial da Real Ordem de S. Bento de Avis por serviços distintos. Em 1917, medalha militar de ouro da classe de comportamento exemplar. No ano de 1919 seria várias vezes condecorado: com o grau de comendador da Ordem Militar de Avis, com o grau de comendador da Ordem de Cristo e também da Ordem de S. Tiago de Espada. Receberia, ainda, a medalha de prata da classe de bons serviços. Nos anos de 1920 e de 1920, medalha de ouro da classe de bons serviços e grande oficial da Ordem Militar de Avis, respetivamente. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 2108, Luís António de Vasconcelos Dias.

⁴⁷¹ Encontramos cerca de uma dezena de louvores no seu processo individual. *Idem*.

⁴⁷² *Ordem do Exército*, nº2, 2ª série, 7 fevereiro 1914, 1914, p.37.

Vasconcelos Dias⁴⁷³. Nos capítulos que se seguem procuraremos abordar o impulso que a Manutenção Militar conheceu entre 1911 e 1914, sob a sua direção.

3.2.3. Da teoria à prática: o “valor da Manutenção” na greve dos manipuladores de pão de 1911

A rutura entre a República e o mundo do trabalho, materializada na acesa vaga grevista dos anos de 1911-1912⁴⁷⁴, trataria de demonstrar a influência que o estabelecimento fabril do Exército e o “*pão do Estado*” poderiam ter no controlo da instabilidade social. Entre as cerca de 42 greves registadas no ano de 1911⁴⁷⁵, conta-se a dos manipuladores de pão, decorrida em Lisboa, em novembro desse ano. Esta greve reveste-se de particular importância para a nossa análise uma vez que constitui um primeiro momento no qual o governo teve oportunidade de testar a influência da Manutenção Militar no plano civil, enquanto dissuasor, num contexto de paralisação dos ramos de atividade ligados ao fornecimento do pão.

Nos dias 20 e 21 de novembro de 1911, a greve dos manipuladores de pão ameaçara privar a capital “*do seu principal alimento*”. A solução para debelar a iniciativa passava, pois, por abastecer a cidade de Lisboa, esforço bem-sucedido e que acabou por desarticular a greve sem que a população urbana sentisse o seu impacto. O pão, que, como nos informa o periódico *O Seculo*, também chegou do Porto e “*das padarias das terras limítrofes*”, foi em grande parte fabricado pela Manutenção Militar de Lisboa, bem como conduzido para as várias padarias pelas suas próprias viaturas⁴⁷⁶.

⁴⁷³ Vejam-se os vários recortes de jornal que se encontram na obra de Luís António de Vasconcelos Dias, na terceira parte, intitulada “Apreciações de Imprensa”. Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar: 1911-1910*, Lisboa, Tipografia da Manutenção Militar, 1921.

⁴⁷⁴ Maria Alice Samara, «A questão social: à espera da “Nova Aurora”», in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República*, Lisboa, Tinta da China, 2010, p.157.

⁴⁷⁵ A.H. de Oliveira Marques e Luís Nuno Rodrigues, «A Sociedade e as Instituições Sociais», in Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal: Da Monarquia à República*, quadros VIII e IX das pp. 222-223.

⁴⁷⁶ O mesmo periódico faria a cobertura da greve e da azáfama que se dera no estabelecimento do Exército nestes dias, com todo o serviço a ser canalizado para dar resposta à falta de pão, e com a própria Manutenção a colocá-lo à venda para o público. Para todas estas citações e informações, vejam-se os recortes «Os manipuladores de pão – Lisboa nada sofre com a greve», *O Seculo*, nº 10:757, 21 de novembro de 1911; e «A greve através da cidade – Na Manutenção Militar», *O Seculo*, 10:757, 21 de novembro de 1911, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar...*, terceira parte, pp.3-6.

No rescaldo, Vasconcelos Dias, cuja “hábil direcção” fora apontada como a justificação para o comportamento exemplar que a Manutenção demonstrara nesta ocasião⁴⁷⁷, forneceria alguns dados à imprensa que elucidavam sobre o trabalho feito na MM: o diretor confirmava que tinham sido ativados, para além dos fornos fixos, cinco fornos de campanha, e apresentava os números, 50 000 pães de quilo em 24 horas, estando incluído nesta contagem o consumo dos quartéis de Lisboa. O tenente-coronel informava ainda que, para alcançar estes resultados não tinha sido necessário recorrer a novo pessoal, canalizando-se o existente, que trabalhava noutros serviços, para o fabrico do pão. Quando questionado sobre se o pessoal do estabelecimento se encontrava habilitado “a fazer face às greves das padarias”, o diretor diria que, embora não pudesse afirmá-lo com certeza absoluta, acreditava que com “certos melhoramentos” que permitissem o aumento do fabrico, que o estabelecimento poderia dar resposta a estas situações “sem muita dificuldade”⁴⁷⁸.

O contributo da Manutenção, que ajudara a desarticular a greve, torna-se, assim, demonstrativo do alcance que o estabelecimento do Estado poderia ter em situações deste cariz. Dizia Vasconcelos Dias, no relatório de gerência do ano económico de 1911-1912: “porque ia ferir os interesses do publico, n’um dos pontos mais importantes da sua vida económica, resultou para os grevistas um fracasso, e forneceu ao governo ensejo magnífico para conhecer o valor da Manutenção, sob o ponto de vista da influencia, que pode ter na solução de qualquer conflito de análoga natureza”⁴⁷⁹.

E o diretor corroborava esta afirmação com as apreciações que a imprensa da capital fizera a propósito do pão da Manutenção. Dizia *O Século*: “como a nota mais interessante do caso, fica o facto de muita gente, se não toda, encontrar-se quase penalizada de que o conflito venha a ficar ôje solucionado, desde que se averiguou que o pão fornecido pela Manutenção Militar é, não só de peso legal, como saborosíssimo, claro e de excelente aspecto (...)”⁴⁸⁰. Por sua vez, *A República* reiterava a ideia do periódico anterior: “...E o mais curioso do caso é que o publico acaba por rejubilar com a grêve. E rejubila por esta rasão simples: o pão que ela adquire nos quartéis,

⁴⁷⁷ «A greve atravez da cidade – Na Manutenção Militar», *O Seculo*, 10:757, 21 de novembro de 1911, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar...*, terceira parte, pp.3-4.

⁴⁷⁸ «Na Manutenção Militar – Todo o serviço deste estabelecimento está montado com grande método e ordem», *O Seculo*, nº 10:758, 22 de novembro de 1911, in *Ibidem*, pp. 5-7.

⁴⁷⁹ *Relatório da Gerencia do ano de 1911-1912*, Lisboa, Typografia da Manutenção Militar, 1912, p.13.

⁴⁸⁰ «Do Século – nº 10: 757 de 21 de novembro de 1911:», in *Relatório da Gerencia do ano de 1911-1912...*, p.13. Podemos ler este artigo na íntegra na obra de Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar...*, terceira parte, p.3.

fabricado na Manutenção Militar, mete n'um chinelo, não só em quantidade mas também em qualidade, o pão (...) que até agora lhe tem sido fornecido ao domicilio pelo homem do cabaz”⁴⁸¹.

Nesse mesmo relatório, Vasconcelos Dias diria, desta vez a propósito da tentativa de greve geral de fevereiro de 1912, que pelo facto de esta ter resultado “*num fiasco*”, não se proporcionou a oportunidade para “*dar a conhecer ao publico o valor da Manutenção para a solução de um conflito de tal natureza*”, não só relativamente ao fornecimento de pão, mas também “*ao de farinhas, maças alimentares, legumes e outros produtos empregados na alimentação*”⁴⁸². Ainda neste mês de fevereiro, perante os grandes temporais deste ano, o Governo recorreria à MM para fornecer as populações ribeirinhas que se viram mais prejudicadas com as inundações⁴⁸³.

3.3. “A honra da República”: a caminho do complexo industrial

A 3 de Janeiro de 1914, Afonso Costa, enquanto Presidente do Ministério e Ministro das Finanças, deixava a seguinte opinião no *Livro dos Visitantes da Manutenção Militar*: “*Graças á Republica e ao seu delegado nêste estabelecimento, o illustre Tenente Coronel Vasconcelos Dias, a Manutenção Militar faz honra ao Estado e ao Exército Português. Com este admiravel instrumento de trabalho, fás-se ao mesmo tempo excelente administração e acertada educação cívica.*”. E prometia: “*O governo cumprirá o dever de chamar a atenção do Parlamento para a necessidade de facilitar a expansão deste serviço*”⁴⁸⁴.

No período que medeia entre 1911 e 1914 lançaram-se, sob a direcção do dinâmico tenente-coronel Vasconcelos Dias, as primeiras bases que, associadas a outras, firmadas nos anos seguintes, tornariam a Manutenção Militar num verdadeiro complexo

⁴⁸¹ «Da República – nº308 de 21 de novembro de 1911:», in *Relatório da Gerencia do ano de 1911-1912...*, pp.13-14.

⁴⁸² *Relatório da Gerencia do ano de 1911-1912...*, p.14.

⁴⁸³ *Relatório da Gerencia do ano de 1911-1912...*, p.15.

⁴⁸⁴ *Relatório de Gerência do ano economico de 1913-1914...*, p.66. Os registos do *Livro de Visitantes* para o período de 1912 a 1915 podem ser encontrados nos relatórios de gerência do estabelecimento de 1913-1914 e de 1914-1915, bem como na já citada monografia de Vasconcelos Dias - *A Manutenção Militar: 1911-1920* -, na segunda parte, contando-se entre eles as apreciações de várias figuras de Estado, a começar pela de Manuel de Arriaga.

industrial. Nestes anos, o estabelecimento veria ampliadas as suas instalações, e seria dotado da maquinaria e das condições indispensáveis para a diversificação da sua produção⁴⁸⁵. Finda a administração de Vasconcelos Dias, ficavam registados para a posteridade “*o seu tacto administrativo, intelligencia, actividade e energia*”, que transformaram “*esse estabelecimento sob a sua direcção no importante organismo de produção e distribuição que muito honra o pais e o exército*”, dotando-o “*com um conjunto de instalações fabris, pecuniárias e de depósitos, além de outras, avaliadas em alguns milhares de contos as quais representam valiosíssimos elementos de pesquisa, à disposição do Estado, de incontestável e importante utilidade*”⁴⁸⁶

As crescentes exigências do serviço começavam a colocar à vista os limites das instalações⁴⁸⁷. Perante este cenário, a administração do estabelecimento conduziria, durante estes quatro anos, obras, aquisições e modificações. Os trabalhos registam-se logo a partir de 1911, já com algumas preocupações ao nível da insuficiência da força motriz, que começava a não dar resposta às necessidades de um estabelecimento que se via a expandir. No ano económico de 1911-1912, a energia eléctrica começara a substituir a iluminação a gás nos quarteis e noutros serviços do estabelecimento, “*ainda que imperfeitamente (...) alargando-se (...) a todas as dependencias e edificios*”⁴⁸⁸. Construíram-se silos para trigo, ainda que insuficientes para se tirar a vantagem desejada do armazenamento do cereal, como adiante veremos.

Foi também neste ano económico que se começaram a instalar alguns dos serviços que já se sabiam projetados e outros que surgiam agora contemplados no Regulamento de 1911: adquire-se uma máquina para o fabrico de bolacha, maquinaria para desenvolver a fábrica de pão, uma instalação completa para o fabrico de bolo alimentar para solípedes, bem como uma instalação completa para torrefação e moagem de café⁴⁸⁹. Seriam ainda montadas as oficinas de caixoteiro, serralheiro e carpinteiro. Neste ano, começa a tornar-se urgente intervir na fábrica de massas, que já não estava a dar resposta às necessidades de consumo. A Manutenção adquiria, ainda, um barco a

⁴⁸⁵ *Exposição Internacional do Rio de Janeiro: Secção Portuguesa, Livro de Ouro e Catálogo Oficial*, Rio de Janeiro, Comissariado Geral do Governo, 1922, 3ª página.

⁴⁸⁶ Louvor no processo individual de Vasconcelos Dias. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 2108, Luís António de Vasconcelos Dias.

⁴⁸⁷ *Relatório da Gerencia do ano de 1911-1912...*, p.8.

⁴⁸⁸ *Idem*, p.6.

⁴⁸⁹ Os fornecimentos de café, por parte da MM, “às unidades da guarnição de Lisboa e Campo Entrincheirado”, começam a 1 de dezembro de 1911. *Relatório da Gerencia do ano de 1911-1912...*, p.49.

vapor, destinado ao transporte de pão, géneros para rancho e forragens: para fazer o transporte entre a sede e a guarnição de Belém e do Campo Entrincheirado, bem como entre o estabelecimento e a estação do Barreiro, e ainda, se necessário, entre a sede e os navios surtos no Tejo. Podia ainda vir a servir para efetuar o transporte de géneros que se viessem a comprar nas povoações ribeirinhas, ou para transportar carvão, comprado no mercado de Lisboa⁴⁹⁰.

Os depósitos existentes em Belém que, recorde-se, faziam parte da Manutenção Militar⁴⁹¹, deixam de ser contemplados no novo regulamento, que compreende já o depósito e oficina de enfardar palha no estabelecimento. No ano económico de 1911-1912, o depósito de palha foi transferido para o Beato, passando o serviço de forragens a estar concentrado, por inteiro, no espaço da MM⁴⁹².

No ano económico seguinte, de 1912-1913, iniciara-se a instalação da fábrica de comprimidos componentes das rações de reserva, ainda que, nesta fase, a intenção fosse a de “*efectuar os primeiros estudos sobre este importantíssimo assunto*”⁴⁹³. Ficavam também instalados a cozinha e o refeitório das praças, e a cantina seria organizada no decorrer deste ano económico⁴⁹⁴: pertencente ao núcleo nº45 da Associação

⁴⁹⁰ Para todas estas ideias, *Relatório da Gerencia do ano de 1911-1912...*, p.16.

⁴⁹¹ Num relatório de 30 de outubro de 1911, redigido pelo capitão do serviço de administração militar Bruno Teixeira de Lencastre, este depósito ainda se conta como fazendo parte da Manutenção Militar. Segundo este, a MM possuía dois armazéns para géneros para forragens: um na Manutenção, destinado ao armazenamento de grão – milho, cevada, fava e aveia – e o referido depósito de Belém, destinado ao armazenamento de palha enfardada. À data em que este relatório é elaborado, o dito depósito de Belém tinha uma capacidade de 2 548 m³, que poderia comportar 1 275 fardos de palha, cada um com o peso médio de 30 kg. Portanto, poderia armazenar um total de 38 250 kg de palha enfardada. Já o depósito de grão, na Manutenção Militar, estava dividido em dois armazéns: o primeiro, destinado a milho e cevada, tinha capacidade de 3 360 m³, sendo que, normalmente, armazenava cerca de 40 000 kg de milho e 40 000 kg de cevada. Esta quantidade poderia ser aumentada em casos situações anormais, não obstante potenciar a deterioração do grão, por ser necessário armazená-lo a uma determinada altura, se se pretendia garantir a sua conservação. O segundo armazém estava destinado à fava e à aveia. Com a capacidade de 1 717 m³, que normalmente armazenava 30 000 kg de fava e 100 000 kg de aveia. Cf. Bruno Teixeira de Lencastre, *Manutenção Militar – Relatório sobre o seu funcionamento e produção*, 30 outubro 1911, 10^a, e 14^a-15^a folhas.

⁴⁹² *Relatório de Gerencia do ano de 1911-1912...*, p.12. No entanto, numa notícia de 1912, ainda é contemplado este anexo para depósito de palha, em Belém. Pelo relatório de gerência de 1914-1915, temos a certeza de que todo o serviço de forragens passa a estar na MM, que possui, nessa data, um armazém para palha com capacidade para 20 000 fardos. Cf. Oldemiro César, «A iniciativa do Estado – Uma visita à Manutenção Militar», *O Mundo*, 24 e 25 de novembro de 1912, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar...*, p.8; Cf. *Relatório da Gerencia do ano economico de 1914-1915*, Lisboa, Tip. da Manutenção Militar, 1916, p.21.

⁴⁹³ *Relatório da Gerencia do ano economico de 1912-1913*, Beato, Tip. da Manutenção Militar, 1914, p.23.

⁴⁹⁴ *Idem*, p.24. Já Joaquim Renato Baptista tinha defendido a criação de uma cantina no estabelecimento. Cf. Joaquim Renato Baptista, «Obras projectadas para 1898-1899, Direcção de Obras da Manutenção Militar, Memória descritiva...», in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., pp. 400-401.

Fraternidade Militar, revelar-se-ia, a curto prazo, uma importante mais-valia em termos sociais, por ter “*conseguido desviar da taberna o soldado, dando-lhe benefícios no quartel, comodidade, musica e jogos lícito.*”⁴⁹⁵. Através de uma cotização mensal por cada soldado, a cantina fornecia-lhes todos os géneros – produtos de mercearia - por um preço reduzido - quando comparado com os valores a que eram vendidos nos estabelecimentos exteriores -, sobretudo no que dizia respeito ao tabaco e a bebidas alcoólicas⁴⁹⁶.

Foi, no entanto, no ano económico de 1913-1914, que se deram as maiores alterações em termos de aquisição de material, de construções e de reparações no estabelecimento, trabalhos para os quais o conselho gerente contaria com uma quantia do fundo de exploração, que havia sido disponibilizada no ano económico anterior para este fim⁴⁹⁷. Destacamos algumas das obras mais significativas: adaptou-se o antigo edifício do convento das Grilas para a instalação de moradias dos oficiais que não viviam, até à data, no estabelecimento, e procedeu-se à instalação de iluminação no mesmo. Construíram-se outros edifícios: um depósito de palha com capacidade para 700 000 quilos, um depósito para forragens, um edifício para as oficinas de latoaria, caixotaria e para a futura instalação da fábrica de conversas alimentares⁴⁹⁸. Iniciou-se, ainda, a construção de um edifício destinado a depósito de farinhas, que não se esperava que ficasse concluído nesse ano, e, num imóvel que fora adquirido ao Parque de Administração Militar, acomodaram-se as secretarias e o gabinete da direção e administração do estabelecimento. À data em que o relatório deste ano pôde ser publicado, já em fevereiro de 1915, encontrava-se instalada uma barbearia e a sala de recreio para os sargentos⁴⁹⁹, e tinha sido criada a biblioteca, acomodada no antigo gabinete do diretor⁵⁰⁰. Em estudo ficavam a refinaria de açúcar e a fábrica de chocolate⁵⁰¹.

⁴⁹⁵Cf. «Casa Pia de Lisboa – O curso de sargentos visitou hontem a Manutenção Militar», *O Mundo*, nº 4:931, 29 maio 1914, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar...*, terceira parte, p.24.

⁴⁹⁶ Os serviços prestados pela cantina eram ainda extensíveis aos operários de ambos os sexos, bem como às respectivas famílias. Joaquim Gomes Pinto, *Relatório da visita à Manutenção Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914, p.15. Cf. *Relatório da Gerencia do ano economico de 1914-1915...*, p.28.

⁴⁹⁷ *Relatório da Gerencia do ano economico de 1913-1914...*, pp.24-26.

⁴⁹⁸ *Idem*, pp.24-26.

⁴⁹⁹ *Relatório da Gerencia do ano economico de 1914-1915...*, p.28.

⁵⁰⁰ *Relatório da Gerencia do ano economico de 1913-1914...*, pp.28-29.

⁵⁰¹ *Idem*, p.29. E no ano económico seguinte, ficava em vias de construção uma unidade fabril de descasque e polimento de arroz, bem como o matadouro, salsicharia, talho e parque para gado. Cf. *Relatório da Gerencia do ano economico de 1914-1915...*, pp. 16 e 20.

Em 1911 pretendia-se dar início ao fornecimento de todos os géneros de alimentação às tropas: a Manutenção Militar adquiriria géneros para rancho⁵⁰², que não produzia na sua sede, vendendo-os às guarnições e estabelecimentos que assim o desejassem. Inicialmente, este fornecimento encontrava-se circunscrito à guarnição de Lisboa e ao Campo Entrincheirado⁵⁰³. Ambicionava-se substituir, assim, o sistema por arrematação, na mesma lógica que levava à criação da Manutenção Militar no final do século XIX: emancipar a alimentação do soldado dos “caprichos” da indústria e fornecedores particulares. Para isto, a Manutenção Militar teria de ser dotada dos fundos necessários que lhe permitissem adquirir os produtos, nos centros produtores, “*por compra directa e em grande escala*”⁵⁰⁴.

Deste modo, no ano de 1912-1913 fora objetivo da administração do estabelecimento alargar a todo o país o fornecimento de géneros. A materialização desta intenção não fora, no entanto, fácil: como elucida o diretor, “*grande parte das unidades e alguns estabelecimentos militares procuraram, por todos os meios, obstar a que taes fornecimentos continuassem a ser efetuados pela Manutenção Militar*”, alegando que, nos mercados locais, conseguiam adquirir estes géneros mais baratos do que aqueles que lhes eram fornecidos pela Manutenção⁵⁰⁵. Procurara-se, então, que os fornecedores dessas unidades vendessem esses géneros à Manutenção, mas sem sucesso⁵⁰⁶. Dava-se

⁵⁰² Açúcar, arroz, azeite, bacalhau, banha de porco, café, chá, chocolate, chouriço, feijão de todos os tipos, grão, farinheira, massa de tomate, pimenta, pimentão doce e picante, presunto, toucinho, vinagre, entre outros.

⁵⁰³ *Relatório da Gerência do ano economico de 1912-1913...*, p.31. Veja-se a nota de rodapé 423, neste trabalho.

⁵⁰⁴ «A Alimentação no Exército – O novo sistema de fornecimento tem despertado duas correntes opostas», *O Seculo*, nº11:163, 9 janeiro 1913, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar...*, terceira parte, p.12.

⁵⁰⁵ Em 1913, falava-se na Câmara dos Deputados em como os produtos que provinham da sede da Manutenção Militar tinham qualidade inferior aos que eram fornecidos pela Fraternidade Militar do Porto. O deputado Simas Machado chamava a atenção do Ministro da Guerra (à data João Pereira Bastos) para o facto de a Fraternidade fornecer géneros melhores e mais baratos do que a Manutenção Militar. Da sede, em Lisboa, segundo as suas apreciações, o arroz chegava partido, “*fazendo péssimo rancho*”, e o bacalhau “*que vai (...) é bom, mas não é superior ao do Porto*”, sendo aquele mais caro do que este. Refutava o Ministro da Guerra que tinha sido dada ordem para que “*todas as vezes que se reconheça que os generos fornecidos pela Manutenção Militar são mais baratos do que aqueles que se podem obter na localidade, é a Manutenção que os fornece; no caso contrário são obtidos na localidade*”. O Ministro estranhava, contudo, que isto se desse, dado estar a sede em Lisboa munida de um laboratório e recursos para analisar os géneros fornecidos, mas procurava oferecer um paliativo ao deputado, alegando que algumas falhas no desempenho deste serviço eram naturais, por estar este a dar ainda os primeiros passos, ou por ainda se encontrarem produtos em stock que o estabelecimento precisava de fazer escoar. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, nº37, 12.2.1913, pp.17-18.

⁵⁰⁶ A Manutenção publicara anúncios nos jornais da capital – *Diário de Notícias*, *O Século*, *O Mundo*, *República*, *Lucta* – e nos do Porto – *Porto*, *Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias*. Mandara também uma circular com este mesmo anúncio para as unidades militares, para que tomassem conhecimento. Nem

então início a uma batalha que lograra conquistar para a MM, a 20 de agosto de 1913, o exclusivo do fornecimento do pão, massas, legumes secos, arroz e café a todos os corpos e estabelecimentos militares. Para os restantes géneros, constituintes do rancho, os conselhos administrativos podiam continuar a recorrer à compra por arrematação⁵⁰⁷.

Em maio de 1912, Vasconcelos Dias diria, em entrevista ao periódico *Patria* que o estabelecimento expedia “diariamente para cima de 40 000 quilos de géneros”, contando-se entre eles o pão, as massas, feijão, açúcar, arroz, grão, feijão e café, entre outros⁵⁰⁸. No ano económico de 1913-1914, eram 39 os estabelecimentos civis e corporações estranhas ao mesmo Ministério que se forneciam de géneros para rancho através da MM⁵⁰⁹.

Durante o ano de 1914, ocorrem duas visitas de Estado na Manutenção Militar: em janeiro, com a presença de Afonso Costa, enquanto presidente do governo. No fim do ano, em dezembro, é a vez do ministro do Fomento, Eduardo Lima Bastos⁵¹⁰. A expansão da Manutenção nestes anos é associada à República, e esta “pareceria” seria assinalada, no primeiro dia do ano de 1914, com a inauguração dos retratos do presidente da República, Manuel de Arriaga, do ministro da guerra, major Pereira Bastos e do anterior titular desta pasta, coronel Correia Barreto, numa festa “*altamente significativa da identificação do exército com a República*”, noticiada por vários jornais da capital, durante a qual a Filarmónica do Beato fez tocar várias vezes *A Portuguesa*, acompanhada, sempre, de fortes “vivas”⁵¹¹.

um só fornecedor se mostrara interessado. *Relatório da Gerência do ano económico de 1912-1913...*, pp.31-32.

⁵⁰⁷ Circular de 20 de Agosto de 1913, in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume..., p.509.

⁵⁰⁸ Cf. «Um estabelecimento modelar – A Manutenção Militar», *Patria*, 11 maio 1912, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar...*, terceira parte, p.7.

⁵⁰⁹ *Relatório da Gerência do ano económico de 1913-1914...*, pp. 18-20. Veja-se o documento 6, nos anexos.

⁵¹⁰ Sobre estas visitas, vejam-se os artigos «visitas ministeriais», *O Mundo*, nº4:787, 4 janeiro 1914; «Defeza nacional», *O Seculo*, nº11 518, 4 janeiro 1914; «Visitas ministeriais – A do ministro do fomento à Manutenção Militar», *A Capital*, nº1 585, 31 dezembro 1914, in *Ibidem*, pp. 21, 22 e 33, respetivamente.

⁵¹¹ «Na Manutenção Militar – Inauguração dos retratos dos srs. presidente da República, ministro da guerra e coronel Correia Barreto», *O Seculo*, nº 11:517, 3 janeiro 1914, pp. 19-20; «Na Manutenção Militar – Inauguram-se os retratos dos srs. presidente da República, ministro da guerra e coronel Correia Barreto», *Patria*, nº564, 2 janeiro 1914, in Luís António de Vasconcelos Dias, *A Manutenção Militar...*, terceira parte, pp.17-18. Para estas notícias, veja-se, na mesma obra, os artigos que se encontram nas páginas 16-21.

O relatório do ano económico de 1913-1914 seria publicado já em contexto de guerra⁵¹². O primeiro conflito mundial ocupa as primeiras páginas, com Vasconcelos Dias a defender a participação portuguesa, ao lado da aliada Inglaterra: “*A participação de Portugal nesta guerra (...) constitui para nós uma obrigação por tal forma imperiosa, que, bom seria, nos fossemos desde já preparando para quando o nosso esforço seja solicitado, que por certo o será, ele não se faça esperar*”⁵¹³. Dado o facto de o conflito ainda estar no início, somando-se o facto de as colheitas desse ano ainda não se encontrarem concluídas – o que não permitia tirar conclusões sobre o ano agrícola que findava –, o diretor salvaguardava-se de tecer “*qualquer juízo sobre o assunto tão melindroso e que tão decisiva influencia póde vir a ter na gerência do estabelecimento e, conseqüentemente, na administração do exército, na parte relativa ao serviço de subsistências*”⁵¹⁴. Seria necessário esperar pelo evoluir da conjuntura internacional, e pelo seu impacto no país, que não tardaria a fazer-se sentir⁵¹⁵.

⁵¹² O relatório de gerência de 1913-1914 data de 19 de agosto de 1914.

⁵¹³ *Relatório da Gerência do ano económico de 1913-1914...*, pp. I-II.

⁵¹⁴ *Relatório da Gerência do ano económico de 1913-1914...*, pp. II-III.

⁵¹⁵ Sobre a Grande Guerra e os seus impactos em Portugal: Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Lisboa, Centenário da República; Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2011; *Idem*, *A Indústria de moagem de cereais: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)*, Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004; Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.) *História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010; Maria Fernanda Rollo, «Ideias sobre política agrária na I República», in Maria Inácia Rezola e Pedro Aires Oliveira, *O Eterno Retorno: estudos em homenagem a António Reis*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2013, pp.321-342.

Conclusão

Como ficou determinado na introdução desta dissertação, este esforço de investigação procurou analisar o percurso fundacional e os primeiros anos de atividade da Manutenção Militar de Lisboa à luz das problemáticas enunciadas.

O ambicioso projeto de instalação de uma manutenção militar no nosso país, ultrapassados os obstáculos que lhe foram movidos, encontraria a sua materialização passada uma década sobre a sua conceção. Produto da engenharia militar do século XIX, nele se encerraram as vontades da instituição militar e dos poderes públicos, independentemente do regime político vigente: do lado da primeira, o desejo de dotar a alimentação das tropas de uniformidade e racionalidade, bem como o de lançar as bases para a organização de um verdadeiro serviço de subsistências do Exército Português, capaz de garantir o seu abastecimento em géneros em permanência, tanto em período de paz, como de guerra. Do lado dos poderes públicos, neste empreendimento se atestara o consenso político em torno das vantagens de dotar o Estado da sua própria indústria de moagem, pretendendo emancipar a alimentação das tropas portuguesas das malhas da indústria particular, não esquecendo a intenção de ter no estabelecimento uma forma de fazer face, na capital, aos impactos das greves de padeiros e moageiros.

Também neste projeto se confirma, como noutros do âmbito das obras públicas, a relevância do papel do engenheiro, e em particular do engenheiro militar, na sociedade portuguesa. A atestar este pressuposto temos a forma como as padarias e as manutenções militares dos vizinhos europeus serviram de “modelos” para as comissões de 1886 e de 1888, bem como para o engenheiro militar Joaquim Renato Baptista, cujo plano de obras reflete o saber acumulado e o desejo de incorporar no complexo fabril do Exército as inovações feitas no campo da ciência e da tecnologia. A Ciência está na própria orgânica do estabelecimento, materializada na responsabilidade conferida à sua secção técnica, intimamente ligada ao laboratório e aos serviços de verificação da higiene e da qualidade, quer das matérias-primas e dos géneros entrados no estabelecimento, quer dos bens alimentares transformados por este.

Quando fundada, a Manutenção Militar passaria a fazer parte do grupo de estabelecimentos fabris, situados na zona oriental de Lisboa, que veio renovar o “parque fabril que o Estado explorava para abastecer as suas forças militares”, juntamente com a

Fábrica de Pólvora de Chelas e, já no século XX, com a Fábrica de Material de Guerra do Braço de Prata.⁵¹⁶

É de salientar a composição das comissões: a primeira, composta por militares, compreensível dada a natureza do projeto, a segunda, marcada pela diversidade profissional, devido à complexidade dos saberes que se cruzam na indústria alimentar. Seguindo esta linha de pensamento, a Manutenção foi uma unidade moageira, o que fez com que o seu caminho se cruzasse, necessariamente, com o regime cerealífero de 1899, do qual fez parte como peça “reguladora”. Nesse contexto, consideramos que o estabelecimento deu o exemplo no cumprimento da lei protecionista, o que não é de estranhar, se tivermos em vista que falamos sempre de um estabelecimento estatal.

Finalmente instalada, a República tratou de lhe conferir autonomia administrativa e financeira, iniciativa que possibilitou o dinamismo que conheceu nos anos seguintes, e que ficou como “grande obra” do regime republicano, para o qual muito contribuiu o trabalho do seu “embaixador” no estabelecimento, o diretor Luís António de Vasconcelos Dias. Nestes anos confirma-se, ainda, o alcance da MM no plano civil, demonstrando-se a influência que o estabelecimento fabril do Exército e o “pão do Estado” poderiam ter no controlo da instabilidade social.

Com o impulso que conheceu na segunda década do século XX, a Manutenção Militar acertaria o passo com outras unidades do sector, alinhando num processo de concentração vertical, passando contar, para além da moagem de cereais e do fabrico de pão e de massas, com outras unidades fabris como a fábrica de conservas, de bolacha, de torrefação e moagem de café, de refinação de açúcar e de descasque de arroz, entre outras⁵¹⁷. Nestes anos, começava o processo de diversificação da capacidade produtiva do estabelecimento, que o viria a capacitar para abastecer o Exército e outros estabelecimentos dependentes do Estado, ainda que estranhos ao Ministério da Guerra, tal como se previa desde a génese do estabelecimento, confirmando-se assim que a sua

⁵¹⁶ Soma-se, assim, ao conjunto de “unidades produtivas de cariz industrial” que o Estado português tinha sob a sua tutela, e que contava, antes de finais do século XIX, com o Arsenal da Marinha, a Cordoaria Nacional, a Fundição e Fábrica de Armas (que seria transferida, no século XX, para a Fábrica de Material de Guerra do Braço de Prata), a Fábrica de Pólvora de Barcarena e, fora da esfera militar, a Casa da Moeda e a Imprensa Nacional. Para estas citações e ideias, Cf. Pedro José Marto Neves, *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2007, pp. 185-187.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p.212; Ana Paula Pires, *A indústria de moagem de cereais: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)*, Lisboa, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004, p.42.

missão extravasa, quase desde origem, a esfera exclusivamente militar, ainda que o quotidiano no estabelecimento fosse pautado pela disciplina castrense.

No entanto, a Manutenção Militar surge como um concentrado de fábricas especializadas no sector que dominava, a seguir ao têxtil, o tecido industrial português: o dos bens alimentares⁵¹⁸, num Portugal que “ainda era um país essencialmente agrário”, no qual a indústria não tinha progredido o suficiente “para alterar de forma significativa a estrutura da economia portuguesa”, não obstante o surto industrial que o país conhece nos anos 1892 e 1893⁵¹⁹. Integraria, assim, nas palavras de Maria Fernanda Rollo, o estreito grupo de “unidades que se destacavam por uma feição mais inovadora, dedicadas, na maioria, a atividades associadas ao sector agrícola e geograficamente concentradas em torno de Lisboa, a norte e a sul do Tejo”⁵²⁰.

Longe de estar encerrada, esta investigação pretendeu constituir um primeiro passo para descortinar e problematizar a história da MM, naquilo que esperamos ser um contributo para destacar o significado deste estabelecimento fabril do Exército. A par de uma aproximação ao seu passado⁵²¹, urge uma conciliação de vários saberes que visem o mesmo objetivo e que convoquem para a “mesma sala” a história, a arquitetura⁵²², a arqueologia industrial, bem como a engenharia, a museologia e a arquivística, ou mesmo a sociologia, num esforço que defendemos ser fulcral para a imprescindível

⁵¹⁸ Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do século XX...*, p.93; Maria Fernanda Rollo, «Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema», in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2010, p.40; não deixando, no entanto, de salientar, as “«indústrias de processos», onde se operaram inovações, se bem que de forma relativamente mitigada”. *Ibidem*, p.38.

⁵¹⁹ Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana M. Miranda, *História Económica de Portugal: 1143-2010*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012, pp. 314-315; Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp.91-93.

⁵²⁰ Maria Fernanda Rollo, «Da insustentabilidade do modelo...», p.40.

⁵²¹ Enzo Traverso, *O Passado, Modos de Usar: História, Memória e Política*, Lisboa, Edições Unipop, 2012, p. 24.

⁵²² Em setembro de 2016, no âmbito da 14ª conferência internacional do Docomomo (Documentação e Conservação Movimento Moderno) – que decorrerá entre 6 e 9 de Setembro de 2016, na Fundação Calouste Gulbenkian, sob o tema *Adaptive Reuse. The Modern Movement Towards the Future* – cerca de cem estudantes de arquitetura, provenientes de várias partes do mundo, participaram no workshop que antecederá a conferência, e que teve lugar na Manutenção Militar, o caso de estudo escolhido para o workshop, por sugestão da Câmara Municipal de Lisboa. Cf. «Cem estudantes a discutir o futuro da Manutenção Militar», Público, 06.09.2016, disponível em <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/cento-estudantes-a-discutir-o-futuro-da-manutencao-militar-1743225>, consultado em 08.09.2016. Este workshop procurou, com os participantes, uma solução para a MM, sendo imperativo, como diria o documento de divulgação do workshop, o diálogo com o seu património industrial. Além disto, o workshop procurou constituir um contributo para chamar à atenção pública para o facto de ser possível a reconversão destes equipamentos garantindo a conservação do seu património arquitetónico, oferecendo, assim, uma solução sustentável aliada ao respeito pelo passado. Cf. <http://www.docomomo2016.com/workshop>, consultado em 12.08.2016.

conservação e valorização da memória e do património industrial da Manutenção Militar portuguesa.

Fontes e Bibliografia

I. Fontes Primárias e Secundárias

1. Arquivos e bibliotecas

Arquivo Histórico Militar

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo Municipal de Lisboa

Biblioteca e Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Economia

Biblioteca do Exército

Biblioteca Nacional de Portugal

Hemeroteca Digital – Hemeroteca Municipal de Lisboa

Núcleo Museológico da Manutenção Militar

2. Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 10, Bernardo António de Brito e Abreu

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 987, Augusto Eugénio Alves

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1025, António Caetano Pereira

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1294, Jacinto Parreira

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1314, João Carlos Rodrigues da Costa

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1427, José Emílio de Sant'Ana da Cunha Castelo Branco

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1577, António Cordes de Avelar

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1690-B, Fernando Eduardo de Serpa Pimentel

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 2108, Luís António de Vasconcelos Dias

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 2335, Teófilo José da Trindade

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 3348, Ladislau Miceno Machado Álvares da Silva

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 686-1724-1286, António Teixeira Júdice da Costa

Arquivo Histórico Militar: Projeto Germil, Processo PT/AHM/G/LM/A-02/0050, António José da Silva

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, «Entrega das obras do edifício da Manutenção do Estado», Ministério das Obras Públicas, maço 506, processo 919

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, «Conselho de administração das obras da manutenção do Estado: terraplanagens, 1892», Ministério da Fazenda/Finanças, Arquivo das Secretarias de Estado, cx. 231, proc. 8059

3. Fontes impressas

BAPTISTA, Joaquim Renato, *A Manutenção Militar de Lisboa*, Lisboa, 1898

DIAS, Luís António de Vasconcelos, *Cozinhas de Campanha Manfred Weiss*, Lisboa, Typografia Universal, 1911

DIAS, Luís António de Vasconcelos, *O Forno rodado Manfred Weiss*, Lisboa, Typografia Universal, 1911

DIAS, Luís António de Vasconcelos, *A Manutenção Militar: 1911-1920*, Lisboa, Tipografia da Manutenção Militar, 1921

Exposição Internacional do Rio de Janeiro: Secção Portuguesa, Livro de Ouro e Catálogo Oficial, Rio de Janeiro, Comissariado Geral do Governo, 1922

FUSCHINI, Augusto, *Padarias Municipais e Cooperativas*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1889

LENCASTRE, Bruno Teixeira de, *Manutenção Militar – Relatório sobre o seu funcionamento e produção*, Outubro de 1911

PIMENTEL, Fernando de Serpa, *Apontamentos sobre alguns estabelecimentos militares e fortificações da França, Belgica e Alemanha*, Lisboa, Typografia Universal, 1883

PINTO, Joaquim Gomes, *Relatório da visita à Manutenção Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914

4. Outras fontes

DALY, César, «La manutention des vivres de la guerre (Quai Debilly, Paris)», in *Revue Generale de L'Architecture et des travaux publics*, IIIª vol., 1842, pp. 355-363 e pp.554-561, disponível em

<https://books.google.pt/books?id=G5whAQAAMAAJ&pg=PA350&lpg=PA350&dq=quay+debilly+manutention+militaire&source=bl&ots=BOC-usCQDX&sig=2P4g3a2J0c61oiNyhVeUY928PTI&hl=pt->

[PT&sa=X&ved=0CDYQ6AEwA2oVChMIxvH_o-wyAIVR5UNCh2aUQiN#v=onepage&q=quay%20debilly%20manutention%20militaire&f=false](http://www.occidente.pt&sa=X&ved=0CDYQ6AEwA2oVChMIxvH_o-wyAIVR5UNCh2aUQiN#v=onepage&q=quay%20debilly%20manutention%20militaire&f=false), consultado em 7.10.2015

«Necrologia: Renato Baptista», in *O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, volume XXIII – 23º anno, Lisboa, Empresa do Occidente, 1900, p. 276

5. Documentação dos órgãos de soberania

Diários da Assembleia Nacional Constituinte, 1911

Diários da Câmara dos Deputados, 1911-1915

Diários da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 1891-1909

Diários da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, 1888-1910

Diários do Senado da República, 1911-1915

«Documentos relativos à construção, fornecimento, montagem, elaboração da moagem e padaria do Estado», *Diário do Governo*, nº 153-161, 1890

Legislação Portuguesa, 1888-1910

Ordem do Exército, 1880-1917

6. Publicações periódicas – revistas

Manutenção Militar: órgão de informação, cultura e recreio do pessoal da MM

Revista de Administração Militar

Revista de Engenharia Militar

Revista Militar

Revista de Obras Públicas e Minas

Revista de Sciencias Militares

7. Ordens de Serviço da Manutenção Militar

Ordens de Serviço da Manutenção Militar, volume de 1912

8. Relatórios

Relatório da comissão nomeada em portaria de 30 de junho de 1886 ácerca das padarias militares, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 4 de maio de 1888

Relatório da direcção do anno económico de 1907-1908, Lisboa, Typografia da Manutenção Militar, 1908

Relatorio da Gerencia do anno de 1911-1912, Lisboa, Typografia da Manutenção Militar, 1913

Relatorio da Gerencia do anno económico de 1912-1913, Beato, Tipografia da Manutenção Militar, 1914

Relatorio da Gerencia do anno económico de 1913-1914, Lisboa, Tipografia da Manutenção Militar, 1915

Relatorio da Gerencia do anno económico de 1914-1915, Lisboa, Tipografia da Manutenção Militar, 1916

II. Bibliografia

1. Dicionários

MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, volumes I-III, Lisboa, Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006

ROLLO, Maria Fernanda (coord.) e PIRES, Ana Paula (coord. cient.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2014

2. Obras gerais e de enquadramento

ANKERSMITH, Frank, «Historiografia e pós-modernismo», in *Topoi*, Rio de Janeiro, 2001, pp. 113-135

BEAUCHAMP, Chantal, *Revolução Industrial e Crescimento Económico no séc. XIX*, Lisboa, Edições 70, 1998

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX: Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988

CONFRARIA, João, «Portugal: Industrialization and Backwardness», in FOREMAN-PECK, James e FEDERICO, Giovanni, *European Industrial Policy*, New York, Oxford University Press, 1999, pp. 268-294

COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro e MIRANDA, Susana Münch, *História Económica de Portugal 1143-2010*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012

DUFFETT, Rachel, *The Stomach for Fighting: Food and the Soldiers of The Great War*, Manchester, Manchester University Press, 2012

GIEDION, Siegfried, *Mechanization Takes Command: a contribution to anonymous history*, New York, Oxford University Press, 1970

- HOBBSBAWM, Eric, *A Era do Império, 1875-1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1990
- JUSTINO, David, *A formação do espaço económico nacional*, vol. II, Lisboa, Vega D.L., 1989
- LAINS, Pedro, *Os Progressos do Atraso: uma nova história económica de Portugal*, Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, 2003
- MAGALHÃES, Paula Gomes, *Belle Époque: A Lisboa de finais do séc. XIX e início do séc. XX*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1991
- NEVES, Pedro José Marto, *Grandes Empresas Industriais de um País pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*, Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2007
- PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Lisboa, Centenário da República; Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2011
- REIS, Jaime, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», in *Análise Social*, vol. XXIII (96), 1987 - 2º, pp. 207-227
- REIS, Jaime, «A “Lei da Fome”: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)» in *Análise Social*, vol. XV (60), 1979 - 4º, pp.745-793
- ROLLO, Maria Fernanda, «Indústria/Industrialização», in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol.1, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp.460-480
- ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010
- ROLLO, Maria Fernanda, «Ideias sobre política agrária na I República», in REZOLA, Maria Inácia e OLIVEIRA, Pedro Aires, *O Eterno Retorno: estudos em homenagem a António Reis*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2013, pp.321-342
- TRAVERSO, Enzo, *O Passado, Modos de Usar: História, Memória e Política*, Lisboa, Edições Unipop, 2012

ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, Ina, DUFFETT, Rachel e DROUARD, Alain (ed.), *Food and War in the Twentieth Century Europe*, Surrey, Ashgate, 2011

3. Indústria moageira

DUARTE, Cláudia, *Musealização da Levada de Tomar: subsídios para a conservação do património industrial da moagem A Portuguesa*, Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012

FERREIRA, Jaime Couto, *Farinhas, Moinhos e Moagens*, Lisboa, Âncora Editora, 1999

PIRES, Ana Paula, *A Indústria de moagem de cereais: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)*, Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004

TOSCANO, Maria da Conceição, *A fábrica de moagem do Caramujo – património industrial da Cova da Piedade: Percursos de salvaguarda e reutilização*, Mestrado, Universidade Aberta, 2012

4. Património industrial

FOLGADO, Deolinda e CUSTÓDIO, Jorge, *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999

MATOS, Ana Cardoso de, e SAMPAIO, Maria da Luz, «Património Industrial e Museologia em Portugal» in *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. III, nº 5, Maio/Junho, 2014, pp. 95-112

MATOS, José Sarmiento de, e PAULO, Jorge Ferreira, *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999

SAMPAIO, Maria da Luz, RAPAGÃO, João, SEMEDO, Alice, e FERNANDES César, «Antiga Fábrica de Moagens Harmonia: de fábrica a Museu da Indústria do Porto», in SAMPAIO, Maria de Luz (coord.), *Reconversão e Musealização de Espaços Industriais: actas do Colóquio de Museologia Industrial*, Porto, Associação para o Museu da Ciência e da Indústria, 2003, pp. 167-185

5. Engenheiros e conhecimento científico e técnico

ASSIS, José Luís, *Ciência & Técnica na Revista Militar (1849-1910)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2005

ASSIS, José Luís, *Militares, Ciência & Técnica: Circulação e Trocas Internacionais 1850-1918*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2016

MATOS, Ana Cardos e DIOGO, Maria Paula, «Jogos de identidade. Dois séculos na formação e na prática dos engenheiros portugueses (séculos XVIII-XIX)», in HEITOR, Manuel, BRITO, José Maria Brandão de e ROLLO, Maria Fernanda, *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX*, vol. I, Lisboa, Dom Quixote, Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico, 2004, pp. pp. 181-199

MATOS, Ana Cardoso de, SANTOS, Maria Luísa e DIOGO, Maria Paula, «Obra, engenho e arte nas raízes da engenharia em Portugal», in HEITOR, Manuel, BRITO, José Maria Brandão de e ROLLO, Maria Fernanda, *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX*, vol. II, Lisboa, Dom Quixote, Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico, 2004, pp. pp.13-45

MATOS, Ana Cardoso de, «Asserting the portuguese civil engineering identity: the role played by the École des Ponts Et Chaussées», in MATOS, Ana Cardoso de, DIOGO, M. Paula, GOUZEVITCH, Irina e GRELON, André (ed.), *Jogos de Identidade Profissional: Os Engenheiros entre a Formação e a Acção*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU/CIUHCT, 2009, pp. 177-208

MATOS, Ana Cardoso de, DEMEULENAERE-DOUYÈRE, Christiane e SOUTO, Maria Helena, «The World Exhibitions and the display of science, technology and culture: moving boundaries», in *Quaderns d'Història de L'Enginyeria*, vol. XIII, 2012, pp. 3-10

MATOS, Ana Cardoso de, «The influence of the École des ponts et chaussées of Paris on the Lisbon Polytechnic School (1836-1860)», in *Journal of History of Science and Technology*, vol.7, Spring 2013, pp. 13-35

ROLLO, Maria Fernanda e PIRES, Ana Paula, *Ordem dos Engenheiros: 75 anos de história: inovação e desenvolvimento em Portugal: o lugar dos engenheiros*, Lisboa, Ingenium:

ROLLO, Maria Fernanda Rollo, «Do governo dos engenheiros aos engenheiros no governo (I)», in *Ingenium*, IIª série, nº127, Janeiro/Fevereiro 2012, pp. 90-91

6. Exército Português

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vols. III, IV e V, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003-2004

COSTA, António José Pereira da (coord.), *Os Generais do Exército Português*, vol. II, Lisboa, Biblioteca do Exército, 2005

Notícia histórica sobre os estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra, Ministério da Guerra, Lisboa, Bertrand, 1947

7. Manutenção Militar

I Centenário da Manutenção Militar: 1897 – 1997, Exército Português, Lisboa, Oficina Gráfica da Manutenção Militar, 1997

LOPES, João Vicente, *A importância da Manutenção Militar no Sistema Logístico do Exército Português*, Trabalho de investigação aplicada, Lisboa, Academia Militar, 2010

OLIVEIRA, Carlos Miguel Isidoro de, *A Importância da Manutenção Militar no Fornecimento de Alimentação ao Exército*, Trabalho de investigação aplicada, Lisboa, Academia Militar, 2008

PINTO, Armando, *História da Manutenção Militar*, volumes I-III, Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966-1967

8. Outra bibliografia

ROSAS, Lúcia, «A Sé de Lisboa: Augusto Fuschini e a Representação da Arquitectura Medieval», in *Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*, ano II, nº3, Outubro 2005, pp.57-71

9. Comunicação social

«Antigo pólo industrial em Lisboa dá lugar a “uma das maiores incubadoras da Europa”», in *Público*, 17 de Junho de 2016, disponível em <https://www.publico.pt/local/noticia/antigo-polo-industrial-da-lugar-a-uma-das-maiores-incubadoras-da-europa-1735472>, consultado em 18.06.2016.

«Cem estudantes a discutir o futuro da Manutenção Militar», in *Publico*, 06 de Setembro de 2016, disponível em <https://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/cem-estudantes-a-discutir-o-futuro-da-manutencao-militar-1743225>, consultado em 8.09.2016

III. Sites

Docomomo 14th International Conference – Adaptive Reuse. The Modern Movement Towards the Future, 2016: <http://www.docomomo2016.com/workshop>, consultado em 12.08.2016

General Jacinto Parreira: [http://www.cm-cascais.pt/xarqweb/\(S\(rhxd1e55e4xefhzebt5pxv55\)\)/SearchResultOnline.aspx?search=COTA+DO+FUNDO%3A+I4&type=PCD&mode=1&page=0&submode=0&useaut=0&useesp=0&res=0](http://www.cm-cascais.pt/xarqweb/(S(rhxd1e55e4xefhzebt5pxv55))/SearchResultOnline.aspx?search=COTA+DO+FUNDO%3A+I4&type=PCD&mode=1&page=0&submode=0&useaut=0&useesp=0&res=0), consultado em 20.08.2016

«Les Substances de Lyon», <http://www.museemilitairelyon.com/spip.php?article144>, consultado em 7.10.2015

Manutenção Militar – Exército Português: <http://www.exercito.pt/sites/MM/Historial/Paginas/default.aspx>, consultado em 30.03.2015

Manutenção Militar – Portugal 1914-1918:
<http://www.portugal1914.org/portal/pt/historia/instituicoes/item/5250manuten%C3%A7%C3%A3o-militar>, consultado em 30.03.2015

Museu da Indústria: <http://museudaindustria.org/conteudo.aspx?args=2,10>, consultado em 20.09.2016

REAL, Helena, BARBOSA, Mariana e CARVALHO, Teresa, *Massas Alimentícias: Uma abordagem técnica e científica*, Associação Portuguesa de Nutricionistas, 2014.
Disponível em http://www.apn.org.pt/documentos/ebooks/Ebook_Massas_Alimenticias.pdf, consultado em 28.09.2016

IV. Audiovisuais

Visita Guiada (série IV) - *A Manutenção Militar*, episódio 6, de 15 de Junho de 2015, disponível em RTP Play, <http://www.rtp.pt/play/p1867/e198488/visita-guiada>, consultado em 3.08.2015

Índice dos quadros e gráficos

Quadro I - Evolução do projeto (1887-1898): produções diárias, em quilogramas.....	p. 69
Quadro II - Trigo exótico autorizado a importar pela MM (1899-1914).....	p. 79
Quadro III – Trigo importado pela Manutenção Militar, em quilogramas.....	p. 80
Gráfico I - Trigo comprado pela Manutenção Militar, em quilogramas.....	p. 81

Anexos

Índice dos documentos em anexo

Lista de documentos

Documento 1 – Portaria de 30 de junho de 1886, que nomeia uma comissão especial para analisar e escolher um projeto para reorganizar a padaria militar.

Documento 2 – Excerto da Carta de Lei de 19 de julho de 1888, no que diz respeito à criação da Manutenção Militar.

Documento 3 – Portaria de 13 de agosto de 1888, que nomeia uma comissão para dar início à instalação da Manutenção Militar.

Documento 4 - Excerto da introdução do decreto de 11 de junho de 1897, que funda em definitivo a Manutenção Militar e aprova o *Plano de Organização da Manutenção Militar*.

Documento 5 - Composição do Conselho de Administração da Manutenção Militar e Depósito Central de Fardamentos e do pessoal superior da Manutenção Militar (1907).

Documento 6 – Estabelecimentos estranhos ao Ministério da Guerra abastecidos em géneros pela Manutenção Militar no ano económico de 1913-1914.

Lista de tabelas

Tabela 1 – Composição das comissões nomeadas em 1886 e 1888.

Tabela 2 – Formação dos engenheiros envolvidos no projeto da Manutenção Militar/Manutenção do Estado.

Tabela 3 – Diretores da Manutenção Militar de Lisboa (1897-1914).

Tabela 4 – Os fundamentos: evolução do empreendimento (1887-1911).

Tabela 5 – Cronologia: Fundação e organização da Manutenção Militar de Lisboa (1886-1914).

Lista de Figuras

Figura 1 - Corte do sistema de moagem austro-húngaro a instalar na Manutenção Militar.

Figura 2 – Capitão de engenharia Joaquim Renato Baptista.

Figura 3 – Visita de Manuel de Arriaga à Manutenção Militar de Lisboa, acompanhado pelo tenente-coronel Vasconcelos Dias (c. 1912).

Figura 4 – Fachada da ala sul da Manutenção Militar de Lisboa, do edifício do antigo convento (2017)

Lista de Plantas

Planta 1 – Projeto elaborado em 1887.

Planta 2 – Projeto da Manutenção do Estado, de 1888.

Planta 3 – Planta Geral da Manutenção Militar de Lisboa, 1898.

Documento 1: Portaria de 30 de junho de 1886, que nomeia uma comissão especial para analisar e escolher um projeto para organizar a padaria militar

“Sendo indispensavel proceder á organização de uma padaria militar, que satisfaça ao fornecimento geral de pão ás tropas, de modo a conciliar a boa qualidade do produto com a impreterivel economia na administração dos rendimentos publicos;

Considerando que a actual padaria militar, creada em 1861, a titulo de ensaio, não corresponde hoje de maneira alguma ás necessidades do exercito;

Considerando que a organização racional de um estabelecimento d’esta natureza produzirá uma importante economia para o thesouro, permittindo ao mesmo tempo melhorar a qualidade do pão fabricado:

Manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d’estado dos negocios da guerra, que uma commissão composta do coronel de engenharia, Ladislau Miceno Machado Alvares da Silva, que servirá de presidente; do major do regimento de artilharia n.º4, João Carlos Rodrigues da Costa; do major do estado maior de infantaria, director da padaria militar de Lisboa, Antonio Caetano Pereira; do capitão de engenharia, Jacinto Parreira; e do segundo official da direcção da administração militar, Antonio Cordes de Avelar, que servirá de secretario, passe a examinar os differentes projectos que por esta secretaria lhe forem apresentados, escolhendo aquelle que mais adequado lhe pareça ao fim indicado, ou propondo as modificações que em qualquer d’elles seja conveniente realisar, tendo em vista os melhoramentos technico e economico d’esto importante serviço publico.

Paço, em 30 de junho de 1886. = Visconde de S. Januário.”

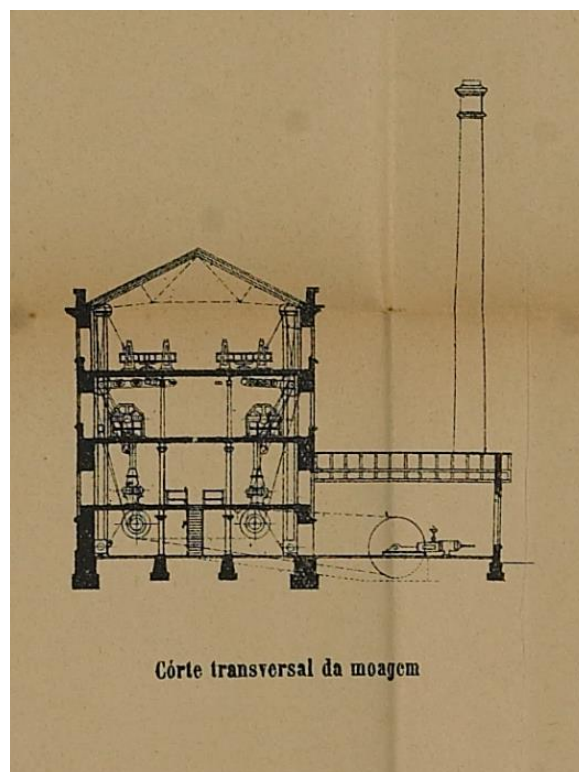
Fonte: *Ordem do Exército*, nº14, 9 de julho de 1886, 1886, p. 369

Planta 1: Projeto elaborado em 1887



Fonte: Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa*, Lisboa, 1898, recorte da estampa XIV – *Projecto elaborado em 1887*, Escala 1:2000, Biblioteca Nacional de Portugal, cota: S.C. 3762 V.

Figura 1: Corte do sistema de moagem austro-húngaro a instalar na Manutenção Militar



Fonte: Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa*, 1898, Estampa X – *Edifício da moagem, padaria e fábricas de massas e de bolacha*, Biblioteca Nacional de Portugal, cota: S.C. 3762 V.

Documento 2: Excerto da Carta de Lei de 19 de julho de 1888, no que diz respeito à criação da Manutenção Militar

“D. Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos súbditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

(...)

Art.4.º . É o governo auctorisado a estabelecer no extincto convento das carmelitas (vulgarmente das Grillas) ou em qualquer outro ponto apropriado na margem direito do Tejo, fabricas de moagem, de panificação e de bolacha, depositos, armazens, cocheiras e cavallariças, conforme as bases do plano proposto pela commissão nomeada pela portaria de 30 de junho de 1886. Igualmente é o governo auctorisado, quando julgue conveniente, a crear nos arredores da cidade do Porto, um estabelecimento filial para a preparação do pão de milho, de centeio ou mixto.

§1.º Os estabelecimentos de que trata este artigo, fornecerão o exercito, a armada e os corpos e estabelecimentos dependentes dos ministerios do reino, justiça, guerra e marinha, empregando quanto possivel na alimentação das tropas do norte, o milho e o centeio; bem assim poderá vender farinhas para as padarias municipaes e para o publico.

§2.º Para a criação d’este estabelecimento em Lisboa e da sua succursal no Porto, é o governo auctorizado a despende até á quantia de 60:000\$000 réis por anno, durante onze annos, effectuando as obras e aquisições de material por arrematação, nos termos do regulamento da contabilidade publica, e podendo levantar, pelos meios que julgar mais convenientes, sem exceder a verba fixada n’este paragrapho, as quantias necessarias para a prompta instalação dos estabelecimentos

§3.º Os estabelecimentos de que trata este artigo empregarão cereaes nacionaes, salvo caso de força maior.”

(...)

Art.º 7.º O governo fará os regulamentos necesarios para a execução da presente lei, e dará annualmente conta ás côrtes do uso que tiver feito das auctorisações que por ella lhe são concedidas.

(...)

Mandâmos portanto a todas as auctoriades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço, aos 19 de julho de 1888. = El-Rei (com rubrica e guarda). = Marianno Cyrillo de Carvalho”

Fonte: Carta de Lei, 19 de julho de 1888, *Legislação Portuguesa*, 1888, pp.258-259

Documento 3: Portaria de 13 de agosto de 1888, que nomeia uma comissão para dar início à instalação da Manutenção Militar

“Sendo conveniente apressar a instalação da Manutenção, por conta do Estado, de depósitos e parques de forragens que o Governo foi autorizado a estabelecer pelo Artigo 4.º da Carta de Lei de 19 de Julho do corrente ano, e devendo proceder com acertado critério à escolha do local, aquisição de máquinas, aparelhos e utensílios, sua montagem, e construção de edifícios, bem como à melhor organização administrativa de tão importante estabelecimento: manda o Príncipe Real, regente em nome do Rei, que uma comissão comporta do conselheiro Jerónimo da Cunha Pimentel, director da Cadeia Geral Penitenciária do distrito de Lisboa; Francisco de Almeida e Brito, deputado da Nação e agrónomo; Dr. Fernando Matoso dos Santos, inspector do serviço técnico aduaneiro e deputado da Nação; José Luís Quintella Emaús Gonçalves, vogal e subsecretário do conselho superior das Alfândegas; do tenente-coronel de Infantaria, António Caetano Pereira; do capitão-tenente José Maria Teixeira Guimarães; de um engenheiro de 1.ª classe nomeado pelo Ministério das Obras Públicas; do engenheiro civil e deputado da Nação, Augusto Fuschini; e do capitão de Engenharia, Jacinto Parreira, dos quais o primeiro servirá de presidente, e o último como secretário, proceda com a maior brevidade possível à escolha do local e edifícios, ao exame dos projectos e orçamentos que lhe sejam apresentados para moagem e fabrico de pão, bolacha e massas alimentícias, à coordenação dos projectos e orçamentos de edifícios para as fábricas, depósitos de géneros, parque de forragens e indispensáveis aquartelamentos, cocheiras e cavalaria, e de todos os mais acessórios, bem como a redacção dos regulamentos necessários para a gerência técnica e administrativa do mesmo estabelecimento, com o intuito de satisfazer ao pensamento da citada Lei; podendo a mesma Comissão requisitar pelo Ministério da Fazenda todo o pessoal de que careça para desempenhar o encargo que lhe é cometido, e no qual Sua Alteza Real espera que todos os nomeados se haverão com zelo e inteligência de que têm dado repetidas provas a bem do serviço público.

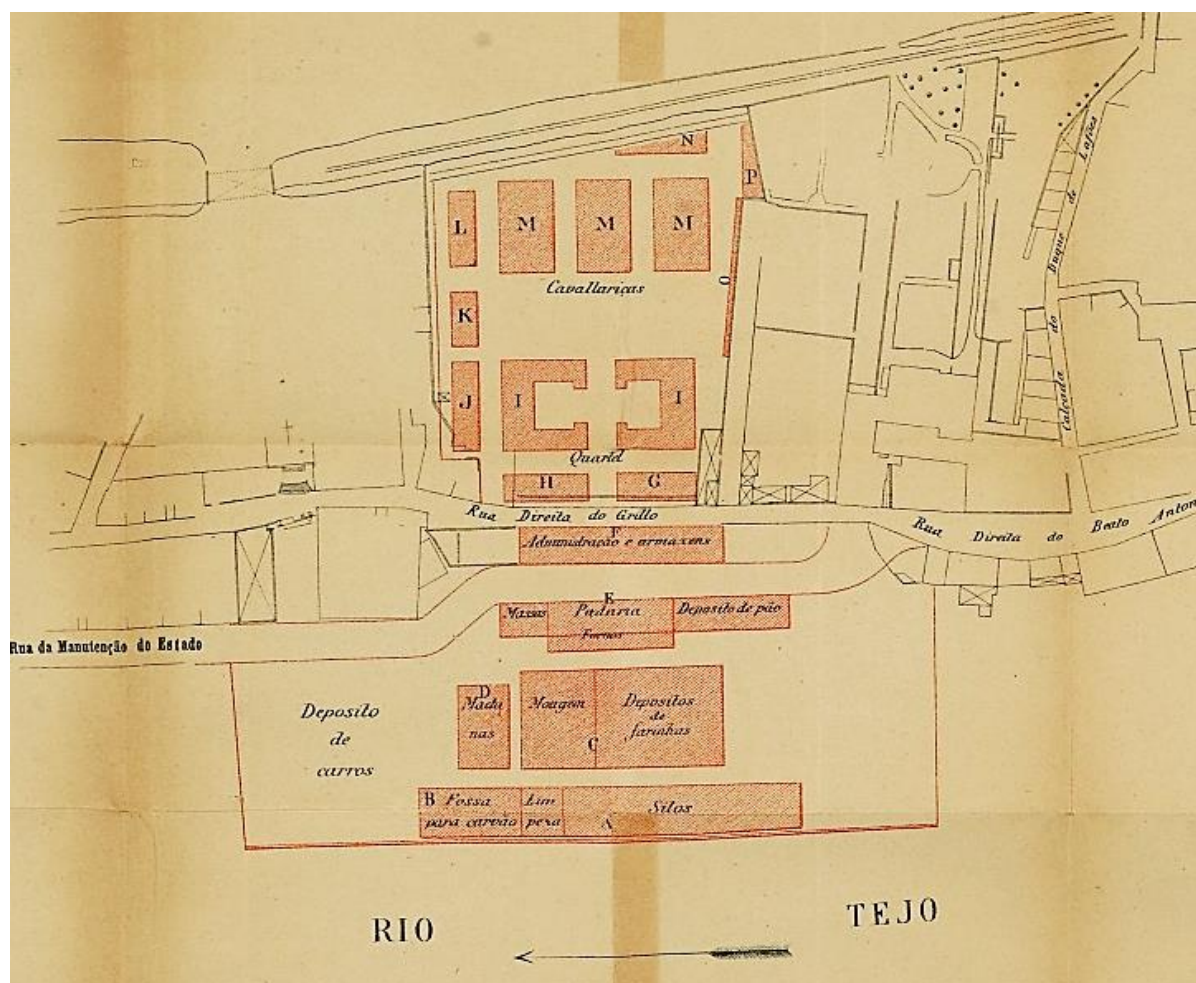
O que pelo referido Ministério dos Negócios da Fazenda e Repartição do Gabinete do Ministro manda participar ao mencionado conselheiro, Jerónimo da Cunha Pimentel, para seu conhecimento e devidos efeitos.

Paço, em 13 de Agosto de 1888

(a) Mariano Cyrillo de Carvalho”

Fonte: Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume, Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966, pp.373-374

Planta 2: Projeto da *Manutenção do Estado*, de 1888



Fonte: Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa*, Lisboa, 1898, recorte da estampa XV – *Projecto da Manutenção do Estado* (1888), Escala 1:2000, Biblioteca Nacional de Portugal, cota: S.C. 3762 V. A legenda desta planta encontra-se ao longo da *memória descritiva* de Teófilo José da Trindade, que podemos encontrar nos anexos desta mesma obra, no documento nº 2.

Tabela 1: Composição das comissões nomeadas em 1886 e 1888

	Diploma	Relatório/Plano de Obras	Composição
1887	Portaria de 30 de junho de 1886: nomeada uma Comissão para estudar a viabilidade de instalar uma Manutenção Militar	Manutenção Militar de Lisboa 22 de dezembro de 1887	- Ladislau Miceno Machado Álvares da Silva, coronel de Engenharia - João Carlos Rodrigues da Costa, major de Artilharia nº4 - António Caetano Pereira, major diretor da Padaria Militar - Jacinto Parreira, capitão de Engenharia - António Cordes de Avelar, segundo-oficial da Administração Militar
1888	Carta de Lei de 19 de julho de 1888: cria a Manutenção Militar. Portaria de 13 de agosto: cria uma Comissão instaladora	<i>Manutenção do Estado</i> 5 de dezembro de 1888	- Jerónimo Cunha Pimentel, diretor da Cadeia Geral Penitenciária do distrito de Lisboa - Francisco de Almeida e Brito, deputado e agrónomo - Fernando Matoso dos Santos, deputado e inspetor do serviço técnico aduaneiro - José Luís Quintela Emaús Gonçalves, vogal e subsecretário do conselho superior das Alfândegas - António Caetano Pereira, tenente-coronel de Infantaria

			<ul style="list-style-type: none"> - José Maria Teixeira Guimarães, capitão-tenente - “um engenheiro de 1ª classe nomeado pelo Ministério das Obras Públicas” - Augusto Fuschini, engenheiro civil e deputado - Jacinto Parreira, capitão de Engenharia
--	--	--	---

Fonte: Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume, Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966, pp.365-404.

Tabela 2: Formação dos engenheiros envolvidos no projeto da Manutenção Militar/Manutenção do Estado

Engenheiros	Civil/Militar	Instituições de formação
Ladislau Miceno Álvares da Silva	Militar	Escola Politécnica
Jacinto Parreira	Militar	Universidade de Coimbra Escola do Exército
Augusto Fuschini	Civil	Universidade de Coimbra Escola do Exército
Teófilo José da Trindade	Militar	Universidade de Coimbra Escola do Exército
Joaquim Renato Baptista	Militar	Escola Politécnica Escola do Exército

Fonte: *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixas: 3348, Ladislau Miceno Machado Álvares da Silva; 1294, Jacinto Parreira; 2335, Teófilo José da Trindade; 1055, Joaquim Renato Baptista; Álvaro Ferreira da Silva, «FUSCHINI, Augusto», in Maria Filomena Mónica (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006, p.262.

Figura 2: Capitão de engenharia Joaquim Renato Baptista



Fonte: Hemeroteca Digital – Hemeroteca Municipal de Lisboa | «Necrologia: Renato Baptista», in *O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extranjero*, volume XXIII – 23º anno, Lisboa, Empresa do Occidente, 1900, p. 276. Documento cedido pela Hemeroteca Digital – Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Documento 4: Excerto da introdução do decreto de 11 de junho de 1897, que funda em definitivo a Manutenção Militar e aprova o *Plano de Organização da Manutenção Militar*

“Senhor. – Pela portaria de 30 de junho de 1886 nomeou o então ministro e secretario d’estado dos negocios da guerra uma commissão de officiaes, para apresentar o plano de um estabelecimento destinado a substituir a padaria militar, creada a título de ensaio em 1861, e que já na supracitada data se reconhecia estar em mau estado e não corresponder ás necessidades do exercito.

Apresentou a commissão o seu relatorio a 22 de dezembro de 1887, acompanhando-o de um projecto e orçamento, na importancia de 630:000\$000 réis, para a criação de uma manutenção militar no edificio e cêrca do extincto convento das Carmelitas (vulgarmente denominado das Grillas), ao Beato, local escolhido pela mesma commissão por apresentar as mais vantajosas condições de capacidade, situação e facilidade de communicações.

(...)

Submettida ao parlamento uma proposta segundo aquellas bases, decidiu o poder legislativo a fundação do estabelecimento, o que foi sancionado pela carta de lei de 19 de julho de 1888.

Entendeu então o governo conveniente modificar o plano primitivo, no sentido de elevar consideravelmente a producção, e n’essa conformidade se deu principio ás obras nos edificios, ao passo que se iniciavam os trabalhos para aquisição e installação dos machinismos da fabrica a que se deu o nome de «manutenção do estado».

Achavam-se os trabalhos n’um certo grau de adiantamento, tendo-se executado importantes terraplanagens e quasi completado a construção de um dos principaes edificios, quando as circumstancias financeiras do paiz obrigaram a suspendel-os por completo.

Entretanto o estado de ruina das ligeiras construcções da antiga padaria militar ía-se acentuando cada vez mais, o que agravava bastante as dificuldades do fabrico e

dos fornecimentos, e por outro lado a paralyzação das obras começadas no sitio do extincto convento das Grillas, alem de representar uma immobilisação do capital n'ellas empregado, compromettia seriamente a conservação dos novos e dos velhos edificios ali abandonados aos estragos do tempo.

A solução que naturalmente se impunha foi a que adoptou o governo transacto, em principios de 1896; os edificios e terrenos das Grillas passaram para a posse do ministerio da guerra, a fim de serem aproveitados m substituição da padaria militar.

Era, porém, impossível seguir, nas novas installações a fazer, qualquer dos planos primitivamente elaborados, por isso que a absoluta necessidade de não exagerar a despesa obrigava a accomodar o estabelecimento dos edificios existentes, ou pelo menos a não os ampliar senão dentro de estreitos limites.

Reconheceu-se ainda assim que havia meio de montar a manutenção militar no espaço disponível, garantindo largamente as necessidades do exercito, podendo ainda permittir outros fornecimentos e em especial aos estabelecimentos do estado.

N'esta ordem de idéas se mandou, pela secretaria d'estado dos negocios da guerra, executar os trabalhos de construcção indispensaveis e adquirir os aparelhos e machinas que se reputaram mais adequados á moagem e panificação, com a capacidade productiva que corresponde ao consumo corrente e porventura, dentro de certos limites, á necessidade de prover eventualmente a fornecimentos extraordinários.

Reconheceu-se grande vantagem em montar o fabrico de massas alimenticias, producto este que tem um largo consumo na alimentação do exercito, e que por essa fôrma se obterá certamente em muito favoráveis condições de qualidade e de preço. Igualmente se evidenciou a grande utilidade de fabricar um producto panificavel semelhante á bolacha, a exemplo das principais nações que abastecem os seus exercitos em operações, em manobras e em expedições coloniaes, com um pão especial fabricado em condições de conservar-se em bom estado por largo tempo e transportar-se facilmente.

(...)

Os trabalhos de installação da manutenção militar não poderão reputar-se completos senão quando forem executadas as ampliações a cujo estudo se está

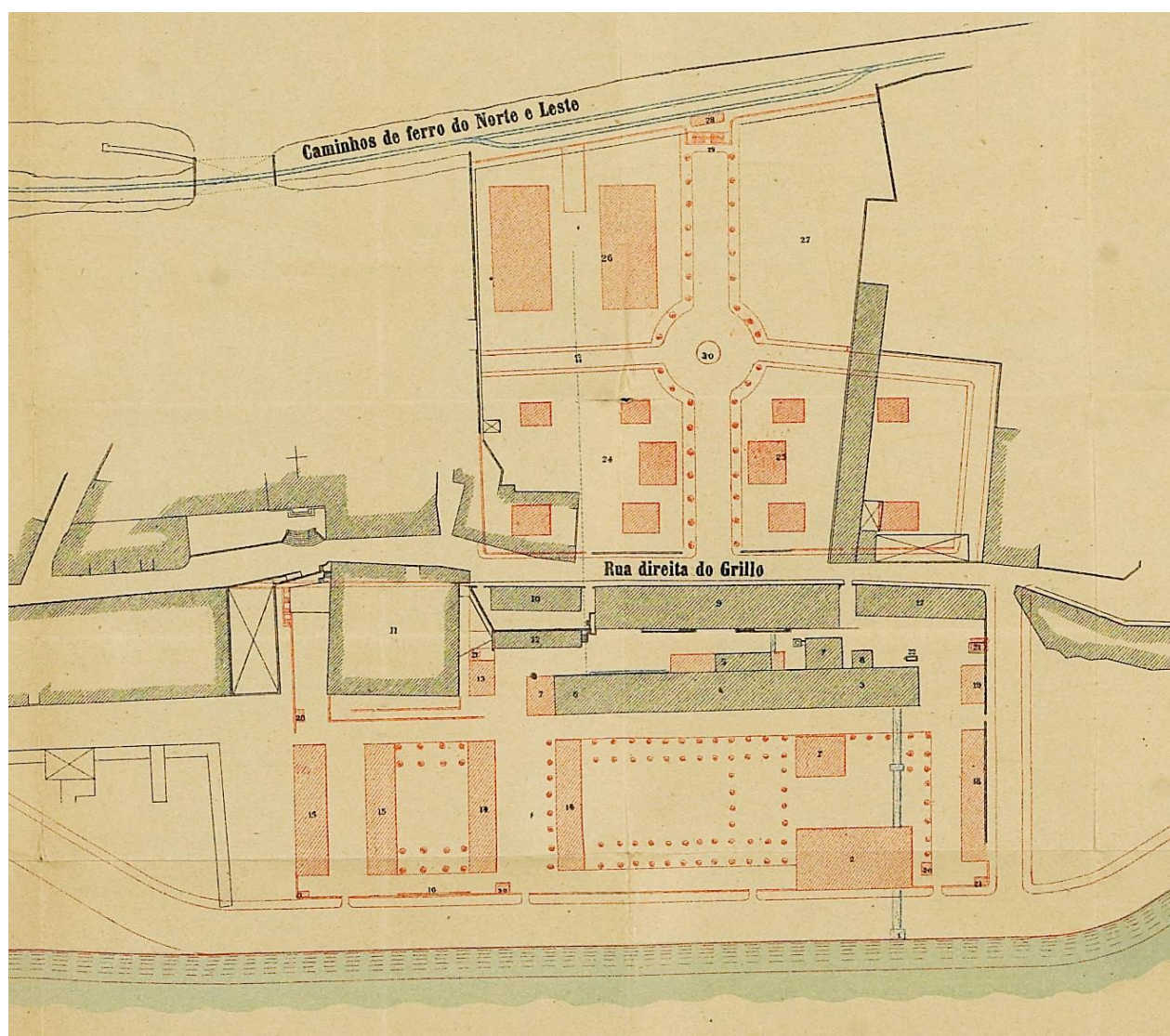
procedendo (...) Entretanto o seu estado de adiantamento já permite que o estabelecimento possa funcionar com regularidade, e por isso é tempo de attender á sua organização.

É evidente que a manutenção militar não póde sujeitar-se na sua complexa laboração aos mesmos principios que regiam a antiga padaria militar.

O emprego de novos e delicados machinismos, a transformação radical dos processos de fabrico, a necessidade de satisfazer a mais largos e variados fornecimentos, obrigam a modificar profundamente a composição do pessoal das diversas categorias que tem de incumbir-se da exploração.”

Fonte: Decreto, 11 junho 1897, *Legislação Portuguesa*, 1897, pp. 181-182

Planta 3: Planta Geral da Manutenção Militar de Lisboa (1898)



Fonte: Joaquim Renato Baptista, *A Manutenção Militar de Lisboa*, Lisboa, 1898, recorte da estampa I – *Planta Geral*, Escala 1:2000, Biblioteca Nacional de Portugal, cota: S.C. 3762 V. O tamanho desta planta, que consiste num desdobrável, dificulta, quando transposta para este documento, a sua legibilidade (no que diz respeito aos edifícios apresentados), embora nos ofereça uma noção de escala. O desdobrável e a respectiva legenda podem ser encontrados na obra referenciada.

Documento 5: Composição do Conselho de Administração da Manutenção Militar e Depósito Central de Fardamentos e do pessoal superior da Manutenção Militar, 1907

Conselho de Administração da Manutenção Militar e Depósito Central de Fardamentos

Presidente: general de brigada José Estevão de Morais Sarmento.

Vogais: coronel do Estado-Maior de Engenharia António Maria Mimoso de Melo Gouveia Prego (exonerado mais tarde, tendo sido substituído pelo coronel de Engenharia Alfredo Pereira Tomar de Lemos); coronel do Estado-Maior de Cavalaria Júlio César Bon de Sousa; coronel do Estado-Maior de Infantaria António José da Silva; tenente-coronel do Estado-Maior de Artilharia António Xavier Correia Barreto.

Secretário: capitão do Corpo de Oficiais de Administração Militar Luís António de Vasconcelos Dias.

Pessoal superior da Manutenção Militar de Lisboa

Diretor: coronel do Estado-Maior de Infantaria Bernardo António de Brito e Abreu.

Engenheiro chefe de exploração: tenente-coronel de Engenharia José Jerónimo Rodrigues Monteiro (adido).

Engenheiro adjunto: capitão de Engenharia João Soares Branco (adido).

Secretário: capitão do Corpo de Oficiais de Administração Militar João Carlos Schiapa de Azevedo.

Ajudante do secretário: tenente do Corpo de Oficiais de Administração Militar João Baptista Valente da Costa.

Chefe da contabilidade: capitão do Corpo de Oficiais da Administração Militar Pedro Eusébio de Oliveira.

Caixa: capitão do Corpo de Oficiais da Administração Militar António Cândido Ribeiro de Carvalho.

Chefe da 1ª divisão: tenente do Corpo de Oficiais da Administração Militar Joaquim Félix.

Chefe da 2ª divisão: capitão do Corpo de Oficiais da Administração Militar José Tavares Afonso.

Médico: tenente do Corpo de Médicos Militares Manuel de Jesus Suzano.

Agrónomo: Armando Artur Seabra.

Fonte: Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume, Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966, pp. 414-415.

Figura 3: Visita de Manuel de Arriaga à Manutenção Militar de Lisboa, acompanhado pelo tenente-coronel Vasconcelos Dias, c. 1912



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo | *“O Sr. Presidente da República na sua visita à Manutenção Militar, acompanhado pelo Ministro da Guerra e pelo director do Estabelecimento, Sr. Tenente-coronel Vasconcelos Dias”*, c. 1912. Documento cedido pelo ANTT - código de referência: PT/TT/EPJS/SF/008/00027. À frente do presidente Manuel de Arriaga, Luís António de Vasconcelos Dias.

Documento 6: Estabelecimentos estranhos ao Ministério da Guerra abastecidos em géneros pela Manutenção Militar no ano económico de 1913-1914

1. Associação da Escola Oficina nº1
2. Arsenal da Marinha
3. Assistência Nacional aos Tuberculosos – Sanatório do Outão
4. Assistência Nacional aos Tuberculosos – Sanatório Popular
5. Assistência Nacional aos Tuberculosos – Sanatório Sousa Martins
6. Canhoeira Zaire
7. Canhoeira Zambéze
8. Colégio das Missões Ultramarinas
9. Comando Geral da Guarda Nacional Republicana
10. Comando de Reserva da Armada
11. Contra Torpedeiro Douro
12. Cordoaria Nacional
13. Corpo de Marinheiros da Armada
14. Cruzador Almirante Reis
15. Cruzador S. Gabriel
16. Cruzador Vasco da Gama
17. Depósito de Fardamentos da Armada
18. Depósito de Praças do Ultramar
19. Divisão de Reformados da Armada
20. Escola Prática de Artilharia Naval
21. Escola de Torpedos e Electricidade
22. Fragata D. Fernando
23. Guarda Fiscal – Circunscrição Sul – 1ª Companhia
24. Guarda Nacional Republicana – 1ª Batalhão – 1ª Companhia
25. Guarda Nacional Republicana – 1ª Batalhão – 2ª Companhia
26. Guarda Nacional Republicana – 1ª Batalhão – 3ª Companhia
27. Guarda Nacional Republicana – 1ª Batalhão – 4ª Companhia
28. Guarda Nacional Republicana – 2ª Batalhão – 2ª Companhia
29. Hospital Colonial
30. Hospital de Marinha

31. Instituto Feminino d'Educação e Trabalho
32. Instituto de Oftalmologia
33. Patronato da Infância
34. Penitenciária de Coimbra
35. Refúgio da Tutoria Central da Infancia
36. Submergível Espadarte
37. Tribunal da Marinha
38. Tutoria Central da Infância do Porto
39. Vapor Lidador N.R.P.

Fonte: *Relatorio da Gerencia do anno económico de 1913-1914*, Lisboa, Tipografia da Manutenção Militar, 1915, pp. 18-20.

Tabela 3: Diretores da Manutenção Militar de Lisboa (1897-1914)

	Direção/Gerência MM		
1897-1900	Augusto Eugénio Alves	Coronel de cavalaria	Junho 1897 – novembro 1900
1900-1902	José Emílio de Sant’Ana da Cunha Castelo Branco	Coronel de engenharia	Novembro 1900 – junho 1902
1902-1905	Jacinto Parreira	Coronel de engenharia	Junho 1902 – fevereiro 1905
1905 -1907	Bernardo António de Brito e Abreu	Coronel de infantaria	Fevereiro 1905 - Novembro 1907
1907 – 1910	António José da Silva	Coronel de infantaria	Novembro 1907 – junho 1910
1910 – 1911	António Teixeira Júdice da Costa	Coronel de infantaria	Junho 1910 – junho 1911
1911- 1914 (1918)	Luís António de Vasconcelos Dias	Coronel do serviço de administração militar	Junho 1911 – janeiro 1918

Fonte: Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume, Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966, pp.355-356; Site do Exército Português: <http://www.exercito.pt/sites/MM/Historial/Paginas/Comandantes.aspx>, consultado em 4.08.2015

Figura 4: Fachada da ala sul da Manutenção Militar de Lisboa, do edifício do antigo convento (2017)



Fonte: Fotografia cedida por Carla Gonçalves. Créditos: Nuno Almendra (2017)

Tabela 4: Os fundamentos: evolução do empreendimento (1887-1911)

	Diplomas	Fins	Relatório/Plano de Obras	Instalações (apenas fábricas e oficinas) / Ação industrial
1887	Portaria de 30 de junho de 1886: nomeada uma Comissão para estudar a viabilidade de instalar uma Manutenção Militar	Fornecimento de víveres ao Exército	<i>Manutenção Militar de Lisboa</i> 22 de dezembro de 1887	Moagem Padaria
1888	Carta de Lei de 19 de julho de 1888: cria a Manutenção Militar. Portaria de 13 de agosto: cria uma Comissão instaladora	<i>“o Exército, a Armada e os corpos e estabelecimentos dependentes dos Ministérios do Reino, Justiça, Guerra e Marinha (...) poderá vender farinhas para as padarias municipais e para o público”</i> ⁵²³	<i>Manutenção do Estado</i> 5 de dezembro de 1888	Moagem Panificação Bolacha
1890			<i>Manutenção do Estado</i> Direção de Obras da Manutenção: engenheiro Teófilo	

⁵²³ Carta de Lei de 19 de Julho de 1888, in Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume, Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966, p.372

			Trindade 19 de dezembro de 1890	
1897	Decreto de 11 de junho de 1897: Estabelece, definitivamente, a Manutenção Militar e aprova o <i>Plano de Organização da Manutenção Militar de Lisboa</i>	Mantêm-se os da Carta de Lei de 1888		Moagem Panificação Massas Bolacha e produtos seus similares
1898			<i>Manutenção Militar de Lisboa:</i> Joaquim Renato Baptista, projeto de 30 de junho de 1898 – 1º Plano de Trabalhos da Manutenção Militar	
1899	Lei de 14 de julho de 1899, que na sua base 9ª reorganiza a Manutenção Militar	<i>“acudir às necessidades da alimentação pública em casos anormais e imprevistos, aumentando-se (...) a sua capacidade produtiva e as suas instalações”</i> ⁵²⁴		
1907	11 de abril de 1907: Regulamento da Manutenção			Moagem Panificação

⁵²⁴ Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume, Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966, p.409

	Militar			<p>Massas</p> <p>Bolacha e produtos seus similares</p> <p>Fornecimento de todos os géneros de alimentação aos militares</p> <p>Rancho e conservas</p>
1911	19 de agosto de 1911: Novo Regulamento da Manutenção Militar			<p>Moagem</p> <p>Panificação</p> <p>Massas</p> <p>Bolacha e produtos seus similares</p> <p>Fábrica de conservas</p> <p>Fábrica de bolos alimentares para solípedes</p> <p>Fábrica de moagem e torrefação de café</p> <p>Oficinas:</p> <p>Canastraria</p> <p>Caixotaria</p> <p>Latoaria</p> <p>Oficina de serralheiro</p> <p>Oficina de ferreiro</p> <p>Oficina de Carpinteiro.</p>

Fonte: Armando Pinto, *História da Manutenção Militar*, II volume, Lisboa, Gráf. de SPEME, 1966, pp.365-404, pp. 416-417 e pp.468-469

Tabela 5 : Cronologia: Fundação e organização da Manutenção Militar de Lisboa (1886-1914)

Da iniciativa à fundação (1886-1898)		
1886	30 junho	Portaria do Ministério da Guerra (Visconde de S. Januário), que nomeia uma comissão, destinada a apresentar um projeto para a reconversão da Padaria Militar
1887	22 dezembro	Comissão apresenta o seu relatório, no qual avança a hipótese de se optar pela criação de uma Manutenção Militar - <i>Manutenção Militar de Lisboa</i>
1888	4 maio	O Ministro da Fazenda, Mariano Cirilo de Carvalho, apresenta na Câmara dos Deputados uma proposta de lei para a criação de uma Manutenção Militar
	19 julho	Carta de Lei de 19 de julho, que resulta da proposta anterior, e que autoriza o governo a instalar o estabelecimento.
	13 agosto	É expedida pelo Ministério da Fazenda uma portaria que nomeia uma comissão, destinada a proceder aos necessários projetos e orçamentos para a instalação da Manutenção Militar.
	5 dezembro	Comissão apresenta as suas conclusões ao Ministério da Fazenda – <i>Manutenção do Estado</i>
1889		Em janeiro de 1889 é dado início às obras
	25 janeiro	Uma portaria converte a comissão nomeada a 13 de agosto do ano anterior em Conselho de Administração da Manutenção do Estado
1890	19 dezembro	Ata que apresenta a memória descritiva do diretor de obras da <i>Manutenção do Estado</i> , Teófilo José da Trindade, capitão de engenharia. Nesta memória vem um resumo do plano adotado posteriormente, que modificou as bases do da Comissão de 1888

1892		Alguns dos trabalhos ficam concluídos neste ano, mas as obras seriam suspensas.
1893	30 dezembro	Relatório do Conselho de Administração da Manutenção do Estado, no qual se calcula a despesa feita, até aí, com as obras da Manutenção
1894	7 agosto	Data deste dia a entrega oficial dos edifícios, terrenos e materiais entregues ao Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em concreto à Direção dos Edifícios Públicos
1895		Joaquim Renato Baptista é encarregue de apresentar um <i>“relatório sobre a possibilidade de adaptar os edifícios existentes ao indicado fim”</i> , que apresenta a 12 de setembro
1896	janeiro	Reativação do empreendimento, com o início da instalação da agora Manutenção Militar
	13 janeiro	Os edifícios e terrenos destinados à Manutenção do Estado são entregues ao Ministério da Guerra
	2 março	Ministro da Guerra, Luiz Augusto Pimentel Pinto, abre concurso para fornecimento de Maquinaria para a Manutenção Militar
	agosto	Moagem e padaria começam a laborar
1897	6 março	Secretaria da Guerra <i>“ordena”</i> a Joaquim Renato Baptista que conceba um plano de construção, com orçamento, a partir do que até aí fora feito, para a conclusão do projeto. Solicita também <i>“um projecto de regulamento para o serviço técnico”</i> do estabelecimento. A mesma nota manda que Joaquim Renato elabore um projeto, com orçamento, para a aquisição de material destinado a padarias de campanha (apresentado a 5 de novembro deste ano).
	11 junho	Decreto funda em definitivo a <i>Manutenção Militar de Lisboa</i> , sancionando o <i>Plano de Organização da Manutenção Militar de Lisboa</i> .

		No mesmo dia, é nomeado diretor interino Augusto Eugénio Alves.
	3 agosto	Portaria dissolve o Conselho de Administração da Manutenção do Estado
1898		1898-1910: Primeiro plano de trabalhos da Manutenção Militar
	30 junho	Projeto de obras de Joaquim Renato Baptista. A direção das obras da Manutenção Militar ficaria sob a sua alçada entre janeiro de 1896 e junho de 1898
Pós-fundação (1899-1910)		
1899	14 julho	Carta de Lei de 14 de julho, sobre o comércio de trigo nacional e exótico, que reorganiza a MM na sua 9ª base
	26 julho	<i>Regulamento para o Comércio dos Trigos e Produtos da sua Farinação e Panificação</i> , para dar execução à Carta da Lei anterior
	17 agosto	Decreto que ordena a expropriação de um prédio urbano para a instalação da sucursal de Coimbra
	7 setembro	Carta de Lei que sanciona a Organização do Exército
	17 outubro	Secção técnica da Manutenção Militar passa a denominar-se <i>Inspecção técnica das farinhas e do pão</i> .
	23 dezembro	Regulamento dos transportes, relativamente ao transporte de pão pela MM
1900	15 dezembro	Diretor da MM, José Emílio de Sant'Ana e Cunha Castelo Branco.
	31 dezembro	Alteração dos serviços cometidos à MM (a partir de janeiro de 1901)
1902	28 junho	Decreto que sanciona a alteração do Conselho Administrativo da MM
	3 junho	Diretor da MM – Jacinto Parreira

1904	5 março	Disposições relativas à requisição, distribuição, documentação e pagamento dos fornecimentos a cargo da Manutenção Militar.
1905	14 fevereiro	Diretor da MM, Bernardo António de Brito e Abreu
1907	11 abril	Decreto sanciona o primeiro <i>Regulamento da Manutenção Militar</i> , na sequência de decreto do mesmo dia que organiza o Conselho de Administração da Manutenção Militar e do Depósito Central de Fardamentos.
	29 julho	Portaria cria uma comissão para estudar e fixar os preceitos e termos de administração a seguir nos estabelecimentos fabris do Exército
	28 agosto	Portaria publica esclarecimentos em relação ao <i>Regulamento da Manutenção Militar</i>
	29 janeiro	Decreto que organiza o <i>Supremo Conselho da Defesa Nacional</i> , que terá implicações para a MM
	9 novembro	Diretor da MM, António José da Silva
1908	31 dezembro	Primeiro relatório de gerência da MM (diretor, António José da Silva)
	30 dezembro	Fixada a tabela de vencimentos do pessoal da MM
1910		Término do primeiro <i>Plano de Trabalhos da Manutenção Militar</i>
	25 junho	Diretor da MM, António Teixeira Júdice da Costa
Arranque em tempos republicanos (1910-1914)		
1911	25 maio	Decreto organiza o Exército (Lei do Recrutamento e da Organização do Exército)
	19 agosto	<i>Regulamento da Manutenção Militar</i> (que substitui o Regulamento de 1907)
	9 junho	Diretor da MM, Luís António de Vasconcelos Dias

	20 e 21 novembro	Greve dos manipuladores de pão em Lisboa. A MM abastece a capital em pão, o que desarticula a greve
1912	Maio	É aberto um crédito extraordinário de 150 000\$000 réis destinado à importação de trigo para a Manutenção Militar
	20 julho	Regulação do abastecimento dos depósitos da MM, que a autoriza a adquirir diretamente os géneros e artigos de produção e fabrico nacional para abastecimento dos seus depósitos
	30 e 31 de agosto	Primeiras mulheres (operárias) são admitidas na Manutenção Militar
	25 de setembro	São publicadas, em ordem de serviço da MM, as instruções provisórias para admissão de operárias no estabelecimento (bem como das mulheres que seriam empregadas como telefonistas ou nos serviços de secretaria)
1913	20 de agosto	Circular publica instruções sobre concursos para arrematação de géneros para rancho, determinando que era exclusivo da Manutenção Militar o fornecimento, tanto dos géneros que fabricava, como dos legumes secos, café e arroz, pimenta e pimentão aos estabelecimentos militares
1914	1 janeiro	Inauguração dos retratos do presidente da República, Manuel de Arriaga, do ministro da Guerra, major Pereira Bastos e do anterior titular desta pasta, coronel Correia Barreto, na MM
	3 janeiro	Afonso Costa visita a MM, na qualidade de presidente do Governo
	30 dezembro	O ministro do Fomento, Eduardo Lima Bastos, visita o estabelecimento